

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

DE MINAS GERAIS



V. 41 2016

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS - BRASIL

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

Revista de publicação regular e autônoma, desde sua criação, e cujo primeiro volume foi publicado em 1945 - Ano 1, v. 1, 1943-1944. Documentos anteriores foram divulgados pelo Órgão Oficial do Estado.

Registrada no Livro B-1 (Matrícula de Jornais e outros periódicos no Cartório do Ofício de Pessoas Jurídicas, sob o nº179, em 23/9/1958, com base na Lei nº 2.083, de 12/11/1953, e por despacho do Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Cadastrada no Centro Brasileiro do ISSN, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em Brasília, em 13/11/2006, tendo recebido o código nº ISSN: 1980-3109.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. – Coord. Comissão da Revista.

R449 – v. 41 (2016) – Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2016. Anual. 1. Artigos. 2. Discursos. 3. Palestras. 4. Efemérides. 5. Leis e Atos. 6. Resenhas. I. Revista, Comissão da. II. Título.

CDD 900

CDU 9

Ficha catalográfica elaborada por Emilce Maria Diniz – CRB- 6ª – 1206.

ORGANIZAÇÃO: Conselho Editorial/Comissão da Revista

Oswaldo Oliveira Araújo Firmo (Presidente); Aluizio Alberto da Cruz Quintão (Vice-Presidente); Paulo Roberto Paranhos da Silva (Secretário-Revisor); Maria Cândida Trindade Costa de Seabra; Regina Almeida. Secretária executiva Cássia Maria Martins Nicolai.

RESPONSABILIDADE: Os conceitos e informações contidos nos artigos são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Os direitos autorais foram cedidos para esta edição.

Pede-se permuta - Pídesse canje - On demande l'é change - We ask for Exchange Si richiede lo scambo - Man bittet um austusch

PRODUÇÃO GRÁFICA E IMPRESSÃO

Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - Av. Augusto de Lima, 270 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.190-001.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

Associação Cultural registrada sob o nº 557, de 5/10/1944, no Cartório do Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Belo Horizonte.

Cadastrado no Ministério da Fazenda como Pessoa Jurídica de Direito Privado (CNPJ: 17.505.769/0001-64).

Rua dos Guajajaras, 1268 – sobreloja. Edifício J.K. - CEP: 30.180-101. Belo Horizonte, MG-Brasil - Tel.: (31) 3212-4656 – E-mail: ihgmg@ihgmg.org.br.

Reconhecimento de utilidade pública:

Lei Federal Nº 875, de 10.10.1949

Lei Estadual Nº 21, de 30.10.1947

Lei Municipal Nº 2.025, de 19.12.1972

“Se a História santifica a própria materialidade dos lugares que a ela se ligam, também nos dá lições mais altas e de caráter bem mais generalizado”.

João Pinheiro da Silva

DIRETORIA 2013-2016

Presidente: Wagner Colombarolli

1º Vice-Presidente: Gilberto Madeira Peixoto

2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Abritta

3º Vice-Presidente: Eugênio Ferraz

Secretário-Geral: Aluizio Alberto da Cruz Quintão

1º Secretário: Norman José Andrade Giugni

2º Secretário: José Anchieta da Silva

1º Tesoureiro: Antônio Carlos de Albuquerque

2º Tesoureiro: José Carlos Serufo

1º Diretor de Biblioteca: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

2º Diretor de Biblioteca: Márcio José da Cunha Jardim

1º Orador: Joaquim Cabral Netto

2º Orador: Marcos Paulo de Souza Miranda

CONSELHO FISCAL

Wolmar Olympio Nogueira Borges

Ildefonso Silveira de Carvalho

Adalberto Guimarães Menezes

SUPLENTE

Ismaíla de Moura Nunes

Antônio Pedro Nolasco

Osvaldo Oliveira Araújo Firmo

COMISSÃO DE ADMISSÃO

Jairo Carvalhais Câmara

Eurípedes Santos Zumpano

Carlos Alberto Carvalhaes

CONSELHO SUPERIOR

Jorge Lasmar

Fernando Antonio Xavier Brandão

Raymundo Nonato Fernandes

Celso Falabella de Figueiredo Castro

**COMISSÕES CULTURAIS
PERMANENTES**

História
História de Minas Gerais
Pré-História e Antropologia
Indigenismo Brasileiro
Genealogia
Defesa da Língua Portuguesa
Biblioteconomia
Folclore
Revista

PRESIDENTES

Floriano de Lima Nascimento
Regina Almeida
Zanoni Eustáquio Roque Neves
José Renato de Castro César
Deusdedit Pinto R. de Campos
Maria Cândida T. Costa de Seabra
Emilce Maria Diniz
Maria de Lourdes Costa Dias Reis
Comissão de 5 membros/Conselho

COORDENADORES DE ÁREA: Roque José de Oliveira Camêllo - Institutos congêneres de Minas Gerais; Josemar Otaviano de Alvarenga - Associados Correspondentes.

REPRESENTANTES JUNTO A INSTITUIÇÕES: Eugênio Ferraz – Poder Federal; Ildefonso Silveira de Carvalho – Poder Estadual; Christobaldo Motta de Almeida – Poder Municipal; Bruno Terra Dias – Poder Judiciário; Jorge Lasmar – Poder Legislativo; Regina Almeida – Instituições Culturais; Marcos Henrique Caldeira Brant – Instituições Militares; Ozório Araújo do Couto – Mídia; Tarcísio José Martins – Comercialização.

ADMINISTRAÇÃO 2016-2019

DIRETORIA

Presidente: Aluísio Alberto da Cruz Quintão

1º Vice-Presidente: Luiz Carlos Abritta

2º Vice-Presidente: Regina Almeida

3º Vice-Presidente: Paulo Duarte Pereira

Secretário-Geral: Joaquim Cabral Netto

1º Secretário: Fernando Antonio Xavier Brandão

2º Secretário: Adalberto Andrade Mateus

1º Tesoureiro: Wagner Colombarolli

2º Tesoureiro: Antônio Carlos de Albuquerque

1º Diretor de Biblioteca: Maria Cândida Trindade Costa de Seabra

2º Diretor de Biblioteca: Luiz Antônio Pinheiro

1º Orador: Marcos Paulo de Souza Miranda

2º Orador: Paulo Ramiz Lasmar

COMISSÃO DE ADMISSÃO

Gilda de Castro Rodrigues

Luiz Carlos Biasutti

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza

O **CONSELHO DIRETOR** é integrado, segundo o Estatuto novo, pela **Diretoria**, por dois ex-presidentes e três associados a serem eleitos pelos conselheiros.

O **Conselho Superior** (art. 40), **Comissões Culturais Permanentes** (art. 41 a 43) e **Coordenadores do Centro de Documentação** (art. 39 e 49), também penderes de provimento, constarão da próxima publicação.

CONSELHO FISCAL

Osvaldo Oliveira Araújo Firmo, Eugênio Ferraz, Antônio Pedro Nolasco

SUPLENTEs

Manoel Magno Lisboa, Tasso Batalha Barroca, Maria Natalina Jardim

PALAVRAS DA DIRETORIA

A Revista 41 é lançada por ocasião do término do mandato da diretoria 2013-2016 e da posse dos novos membros, tendo como presidente o Dr. Aluízio Alberto da Cruz Quintão, que têm a responsabilidade de levar adiante a Instituição e cumprir os seus objetivos. A carga é pesada. Deus os abençoe e os proteja.

A diretoria que entrega seus cargos no dia 15 de agosto próximo agradece a todos os associados de nossa “Casa de João Pinheiro” pelo apoio recebido durante a sua gestão. Foi um período tranquilo, com a participação de todos que atenderam aos convites e apelos para participar das reuniões e eventos, que não foram poucos.

Agradece a Comissão da Revista que, cumprindo mais um de seus objetivos, lança esta revista no apagar das luzes deste período administrativo e cujos membros são citados na própria revista. Agradece aos presidentes e membros das outras Comissões Permanentes que trabalharam e foram efetivamente os responsáveis pela vida intensa e produtiva da Instituição.

A diretoria trabalhou arduamente neste período. Cumpre salientar e enaltecer a obra daqueles que compõem o que pode ser chamada “a diretoria executiva” da casa, composta pelo presidente, pelo Secretário-Geral, pela Diretora de Biblioteca Maria Cândida Trindade Costa de Seabra e pelo Diretor Tesoureiro Antônio Carlos de Albuquerque.

Um novo Estatuto está sendo aprovado, substituindo o atual em vigor, que é também bastante consistente e que aprimorará pontos que poderiam deixar a desejar.

Agradecimentos e cumprimentos pelo belo trabalho executado são devidos aos membros da comissão: Presidente Aluízio Alberto da Cruz Quintão, Relator Bruno Terra Dias e membros Fernando Antonio Xavier Brandão, Gilberto Madeira Peixoto e Regina Almeida.

Aí estão a Revista 41 e as despedidas da Diretoria 2013-2016.

Wagner Colombarolli
PRESIDENTE

SUMÁRIO

Apresentação	10
1ª SEÇÃO: ARTIGOS	13
Um testemunho histórico – Adalberto Guimarães Menezes	15
República dos Tolos – Elogio do Padre-Mestre Correia de Almeida (1820/ 1905) – Antônio Carlos de Albuquerque	19
Um rio, uma história – Antônio Pedro Nolasco	23
As Constituições do Brasil – Daniel Antunes Júnior	27
A tragédia causada ao Brasil pelos submarinos nazistas e fascistas na II Guerra Mundial – Fernando Antonio Xavier Brandão	31
O conceito de constituição na modernidade: um estudo a partir da Revolução Francesa - Fernando José Armando Ribeiro	43
A mulher na Medicina (A Medicina como História de uma conquista) Gilberto Madeira Peixoto	59
O Rio São Francisco no extremo-norte de Minas – Gilda de Castro Rodrigues	63
Princípios e mandamentos da fé nas diversas religiões–Jairo Carvalhais Câmara....	75
Revolução de 1930 – A coluna revolucionária Cristiano Machado invade o Espírito Santo (Um diário de Campanha) – Joaquim Cabral Netto	83
Salpicando amenidades diamantinenses – Maria de Lourdes Costa Dias Reis	93
Sob o sinal da Cruz! – Paulo César de Castro	97
A Relação do Rio de Janeiro (1751-1808) – Paulo Paranhos	105
Mariana: assim nasceram as Minas Gerais – Roque Camêllo.....	115
Objecção de consciência e direito – Wagner Augusto Portugal	117
O julgamento de Jesus – Wolmar Olympio Nogueira Borges	129
Museu Antropológico do Vale do São Francisco – Zanoni Neves	135
2ª SEÇÃO: DISCURSOS E PALESTRAS	
2.1 DISCURSOS	139
Saudação ao associado da cadeira nº 63	141
Posse do associado da cadeira nº 63 – Paulo Duarte Pereira	147
Saudação à nova associada da cadeira nº 70	153
Posse da nova associada da cadeira nº 70 – Helene Maria Pauliniy	157

Saudação ao novo associado da cadeira nº 87	163
Posse do novo associado da cadeira nº 87 – Carlos Alberto da Silveira	
Isoldi Filho	167
Homenagem ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais	
Rogério Faria Tavares	177
Saudação ao novo associado da cadeira nº 4	181
Posse do novo associado da cadeira nº 4 – Stanley Savoretti de Souza	187
Posse do novo associado da cadeira nº 86 – Fábio Americano.....	195
Saudação à nova associada da cadeira nº 5	207
Posse da nova associada da cadeira nº 5 – Maria Efigênia Lage de Resende	211
Saudação ao novo associado da cadeira nº 33	227
Posse do novo associado da cadeira nº 33 – Adalberto Andrade Mateus	233
Saudação ao novo associado correspondente.....	241
Posse do novo associado correspondente – Alberto Leonel de Manna e Paula	247
Saudação à Polícia Militar de Minas Gerais pelo transcurso do	
240º aniversário de sua criação – Regina Almeida	259
Comemorações dos 241 anos da Polícia Militar de Minas Gerais	
Paulo Duarte Pereira	263
Agradecimento pela homenagem à Polícia Militar de Minas Gerais	
Comandante-Geral Coronel PM Marco Antônio Badaró Bianchini.....	269
2.2 PALESTRAS	273
O Inconfidente João Rodrigues de Macedo – Marcos Paulo de Souza Miranda....	275
Em Santa Luzia na Celebração da Revolta de 1842	
(aspectos jurídico-políticos) Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza	285
Inconfidente Cláudio Manoel da Costa: jurista, poeta e empreendedor	
Roque Camêllo	291
3ª SEÇÃO: EFEMÉRIDES DA CASA	301
4ª SEÇÃO: LEIS E ATOS IMPORTANTES	305
5ª SEÇÃO: RESENHA	313
Revolução liberal de 1842: Quinta edição da obra do Cônego Marinho	
Aluízio Alberto da Cruz Quintão.....	315
6ª SEÇÃO: QUADRO ASSOCIATIVO	317
Lista de Associados Efetivos em AGOSTO 2016.....	319

1^a SEÇÃO: ARTIGOS

UM TESTEMUNHO HISTÓRICO

Adalberto Guimarães Menezes - Cadeira nº 72
Patrono: Joaquim José da Silva Xavier

Fazendo uma arrumação em meus papéis após muitos anos, encontrei duas cartas que recebi do saudoso Dr. Wilson Veado que, grampeadas juntas, me pareceram uma só. De fato, não eram só uma, mas pareciam gêmeas, pois uma datada de 15 de outubro de 2002, e a outra do dia seguinte, 16. Disse ele, na segunda, que mal terminada a primeira, encontrou outros papéis em seus guardados que o levaram a produzir a seguinte, remetendo-me ambas no mesmo envelope.

As duas missivas somam seis páginas de folhas de 33 cm X 21 cm, totalmente preenchidas por caracteres datilografados. Referia-se ele à notícia que eu publicara no Boletim Informativo do IHG-MG cobrindo o período de outubro de 2002 a março de 2003, sobre a realização de uma solenidade por mim promovida na Fazenda do Pombal, que chamei de Primeiro Ato de uma longa, muito longa jornada, destinada a construir um grandioso memorial ou parque histórico dedicado a Tiradentes, naquele torrão sacrocívico onde ele dera os primeiros vagidos. O Dr. Wilson Veado externou-me todo o seu entusiasmo pela iniciativa, e exortou-me a não esmorecer no meu propósito; a seguir se estendeu por outros assuntos, contando-me que fora voluntário a ir lutar contra o nazismo como integrante da Força Expedicionária, desejo que manifestou ao próprio Ministro da Guerra, a quem foi levado por um oficial general do Exército seu parente.

Todos nós, que tivemos a ventura de com ele, o Dr. Wilson Veado, conviver, sabemos de seu ardor patriótico, que foi um grande propugnador do escotismo e incansável pesquisador e conferencista sobre nossa história, que exerceu com brilhantismo a magistratura, além de ter dado grande incremento às atividades do IHG-MG, como associado e também como seu Presidente. Na sua carta narrou-me um fato histórico que acredito ser do conhecimento de poucas pessoas: como foi recolhido da Fazenda do Pombal um pouco de sua terra para ser levada ao México, a fim de ser acostada naquele país primitivamente asteca, dentro da programação do Ano Juarez, grande herói do país.

Como já disse, o Dr. Wilson Veado era correto e excelente em tudo que fazia, mas não posso dizer o mesmo referindo-me à sua habilidade como datilógrafo, atividade em que deixava muito a desejar. Entretanto, deu para entender o que ele escreveu e que passo a reproduzir.

“Belo Horizonte, 15 de outubro de 2001

Meu caro Amigo e Confrade Cel. Adalberto

Saudações cordiais.

Acabo de receber o BOLETIM de setembro último. Leio-os com muito prazer, gosto e respeito. A propósito de tudo isso, conto-lhe um bom “causo”: Era Chefe de Gabinete (ao que posso me lembrar) o meu colega de Faculdade Paulo Campos Guimarães, excelente pessoa, ainda que lidador de política. Veio o sesquicentenário da Independência do Brasil. O fêretro com os “restos mortais” de D. Pedro I percorreu o Brasil e ficou exposto no Palácio das Artes. Gente que não acabava mais ia ali. Mas, o que eu via era mais curiosidade do que civismo, de respeito e de culto à memória do nosso primeiro imperador.

Eu era Juiz de Direito em Sete Lagoas. Fui visitar o Paulo. Lá conversamos razoavelmente. Eis que lhe trazem, vindo do Palácio, um telegrama, com a classificação três U: UUU (1). Ele abre, lê e me mostra. Eu leio. Estava presente o Nelson Figueiredo, que também o lê. O Paulo, atolado nos compromissos com as festividades do sesquicentenário em Minas, não tinha tempo para cuidar do assunto registrado no telegrama, que vinha do Itamarati. O Ministro das Relações Exteriores solicitava ao Governo do Estado que mandasse para o México terra do local onde se dera a Inconfidência; assim, quase “ipsis litteris”, “a terra da inconfidência”.

Repentinamente, ele me diz: “Wilson, nós somos colegas de turma e somos amigos velhos, você quer topiar esta parada para mim?” Pensei, pensei, pensei! Rapidamente, pela minha cabeça passavam compromissos forenses, mas nós estávamos chegando às férias. Calculei o calendário e disse: Eu topo! Mas tem de ser por ato exarado pelo Governador do Estado. Mas, não só eu, não, também o Nelson Figueiredo comigo e um elemento da Polícia Militar, no mínimo capitão, sob meu comando. Ele concordou: “Faço tudo o que for preciso para você atuar.”

O Paulo tomou todas as medidas, até fornecendo-nos um carro do Palácio para o transporte para lá, não no dia programado, mas três ou quatro ou cinco dias antes, não me lembro mais, para meus primeiros contatos com o Instituto Histórico de São João del-Rei, o comando do Onze (2), o comando da guarnição militar, colégios , professores e o Grupo Escoteiro. Nesse tempo, eu estava em plena atividade como Chefe Escoteiro e membro da direção estadual. Liguei-me com Tiradentes, mas não lhe vi o prefeito. E, para arrematar, fui à ID/4 (3), cujo comandante já era conhecido meu e com ele eu mantinha boa correspondência, principalmente sobre o 21 de fevereiro/45 (4), na Itália. A 1ª Cia/Reg. Sampaio (5) tinha o seu comando e no cmdo do 1º Pel. Fz. (6) o meu colega de turma do CPOR (7) 2º Ten. Celso Aquino. Conteí ao General a missão que eu recebera “ex abrupto” do Paulo e pedi-lhe apoio. Imediatamente, ele disse que podia contar com o Cmdo da ID/4. E foi ele que me alertou para o fato de que havia ameaça de chuva para aquelas bandas. Eu havia indagado sobre as estradas de rodagem para o Pombal e todos foram unânimes em dizer que, em caso de chuva, ninguém conseguiria passar para lá, devido à lama. E mais: o Rio das Mortes iria encher logo, logo. Então, o Gen. Everaldo disse-me que resolveria também isso. Dali mesmo telefonou para o comando da Engenharia (8) em Itajubá para preparar um exercício de lançamento da ponte passarela para pedestres. O que foi dito foi confirmado pelo tempo: choveu, enlamearam-se as vias todas, mas o Rio das Mortes subiu pouco, felizmente.

No dia e hora aprazados lá estavam os nossos convidados. Foram porque o convite eu fazia em nome do Governador do Estado! Abri a reunião, ao ar livre, primeiro saudando os presentes e seu espírito cívico para homenagear o Mártir da Inconfidência. Depois das explicações sobre a razão de ser da coleta de terra da Fazenda do Pombal, local do nascimento do Alferes, os escoteiros, segurando um saco branco (tipo daqueles de farinha de trigo para o pão nosso de cada dia), cada uma das autoridades colheu, com uma pá, um pouco de terra junto às paredes das ruínas das construções que lá existiam. Não foi uma quantidade exorbitante, obviamente. Cantou-se o Hino Nacional ao som da banda de música do Regimento Tiradentes, os escoteiros entoaram seu hino. Uns fizeram continência, outros a saudação escoteira do Sempre Alerta. Um Pelotão do Regimento Tiradentes fez a Guarda de Honra. A tropa da Engenharia esteve presente. Seu comandante

cumprimentou-nos, dizendo estar emocionado com aquele ato sem pompa, mas de grande significação. Agradei, em nome do governo.

A urna foi feita de madeira de lei, bem bonita. Nela colocamos a terra tiradentina. Numa sua face eu pirografara o conteúdo nela existente, a alma do Brasil, os suspiros de Minas Gerais, o respeito dos brasileiros verdadeiramente brasileiros.

Ao chegar, de volta, entreguei a urna ao Paulo, que a mostrou ao Governador. Um avião da FAB levou-a para o Rio e entregou-a ao Itamarati. Nos documentos do ato estão os nomes de todos, e uma ata descritiva do ato, com suas minúcias, foi redigida para ser colocada dentro da urna.”

Compreendendo a importância histórica daquele acontecimento, o Dr. Wilson Veado procurou executar aquele simples ato de recolher uma pequena porção do solo seguindo um ritual condizente com o grande conteúdo cívico nele presente.

Esclarecimento:

- (1) UUU - Urgentíssimo
- (2) Onze - 11º Regimento de Infantaria - Regimento Tiradentes
- (3) ID/4 - Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar
- (4) 21 de Fevereiro - Data da Batalha de Montese - Itália, em que o 11º RI atuou
- (5) Reg. Sampaio - Regimento Sampaio, que lutou na Itália
- (6) Pel Fuz - Pelotão de Fuzileiros
- (7) CPOR - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
- (8) Engenharia - Batalhão de Engenharia do Exército

REPÚBLICA DOS TOLOS

Elogio do Padre-Mestre Correia de Almeida (1820/1905)

Antônio Carlos de Albuquerque - Cadeira nº 88
Patrono: Barão de Paraopeba

Introdução

Com quantos tolos se faz uma República? São precisos muitos, ou poucos? Quem é Correia de Almeida?

Indagações formuladas por Ângela Castro Gomes, orientadora da tese de doutorado de Maria Marta Araújo.

Continua Ângela Castro:

“Nunca tinha ouvido falar no tal padre que teve vida longa e uma obra integrada de 23 livros e muitos e muitos artigos de jornal. Todavia, foi enorme o aprendizado alcançado neste trabalho de orientação”, atestou a seguir.

Poucos leitores, hoje, terão ouvido falar desse poeta mineiro, nascido na Vila de Barbacena, em 1820, e nela sepultado em 1905. José Joaquim Correia de Almeida foi, no seu tempo, um intelectual admirado. Entre aqueles que lhe teceram considerações elogiosas, podemos enumerar do Imperador Pedro II a Antônio Feliciano de Castilho e Camilo Castelo Branco, passando por Olavo Bilac, Arthur Azevedo e Carlos de Laet. Mais recente, as melhores referências partiram de Carlos Drumond de Andrade.

Nos dias atuais, no entanto, somos impelidos a dar-lhe renovada e merecida ressonância no seio de uma sociedade que em tudo se liquefaz.

Eu creio estar percorrendo a respeito de uma personalidade de raro fulgor de Barbacena – a Princesa dos Campos – também berço de Sinfrônio de Castro, de Honório Armond, Abgar Renault, Heráclito Sobral Pinto, do tradutor e garimpeiro das palavras Agenor Soares de Moura, Soares Ferreira, Amílcar Savassi. Na contemporaneidade, de Mário Celso Rios, Presidente da Academia Barbacenense de Letras, que capitania uma nova geração de escritores e intelectuais barbacenenses, pelo qual reverenciamos a todos.

Correia de Almeida

José Joaquim Correia de Almeida (1820/1905) nasceu no dia 4 de setembro, na vila de Barbacena, capitania das Minas Gerais. Aos 21 anos, iniciando a vida de professor, assim se expressou:

A fortuna caprichosa/conspirou-se contra mim/sentei-me, por meus pecados/na cadeira de latim”, relembra o escritor barbacenense Paulo Roberto Maia Lopes (Apud Anuário da ABL 95-96).

As sátiras de Correia de Almeida acabam por requerer um esforço de interpretação pelo entrelaçamento com a pesquisa histórica, a perspectiva literária e a análise política, pois se não lhe escapavam da consciência os paradoxos, dilemas e dicotomias da vida pública do país no seu tempo.

Sua obra não pode ser fruto de análise para uma única pessoa.

Na Revolução Liberal de 1842 participou como tipógrafo dos manifestos, o que teve a sua importância pelo debate ideológico que embasou o conflito na Província de Minas, a despeito da derrota de Santa Luzia.

Nos seus verdes 21 anos de idade, as questões centrais do país giravam no debate entre centralização e descentralização política; trabalho escravo; imigração e abolição; monarquia ou república (Apud Gomes: 2007, p.11). Aliás, sem sair dos limites do nosso artigo sobre o poeta e pensador político – Poeta Correia de Almeida - é necessário trazer à tona a discussão que se estabeleceu, à época da votação da Constituição Federal de 1988, a respeito de Centralização x Descentralização política.

O dilema é antigo.

Centralização – diziam os exegetas daquele tempo – deve ser exorcizada, pois, enfeixa atos da ditadura militar. A Descentralização abre-nos, vociferavam os outros, a perspectiva luminosa da democracia. Restou-nos, hoje, Estados e municípios com pires na mão. Aos Estados federados e ao poder local foram transferidas muitas atribuições, mas na União prevaleceu a centralização dos recursos financeiros arrecadados em impostos. E o país tornou-se ingovernável.

Nesse aspecto, Sarney, quem diria, teve o mérito de vaticinar com lucidez, à época, ao estilo forte do profeta Jeremias, a verdade que acabei de lhes afirmar.

Continuemos o raciocínio anterior.

Passado o conflito de 1842 – A Revolução Liberal de Minas –, foi-se ordenar sacerdote no convento de Santo Antônio no RJ em 1844, tendo previamente cursado Filosofia em São João Del Rei.

Trago-lhes a sua autoapresentação: *“Esta é a figura sedição do tal Correia de Almeida; padre que apenas diz missa, vate que não faz Eneida”*.

No contexto do meu modesto Elogio de Correia de Almeida, refiro-me que ele foi poeta e pensador político, pois, quando se acomodam a sua linguagem e o seu vocabulário na bateia para desvelar as condições socioeconômicas e políticas do seu tempo, que não se lhe escapavam, entende-se seu esforço hermenêutico na leitura dessa realidade.

Eis aí o epigrama intitulado: *“Cautela na escolha do modelo.”*

“À República romana, republicuetas não soldes; cada qual tem seus moldes/ e o sistema não se irmana. Uma coisa é catonismo, outra coisa é gatunismo.”

“Da liberdade a imprensa é baluarte e este princípio eu tenho à vista!”
C.A. 1903.

Em qualquer legislatura,/quando este Império era novo,/ o padre eleito do povo, fazia boa figura./ Um sacerdote de Cristo/ se aí vejo, eu me contristo pela seguinte razão: Não entraria na sala,/se não houvesse cabala, antítese de eleição.

A República dos Tolos

No seu último livro, *“A República dos Tolos”*, expressou de imediato, pela organização republicana, seu desencanto, pela ênfase no positivismo pseudocientífico e militante, ao lado da escabrosa fraude eleitoral, com a censura, pelo fanatismo jacobino e anticlerical dos ativistas do novo regime (Apud, Lopes: Anuário da ABL 95/96).

“Se exigem, eu me defino:/confesso não ser devoto/da república sem crença,/sem liberdade de voto,/sem liberdade de imprensa:/façam coisa mais capaz/ e contem com o rapaz.”

Hoje, eu digo, sem medo de errar, Correia de Almeida, escrevendo sobre a política brasileira, espargiu visões e sombras proféticas.

“Cresce dos males públicos a lista,/de alto a baixo o país se desmorona;/não lhe vale parada nem revista,/ não o salva penacho nem dragona.”

Lançado o livro *A República dos Tolos*, em 1881, o poeta, após trabalhar 40 anos na produção dos seus artigos para a imprensa e editar seus outros livros, vem se ajustar ao estilo de um “Poema-herói-cômico-satírico” que dele nos explicou Antonio Cândido. Em um só volume ele levou em conta o custo da produção, a maneira de atingir o maior número de leitores sem distinção de classe social. Embora ainda no regime monárquico, previamente, ele ironizou os debates políticos em torno da mudança do regime.

“Não há tolo anacrônico,/merece, pois conceito,/e deve ser aceito,/venha quando vier.”

Sintetizando, em *A República dos Tolos*, uma epopeia às avessas, o poeta tratou de sua insatisfação por um povo submeter-se a uma política conservadora. Ele não fora um revolucionário jacobino. Ele postulava a mudança de uma realidade social, o aperfeiçoamento das instituições políticas e a revelação dos erros daqueles que produziam o mal.

“Nós os ossos, que aqui estamos, pelos vossos esperamos.”

Na monografia que escreveu em 1883, *“Notícia da cidade de Barbacena e seu município”*, com rigor metódico, para lhe valer o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ele ainda soltou suas ironias:

“Percevejo aqui não medra e o mosquito borrachudo é inteiramente desconhecido. Vive, pois, a cosmopolita pulga isenta de rivalidades.” (Apud, Lopes, Anuário da ABL 95/96).

Em 1905, ano de sua morte, ele escreve a *“Centopeia-poético-brasilica”* e arremata:

“Permitirá o leitor, se for benévolo, que eu descambe da altura da cabeça, e por dar importância à base, desça, e mencione o préstimo do pé.”

“Se um governo, tirânico ou despótico, pesadamente, oprime o triste povo, um remédio só há, e esse não é novo: oposição firmada em finca-pé.”
Tudo muito atual.

Síntese – Em tempos de desilusão republicana

Perplexos, somos todos. O país se submete nos atuais dias, impiedosamente, a outra experiência sem precedente histórico possibilitando identificar na sociedade brasileira um sistema político que não passa de uma *“farsa sociopolítica-patológica”*, no dizer de Dias Gomes quando escreveu o Bem Amado, em 1992. A República ainda é e continua sucupiriana.

Até quando?

Chegando ao fim, deixo-lhe um para casa: o Professor Celso Furtado, antes de falecer em dezembro de 2004, escreveu em seu último ensaio, em junho, para o Jornal dos Economistas do RJ, denominado *Os desafios da nova geração*:

“Cabe-nos indagar por que, agora que a prática da democracia está incorporada à sociedade brasileira, ainda parece tão difícil promover mudanças nesse quadro.”

Em tempos de desilusão republicana, convivendo ao lado de um poeta satírico da têmpera de Correia de Almeida, alcança-se um éter libertador. No entanto, a sátira provocando o riso, não reúne a potência para mudar as crenças. A tolice nasce com casco de tatu. Não é penetrável docilmente. A sátira dá entrada para a dúvida que nos aparta da indiferença e da resignação.

“A República dos Tolos” de Correia de Almeida nos leva a admitir que o número deles em nossa práxis sociopolítica do século XXI é enorme. Suscitar o questionamento da historiografia é preciso.

“Trigo e Joio

Hoje só de República se trata,

e eu, do tempo do Otoni, não me lembro

de já ter visto tanto democrata!

Dos súditos de sete de setembro

todo aquele que fora escravocrata

deixou de ser a Quinze de Novembro.” (Sátiras e epigramas)

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria Marta. *Com quantos tolos se faz uma República?* Padre Correia de Almeida e sua sátira ao Brasil oitocentista. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

LOPES, Paulo Roberto Maia. *Correia de Almeida, Poeta Satírico – 90 anos de falecimento*. Anuário 95 – 96, 1996, p. 82, Academia Barbacenense de Letras.

UM RIO, UMA HISTÓRIA

Antônio Pedro Nolasco - Cadeira nº 8
Patrono: Visconde de Cairu

Com muita propriedade há um rio que é considerado símbolo da unidade nacional, pois corre apenas em território brasileiro e tem curso por cinco estados até chegar à sua foz. É o São Francisco!

Oficialmente a sua nascente fica na Serra da Canastra, no município de São Roque, em Minas Gerais, embora alguns estudiosos digam que sua origem esteja no município de Medeiros em situação geográfica próxima da referência anterior.

O povo agradecido pelas benesses sutis que o rio oferece, costuma chamá-lo carinhosamente de “Velho Chico”, como se fosse um amigo antigo, muito querido.

Foi denominado Opará ou Piratininga pelos índios. Sobre o nome como é consagrado hoje, há algumas versões.

Com o desbravamento das terras tupiniquins e o processo da colonização de vastas áreas em marcha, também chegaram às cercanias do curso d’água uma leva de padres missionários. Os clérigos, percorrendo os sertões e vendo a realidade que imperava ali, e que o rio era essencial para as comunidades locais carentes, logo se lembraram do santo protetor que era identificado com os pobres. E nomearam: é o rio de São Francisco! Se procedente essa tese o nome foi bem posto!

Há uma outra versão sobre o nome que foi dado ao rio, na qual o nome veio em homenagem a um velho pescador chamado Francisco, usuário de cachimbo, produtor de redes de pesca, que morava em suas margens e tinha uma afeto especial por aquele curso d’água, como se fosse ele seu patrono.

O São Francisco sobe no sentido norte no lado oeste de nosso Estado, seguindo depois de sul a norte pela Bahia, faz divisa com Pernambuco, em seguida separa os estados de Alagoas e Sergipe até chegar ao desemboque no Oceano Atlântico, depois de percorrer cerca de 2.683 quilômetros e ilustrar de beleza as suas margens.

São vários os seus afluentes significativos que vêm engrossar suas águas, a maior parte deles ocorrendo em nosso Estado. É de se referir como seus principais afluentes os rios Abaeté, das Velhas, Paraopeba, Jataí, Paracatu, Verde Grande, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande.

Há de ser considerado que nos dois extremos do rio existe um bom nível pluviométrico, em contraste com as áreas medianas onde o índice é baixo. Destarte, as águas que engrossam a capacidade do rio estão principalmente em Minas.

Os aluviões, junto com a areia e os calcários acumulados, na verdade funcionam como esponjas que retêm boa parte de água em período de seca. Só a partir de setembro, com a vinda das chuvas, o volume de água cresce.

O São Francisco passa por diversas regiões com uma variedade de condições climáticas, havendo áreas do tipo semiárido e outras de fertilidade natural onde o todo é aproveitado. Satisfaz-nos saber que em locais inóspitos a engenhosidade da população local tem revertido as adversidades em promessas, com pleno êxito.

Consideremos mais que a presença desse portentoso rio permitiu a irrigação de terras que se tornaram altamente produtivas. Inclusive na vertente norte do São Francisco, onde ocorria aridez do solo que não permitia uma agricultura regular, agora estão produzindo uvas de ótima qualidade e que têm sido exportadas com sucesso. Dá gosto ver esse florescimento. Outros cultivos estão sendo explorados.

Ainda que mais lento, o processo de industrialização regional está ocorrendo.

A população regional se acostumou com as alternâncias e sabe lidar com elas.

Contudo, o significado social e econômico desse rio é, de fato, de valor incomensurável, inclusive porque em suas margens se consolidaram mais de 500 cidades, comunidades pujantes de pequeno e médio porte, que certamente floresceram em função dos atrativos e das potencialidades locais.

Sem a menor dúvida, apesar das eventuais carências, a sua grandeza é de tal envergadura que a ele recorrem as populações ribeirinhas para suprir suas necessidades primárias e exportar mercadorias em larga escala, com um grau de prosperidade invejável. Hoje o comércio é intenso e o dinheiro circula na região.

Consideremos que pelos motivos já expostos o rio não é navegável em toda a sua extensão em virtude dos trechos de topografia local acidentada, desfavorável, e que não facilita a navegação pelas embarcações. Entre Pirapora, em Minas, e

Juazeiro na Bahia e Petrolina em Pernambuco, numa extensão de 1.371 km, tem sido possível navegar em boa parte do ano. Um outro trecho, de 208 quilômetros, é também favorável à navegação entre Piranhas, em Alagoas, até a foz. É verdade que agora, por último, em tempo de secas mais prolongadas, a prudência indica restrições ao fluxo de barcos maiores.

A partir de Pirapora costumam circular as tradicionais e líricas gaiolas, embarcações fluviais arejadas, típicas da região, e que atraem turistas de todo o país. E quem recorre àquele meio de transporte, não apenas tem conforto como também momentos de puro encantamento, de paz de espírito, pois tem oportunidade de conhecer e se deliciar com lindíssimas paisagens e conviver com um povo hospitaleiro.

Na extensão do rio há pelo menos seis hidroelétricas de porte variável, que usam as suas águas para mover as turbinas geradoras. A mais famosa delas é a de Paulo Afonso situada no Estado da Bahia e que é um orgulho nacional.

Também merece destaque o rico artesanato regional pela qualidade das peças produzidas. São célebres as tradicionais carrancas, que geralmente são colocadas nas proas dos barcos circulantes. Da mesma forma ali são produzidos objetos vários em pedra e em cerâmica, e ainda várias peças tecidas, trabalho muito admirado e disputado. É um rio habitualmente piscoso, embalado pelo clima, com produtos de excelente qualidade, com peixes de todos os tamanhos e espécies, disputados, e até aqui tem vencido a escassez dos períodos de pouca chuva.

Houve um tempo em que se pensou assiduamente na transposição das águas do Rio São Francisco para suprir áreas áridas do Nordeste. Vários defensores do Rio se mostraram contrários à iniciativa sob a alegação de que diminuiria a sua vazão rio abaixo e com enormes prejuízos econômicos. Os protestos não tiveram eco. Falou mais alto o propósito oficial. De fato parece-nos que seria uma solução para problemas sérios da região enfocada onde predomina a seca. Com determinação o Governo Federal chegou a abrir boa parte do respectivo canal, mas, como sói acontecer com outras iniciativas oficiais, as obras estão indo em marcha lenta, praticamente paralisadas, seja por falta de planejamento adequado, seja por desinteresse político, seja por incompetência para gerir a empreitada. Não há uma justificativa plausível!

Acima de todos os percalços que possam existir, é certo que, às margens do Rio São Francisco, há riquíssimas histórias para serem contadas, inclusive

permitindo que muitos usem a sua criatividade e retórica para local ali uma infinidade de fantasias que se mesclam com verdades sem chegar às sutilezas do contexto. O ontem e o hoje da região estão em situações diversas quanto à verdade social e econômica ainda que a figura humana ali presente seja a mesma no que tange à operosidade, à vontade e ao determinismo para criar com vontade férrea de vencer obstáculos. É uma gente que merece nosso aplauso!

AS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL

Daniel Antunes Júnior - Cadeira nº 43
Patrono: Teófilo Otoni

A primeira Carta Magna do Brasil foi a de 1824, outorgada por Dom Pedro I, logo depois do grito da Independência em 1822.

Inspirada nas teorias constitucionais de Benjamin Constant e Montesquieu, foi esboçada por Antônio Carlos de Andrada, tomando-se como modelo a Constituição francesa de 1791, de feição liberal. Embora não tenha sido das mais enxutas, foi a única do Império e, reformada pelo Acto Adicional da regência, em 1834, já ao tempo de Dom Pedro II, e pela Lei de Interpretação, de 1840, teve vigência até a proclamação da República, em 1889. Durou, portanto, 67 anos.

Vejamos, a seguir, as outras Constituições.

A República do Brasil, grande aspiração dos Inconfidentes Mineiros, de 1789, e uma das mais novas da América do Sul, foi proclamada em 1889, exatamente um século depois, pelo Mal. Deodoro da Fonseca que, como se comenta, não sabia o que estava fazendo ou não estava à altura do que anunciava. Em outras palavras, a nossa República foi mal fundada e, na verdade, não tem sido bem sucedida, em termos políticos, ao longo dos seus conturbados 126 anos de vigência.

Tal foi o despreparo dos responsáveis pela criação da nova forma de governo, que o próprio Deodoro se afastou da presidência provisória, seja por incompetência, ou por alguma incompatibilidade, cerca de um ano depois, cabendo a Floriano Peixoto, a duras penas, implantar o novo regime político.

Apesar de velho, o sonho republicano, remontando à Declaração de Independência americana, de 1776, as coisas aqui não se organizaram a contento. As improvisações foram muitas. Faltou-nos um Thomas Jefferson, e apelamos para as imitações, nem sempre felizes, ou feitas às avessas, senão açodadas, como a de batizarmo-nos de “República dos Estados Unidos do Brasil” (atualmente República Federativa do Brasil) e a de adotarmos a Bandeira nacional, de 19.11.1891, de faixas verdes e amarelas com um quadrado no canto esquerdo, ao alto, representando os Estados (depois mudada), cópia fiel do modelo americano.

É bem verdade que o nosso regime monárquico teve seus dias tumultuosos, mas nem tanto como na República. E até parece que rogaram uma

praga, por terem tratado tão mal o Imperador deposto. Consta que chegaram a oferecer-lhe certas compensações sonantes, que teriam sido recusadas.

O fato é que este imenso País, ao se tornar uma República, exatamente cem anos depois do sacrifício de Tiradentes, nunca teve a desejável e duradoura estabilidade econômica, política e social. Trocamos de regimes e de Constituições, como se troca de camisas.

Em cada uma das etapas desse vai-não-vai interminável, raros e breves foram os hiatos de calma.

Desta forma, as nossas ordenações jurídicas, *com leis que pegam e leis que não pegam* (como dizia Roberto Campos), tiveram, como âncora, uma Constituição Federal de plantão, cada uma marcada pelo signo da inconsistência e efemeridade.

No período republicano já experimentamos nada menos de seis constituições, atreladas a seis modelos ou formas de governo, passando 1) pela democracia liberal presidencialista, 2) pela ditadura absoluta (sem parlamento, sem eleição e com mordça), 3) pela democracia presidencialista com sindicalismo e esforço desenvolvimentista, 4) pela democracia parlamentarista, 5) pelo regime militar centralizado, com parlamento e eleições indiretas, 6) novamente pela democracia presidencialista, vulnerável a todo tipo de corrupção e irresponsabilidade.

Os partidos políticos, na República (ultimamente com proliferação surpreendente), têm sido tão perecíveis como os regimes em que surgiram, ao sabor das conveniências momentâneas.

A moeda nacional, por sua vez, submetida ao completo e endêmico descontrole da nossa economia, com planos frustrados e inflação galopante recorrente, passando do *mil réis* a cruzeiro e cruzado, velhos e novos, já contabiliza nada menos de onze alterações em valores e denominações.

Não se diga que cada mudança de Constituição, de regime político e de modelo de administração pública, representou um nobre ideal, uma conquista, ou um avanço de aperfeiçoamento. Antes, revela certo grau de imaturidade, ou indigência de visão duradoura, da classe política.

Constituição de 1891

A Carta de 1891, de feição federalista e liberal, que teve Rui Barbosa como um dos seus principais artífices, foi rasgada pela Revolução Liberal de 1930, inaugurando o vazo do desrespeito às instituições. Dizia-se que a “República Velha”, com a oligarquia da política do “café-com-leite” (hegemonia São Paulo/Minas), e as chamadas eleições a “bico-de-pena”, tinha uma Constituição viciosa, exaurida e decrépita – o que não era a expressão da verdade. Dizia-se que o processo eleitoral permitia fraudes através do sistema de depuração dos votos, consignando nas atas resultados falsos. Mas, ironicamente, tinha-se como certo que

os eleitos eram sempre os melhores... Bastava combater a fraude, mas preferiram dar o golpe.

No período republicano foi a Carta que mais durou: 43 anos de vigência.

Constituição de 1934

A Carta Magna de 1934, promulgada por uma Assembleia Constituinte, com as influências do pós-Guerra Mundial de 1914/1918, teve como novidade a instituição da Justiça do Trabalho e a reformulação do sistema eleitoral. Mas foi quase natimorta, porque não agradou aos revolucionários de 1930. Durou pouco mais de três anos...

Constituição de 1937

A seguir tivemos a Constituição de 1937, chamada de “a polaca”, de influência fascista, da lavra do mineiro Chico Ciência, e encomendada pelo gaúcho Getúlio Vargas, que, num golpe de Estado, como “pai da pátria,” outorgou-a, e permaneceu no poder pelo “curto espaço de 15 anos”, quando implantou o direito trabalhista, desejável, mas de cunho paternalista e o sistema assistencial, ainda dominantes, sem cuidar, antes, do desenvolvimento das fontes de produção, capazes de sustentá-los. A manobra golpista teve a falsa justificativa de que, com o hipotético Plano Cohen, supostamente comunista, o povo estaria com “sua paz política e social profundamente perturbadas por conhecidos fatores de desordem.” Dourando a pílula, dizia-se que “todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido...” O culto à personalidade do ditador, a cargo do famigerado DIP, chegou ao paroxismo. Foi uma ditadura feroz, com mordaca, polícia secreta e lei de segurança nacional. Além disso, legiferante sem parlamento. Um tremendo retrocesso, em termos de democracia. A “polaca”, de triste memória, foi abortada aos 9 anos.

Constituição de 1946

Após a derrubada do ditador, que caiu de maduro, a exemplo de seus colegas nazifascistas, foi promulgada por uma Assembleia, eleita com o novo presidente, a Constituição democrática de 1946 – uma reprodução melhorada da de 1934. Embora criticada como detalhista, a nova Carta evoluiu, ampliando os direitos fundamentais do cidadão e balizando novos rumos para o desenvolvimento nacional, com a economia mundial em reconstrução, finda pouco antes a segunda Grande Guerra. A Carta de 1946, com a redemocratização do País, durou 21 anos.

Constituição de 1967

O período de pós-Guerra Mundial foi marcado, no Brasil, por muita turbulência política, passando pelo suicídio de Getúlio Vargas (que se elegera livremente, depois da ditadura, e se deu mal); pela intervenção do Mal Lott, para

garantir a posse de JK; pela construção de Brasília; pela renúncia de Jânio Quadros, e pela frustrada experiência do regime parlamentarista. E finalmente, graças às desordens intestinas permitidas ou toleradas pela democracia, tivemos a destituição de Jango Goulart da presidência, e a implantação do regime militar, com Ato Institucional e cassações. A nova Constituição manteve o parlamento e instituiu as eleições indiretas. Durou também 21 anos.

Constituição de 1988

Após o regime militar, viemos a ter a Carta Magna atual, com 325 artigos, que Ulysses Guimarães batizou de “Cidadã”, restabelecendo-se a ordem democrática, as eleições diretas e criando a excrecência da Medida Provisória. Desde que foi promulgada, já com 27 anos, tal Carta, tida como analítica, é mais cortesã que cidadã. Tão capenga, já foi remendada quase uma centena de vezes, assemelhando-se a uma colcha de retalhos.

Como vemos, desde o advento da República, o Brasil vem se debatendo como uma nau sem rumo em mar revolto, na busca infrutífera de um porto seguro onde possa firmar, com acerto e dignidade, a própria identidade, promovendo o seu desenvolvimento político, econômico e social, de modo justo e sustentável, como País soberano, sério e respeitável.

A Constituição de um País - sua lei máxima à qual as outras leis devem ajustar-se -, constitui o cerne das ordenações jurídicas que regem a vida nacional e, como tal, deve ser clara, consistente, justa, coerente e definitiva.

Entretanto as nossas numerosas Cartas republicanas têm sido documentos provisórios, efêmeros, insatisfatórios.

É inacreditável como podemos aceitar passivamente, neste País de tanta potencialidade, e com um povo tão generoso, o fato melancólico de que vivemos e agimos sob o signo da instabilidade política, e por extensão econômica, como se depreende da transitoriedade das peças que foram a nossa Carta Magna. Vejamos a eloquência instigante do quadro abaixo.

Anos de vigência das Constituições:

Imperial 1824 - 67

Republicanas: 1891 - 43

 1934 - 3

 1937 - 9

 1946 - 21

 1967 - 21

 1988 - 27

Se realmente Deus é brasileiro, como dizem, imploremos as suas bênçãos especiais para a nossa terra, e o advento de uma era de paz e fraternidade neste mundo maravilhoso em que vivemos.

A TRAGÉDIA CAUSADA AO BRASIL PELOS SUBMARINOS NAZISTAS E FASCISTAS NA II GUERRA MUNDIAL

Fernando Antonio Xavier Brandão - Cadeira nº 49

Patrono: Senador do Império Cônego José Bento Ferreira de Melo

Nota de esclarecimento

O autor esclarece que este trabalho resultou da adaptação de vários artigos publicados na Internet. O mérito está na pesquisa e nos resumos, para que a matéria pudesse oferecer leitura amena sobre fatos complexos e dolorosos da nossa História.

Antecedentes

No início da 2ª Guerra Mundial, em setembro de 1939, o Governo Brasileiro declarou-se neutro em relação ao conflito. Os primeiros anos da guerra foram favoráveis ao Eixo Alemanha-Itália-Japão. Esse sucesso gerou o surgimento de simpatizantes do Eixo, nos altos escalões do governo brasileiro. Era exceção o chanceler Oswaldo Aranha, dotado de muito bom senso. O próprio Getúlio Vargas era simpatizante, pois temia que a entrada do Brasil na guerra levasse ao fim do Estado Novo e à exigência popular de eleições diretas para a Presidência. Em 15 de janeiro de 1942, os Estados Unidos lideraram uma conferência, no Rio de Janeiro, onde buscaram o rompimento dos países latino-americanos com o Eixo. O Chile e a Argentina não aderiram a essa opção. O Brasil rompeu relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha Nazista, o Japão e a Itália Fascista, em 28 de janeiro de 1942.

Os ataques aos navios da Marinha Mercante Brasileira pelos submarinos do Eixo, entre os anos de 1941 e 1944, causaram a morte de 1.081 pessoas e precipitaram a entrada do Brasil no conflito, ao lado das forças aliadas.

O balanço da tragédia causada ao Brasil, pelo torpedeamento de navios mercantes por submarinos alemães e italianos, aponta 35 ataques (com 33 afundamentos), nas águas dos Oceanos Atlântico (incluindo o Mar Mediterrâneo) e Índico. Ocorreu, ainda, um ataque aéreo ao navio *Taubaté*, em 22 de março de 1941, no Mediterrâneo.

A cintura do Atlântico

O Canal de Suez havia sido bloqueado para os navios do Eixo. Diante da necessidade de matérias-primas, como a borracha e o estanho, que vinham do Oriente, para suas indústrias armamentistas, alemães e italianos foram obrigados a

utilizar o Oceano Atlântico, contornando a Patagônia, em busca dos Oceanos Pacífico e Índico, como rota para seus navios.

Para tentar frear este fluxo de matérias-primas ao inimigo, implantou-se a vigilância aérea e marítima na denominada "Cintura do Atlântico", isto é, a reta que vai de Natal a Dacar. Para isso, foi feito um acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, quando foram instaladas bases militares no Brasil, a partir de junho de 1941, com a chegada da *Força Tarefa nº 3* e a liberação dos portos de Recife e Salvador, para a Marinha Americana. Por sua vez, o Eixo desejava interromper o envio de matérias-primas para os Estados Unidos e o envio de suprimentos para a Grã-Bretanha, iniciando os ataques com submarinos aos navios mercantes, que navegassem pelo Atlântico.

Os dois primeiros incidentes

Em 22 de março de 1941, o navio mercante *Taubaté* foi atacado pela aviação alemã no Mediterrâneo, ao largo da costa do Egito. Nesse ataque, morreu o primeiro brasileiro na 2ª Guerra. Em 13 de junho de 1941, um submarino alemão parou, a tiros de canhão, o navio mercante *Siqueira Campos*, que navegava próximo ao arquipélago da República de Cabo Verde. Nosso navio foi revistado por oficiais do submarino alemão.

Início das hostilidades

O rompimento de relações diplomáticas com o Eixo, em janeiro de 1942, e a cessão das bases aos americanos, no Recife e Salvador, tornaram o Brasil um país hostil, sob o ponto de vista dos alemães e italianos. A partir de então, navios brasileiros passaram a ser atacados ao largo da costa americana e no Caribe. Os primeiros foram o *Buarque* (1 morto) e o *Olinda* (sem vítimas), em 15 e 18 de fevereiro de 1942. A seguir, desapareceu o *Cabedelo*, a leste do Mar do Caribe, depois de zarpar dos Estados Unidos. Morreram 54 homens e até hoje não se sabe quem afundou o navio. A hipótese mais provável é que tenha sido o submarino italiano *Da Vinci*. Até o final de julho de 1942, o Brasil perdeu os navios *Arabutã* (1 morto), o *Cairu* (53 mortos), o *Paranaíba* (7 mortos), o *Gonçalves Dias* (6 mortos), o *Alegrete* (sem vítimas), o *Paracuri* (não há dados sobre as baixas), o *Pedrinhas* (sem vítimas), o *Tamandaré* (4 mortos), o *Barbacena* (6 mortos) e o *Piave* (1 morto). Todos eles foram atacados longe do litoral brasileiro, por submarinos nazistas ou fascistas.

Desde o afundamento do navio *Buarque*, os jornais brasileiros publicaram, com muita veemência as notícias dos torpedeamentos. A população brasileira foi, assim, informada, em curto espaço de tempo, dos dolorosos resultados de uma guerra, ainda não declarada aos nazistas e fascistas.

A seguir, reprodução da primeira página do jornal O GLOBO, de 16 de fevereiro de 1942, com a notícia do afundamento do navio *Buarque*, ocorrido na véspera.



Ataques no Atlântico Sul

Em 18 de maio, aconteceu o primeiro ataque no Atlântico Sul, próximo às águas nacionais, efetuado pelo submarino italiano *Barbarigo*, do qual foi vítima o Comandante Lira, e que causou duas mortes. O navio, embora torpedeado e canhoneado, não afundou. Após tais episódios, o submarino *Barbarigo* foi atacado, em 22 de maio de 1942, entre o Atol das Rocas e Fernando de Noronha, por um bombardeiro B-25 Mitchell da recém-criada Força Aérea Brasileira. O avião pertencia ao Agrupamento de Aviões de Adaptação, unidade de treinamento que a FAB havia organizado para receber aviões dos Estados Unidos. A tripulação do B-

25 era americana e brasileira. Essa foi a primeira missão de combate da história da FAB. Sem o Brasil ainda estar oficialmente na guerra, no dia 28 de maio de 1942, o Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, anunciou, de forma festiva, que aviões da FAB haviam atacado submarinos do Eixo. Em outras palavras, os ataques aéreos sobre unidades do Eixo foram, publicamente, anunciados pelo Ministro da Aeronáutica, atos que tiveram o apoio exultante de seu chefe, o presidente Getúlio Vargas. E o povo brasileiro, junto com o governo de Getúlio Vargas, vangloriou-se com a façanha imprudente da FAB. O evento foi noticiado amplamente e o presidente americano Roosevelt parabenizou Getúlio Vargas pelos ataques.

O trágico agosto de 1942

Até julho de 1942, o Brasil já tinha perdido 14 navios (sem contar o *Taubaté*, metralhado no ano anterior). A tragédia maior ocorreu durante agosto de 1942, causada por um único submarino alemão, o *U-507*. No dia 7 de agosto de 1942, o Comando de Submarinos Alemães emitiu ordem aos U-Boots que se encontravam no Atlântico Sul, dentre eles o *U-507*, que atacassem navios, exceto argentinos e chilenos, em águas brasileiras. Assim, em quatro dias (entre 15 e 19 de agosto de 1942), o *U-507*, navegando junto à costa e comandado pelo capitão Schacht, afundou quatro navios de cabotagem/passageiros; um de carga e outro pequeno barco, entre os litorais da Bahia e de Sergipe, causando 607 mortos, entre os quais, muitas mulheres e crianças.

O *Baependi* teve 270 mortos, incluindo soldados do Exército que estavam sendo levados ao Nordeste. Salvaram-se apenas 36 pessoas. A segunda vítima, na mesma noite – 15 de agosto, foi o *Araraquara*, de 4.871 toneladas. Saindo de Salvador pela manhã dirigia-se, também, rumo norte. Às 21:03 horas, dois torpedos atingiram o navio e o afundaram em cinco minutos. Foi esse o tempo que as pessoas dispuseram para tentar se salvar, à noite, em um navio inclinando-se, cada vez mais, para um dos lados, sem iluminação e repleto de gente assustada, gritando sem saber o que fazer. Como o país não estava em guerra, não havia qualquer tipo de treinamento para emergências, em especial, para o abandono rápido de um navio. O resultado foi tristemente óbvio, dos 142 a bordo, 131 morreram.

O *Aníbal Benévolo* foi a terceira vítima do *U-507*. Ele havia saído de Salvador e navegava com destino a Aracaju. Eram cerca de 4:00 horas da madrugada do dia 16, quando ele foi atingido por um torpedo na popa e, em seguida, por outro, que

acertou a casa de máquinas. O *Aníbal Benévolo* teve 150 mortos, dos quais, todos os 83 passageiros (sendo 16 crianças) mais 67 tripulantes. Apenas quatro homens da tripulação se salvaram. No dia seguinte, 17 de agosto, o *U-507* torpedeou o *Itagiba*, que estava indo do Rio de Janeiro para o Recife. O *Arará*, um pequeno cargueiro carregado de sucata e que acabara de sair de Salvador rumo a Santos, percebeu o desastre e se aproximou para recolher os náufragos. Com as suas máquinas paradas, no meio do oceano, e parte de seu pessoal nas baleeiras à procura dos sobreviventes do *Itagiba*, foi o alvo mais fácil para os torpedos de Schacht. O saldo foi de 36 mortos no *Itagiba*, todos eles passageiros civis e militares, mais 20 no *Arará*, todos tripulantes (não havia passageiros a bordo).

No dia 19, o *Jacira*, uma pequena barça de fundo chato, seria a sexta vítima. Por volta das duas da tarde, o submarino *U-507*, na superfície, parou o barco a tiros de advertência. A tripulação foi forçada a abandonar a barça. Logo após, o pequeno barco foi afundado por cargas explosivas.

No dia 18 de agosto de 1942, a estação transmissora do Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas irradiou para todo o país, e os jornais publicaram o seguinte comunicado:

“Pela primeira vez, embarcações brasileiras, servindo ao tráfego das nossas costas no transporte de passageiros e cargas de um Estado para outro, sofreram o ataque dos submarinos do Eixo. (...) O inominável atentado contra indefesas unidades da Marinha Mercante de um país pacífico, cuja vida se desenrola a margem e distante do teatro da guerra, foi praticado com desconhecimento dos mais elementares princípios de Direito e de humanidade. Nosso país, dentro de sua tradição, não se atemoriza diante de tais brutalidades; e o Governo examina quais as medidas a tomar em face do ocorrido. Deve o povo manter-se calmo e confiante, na certeza de que não ficarão impunes os crimes praticados contra a vida e os bens dos brasileiros.”

As reações populares e a declaração de guerra ao Eixo

Nos dias que se seguiram, cadáveres inchados (inclusive de crianças) jaziam nas praias do Nordeste brasileiro, trazidos pela maré. As fotos estampadas nos jornais causaram enorme comoção nacional. No Rio de Janeiro, houve passeatas e comícios populares, onde a população exigia retaliação. A União Nacional dos

Estudantes (UNE) organizou passeatas, nas principais cidades brasileiras, exigindo a entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados. Em 22 de agosto, após reunião ministerial, o Brasil declarava "estado de beligerância" à Alemanha nazista e à Itália fascista, formalizada através do Decreto-Lei nº 10.508, expedido no dia 31 daquele mês.

Ataques posteriores à declaração de guerra

Menos de um mês após a declaração de guerra pelo Brasil, mais três navios seriam alvo dos *U-Boots*: o *Osório* (5 mortos), o *Lajes* (3 mortos) e o *Antonico* (16 mortos). Os dois primeiros foram torpedeados, pelo *U-514*, ao largo da Ilha de Marajó; o terceiro, afundado um pouco mais ao norte, na altura da Guiana Francesa, pelo *U-516*. O *Porto Alegre* foi afundado em 3 de novembro, na costa índica da África do Sul, com um morto. O ano terminaria com o afundamento do *Apaloide*, no dia 22 de novembro, a oeste das Pequenas Antilhas, causando mais cinco mortes. No dia 18 de fevereiro de 1943, foi a vez do *Brasiloide*, torpedeado pelo *U-518*, na costa da Bahia. Não houve vítimas fatais nesse afundamento, mas, no seguinte, dia 2 de março, a guerra cobraria a vida de 125 pessoas a bordo do *Afonso Pena*, afundado pelo submarino italiano *Barbarigo*, ao largo de Porto Seguro. Em 1º de julho, foi a vez do *Tutoia*, torpedeado ao largo de Iguape, litoral sul de São Paulo, causando a morte de sete pessoas. Depois, em 4 de julho, seguiu-se o *Pelotaslóide* (5 mortos), afundado pelo *U-590*, o qual não teve muito tempo para comemorar o feito, pois foi afundado por uma aeronave PBY-5 Catalina, próximo ao estuário do Rio Amazonas, em 9 de julho. No dia 19, no litoral de Santa Catarina, um PBM Martin Mariner do esquadrão VP-74 afundou o *U-513* que, 18 dias antes afundara o *Tutóia*. Na manhã do dia 31 de julho, foi afundado o primeiro submarino alemão por brasileiros, o *U-199*, que, no dia 22, canhoneara o pequeno barco de pesca *Shangrilá*, nas costas de Cabo Frio, em que morreram os dez tripulantes. À noite, o *U-185* afundaria o *Bagé*. O ataque custou a vida de 28 pessoas. Em 26 de setembro, foi torpedeado o navio *Itapagé*, acarretando a morte de 22 pessoas. Na madrugada do dia seguinte, o *Cisne Branco*, um pequeno barco que auxiliava as forças navais, naufragou no litoral do Ceará, deixando quatro mortos. Em 23 de outubro, foi a vez do navio *Campos* (12 mortos), torpedeado pelo *U-170*. Nessa época, os *U-Boots* já estavam sofrendo pesadas baixas, não só nas costas brasileiras, mas também em outros locais.

Os patrulhamentos aéreos começaram a ser mais efetivos, no final de dezembro de 1942, com grupos de aviões americanos e da FAB e a varredura naval foi reforçada com a presença de embarcações americanas. No ano seguinte, o Brasil ainda sofreria a perda do *Vital de Oliveira*, único navio militar afundado por ação inimiga na guerra. O afundamento, ocorrido em 19 de julho de 1944, na costa do Rio de Janeiro, custou a vida de 99 pessoas.

(VER AS DUAS TABELAS AO FINAL DESTE ARTIGO)

Submarinos mais utilizados pelos alemães

Os nazistas utilizaram muitos modelos de submarinos, durante a 2ª Guerra Mundial. No entanto, seu carro-chefe foi o Tipo VII C. Empregado em larga escala na Batalha do Atlântico, o Tipo VII C apresentava características de alta tecnologia, tais como suas velocidades na superfície e submerso, maleabilidade e carga de torpedos. A seguir, para ilustração, incluímos um perfil do tipo VII C, com seus principais dados de projeto.

Manifestações contra os imigrantes dos países do Eixo

Após os afundamentos de navios brasileiros, com elevado número de mortos, ocorreram, em várias cidades, manifestações populares contra imigrantes alemães, japoneses e italianos. Foram depredações de estabelecimentos comerciais pertencentes a imigrantes vindos de países que faziam parte do Eixo e tentativas de linchamento de tais pessoas. Jornais impressos e programas de rádio, nas línguas dos países do Eixo, foram proibidos no Brasil.

Controvérsias e propaganda de guerra

Alguns grupos de imigrantes alemães e italianos, no Brasil, espalharam boatos de que submarinos norte-americanos teriam sido os verdadeiros responsáveis pelos ataques, com a intenção de obrigar o Brasil a entrar na guerra. Existe farta documentação comprovando que foram mesmo submarinos alemães e italianos os responsáveis pelos torpedamentos. As matérias-primas transportadas pelos mercantes brasileiros eram de vital importância para os Aliados, portanto, só interessaria aos países do Eixo atacar esses navios. Além disso, naquela época, a maior parte da frota dos submarinos norte-americanos não estava no Oceano Atlântico, mas no Pacífico, torpedeando navios de guerra japoneses.

A guerra antissubmarina do Brasil apoiada pelos americanos

Ao todo foram registrados 66 ataques da Marinha brasileira (incluindo os da Aviação Naval) a submarinos alemães, no Atlântico Sul, que resultaram em danos ou no afundamento de 18 submarinos no litoral brasileiro, dos quais nove - o U-128, U-161, U-164, U-199, U-513, U-590, U-591, U-598 e o U-662 – foram, oficialmente, registrados pela Marinha Alemã, como tendo sido afundados pela Marinha Brasileira . Os Estados Unidos forneceram aviões antissubmarinos para o Governo Brasileiro. O primeiro afundamento de submarino alemão pela FAB ocorreu em 31 de julho de 1943, realizado por um avião PBY- Catalina, pilotado pelo Aspirante Aviador Alberto Martins Torres, que usou cargas de profundidade. O submarino afundado foi o U-199.

LOCALIZAÇÃO DE SUBMARINOS ALEMÃES AFUNDADOS NA COSTA BRASILEIRA



TABELA DE SUBMARINOS NAZISTAS AFUNDADOS NO LITORAL BRASILEIRO

NOME	TIPO	COMANDANTE	DATA DO NAUFRÁGIO
U-164	IXC	Cap. De Corveta Otto Fexhner	06.01.43
U-128	IXC	Tenente Comandante Hermann Steinert	17.05.43
U-590	VIIC	Tenente de Marinha Werner Krüer	09.07.43
U-513	IXC	Tenente Comandante Friedrich Guggenberger	19.07.43
U-662	VIIC	Tenente de Marinha Heinz-Eberhard Müller	21.07.43
U-598	VIIC	Tenente Comandante Gottfried Holtorf	23.07.43
U-199	IXD2	Tenente Comandante Hans-Werner Kraus	31.07.43
U-591	VIIC	Tenente de Marinha Raimar Ziesmer	31.07.43
U-161	IXC	Tenente Comandante Albercht Achilles	27.09.43

Casos controversos

Durante o conflito, outros navios brasileiros sofreram naufrágios, a maioria por acidentes de navegação. Outros casos nunca ficaram esclarecidos, como por exemplo, o desaparecimento do *Santa Clara*, próximo às Bermudas, em 15 de março de 1941, e o afundamento do *Cisne Branco*, em 27 de setembro de 1943.

ANEXO: 2 (duas) Tabelas com a Listagem dos Navios Brasileiros Afundados

NAVIOS BRASILEIROS AFUNDADOS POR SUBMARINOS ALEMÃES E ITALIANOS NA II GUERRA MUNDIAL (1 de 2)

#	Data	Navio	Agressor	Local	Mortos
1º	22-03-1941	Taubaté	Alem. - Ataque aéreo	Litoral do Egito	1
2º	15-02-1942	Buarque	U-432 - Torpedos	Litoral da Carolina do Norte	1
3º	18-02-1942	Olinda	U-432 – Tiros Canhão	Litoral de Virgínia (USA)	0
4º	25-02-1942	Cabelo	Da Vinci (Ital.) – Torp.	Atlântico Norte	54
5º	07-03-1942	Arabutã	U-155 - Torpedos	Litoral de Carolina do Norte	1
6º	08-03-1942	Cairu	U-94 - Torpedos	Litoral de Nova York	53
7º	01-05-1942	Parnaíba	U-162- Torpedos	Atlântico Norte	7
8º	18-05-1942	Comandante Lira	Barbarigo (Ital.) – Torp.	Atlântico Norte	2
9º	24-05-1942	Gonçalves Dias	U-502 - Torpedos	Mar do Caribe	6
10º	01-06-1942	Alegrete	U-156 - Torpedos	Mar do Caribe	0
11º	05-06-1942	Veleiro Paracuri	U-159 – Tiros Canhão	Mar do Caribe	n/d
12º	26-06-1942	Pedrinhas	U-203 - Torpedos	Atlântico Norte	0
13º	26-07-1942	Tamandaré	U-66 - Torpedos	Atlântico Norte	4
14º	28-07-1942	Barbacena	U-155 - Torpedos	Atlântico Norte	6
15º	28-07-1942	Piave	U-155 - Torpedos	Atlântico Norte	1
16º	15-08-1942	Baependi - Passageiros	U-507 - Torpedos	Litoral do Sergipe	270
17º	15-08-1942	Araraquara - Passageiros	U-507 - Torpedos	Litoral do Sergipe	131
18º	16-08-1942	Anibal Benevoló - Passag.	U-507- Torpedos	Litoral da Bahia	150

NAVIOS BRASILEIROS AFUNDADOS POR SUBMARINOS ALEMÃES E ITALIANOS NA II GUERRA
MUNDIAL (2 de 2)

#	Data	Navio	Agressor	Local	Mortos
19º	17-08-1942	Itagiba - Passageiros	U-507 - Torpedos	Litoral da Bahia	36
20º	17-08-1942	Atará	U-507 - Torpedos	Litoral da Bahia	20
21º	19-08-1942	Jacira (Barcaça)	U-507 - Explosivos	Litoral da Bahia	0
22º	28-09-1942	Osório	U-514 - Torpedos	Litoral do Pará	5
23º	28-09-1942	Lages	U-514 - Torpedos	Litoral do Pará	3
24º	28-09-1942	Antonico	U-516 - Torpedos	Litoral da Guiana Francesa	16
25º	03-11-1942	Porto Alegre	U-504 - Torpedos	Litoral da África do Sul	1
26º	22-11-1942	Apalóide	U-163 - Torpedos	Oceano Atlântico	5
27º	18-02-1943	Brasilóide	U-518 - Torpedos	Litoral da Bahia	0
28º	02-03-1943	Afonso Pena - Passageiros	Barbango (Ital) - Torp.	Litoral da Bahia	125
29º	01-07-1943	Tunoiá	U-513 - Torpedos	Litoral de São Paulo	7
30º	04-07-1943	Pelotasióide	U-590 - Torpedos	Litoral do Pará	5
31º	22-07-1943	Shangri-Lá	U-199 - Tir. de Canhão	Litoral do Rio de Janeiro	10
32º	31-07-1943	Bagé	U-185 - Torpedos	Litoral do Sergipe	28
33º	26-09-1943	Itapagé	U-161 - Torpedos	Litoral do Alagoas	22
34º	23-10-1943	Campo	U-170 - Torpedos	Litoral de São Paulo	12
35º	19-07-1944	Vital de Oliveira - Passag.	U-861 - Torpedos	Litoral do Rio de Janeiro	99
				TOTAL	1.081

O CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO NA MODERNIDADE: UM ESTUDO A PARTIR DA REVOLUÇÃO FRANCESA

*Fernando José Armando Ribeiro¹ - Cadeira nº12
Patrono: Barão Homem de Melo*

1. Introdução

O estudo que ora realizamos faz parte de uma tentativa de reconstrução histórica do conceito de Constituição, destacando e apresentando tanto os seus pressupostos filosóficos e políticos quanto sua inserção paradigmática na vivência da Modernidade ocidental. Sua importância pode ser facilmente justificada se entendermos, com Chamon Júnior, que a compreensão da legitimidade do Direito na Alta Modernidade deve comportar um permanente entrelaçamento com os aspectos dogmáticos, históricos e sociológicos (2005: XXVI; 222-226). Se em textos anteriores pretendemos realizar a análise da organização política antiga e medieval, intenta-se agora chegar à organização política moderna, com a afirmação da Constituição como estrutura normativa superior, reguladora e controladora do Estado e de suas instituições, limitando e dividindo o exercício do poder estatal em nome das liberdades fundamentais do indivíduo por ela consagradas. Trata-se da análise de um dos momentos fundadores do constitucionalismo.

Parece-me, pois, ter lugar também nesta seara a famosa provocação lançada por Immanuel Kant, no alvorecer da Era Moderna: “sapere aude”! Ouse conhecer! Ousemos nós todos conhecer e procurar discutir e esclarecer os verdadeiros sentidos de uma Constituição, seus pressupostos e suas possibilidades. Talvez, a partir de uma visão mais clara acerca dos verdadeiros significados do constitucionalismo, possamos entender mais e melhor acerca de nós mesmos, e do que o Direito e a Constituição podem ou/e devem fazer em uma sociedade politicamente organizada. Talvez possamos, a partir daí aprender a aceitar a imperfectibilidade inerente a toda e qualquer Constituição, e melhor reconhecer e implementar suas grandes conquistas. Que possamos então deixar de lado, os brasileiros, a obsessão de reformular simplesmente os textos – como se eles tudo pudessem, e passemos a reformular a interpretação, pela ampliação dos parâmetros de nossa própria compreensão. Só assim poderemos nos aproximar da importante verdade, tão bem explicitada por Souza Cruz, de que o processo constituinte deve assumir a condição de um aprendizado coletivo permanentemente aberto para a inclusão, aquisição e transformação dos direitos que regem a sociedade (SOUZA CRUZ, 2006: 98).

No momento em que se fala de um “constitucionalismo mundial”², faz-se oportuno tecer algumas reflexões sobre a fundação do Estado Constitucional na França revolucionária. Ao fazê-lo, não somos motivados por objetivo outro senão o de apontar a dialeticidade inerente ao processo de afirmação do próprio constitucionalismo, permeado por tensões e contradições, sempre possíveis e passíveis de superação no correr da vivência humana intersubjetiva.

2. A ruptura revolucionária e a nova dimensão do conceito de liberdade

Tão grande foi a ruptura e a transformação que o Direito sofreu com a Revolução Francesa de 1789, que esta viria a se consagrar como um verdadeiro símbolo histórico do universo jurídico e político moderno, fenômeno que Hegel iria tematizar como o verdadeiro “parto de uma sociedade nova” (OLIVEIRA, 1991: 74). É que, como ensina Baracho Júnior, no período que antecede à formação das organizações políticas modernas, as normas que regulam o agir humano têm uma fundamentação transcendental (2000: 23), pouca distinção havendo entre o Direito e demais ordens normativas. Entretanto, o processo de ruptura e transformação não adveio do acaso, mas é fruto de longa sedimentação histórica. Como ensina Ferraz Jr.

“Na passagem do século XVIII para o século XIX, há uma mudança no quadro das teorizações científicas, já preparada na ciência renascentista, na dúvida cartesiana e na necessidade de fundar o conhecer a partir de si próprio. A dicotomia entre contemplação e ação, bem como a idéia platônica de que a verdade era percebida apenas no ato solitário da visão, começara a ser abalada quando a ciência se torna atividade que *faz*, que *constrói* os objetos que conhece. Com isso, a velha noção de teoria como contemplação e como conjunto de verdades concatenadas e dadas vira hipótese de trabalho que pode ser mudada conforme os resultados que produz, fazendo depender sua validade não daquilo que desvenda (*alétheia*), mas pelo fato de funcionar (*produção* científica)” (1989: 5).

Ademais, desde a Idade Média que a técnica de produção se transmudara, fazendo com que o poder econômico se deslocasse das glebas feudais para a burguesia das navegações, do comércio e das manufaturas, criando nas cidades a base da nova sociedade que paulatinamente deixaria suas antigas fundações no campo e na terra. Num primeiro momento, as exigências econômicas farão com que os monarcas, já sem meios de qualquer ação impeditiva à expansão capitalista da primeira idade do Estado moderno, venham a estimular a classe burguesa mediante o desenvolvimento de políticas mercantilistas. Assim agindo, entretanto, a

monarquia absoluta não fazia mais que atenuar e encobrir a contradição latente e frontal que se escondia sob a convivência de um governo de reis e nobres, de direitos feudais e instituições do período medievo, em uma sociedade de bases econômicas tão profundamente modificadas. Ali, o poder da riqueza gravitava já em órbita social absolutamente distinta, qual seja o da burguesia recém-formada e fortalecida (BONAVIDES, 1995: 69-72).

Com essa política de suporte à burguesia e de apoio à livre-empresa, a monarquia sufocara temporariamente a rebelião burguesa e seus intentos de tomada do poder político. Todavia, como assevera Bonavides, quando a burguesia cimentou seu inquebrantável poder econômico, tornou-se-lhe impossível tolerar a autoridade política em mãos de um príncipe guardião da antiga ordem jurídica e social privilegiada, que vinha da Idade Média, num desafio de continuidade aos tempos modernos, a saber, os tempos da burguesia (1995: 71).

Assim é que a Revolução em armas seria apenas o “epílogo militar” (BONAVIDES) da *revolução econômica* dantes instaurada pela transmutação do processo de produção de riquezas, e da *revolução intelectual* que dantes se impingira nas consciências, trazendo ao processo revolucionário a adesão dos melhores espíritos de França. Fortalecendo a burguesia com o apoio e a aliança de pensadores da envergadura de um Montesquieu e um Sièyes. Seria o braço forte que permitiria que a entidade denominada *Nação* – já trabalhada e erigida pelo pensamento anterior – se tornasse então soberana, assumindo o lugar antes ocupado pelo rei.

A grande questão trazida, pois, à vivência histórica daquele momento passou a ser a tentativa de fundação de uma nova ordem social, sustentada nos princípios universais da justiça social, igualdade e fraternidade, e tendo como fim precípuo a manutenção de uma convivência humana livre, e ao mesmo tempo possuidora de um nível de segurança jurídica compatível com a racionalidade dos novos tempos. Assim é que, com pretensões de definitividade e universalidade, vieram a se afirmar, na *Déclaration des Droits de l'Homme e du Citoyen* de 1789, os princípios racionais da nova organização social que soerguiam imaculados sobre os escombros da ordem anterior.

O dualismo de complementaridade – Direitos do Homem e do Cidadão – que, em análise apressada, poderia até mesmo sugerir alguma redundância no enunciado da célebre *Déclaration*, justifica-se, como ensina Comparato, em função do caráter universal presente no espírito dos revolucionários, fazendo-se pois conscientes de que não se dirigiam apenas ao povo francês, mas a todos os povos, concebendo pois o documento em sua dupla dimensão: *nacional* e *universal* (1999: 132). Aliás, as “disposições fundamentais” da Constituição de 1791 fazem a nítida distinção entre os “direitos do homem”, independentemente de sua nacionalidade, e os “direitos do cidadão”, próprios unicamente dos franceses.

Ademais, como esclarece Reale, todo o conteúdo das Declarações de Direitos revolucionárias deve ser entendido como influência direta dos ventos da Ilustração, que levaram os juristas da Revolução a assinalar, com enorme ênfase, o valor primordial consubstanciado no caráter inato e universal dos direitos fundamentais do homem. Ao ressaltarem tal valor, fizeram-no, porém, a partir da natureza mesma do homem, sem qualquer alusão a Deus como sua fonte originária, ao contrário da Declaração norte-americana, de base inegavelmente religiosa, que timbra em reconhecer a origem transcendente dos direitos inatos. A Declaração francesa é uma proclamação laica, obra exclusiva da sociedade e do Estado, que, até mesmo em consequência da tentativa de ruptura ideológica, fez-se à margem de qualquer interferência da Igreja ou de seus princípios (1990: 76).

Como assinala o jusfilósofo brasileiro, poder-se-ia dizer que esse entendimento marca o apogeu do racionalismo no plano da experiência jurídica, ou da autoconsciência do Direito. O *Cogito* cartesiano (*Cogito, ergo sum*) projeta-se no domínio social, convertendo-se em: *Cogito, ergo sum subiectus iuris*. Ser sujeito de direito significa ser *cidadão*, adquirindo, assim, a cidadania um sentido de universalidade. (REALE, 1990: 76-77).

Na ótica de Hegel, que fará da Revolução Francesa uma das bases de seu pensamento filosófico, esta só se faria historicamente compreensível a partir da ideia de *liberdade*, sendo que o grande legado da Revolução à história universal seria justamente erigir a liberdade a *fundamento* da vida humana: “a liberdade absoluta se eleva ao trono do mundo sem que poder algum lhe possa opor resistência” (HEGEL, 1993: 94). A liberdade será então concebida como o próprio princípio racional do Estado, encontrando nos direitos do homem o sustentáculo para a sua convivência.

Assim, para Hegel, se a História Universal tem seu início com os gregos, com que desponta a consciência da unidade impostergável entre o *ser-homem* e *ser-livre*, esse momento era revelador de uma liberdade concreta ainda limitada, posto que reservada apenas a *alguns*. O cristianismo é que iria trazer ao Ocidente a consciência do *homem livre enquanto livre* (HEGEL, 1995: 55-60; 189-202; 271-283).

Entretanto, será a Revolução Francesa que concretizará a consciência cristã da liberdade, fazendo dela o fundamento da socialidade, visto que a liberdade política é elevada a fundamento mesmo da ordem social. A liberdade, que já fora princípio da história europeia, é convertido em princípio da História Universal, base de todas as ordens estatais e jurídicas. É um mundo novo e um tempo novo que surge a partir de então. É com esse entusiasmo que Hegel fará consignar em sua *Filosofia da História*:

“Nunca, desde que o Sol começou a brilhar no firmamento e os planetas começaram a girar ao seu redor, se havia percebido que a existência do homem está centrada em sua cabeça, isto é, no pensamento, a partir do

qual ele constrói o mundo real. Anaxágoras já havia dito que o *nous* governa o mundo; contudo, somente agora o homem conseguiu conhecer a realidade espiritual” (HEGEL, 1995: 366).

Qual seria, porém, o limite ou a extensão dessa liberdade, tão enaltecida, mas com tamanha potencialidade conflitiva inserida na Declaração de Direitos francesa? É que, como apontam abalizados estudiosos³, o conteúdo normativo insculpido na célebre *Déclaration* vem a refletir, desde sua gênese, a marca das duas grandes tradições do pensamento político moderno: a liberal e a republicana. Tal confluência adviria, não apenas da histórica divergência entre jacobinos e gerundinos, mas também dos pilares teóricos que motivaram e sustentaram a revolução. Assim, se de um lado, a tradição republicana – que remonta a Aristóteles – pode encontrar vazão na voz de um J.J. Rousseau⁴, não se pode esquecer da abertura à tradição liberal – de John Locke e Stuart Mill – oferecida por um Montesquieu e um Sièyes, todos eles igualmente convertidos em verdadeiros lastros teóricos do movimento revolucionário.

Como mostra Cattoni de Oliveira, tal contradição já se faz presente no conteúdo normativo do disposto nos artigos 4º. e 5º. da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (2007: 25-29). O art. 4º., ao declarar que “a liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique a outrem” demonstra a ausência de limites ao exercício dos direitos naturais do homem, à exceção daquele que garante a todos os seus membros o gozo de iguais direitos. Todavia, o art. 6º. iria introduzir uma fonte diversa de normatividade que não aquela representada pelos direitos naturais anteriores à conformação da sociedade política. É que, com Rousseau, consagrar-se-ia a ideia de que a lei é expressão da vontade geral, tendo todos o direito de concorrer para sua formação. Trata-se da díade entre democracia e liberdade individual que, como alicerces das conquistas do Estado Constitucional moderno, estão a demonstrar que a ruptura moderna não é algo tão simples e acabado, mas um projeto cuja dialeticidade faz parte de sua própria gênese, sendo-lhe talvez condição de possibilidade⁵.

3. A Revolução pretende-se concretizar pelo Direito

Diante de tal quadro, necessário seria que se efetivassem os postulados da Declaração de Direitos de 1789, garantindo-se sua realização prática mediante procedimentos e instituições, para que desde logo se concretizassem em reformas políticas e jurídicas fundamentais. Entretanto, como constatou Tocqueville, esse modo de pensar e de agir não poderia buscar sua fundamentação no sistema político-jurídico até então vigente, haja vista a crença, partilhada pelos revolucionários, de que a construção da nova ordem necessitava mais de princípios ditados pela razão do que de exemplos históricos ou costumes antigos (1988: 293-294).

Nesse sentido a constatação de Ferraz Jr., ao demonstrar que o Direito, com a Revolução Francesa, torna-se uma criação *ab ovo*. É que o direito passou a ter sua validade percebida como algo maleável e, ao fim, manipulável, podendo ser tecnicamente limitada no tempo, possibilitando, em alto grau, o detalhamento dos comportamentos como juridicizáveis, não dependendo mais, o caráter jurídico das condutas, de algo que tivesse sido sempre Direito (1989: 9). A plena convicção de novidade, partilhada pelos revolucionários, revela-se bem pela mudança das formas métricas tradicionais, pela criação do sistema métrico decimal e, sobretudo, pela abolição e substituição do calendário cristão.

Assim, a necessidade de implantação de uma nova ordem social traz em seu bojo a ideia de uma nova Constituição do Estado, a qual haveria de ser baseada na separação de poderes e na garantia dos direitos individuais (art. 16 da *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*). Da observação conjunta da Declaração de Direitos e da Constituição de 1791 constata-se facilmente tratar-se de documentos que representam a quintessência das realizações constitucionais da fase inicial da Revolução Francesa, sendo que, a partir de então, sobretudo da norma contida no célebre art. 16, só se poderá falar de uma constituição, com o sentido que lhe é atribuído pelo constitucionalismo moderno, desde que se observe nos textos uma adesão a certos requisitos anteriormente definidos.

Como constata Horst Dippel, notável historiador do constitucionalismo, embora não tivessem sido completamente reproduzidos na Declaração francesa de 1789 e na Constituição de 1791, os dez traços essenciais de Virgínia apenas se tornaram elementos constitutivos do constitucionalismo moderno como fenômeno global porque foram recebidos (acolhidos) em França em 1789, e em virtude do art. 16 declarar que somente a presença de certos traços essenciais nos permite falar de constituição no seu sentido moderno. Qualquer que tenha sido a importância do art. 16 num contexto especificamente francês, o seu significado global reside no fato de nele se insistir, pela primeira vez, num documento constitucional, que o constitucionalismo moderno envolve certos elementos na ausência dos quais não podemos falar propriamente de constitucionalismo moderno (2007: 16-17).

Porém, como esta nova ordem não deveria absorver os legados do passado, a ideia de Constituição se confundirá com a ideia de uma construção grandiosa e racional de uma ordem social e política totalmente nova⁶, tendo-se, pois, a noção, precisa e exata, da Constituição do Estado como substrato de realização da liberdade. A Constituição viria a se manifestar como a própria forma de exercício das liberdades do povo soberano.

Analisando o conteúdo da *Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão*, Reale constata que seus dispositivos logo se revelariam como *têtes de chapitre* de novas disciplinas jurídicas, sobretudo no que se refere ao Direito Constitucional (1995: 82). De fato, é com a Revolução Francesa que se assentam as bases do constitucionalismo, e se torna possível uma compreensão unitária e

sistemática do Direito Constitucional. A partir daí é que se têm instaladas as primeiras cátedras de Direito Constitucional, as quais, tendo em vista a efervescência do movimento político na França, viriam a ter lugar na Itália – ainda no período jacobino – espalhando-se por Pavia, Bolonha, Pádua e Gênova.

4. O delineamento teórico do novo conceito de Constituição

Seria ingênuo pensar que o novo conceito de Constituição do Estado se fizesse definir de forma direta e imediata, sem arrastar consigo inúmeros e graves debates. Afinal, como constata Saldanha, quando do advento da Revolução, os franceses ainda pensavam em Constituição como estrutura política, forma de governo, modo de ser do Estado ou coisa similar, sendo que o moderno conceito de Constituição não se atingiria antes que o moderno conceito de *Lei*, como norma consubstanciadora de direito objetivo, dominasse o processo legislativo⁷. Também foi preciso que, na linguagem política, se enraizasse a fórmula de Rousseau, segundo o qual a lei é a expressão da vontade geral, detentora da soberania. Assim, entender-se-ia a Constituição como lei geral de organização política, sendo esta a compreensão inicial da Constituição moderna (SALDANHA, 1983: 70).

De fato, grandes divisões se fazem no pensamento constitucional desse período. Alguns constituintes, de linhagem mais conservadora⁸, traçavam um modelo de Constituição extremamente vinculado à tradição feudal francesa, onde nobreza, clero e terceiro Estado formavam um só corpo político, ordenado e estável, vez que convergentes ao princípio ordenador comum, representado pela autoridade da coroa. Esta a posição ocupada por um Mirabeau, que, na proposta de Constituição apresentada na sessão de 28 de julho de 1789, assim se posiciona:

“Nós, os representantes da nação francesa, convocados pelo rei, reunidos em Assembléia Nacional, em virtude dos poderes que nos foram confiados pelos cidadãos de todas as classes, encarregados especialmente por eles de fixar a constituição da França e de assegurar a prosperidade pública, declaramos e estabelecemos, pela autoridade de nossos comitentes, como Constituição do Império francês, as máximas e regras fundamentais e a forma de governo, tal como se expressará em seguida; e quando tenham sido reconhecidas e ratificadas pelo rei, não poderá mudar-se nenhum dos artigos que encerram, a menos que seja pelos meios que naquelas se encontre reconhecido” (*Apud* DINIZ, 1998: 60).

Outros pensadores, no entanto, adotariam a postura de largo consagrada pelo movimento liberal-burguês: a ideia de que a Constituição deveria ser escrita, consistindo no ato fundador através do qual a nação soberana, por intermédio de seus representantes e de acordo com os postulados do art. 16 da Declaração de 1789,

organizaria juridicamente o Estado, através da distribuição e limitação dos poderes em termos precisos, e da proteção e garantia dos direitos naturais e inalienáveis do homem. Esta a postura adotada por Sieyès em diversos pronunciamentos por ele proferidos, e que lançariam sólidas bases na fixação da noção moderna de Constituição (SIEYÈS).

Refletindo a respeito, assim se posiciona Baracho,

“O conceito racional-ideal (de Constituição) provém do momento histórico da difusão do constitucionalismo vigente à época da Revolução Francesa, cuja doutrina foi exposta por SIEYÈS. A Teoria do Poder Constituinte de SIEYÈS propunha o estabelecimento de uma Constituição baseada nos seguintes pontos capitais: declaração de direitos, forma escrita, governo representativo, separação entre poder legislativo e executivo. Tornava-se necessária a convocação de uma Assembléia Nacional, representativa de toda a nação, com os poderes extraordinários, constituintes, para formular a nova Constituição” (BARACHO, 1979: 17).

Instaura-se, então, a partir daí, a crença que envolveria os principais espíritos dos séculos XVIII e XIX, de que a Constituição do Estado consubstancia-se numa Lei Fundamental, escrita e sistemática, que assegura a supremacia desse corpo de leis sobre todas as demais regulamentações de conduta existentes no Estado. Sob a influência de autores como Locke e Rousseau, a Constituição do Estado passará também a ser vista analogamente ao “contrato social”, sendo imperioso pois que seja escrita e redigida da forma mais clara e completa possível, a fim de assegurar, não apenas sua posição hierárquica superior, como também o valor da segurança jurídica – tão caro aos homens desse período – através do amplo conhecimento a todos dado de seus direitos constitucionais.

Daí poder-se constatar que se trata de uma fase essencial na teorização dos pontos cardeais das Constituições. Tem-se, pois, que as leis constitucionais ou fundamentais são anteriores e superiores às leis ordinárias, impondo-se o respeito do Poder Legislativo às leis constitucionais. A autoridade do legislador ordinário não pode atingir à possibilidade de mudança das leis constitucionais, posto que “é da Constituição que os legisladores retiram e justificam seus poderes. Não podem mudá-la sem destruir o fundamento de sua autoridade” (BARACHO, 1985: 27-28).

5. As aporias do pensamento revolucionário

Como demonstra Reale, é todo um Direito novo, o Direito Moderno, que se acha embutido na declaração revolucionária, o que explica tenha ela servido de preâmbulo à Constituição de 1791 (1990: 77). Promulgada em 3 de setembro de

1791, a Constituição francesa teria uma destacada influência, servindo de modelo a várias Constituições do continente europeu. Entretanto, o sistema constitucional da liberdade erigido em solo francês terminaria por sucumbir, e, à instabilidade constitucional que marcaria a primeira década pós-revolucionária, seguir-se-ia a explosão de violência que faria tantos dos ideários naufragarem em uma sanguinolenta vertigem de cabeças cortadas.

Hegel se apresenta aqui como a mais autorizada voz na explicação das contingências do fenômeno revolucionário. A Revolução Francesa, rompendo com a “bela totalidade grega”, traria para o Ocidente, como grande conquista da humanidade, a afirmação do princípio da *subjetividade*. Vale dizer, tendo por base o pensamento de Rousseau, que erigira a vontade como fundamento do Estado, eleva a liberdade, enquanto unidade consigo mesma, a fundamento do Estado e de todo Direito. A influência do pensador genebrino verifica-se no vigoroso intuito dos revolucionários de estabelecer um regime popular⁹. Todavia, a liberdade trazida pela Revolução apresenta-se ainda como *liberdade abstrata*, que, como *liberdade absoluta*, aparece “à primeira vista a mais real e rica, mas que se revelará, entretanto, como a mais pobre, abstrata e desprovida de realização” (BICCA, 1988: 53). Como dirá Hegel: “o mundo é para ela pura e simplesmente sua vontade e esta é vontade universal” (*Apud* BICCA, 1988: 53).

É uma liberdade que não se efetiva, posto que não se determina, pois não se diferencia e estabelece a determinidade de um conteúdo específico. A determinação é essencial no pensamento de Hegel, concebida como “a negatividade imanente ao universal, a solução dialética para o dualismo da infinitude (universal) e da finitude (particular)” (OLIVEIRA, 1991: 76). Ora, a efetivação do homem como ser livre, para Hegel, só pode ser feita mediante a elevação do indivíduo empírico ao plano da existência universal, vale dizer, a liberdade vista como processo dialético de determinação imanente do universal. A particularidade do indivíduo, negada pela universalidade do *logos*, será “superada”, uma vez que o homem, portador do *logos* universal, torna-se a universalidade concreta, a síntese do universal e do particular, sendo que realizar o homem na história, para Hegel, é justamente encontrar a síntese entre a universalidade e a particularidade, que se faça compatível com as contingências próprias à situação histórica (OLIVEIRA, 1991: 77).

Na Revolução Francesa, entretanto, apesar de ser a vontade universal e absoluta, é tão-somente vontade dos indivíduos singulares, sendo que, como esta vontade dá fundamento ao direito, o direito termina por ser “o que a lei quer”. Essa lei, contudo, procede das vontades individuais, posto que o Estado que a edita é um agregado de muitos indivíduos, sem constituir uma “unidade substancial em si e para si”, configurando-se, pois, o direito, como produto de uma vontade absoluta (SALGADO, 1996: 311). O primeiro momento revolucionário apresenta-se como exacerbação do caráter imediato da liberdade, sendo esta, pois, destituída da percepção da necessidade de mediação, vale dizer, da sua composição mediante a

criação de um mundo de instituições que estabeleçam a garantia de sua dignidade: o mundo objetivo da efetivação da liberdade.

Trata-se da percepção reducionista da liberdade, típica do liberalismo, que a concebe de forma adstrita à esfera da ação subjetiva, sendo que por subjetividade compreende-se então como a interioridade em contraposição à realidade objetiva. Ora, como Hegel demonstrou, a liberdade moderna não pode ser concebida como mera subjetividade, mas, ao contrário, só poderá ser corretamente percebida na medida em que se faça historicada na esfera das normas, dos costumes e das instituições, é dizer, do mundo objetivo. Não que se queira negar a subjetividade, enquanto momento constitutivo da liberdade – o que Hegel reconhece –, mas o que não se pode é reduzi-la a esse momento, sob pena de parcialidade extremamente comprometedora de sua realização efetiva.

Para Hegel, a partir dessa concepção abstrata de liberdade, a Revolução apresenta-se debilitada em sua capacidade de produzir uma estrutura estável do mundo, ao mesmo tempo compatível com a racionalidade moderna e a nova consciência da liberdade. Assim, com a proclamação da República em 1792 e a prisão do desventurado Luís XVI, entra em franco declínio a Constituição de 1791, sendo logo substituída pela Carta de 24 de junho de 1793, a qual, por sua vez, num furor de radicalismo democrático, vem a consagrar dispositivos absolutamente inaplicáveis de democracia direta, não logrando pois ser posta em funcionamento.

É que, logo após sua promulgação, a Convenção Nacional¹⁰ veio a instituir um governo provisório, denominado “governo republicano”, para atuar enquanto durasse a guerra contra as potências monárquicas. O Poder Executivo seria atribuído a comissões de deputados, dentre as quais se destacaram a “comissão de governo” e a de “salvação pública”, na qual pontificava Robespierre, cujos poderes tenderiam rapidamente à ditadura pura e simples (cf. COMPARATO, 1999: 136).

Na análise de Hegel, o terror adviria, assim, como uma trágica consequência inerente à dialética histórica do próprio movimento revolucionário. O terror apresenta-se como um momento caracterizador de uma necessidade dialética dos rumos trilhados pela Revolução. Afinal, ao afirmar-se a liberdade individual como absoluta, exclui-se o reconhecimento de qualquer outra, afirmando-se como exclusiva. Essa pluralidade de consciências de si absolutas será a própria contradição em si, posto que, como consequência dessa afirmação de liberdade, tem-se a exclusão da outra individualidade livre, e a luta para que cada uma seja reconhecida como absoluta. Note-se que já não mais se cuida do reconhecimento da consciência de si, mas da sua liberdade absoluta. Isso, porém, só ocorreria com a eliminação das outras liberdades que também se querem absolutas.

Com o golpe de Estado de 9 do termidor do Ano II (27 de julho de 1794), seguido da prisão, julgamento sumário e execução imediata de Robespierre, a Constituição de 1793 será logo substituída pela *Constituição do ano VIII*, ou *Constituição diretorial* de 1795. Esta viria a introduzir no sistema francês o modelo

de Executivo colegiado, vale dizer, um Diretório composto de cinco membros, cada um dos quais tomava o título de presidente pelo período de três meses (COMPARATO, 2000: 136-138). Todavia, as guerras da França revolucionária contra os Estados opositores da ideologia liberal na Europa exigiram uma brusca transformação de governo. Assim é que somente através do “*intermezzo* napoleônico” a sociedade francesa pôde voltar às fontes originárias de sua Revolução, superando, a um só tempo, as forças comprometedoras do populismo radical e do autoritarismo (REALE, 1990: 81).

A dialética histórica da Revolução Francesa se revelará como um dos grandes embates para a afirmação do conceito de Constituição moderna, como institucionalização concreta da liberdade humana. No fundo de todas as contingências e cisões presentes em seu processo, situa-se aquela contradição, latente e profunda, dos conceitos de liberdade dos antigos e da modernidade liberal. O choque da *sociabilidade* e da *subjetividade* aparece, enfim, como o grande embate que propicia a síntese do espírito revolucionário, e seu legado para a história universal. A partir da Revolução, como demonstra Salgado, *ordem e liberdade* têm de encontrar-se na vida social, de modo irreversível e eficaz, realizando a unidade da ação política dos franceses com a reflexão filosófica do idealismo alemão. Assim, a ordem deixaria de ser uma organização política do arbítrio para se converter numa “organização constitucional dos direitos do homem” (SALGADO, 1996: 316).

A síntese temporária, ou o equilíbrio historicamente possível entre os pressupostos de uma tradição liberal e aqueles da tradição republicana tinham sido alcançados, e haviam-se afirmado novos elementos de legitimação do Direito. Todavia, uma aporia permaneceria aberta no quadro dessa nova configuração do Direito moderno. Os problemas dela advindos marcariam todo o século XIX e primeiras décadas do século XX. Refiro-me ao fato, constatado por Cattoni de Oliveira, de que tanto a tradição liberal quanto a tradição republicana pressupõe uma visão de sociedade centrada no Estado (2007:35). A superação dessa visão monopolística do Direito como sendo algo que só se realiza no Estado será um dos grandes desafios que à “alta modernidade” cabe resolutamente enfrentar.

6. Conclusão

O fenômeno do constitucionalismo é um dos elementos centrais da cultura jurídica e política moderna. Com ele foram estabelecidas e concretizadas algumas das mais importantes transformações que justificariam a própria ideia de uma Idade Moderna. As conquistas obtidas pelas revoluções que marcam esta era podem muito bem ser compreendidas a partir de um conceito chave que apenas no contexto político-cultural do século XVIII se fará aparecer: a Constituição do Estado.

Ao estudar a influência da Revolução Francesa sobre o conceito de Constituição moderno, pretendemos destacar, de um lado, a profunda ruptura ideologicamente pretendida por esse conceito, o qual se pretende a concretização da

consciência histórica da liberdade. Trata-se da visão triunfal de que ali, na Declaração Universal de Direitos, o homem atingiria não apenas a consciência da sua liberdade individual, mas a consciência da liberdade de todo ser humano, compreendendo que, por ser universal, deve ser realizada e garantida a todos e por todos.

Todavia, como uma decorrência das próprias influências teóricas que desaguiariam na Revolução Francesa, bem como da ruptura com um paradigma de liberdade que marcara toda a tradição pré-moderna, os ideários político-jurídicos consagrados nas Constituições francesas fariam em breve ressaltar a contraditoriedade latente que lhes era implícita. Assim, a dialética entre *indivíduo* e *sociedade*, bem como entre liberdade e democracia seriam o reflexo normativo da tensão entre o grande arcabouço de tradições e pré-compreensões que fundaram as condições de possibilidade para o aparecimento da própria Revolução. Nesse sentido, o conflito entre as tradições liberal e republicana, ambas tão bem representadas em território francês, tanto por seus grandes teorizadores, como nos embates políticos que conformariam a ordem revolucionária.

Desde sua gênese, o Estado Constitucional pretende ser um Estado que erige a liberdade como seu valor polar, e a distribui equanimemente pela sociedade. Todavia, a definição – ou redefinição – dos limites dessa liberdade, bem como sua condição de nova fonte de legitimação do Direito legaria ao constitucionalismo moderno uma tensão até hoje não inteiramente resolvida, e que se apresenta como de importância vital nos dias contemporâneos. O legado constitucional da Declaração de Direitos está muito além das aparentemente simples fórmulas de organização política do Estado, da delimitação do poder e da proteção dos direitos humanos. Há algo mais que se esconde, desde o início, nessas notáveis formulações jurídicas. Os séculos vividos e pensados que lhe subjazem não poderiam levar senão a grande riqueza e profunda densidade que entremeia todos os seus textos.

A análise do fenômeno de sua manifestação histórica serve bem para mostrar que a Modernidade não nos vem oferecida numa bandeja. Ela não está pronta. Nunca esteve e possivelmente nunca estará. Cabe conquistá-la! Não com a postura romântica e ingênua de revolucionários que miram o novo pelo simples desejo de mudar, mas com a consciência do conflito que, inerente a todo consenso racional, recobra dos juristas, não a atenção impávida para com os legados do passado, mas o compromisso com a integridade do Direito e sua permanente reconstrução.

7. Notas

1. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG); Doutor em Direito e Pesquisador visitante da Universidade da Califórnia –

- Berkeley (EUA); Professor da Faculdade Mineira de Direito da PUC-Minas; Juiz do TJMMG.
2. ACKERMAN, 1997: 771-797
 3. JIMÉNEZ REDONDO, Manuel. “Introducción”. In: HABERMAS, Jürgen. *Facticidad y validez: sobre el derecho y el Estado democrático de derecho en términos de teoría del discurso*. Madrid: Trotta; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. *Direito, política e filosofia*. São Paulo: Lumen Juris, 2007.
 4. Bem traduzindo os pressupostos comunitaristas inerentes ao pensamento de Rousseau, assim se posiciona Mário Lúcio Quintão Soares: “O ato constitutivo desta associação produz, em substituição à pessoa particular de cada contratante, um corpo moral e coletivo, o Estado, mero executor das decisões, composto de tantos membros quantos são os votos da assembléia, e que, por esse mesmo ato, adquire sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade” (2001: 114).
 5. O caráter dialético e conflituoso dos princípios encetados pela Revolução Francesa fora também percebido por notáveis publicistas brasileiros: Almeida Melo assim se manifestou: “A Constituição teve, então, a finalidade de frear o governante e o Estado. Como o rei era quem mandava, enfraqueceu-se a sociedade política, com a criação de limites e travamentos à sua organização e a seu funcionamento. A Constituição serviu de primeiro instrumento destinado a enfraquecer o Estado” (1996: 29); Ricardo Fiúza e Mônica Costa lançam o seguinte questionamento: “Rousseau entendia o homem como dotado de soberania individual, inalienável. Mesmo acorrentado, amordaçado, sob pressões e torturas, o homem é livre e soberano. Mas, como viver em conjunto, com tanta soberania individual?” (FIUZA e COSTA, 2006: 51). José Adércio L. Sampaio também ensina que “na França revolucionária ... reinava uma certa ambigüidade no emprego da palavra *Constitution*, ora assimilada à ordem, ora à norma” (2002: 13).
 6. Digna de nota é a conclusão a que chega Velloso de que “tendo como fonte um poder inicial, incondicionado, autônomo e do qual derivam os demais poderes, é inegável estar a Constituição acima das normas elaboradas pelos órgãos por ela constituídos” (1994: 126).
 7. Lúcida é a advertência de Kildare Carvalho, para quem o constitucionalismo do Estado Liberal de Direito acarretou o nascimento do abstracionismo constitucional, é dizer, o direito abstrato tomou o lugar do direito histórico. Pois, com os influxos doutrinários do Iluminismo, chegou-se à racionalização do poder, cujo formalismo propiciou a expansão do constitucionalismo formal (2006: 216).
 8. A crítica reacionária surgida à época insurgiu-se também contra o “racionalismo abstrato” presente no pensamento de grandes líderes

revolucionários de 1789, os quais estariam mais preocupados em defender a pureza das ideias do que a dignidade concreta da pessoa humana. Assim, sustentará De Maistre que “a Constituição de 1795, tal como as suas irmãs mais velhas, é feita para o *homem*. Ora, não há *homem* no mundo. Em minha vida, vi franceses, italianos, russos, etc. Sei até, graças a Montesquieu, que se pode ser persa: mas quanto ao homem, declaro que nunca o encontrei em toda a minha vida; se ele existe, eu o ignoro completamente”(Apud COMPARATO, 1999: 114). Também Edmund Burke, na mesma trilha, fez-se notável no debate contra-revolucionário. Indagava ele: “Qual a utilidade de se discutir o direito abstrato do homem à comida ou ao remédio? A questão toda gira em torno do método para obtê-los e fornecê-los. Eu aconselharei sempre que se convoque o auxílio de um agricultor e de um médico, antes que o de um professor de metafísica”. (Apud COMPARATO, 1999: 115). Todavia, a rápida difusão dos ideais revolucionários não só pelo continente europeu, mas atingindo regiões tão distantes quanto a Índia, a Ásia Menor e a América Latina, demonstraria, com nítida certeza, que é justamente em seu universalismo que reside a grande importância histórica da Revolução Francesa, a qual, como bem disse Tocqueville, serviu para “aproximar ou separar os homens, a despeito das leis, da tradição, dos temperamentos, da língua, transformando por vezes os compatriotas em inimigos e os estrangeiros em irmãos; ou antes, ela formou, acima de todas as nacionalidades particulares, uma pátria intelectual comum, da qual os homens de todas as nações puderam tornar-se cidadãos”. (1988: 87). Veem-se aí lançadas as bases do princípio, ou pressuposto de racionalidade que permeia o sistema constitucional moderno.

9. Adotou-se na Constituição francesa de 1791 um sistema legislativo unicameral em que os membros da assembleia eram eleitos por dois anos e se faziam plenos depositários da soberania nacional. O rei constituía apenas figura decorativa, dispondo tão somente de um veto suspensivo por três legislaturas (Cf. BARACHO, 1985: 26-31; COMPARATO, 1999: 132-138).
10. “Convenção Nacional” foi o nome que a Assembleia Legislativa, que havia sucedido à Constituinte de 1789, logrou dar à nova Assembleia Constituinte por ela convocada para, após o declínio da Carta de 1791, votar uma nova Constituição para a França. A denominação deve-se à influência do exemplo norte-americano (COMPARATO, 1999: 135).

8. Bibliografia

- ACKERMAN, Bruce. The rise of world constitutionalism. In: *Virginia law review*, 83, 1997: p. 771-797.
- ALMEIDA MELO, José Tarcízio de. *Direito constitucional brasileiro*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

- BARACHO, J. Alfredo de Oliveira. *Teoria da Constituição*. São Paulo: Resenha Universitária, 1979.
- _____. Teoria geral das constituições escritas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 60/61, p. 25-98, jun./jul. 1985.
- BARACHO JR., José Alfredo de O. *Responsabilidade civil por dano ao meio ambiente*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- BICCA, L. A revolução francesa na filosofia de Hegel. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 15, n. 42, p. 49-60, jan./abr. 1988.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 7. ed. Ver. e amp. São Paulo: Malheiros, 1997.
- CARVALHO, Kildare G. *Direito constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- _____. *Teoria do Estado*. 3 ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo A. *Direito, política e filosofia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- CHAMON JÚNIOR, Lúcio A. *Filosofia do direito na alta modernidade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.
- COMPARATO, F. Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- DINIZ, M. A. Vasconcelos. *Constituição e hermenêutica constitucional*. Belo Horizonte: Mandamentos, 1998.
- DIPPEL, Horst. *História do constitucionalismo moderno – novas perspectivas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. O legado da revolução. *Síntese*. Belo Horizonte, v. 16, n. 47, p. 5-11, set./dez. 1989.
- FIORAVANTI, Maurizio. *Constitucion – de la antiqüedad a nuestros dias*. Madrid: Editorial Trotta, 2001.
- FIUZA, Ricardo; COSTA, Mônica Aragão. *Aulas de Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.
- HABERMAS, J. *Facticidad y validez*. Madrid: Trotta, 1998.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Enciclopédia das ciências filosóficas – Em compêndio*. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. *Fundamentos de la filosofía del derecho*. Edição de K. H. Ilting e Trad. Carlos Díaz. Madrid: Libertarias/Prodhuvi, 1993.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. A leitura hegeliana da revolução francesa. *Síntese*, Belo Horizonte, v. 18, p. 73-88, jan./mar. 1991.
- REALE, Miguel. *Nova fase do direito moderno*. São Paulo: Saraiva, 1990.
- REDONDO, Manuel J. Introducción. In: HABERMAS, J. *Facticidad y validez*. Madrid: Trotta, 1998.
- RIBEIRO, Fernando José Armando. *Conflitos no Estado Constitucional Democrático*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Hemus Editora, [s.d.].
- SALDANHA, Nelson. *Da teologia à metodologia – Secularização e crise no pensamento jurídico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.
- _____. *Formação da teoria constitucional*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- SALGADO, Joaquim Carlos. *A idéia de justiça em Hegel*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. *A constituição reinventada pela jurisdição constitucional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.
- SOARES, Mário Lúcio Quintão. *Teoria do Estado*. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
- SOUZA CRUZ, Álvaro Ricardo de. Poder constituinte e patriotismo constitucional. In: GALUPPO, Marcelo (Org.). *O Brasil que queremos*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2006, p. 47-104.
- TOCQUEVILLE, C. Alexis H. de. *L'ancien régime et la révolution*. Paris: Flammarion, 1988.
- VELLOSO, Carlos Mário da Silva. *Temas de direito público*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

A MULHER NA MEDICINA
(A MEDICINA COMO HISTÓRIA DE UMA CONQUISTA)

Gilberto Madeira Peixoto - Cadeira nº 65
Patrono: D. Pedro II

Celebra-se em cada 8 de março, o dia internacional da mulher, em comemoração às suas lutas. Entretanto o *Dia Internacional da Mulher* proposto na virada do século XIX para o século XX, no contexto da *Segunda Revolução Industrial*, quando ocorreu a incorporação da mão de obra feminina em massa na indústria, somente foi oficializado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975.

Observa-se que, apesar do reconhecimento oficial, ainda persistem muitos preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade.

A participação das mulheres no processo de desenvolvimento é uma condição *sine qua non* da melhoria da qualidade de vida, sendo reconhecido que a atribuição de mais poderes à mulher em todos os países, mormente nos países pobres onde elas são as maiores vítimas de abusos dos homens, é a pedra angular das políticas de distinção e desenvolvimento, tanto a nível nacional como internacional.

Ao enfocar “a mulher na medicina”, pretendemos mostrar estorvos havidos para se conseguir a igualdade de direitos.

Durante séculos a humanidade viveu no pressuposto de que apenas aos homens, competiria o papel principal na vida comunitária, recomendando-se às mulheres apenas os afazeres domésticos mais simples, pois os atos de maior relevo lhes eram coibidos.

Quanto ao exercício da medicina, nem pensar que a mulher fosse capaz disso.

Houve, entretanto, em passado remoto, algumas descrições tão raras que se torna difícil separar a verdade da lenda.

Destaca-se em tempos antigos, no século XII, a figura de Santa Hildegarda, médica que nos legou a notável obra *Liber Simplicis Medicinae*, com noções acanhadas de tratamentos de enfermos.

Já nos tempos modernos, embora reconhecendo o valor inestimável de algumas pioneiras, somente na segunda metade do século XIX começou a esvaecer o espírito machista da incapacidade feminina em ombrear-se aos homens no aprendizado, na prática e no ensino da Medicina.

Coube aos Estados Unidos da América a glória de diplomar em Medicina, a primeira mulher: Elizabeth Blackwel, que recebeu seu título em Nova York em 1849.

Também a Inglaterra formou sua primeira médica: Elizabeth Garret (1836-1917) sob maldosos protestos da sociedade machista inglesa.

Tendo em vista a pretendida conquista do direito das mulheres de serem acolhidas na arte médica, impetuosas e incansáveis foram as lutas e as batalhas que ocasionaram, em Londres, a instituição de escola médica hábil a matricular mulheres, sem restrições.

Todavia, em Edimburgo, já era observado que as mulheres ficavam em classes separadas, mas essa discriminação foi extinta posteriormente.

Na Europa, a Suíça liderava o movimento de igualdade dos sexos no aprendizado médico abrindo suas portas às mulheres em 1876.

O Brasil não fugiu à regra. A história das mulheres que se dedicaram à medicina no Brasil foi, sem dúvida, esplêndida.

A obstetrícia, no Brasil, foi o marco das glórias da mulher na medicina, e, de fato, Madame Durocher, a primeira mulher na Academia Nacional de Medicina, foi a mais famosa parteira do Brasil no século XIX.

Destaca-se, porém, que a primeira mulher brasileira a se formar em medicina, foi a Dr.^a Maria Augusta Generoso Estrela, que, atendendo a sua forte vocação, tentou matricular-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas deparou-se com uma norma proibitiva, que não conseguiu superar; porém, dotada de forte personalidade, partiu para os Estados Unidos e lá conseguiu matricular-se e concluir o curso no New York Medical College, diplomando-se em 1881.

De regresso ao Brasil, grandes dificuldades a aguardavam e, com ajuda do Imperador Pedro II, revalidou seu diploma a fim de poder clinicar.

Em 1887, forma-se no Brasil a primeira mulher médica, a gaúcha Rita Lobato Velho Lopes: colou grau na Faculdade de Medicina da Bahia, defendendo a Tese “Paralelos entre métodos preconizados na operação cesariana”. Era a baliza inicial da igualdade.

Em 1888 formava-se no Rio de Janeiro, a segunda mulher médica brasileira: a Dr.^a Ermelinda Lopes de Vasconcelos.

Em Minas Gerais, a prioridade coube à Dr.^a Alzira Reis, que participou da turma de 1919, não sendo bem-vista pela tradicional família mineira, tendo inclusive, a Dr.^a Alzira, recebido insultos de um professor, um tanto áspero, que sempre lhe dizia: “Lugar de moça é na Escola Normal”. Ela, porém, resoluta, superou tudo e foi avante e concluiu bem o curso.

Em Minas Gerais, várias mulheres se destacaram e passaram a ocupar lugares privilegiados na ocupação ao blasonar a suplantação das dificuldades do passado.

Vencido o preconceito, hoje as mulheres compartilham do aprendizado médico, em igualdade de condições com os homens, nada ficando a lhes dever.

É para isso que o subsídio da história nos é importante: “observando a sucessão dos fatos, aprecia a evolução das ideias”.

Concluimos que, apesar de constataremos um avanço na consolidação dos direitos da mulher no mundo, ainda não se pode dizer que elas conquistaram uma posição de igualdade em relação aos homens. Esses continuam tendo maior acesso à educação e a empregos bem remunerados. A isso se alia também a violência física e psicológica contra a mulher, fenômeno que continua a fazer parte do cotidiano da vida moderna.

Hoje, aquela suposta inferioridade feminina que limitava a capacidade da mulher à procriação e prendas domésticas, passou a ser um preconceito obsoleto e completamente ultrapassado.

Assim, prestamos homenagem a todas as mulheres, por meio de respeito à dignidade daquelas que honram a nossa pátria.

Referências:

1. BOURDELAIS, Patrice. *L'âge de la vieillesse: histoire du vieillissement de la population*. Paris: Éditions Odile Jacob, p. 9, 1997.

2. Cf. FNUAP, *A Situação da População Mundial em 1995*, Fundo das Nações Unidas para a População, 1995.
3. GLOBO, Caderno Ciência 27, A Parteira Madame Durocher foi a primeira mulher na Academia Nacional de Medicina. 30 de junho de 2009.
4. PEIXOTO, G.M. *Homenagem à mulher, a mulher na medicina*. Pronunciamento na Tribuna da Câmara Municipal de Sabará, em homenagem ao dia internacional da mulher, março, 1995.
5. SALES, P.: *A Mulher Médica*. Conferência no XVI Congresso da AMMG e I Congresso de Médicas Mineiras. Belo Horizonte, 1983.
6. SILVA, A. *A Primeira Médica do Brasil*. Irmãos Pongetti Editores. Rio de Janeiro, 1954.

Pesquisa na Internet:

PRADO, L.A.: - in: www.multirio.rj.gov.br/index.php?...id... mulher...
A História da luta da mulher.(Acesso em março 2013)

O RIO SÃO FRANCISCO NO EXTREMO-NORTE DE MINAS

Gilda de Castro Rodrigues - Cadeira nº 27

Patrono: Pierre Victor Renault

Introdução

João Guimarães Rosa escreveu, certa vez, que *Minas são muitas*, baseando-se em suas viagens pelo noroeste do Estado, onde a população é rarefeita em municípios extensos. Sua afirmação confirma teorias que expõem a diversidade cultural existente em território mineiro, que tem 586.520 km² e 20.869.101 habitantes (população estimada em 2015 pelo IBGE). Essas variações resultam de adaptações a diferentes ecossistemas e ao contato com populações autóctones e outros brasileiros, viabilizado pela hidrovia no São Francisco, entre Pirapora e Juazeiro, por mais de 400 anos.

Os problemas socioeconômicos da região poderiam ser minorados com o turismo, porque ela tem vários tesouros, e a hidrovia atrairia quem gosta de navegação fluvial. A viagem pode tornar-se mais interessante se abordar culinária regional, cosmologia dos ribeirinhos e hospitalidade de famílias acostumadas a chegadas e partidas de barcos que, em outros tempos, circulavam entre Pirapora e Juazeiro/Petrolina, tendo como pontos intermediários São Francisco, São Romão, Januária, Manga e Matias Cardoso.

A Bacia Hidrográfica do São Francisco tem sido devastada desde o século XVII, porque os colonizadores extraíam metais preciosos, combatiam os gentios e assentavam homens livres, em benefício da Coroa portuguesa, cumprindo determinação real para angariar prestígio e favores. Muitas riquezas foram retiradas, mas ainda existe precioso patrimônio cultural, arqueológico e ambiental, em grutas, cavernas e inscrições rupestres de até 11 mil anos. Elas indicam a presença humana antes da fixação de bandeirantes e podem cativar quem se interessa por história, curtição da natureza e situações inusitadas, como entrar em espaços rochosos singulares, que levam ao mágico palpável; portanto, misterioso e instigante, quanto a modelações geradas, ao longo de milhões de anos, por água e minerais, terra e vento, fauna e flora, além da intervenção humana.

O rio era conhecido pelos indígenas por *Opará*, diante da imensidão de seu leito, mas recebeu outro nome, em 4 de outubro de 1501, porque Américo Vespúcio e André Gonçalves identificaram sua foz, no Oceano Atlântico, no dia consagrado a São Francisco. Foi denominado também, posteriormente, por Rio dos Currais, Rio

da Passagem, Rio do Gado, Rio dos Caminhos do Transporte de Ouro e Rio dos Vapores.

A partir do século XVIII, a navegação fluvial incrementou o intercâmbio com a *região das minas*, explorada por bandeirantes oriundos de São Paulo. Isso repercutiu em vários setores, como economia, alimentação, linguagem, arquitetura, senso estético, religiosidade, mitologia, técnicas de produção, equipamentos domésticos e celebrações populares, mas a adaptação das comunidades à Caatinga sustentou as diferenças em relação a outras áreas de Minas Gerais. Suas atividades cotidianas estão integradas, então, a peculiares tradições e aos recursos naturais desse bioma, junto àquele trecho do São Francisco.

Januária é importante município da região, tendo sido entreposto comercial pelo contato de tropeiros de Goiás com barqueiros, em que se trocavam mercadorias, informações e experiências de vida. O rio gerava carinho especial aos seus habitantes, pois fornecia água e peixe em abundância, sem restrição de propriedade, ou seja, todos tinham acesso a esse colosso da natureza. Viabilizava também deliciosa experiência aos amargurados, que curtiam o grande volume de água correndo à sua frente, como se estivesse levando tristeza, frustração e mágoas. Constituía ainda o melhor caminho para ir a outras vilas e trazer novidades de terras distantes.

A Bacia Hidrográfica do São Francisco

Ocupa grande parte do Estado de Minas Gerais. Considerando sua sequência no Nordeste, abrange 631.133 km², em 521 municípios. Há, nessa área, 16.400.000 habitantes, sendo que 56% deles encontram-se no Alto São Francisco, que inclui a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Sua importância sedimenta-se na extensão do curso principal, no papel histórico para o povoamento do país, na economia, no fornecimento de peixes aos ribeirinhos e no potencial de geração de energia para o país. Ele está com volume reduzido, pois a desordenada ocupação humana, a eliminação de milhares de nascentes, as atividades econômicas nocivas a parques aquíferos, o desmatamento com destruição da mata ciliar, o assoreamento, a contaminação por produtos químicos e a poluição por esgoto sanitário geraram danos em muitos pontos.

O São Francisco tem, aproximadamente, 2.814 km, recebendo 168 afluentes, sendo 99 perenes, em meio aos seguintes biomas: Cerrado, Mata Atlântica, Mata Seca e Caatinga. A precipitação pluviométrica variava entre 1.900 mm, na Serra da Canastra, e 350 mm, no semiárido nordestino. Houve redução de chuva, nos últimos anos, com perda de volume dos cursos d'água e das lagoas. A bacia hidrográfica sinaliza risco de extinção, pois o leito do São Francisco está raso e a velocidade da correnteza é menor, sendo incapaz de arrastar a areia, que se acumula em muitos pontos, formando bancos prejudiciais à navegação. Não há medidas efetivas para recuperar os cursos d'água e seus respectivos vales. Todos ignoram que uma bacia

hidrográfica mantém-se com o concurso de inúmeros filetes de água, procurando pontos de escoamento nas frestas do relevo; sem a preservação desses canais de diferentes volumes, ela se esgotará em poucos anos.

A nascente do Rio São Francisco encontra-se na Serra da Canastra, Município de São Roque de Minas, sudoeste de Minas Gerais. Surgiu, entretanto, alguns anos atrás, a proposta para reconhecer o Rio Samburá como curso principal. Ele nasce na Serra D'Água, Município de Medeiros, Planalto de Araxá, e é mais extenso e caudaloso do que o primeiro, apresentando vazão maior quando os dois se encontram na junção dos municípios de Medeiros, Piumhi e São Roque de Minas; por isso, os pescadores dali denominam a outra calha como *Francisquinho*.

O Alto São Francisco compreende desde a Serra da Canastra até Pirapora, o que representa 17,5% da bacia hidrográfica, mas abriga 56% da população dessa área. A alta densidade demográfica ocorre pela abrangência da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que tinha, em 2014, 5.767.414 habitantes, em 34 municípios.

Os principais afluentes são, pela margem direita, os rios São Domingos, Pará e Paraopeba e, pela margem esquerda, o Samburá, Bambuí, São Mateus, Marmelada, Indaiá e Abaeté. Há também nessa área o Rio das Velhas, que nasce no Município de Ouro Preto e, correndo no sentido noroeste, deságua no Médio São Francisco, entre os municípios de Pirapora e Várzea da Palma.

O Médio São Francisco estende-se de Pirapora a Remanso, Norte da Bahia, próximo ao Piauí. A área corresponde a 53% do total da bacia hidrográfica, mas tem baixa densidade demográfica, abrigando 24% da população, em 339.763 km². O ecossistema é, a princípio, de Cerrado, e, a partir do Norte de Minas, de Caatinga. Seus principais afluentes são, pela margem direita, o Rio das Velhas, o Rio Jequitaie o Rio Verde Grande; pela margem esquerda, são o Rio Paracatu, o Rio Urucuia, o Ribeirão Pandeiros, o Rio Peruaçu e o Rio Carinhanha. Todos nascem em Minas Gerais.

O Submédio São Francisco vai de Remanso a Paulo Afonso, envolvendo uma área de 155.637 km², que abriga 24,4% da população. Situam-se, aí, Petrolina (Pernambuco) e Juazeiro (Bahia), que estão a 1.370 km de Pirapora. Esse trecho foi, por mais de 400 anos, uma hidrovia com tanto movimento, que parecia uma estrada viva. Era a melhor opção para transporte de passageiros e mercadorias, tendo atingido seu apogeu entre 1958 e 1972.

O assoreamento e a redução do volume de água afetaram a hidrovia no Médio São Francisco, exceto para pequenas embarcações. A construção da barragem de Três Marias, em 1960, tinha reduzido os problemas com os bancos de areia, porque os comandantes de vapores pediam, por rádio, que a direção da hidrelétrica liberasse mais água das comportas da represa e eles flutuavam com mais facilidade. A redução do lago, nos últimos anos, comprometeu essa solução, embora o Médio

São Francisco receba as águas de importantes afluentes, como o Paracatu e o Urucuia.

Depois de Paulo Afonso, há o Baixo São Francisco, que vai até a foz, no Oceano Atlântico, entre os estados de Alagoas e Sergipe. São apenas 32.013 km², que abrigam 5,1% da população da bacia. Nesse trecho, fica a Hidrelétrica de Xingó, construída no final do século XX para gerar energia para o Nordeste. O rio passa por extenso cânion, formando belas paisagens. A vegetação é própria de Caatinga nas duas margens e há muitas cavernas, que eram ocupadas por povos muito antigos.

Na foz, o mar avançou dentro do rio, destruindo o povoado Cabeço e isolando um farol antigo; permanece, à margem esquerda, no Estado de Alagoas, a cidade denominada Piaçabuçu. O grande problema é a salinização da água do Rio São Francisco, afetando o trabalho dos ribeirinhos na sua experiência de pescar em água doce.

Existem, hoje, no Extremo-Norte de Minas, menos pescadores, porque a redução de peixes desarticulou sua profissão. O transporte de pessoas e cargas é realizado, atualmente, por rodovias, mas há apenas uma ponte entre Pirapora e a divisa com a Bahia, na altura de Pedras de Maria da Cruz, inaugurada em 1996. Os veículos ficam dependentes de balsas, por exemplo, entre Manga e Matias Cardoso, afetando a economia e o conforto dos habitantes. A solução seria um sistema integrado de rodovias, hidrovia e ferrovias, para permitir a circulação de passageiros e mercadorias, mas ainda não se definiu uma política para isso.

O São Francisco foi o principal acesso ao interior da nova colônia portuguesa, a partir do século XVI. Em 1522, o primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, iniciou a criação de gado, próximo à foz, e o curso d'água ficou, então, conhecido por *Rio dos Currais*. Era referência segura para quem desbravava a selva, porque os exploradores retornavam ao litoral sem se perder em território imenso, com muitas feras e tribos hostis. O percurso implicava subir o rio na direção oeste e, depois, sul, para chegar à área que iria formar o Estado de Minas Gerais, muitos anos depois. Percebia-se, facilmente, que havia muitos afluentes, mais ou menos caudalosos e com peixes em profusão, o que garantia farta alimentação aos viajantes.

Segundo o Professor Manoel Ambrósio, os primeiros exploradores que chegaram à região de Januária teriam sido o castelhano Francisco Bruza Espinosa e o jesuíta João de Aspicuelta Navarro, que vieram da Europa com Tomé de Souza. O rei Dom João III ordenara que o segundo governador-geral do Brasil, Duarte Costa, explorasse as margens do rio, em busca de uma serra refulgente, como se fosse um sol. Com 12 homens cristãos e alguns silvícolas, Aspicuelta e Espinosa saíram de Porto Seguro no dia 3 de junho de 1553. O padre iria procurar tesouros de almas e o outro queria encontrar ouro. Extasiaram-se diante da Serra Resplandecente, que seria o Morro do Chapéu, defronte a Januária (Almeida, M. J. 1960: 8). Antônio Emílio Pereira afirma, entretanto, que a partida de Porto Seguro aconteceu em março de

1554 e eles chegaram à Barra do Mangaí entre junho e julho de 1554. Fixaram uma grande cruz na entrada de uma aldeia de nativos e construíram uma ermida (Pereira, 2013: 39-40). Essa informação de data e do ponto de chegada é a mesma apresentada por Diniz, Mota e Diniz (2009: 97).

Em 24 de junho de 1555, Aspicuelta divulgou uma carta, que é o documento mais antigo da civilização mineira. Ele escreveu que os Tapuya eram ferozes, nus, de cabelos compridos, com fala bárbara e carniceiros (Almeida, M. I., 2011: 122). O sacerdote não relatou que teria visto a Serra Resplandecente (Pereira, 2013: 42), embora tenha passado pelo Morro do Chapéu, na área que seria, depois, o Município de Januária.

A notícia de que havia minerais na região espalhou-se pelo litoral, incentivando a formação de outras expedições. O clima era ameno e metais preciosos estariam ocultos em solo prodigioso. Isso despertava a cobiça de aventureiros, que seriam, depois, recompensados pelo rei português, interessado em extrair riqueza sem fim da nova colônia. O Rio São Francisco tornava-se, então, movimentada hidrovía entre o litoral e o alto sertão nas décadas seguintes.

Houve isolamento do Norte de Minas no século XIX, razão para que surgisse um universo cultural com contribuições de vaqueiros, tropeiros, barqueiros, barranqueiros, vazanteiros, carranqueiros, remeiros e pescadores. Teria perfil estético e técnico do norte-mineiro, manifesto em chapéu de couro, gibão de campear, arreios, cordas, canoas, barcos de tábua e hábitos de alimentação, além de cosmologia própria. Isso constituiria, depois, uma cultura são-franciscana.

Os barqueiros do São Francisco fixam, por exemplo, carrancas na proa das embarcações de médio porte. São esculturas com forma zoomorfa ou antropomorfa, que embelezam as barcas de frete para completar a estrutura e permitir sua identificação a distância ou por analfabetos. Protegem também o barco e rompem as águas, espantando os maus espíritos que se aproximam. Acredita-se que sejamelementos totêmicos para conferir segurança aos navegantes, em meio ao perigo e ao trabalho de mover um veículo com a força de seus braços, em condições adversas, como sol escaldante, correnteza em rio acima, tempestade, bancos de areia ou redemoinhos inesperados. Os ribeirinhos com habilidade artística esculpem a madeira, soltando a imaginação para criar essas *figuras de barca* e isso tem distinguido os barqueiros do São Francisco no quadro geral dos navegantes do país.

As primeiras referências a carrancas são de 1888, mas não se sabe se sua origem é negra ou indígena. Os barqueiros queriam uma explicação sobrenatural para encalhe de barcos, naufrágio, afogamento de tripulantes e intervenção de duendes, que podiam virar a embarcação, acarretando perda total da carga. As carrancas tornaram-se, depois, ornamento em residências com decoração arrojada, em cidades muito distantes, mas prevaleceram, no São Francisco, pelos seus atributos místicos para afugentar os seres malignos que povoam o rio e suas margens. Os pescadores dizem que as carrancas gemem três vezes para advertir a

tripulação sobre aproximação do perigo, como o Caboclo D'Água. As viagens noturnas são mais temidas, porque acreditam que o rio dorme nas horas mortas; assim, ninguém deve mexer na água para não acordá-lo, evitando desgraças. Segundo a sabedoria popular: *enquanto o rio dorme, os peixes deitam no fundo, a mãe d'água vem para fora pentear os cabelos louros, as cobras perdem o veneno, os afogados saem do fundo do rio para as estrelas* (apud Diniz, Mota e Diniz, 2009: 106).

Há, atualmente, poucos artesãos nesse setor e eles têm sofrido rejeição de grupos evangélicos, que consideram as carrancas figuras demoníacas. Suas obrastêm dois perfis básicos: um perfil feliz e dócil, pois a carranca estaria satisfeita com a vida. Outra registra, nas suas feições, ódio e aversão às pessoas, além de suas presas avantajadas.

Os vapores tinham tripulação diversificada, composta de taifeiros, marinheiros, foguistas, cozinheiros, despenseiros, comandantes e contramestres, recrutados entre os ribeirinhos para atender às necessidades impostas pelo transporte de cargas e de passageiros. Os menos qualificados sofriam preconceito em suas vilas, porque estavam próximo do crime e realizavam tarefas iníquas por baixos salários. Era, entretanto, para todos os profissionais, uma aventura viajar pelo rio, pois os navegantes conheciam muita gente e frequentavam prostíbulos em pontos de parada, engravidando mulheres que criariam os filhos sem apoio paterno. Diziam que era a prole *sem notafiscal*. A tripulação fazia também negócios clandestinos, denominados *cururus*, que lhe propiciavam ótima renda além do salário. Homens maduros contam, atualmente, como foi sua infância, andando *no apito dos motores de um vapor*, desde os 11 ou 12 anos.

O nome da barca vem do tipo de energia derivada, pois era movido pelo vapor obtido em caldeira fixada junto à fornalha, onde a lenha era queimada. A tripulação foi denominada *vapozeiro*, uma forma sincopada de vaporzeiro, rótulo criado pelos ribeirinhos para nominar a equipe desse tipo de embarcação.

O primeiro vapor que navegou no São Francisco foi o Saldanha Marinho. Em 1867, o engenheiro Henrique Dumont firmou contrato com o presidente da Província de Minas Gerais, conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, para construir ou adquirir uma embarcação a vapor. Depois de uma viagem experimental, esse barco saiu de Sabará, descendo o Rio das Velhas, no dia 10 de janeiro de 1871. Atingiu o Rio São Francisco, pela primeira vez, em 3 de fevereiro do mesmo ano e foi até Boa Vista, no Pernambuco. Em 1877, foi fretado pela Companhia Cedro e Cachoeira, que, por muitos anos, comercializou seus tecidos ao longo do rio. Foi desativado no final do século XX e está, atualmente, numa praça de Juazeiro (Bahia), repleto de lembranças de seu passadona hidrovia do São Francisco.

Muitos vapores circularam bastante pelo São Francisco, como o Matta Machado, Luiz Vianna, Djalma Dutra, Cordeiro de Miranda, Siqueira Campos, Barão de Cotegipe, Governador Valadares, Raul Soares, Engenheiro Halfeld,

Antônio Moniz, Delsuc Moscoso, Fernandes da Cunha, Paracatu, Affonso Arinos, Curvello, Iguassu, Antônio Nascimento, São Salvador, São Francisco, Santa Clara, Otávio Carneiro, Juracy Magalhães, Jansen Melo, Bahia, Coronel Ramos, Sertanejo e Baependi.

Há muitas histórias sobre eles. O Affonso Arinos navegava no Rio Paracatu. O Santa Clara naufragou em sua segunda viagem, em 1932 (Diniz, Mota e Diniz, 2009). Durante a Segunda Guerra Mundial, o Barão de Cotegipe transportava pracinhas entre Pirapora e Juazeiro, quando eles iam patrulhar o Nordeste, porque esse deslocamento pelo interior evitava ataques de submarinos nazistas na costa leste do país. O Governador Valadares naufragou logo abaixo de Lapa, Bahia, no dia 6 de setembro de 1950. O mesmo aconteceu com o Fernandes da Cunha. O São Francisco foi recuperado em 2000, mas um incêndio destruiu-o totalmente, logo depois, enquanto estava ancorado próximo ao porto de Pirapora. O São Salvador é usado, atualmente, em Ibotirama (BA), como navio-escola.

O Wenceslau Brás era o mais luxuoso, tendo iniciado a navegação no dia 26 de maio de 1919. Ele patrulhou as margens do Rio São Francisco, quando a Coluna Prestes atravessava o sertão, entre 1924 e 1927. Foi o primeiro vapor adaptado para turismo. Era conhecido por *Paraíso das Damas*, tal o conforto gozado pelos passageiros da primeira classe. Havia saraus, após o jantar, em que eles dançavam, ao som de sanfona, violão e pandeiro. Turistas estrangeiros viajavam do Rio de Janeiro para Belo Horizonte em avião. Iam, em seguida, para Pirapora, usando luxuosas cabines da ferrovia Central do Brasil, inaugurada em Pirapora, em 1910. Ali, pegavam o vapor até Juazeiro, passando por Januária. Partiam depois para Salvador, onde embarcavam para seu país. Apesar desse alto nível, esse vapor virou sucata, ancorada em algum ponto do rio.

O Mauá era muito procurado, embora gastasse de oito a nove dias para descer o São Francisco e de 12 a 14 dias para subir. Ficava mais lento nos trechos encascalhados ou com bancos de areia. Por muitas vezes, encalhou e a tripulação usava escaler para comprar o básico das fazendas, às margens do rio, e reabastecer a cozinha dos trabalhadores e dos passageiros.

O vapor mais famoso foi o Benjamim Guimarães. Não há prova documental, mas reza a tradição de que foi montado nos Estados Unidos, em 1913, por James Rees Sons & Co. Teria navegado no Rio Mississipi e foi vendido para a empresa Amazon River Plate Co. para circular pelo Rio Amazonas (Diniz, Mota e Diniz, 2009: 140). Adquirido por Júlio Mourão Guimarães, foi montado, em Pirapora, em 1920, para navegar pelo Velho Chico. Atraía muitos passageiros, que se encantavam com o trajeto entre aquela cidade e Juazeiro. Januária estava no caminho. Esse vapor ficou algum tempo inativo. Tombado, em 1985, pelo Iepha, foi transferido para a Prefeitura Municipal de Pirapora, em 1997, que o restaurou, em convênio com a União. Reinaugurado em 2004, fez passeios turísticos na região de Pirapora até 2014, quando o baixo nível da água comprometeu a segurança da navegação. Ele

tinha, no início, capacidade para 200 passageiros. Navegava a uma velocidade de 19 km por hora, ao descer o rio, e 8 km, ao subir. Os passageiros de primeira classe usufruíam boa acomodação e eram servidos em restaurante montado com esmero. Os de segunda classe recebiam a comida em frente à cozinha, em prato esmaltado.

Como o assoreamento foi crescente, indicado pelas coroas de areia que surgiam no meio do rio ou coladas às margens, a navegação por vapor tornara-se onerosa. Era também desconfortável para os passageiros, que sofriam restrição alimentar, atrasavam-se para seus compromissos e ficavam inseguros. Uma viagem longa criava oportunidade para aflorar paixão, ódio e ciúme, enquanto o prolongamento da jornada despertava o sentimento de impotência, pois o grupo estava prisioneiro pela dificuldade de sair da embarcação. Os tripulantes tentavam resolver todos os problemas, mesmo que isso demandasse esforços heroicos para libertar o barco dos bancos de areia ou das águas rasas.

Esse assoreamento era consequência da destruição da mata ciliar, para alimentar as fornalhas dos barcos a vapor, e da extração de madeiras de lei, exportadas para os Estados Unidos, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Nessa época, imensos troncos de árvore eram amarrados uns aos outros e desciam o rio como se fossem jangadas pilotadas por um ou dois homens, munidos apenas de um candeeiro.

A navegação fluvial tinha sido bom negócio para as cidades ribeirinhas desde o final do século XVIII até os anos 1970. Várias empresas exploraram essa atividade, por muitas décadas, como a Companhia Viação Central do Brasil, Viação Baiana do São Francisco, Empresa de Viação e Comércio do São Francisco, Empresa Fluvial Ltda., Companhia Indústria e Viação de Pirapora e Navegação Mineira do Rio São Francisco (Diniz, Mota e Diniz, 2009: 113). Em 24 de janeiro de 1963, foi constituída a Companhia de Navegação do São Francisco (Franave), com o patrimônio das empresas acima, para promover a navegação no rio. Era uma sociedade de economia mista com participação da União, de Minas Gerais, da Bahia e de particulares. Ela foi extinta por decreto do governo federal, em 22 de janeiro de 2007. Os vapores foram queimados ou desmanchados, sendo as peças negociadas em ferro-velho, revoltando os ribeirinhos do Velho Chico.

Considerações finais

Um rio é muito importante para os habitantes de seu vale, embora provoque, algumas vezes, inundações, gerando perda de lavouras, sacrificando animais e destruindo o patrimônio material duramente construído. Os benefícios superam, entretanto, esses problemas, porque todos têm acesso gratuito a bens indispensáveis à sobrevivência, como a água e o pescado. Eles garantem conforto e alimentação, além do excedente para a comercialização, ou seja, uma renda para participar do mercado.

O Rio São Francisco foi reconhecido pelos ribeirinhos, durante séculos, pela sua importância, porque tinha grande volume desde o primeiro segmento, alimentado por dezenas de afluentes e subafluentes. Isso garantia as atividades agrárias, criava especial cosmologia a partir das experiências vividas em suas margens e, durante a navegação, propiciava intensa mobilidade ao longo de todo o segmento médio, em que as viagens implicavam vigoroso comércio, aventuras, contato com populações distantes e mesa farta. O rio era de todos os habitantes do vale que o usufruíam para o lazer, a diversão, a higiene corporal, a limpeza do ambiente e a alimentação. A familiaridade com os peixes ficou tão acentuada que eles desenvolveram técnicas para usá-los em procedimentos terapêuticos, como os casos de gripe, cólica renal e dor de ouvido. Tinham também segurança para atravessar o rio em frágeis embarcações e se divertir de várias maneiras. O rio era seu mundo. Era seu universo.

O país ganhará muito se houver um bom programa de revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com recuperação das nascentes e dos mananciais, na porção mineira, incluindo proteção das matas ciliares e da vegetação nativa, instalação de medidas sanitárias e opção por atividades econômicas pautadas pela sustentabilidade. O turismo é a melhor delas, porque ele se estrutura na atração de viajantes que queiram apreciar tesouros naturais preservados na sua magnitude, na salubridade e nos pontos de hospedagem com a garantia de segurança, conforto e experiências singulares.

Afinal, durante muitos anos, o Velho Chico foi a melhor alternativa em viagens de negócios, lazer e busca de oportunidades na Bahia, no Pernambuco ou na região central de Minas Gerais. No último caso, havia duas opções: navegar até Várzea da Palma e subir o Rio das Velhas, chegando a Sabará, ou navegar até Pirapora e pegar o trem da Central do Brasil, que ligava aquela cidade a Belo Horizonte e ao Rio de Janeiro. Essa linha férrea foi desativada, no final do século XX, prejudicando bastante os habitantes do Médio São Francisco.

Januária criou a *Festa dos Santos do Rio*, em 2001, como parte das celebrações dos 500 anos do descobrimento do Rio São Francisco. Seu objetivo é conscientizar a comunidade para a preservação desse precioso patrimônio natural, alertando a população quanto à redução do volume e da qualidade das águas do Velho Chico. Como foi sucesso na primeira vez, ela se fixou no calendário da cidade próximo a 4 de outubro, Dia de São Francisco. Consiste de três procissões: a imagem da padroeira da cidade, Nossa Senhora das Dores, sai da Catedral; a de São Pedro começa na Colônia dos Pescadores, como homenagem a seu padroeiro, e a de São Francisco vem pelo rio, desde Pedras de Maria da Cruz, em um barco, entre mais de 100 embarcações, à luz de velas. O encontro dos participantes dos três deslocamentos acontece na areia, junto à orla, onde há Missa campal, cantorias e apresentações musicais. Há também show pirotécnico, marcando o que os

januarenses consideram uma romaria das águas, pois justificam que *os homens têm o rio dentro d'alma*.

É possível enfatizar que o trecho do Vale do São Francisco, no Extremo-Norte de Minas, reúne pontos magníficos para turistas que pretendem viver experiências interessantes quando saem do mundo cosmopolita e querem conhecer um povo que tenha história marcante na trajetória de uma nação, explorar um ambiente com belezas naturais e viver uma logística que encerre aventura, especificidade regional e aconchego oriundo do hospedeiro na sua rotina alicerçada na sabedoria, nas técnicas locais e no calor humano.

O Norte de Minas Gerais pode propiciar tudo isso, se houver investimento na infraestrutura, recuperação do Velho Chico, qualificação profissional dos nativos e roteiros fundados na hidrovia usada por mais de 400 anos. Ela está comprometida pelo assoreamento, pela redução do volume d'água e pela falta de políticas públicas que promovam a navegação fluvial como o melhor meio de transporte de passageiros e cargas em todos os territórios beneficiados por hidrografia favorável à navegação.

Referências bibliográficas

ALKMIM, Carlos Diamantino. *O Velho Chico em três tempos: 1925 / 1944 / 2010*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2011.

ALMEIDA, João Damasceno de. *Januária*. Januária: Edição do autor, 2014.

----- *Causos, Poesias e Fragmentos*. Januária: Edição do autor, 2014.

ALMEIDA, Manoel José de. "História". In Prefeitura Municipal de Januária. *Januária, 1860-1960: Comemoração do 1º Centenário*, mimeo, 1960.

BRIZOLA JR., Walter (editor). *Resgate Cultural dos Vales dos Rios Jequitinhonha e São Francisco*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2006.

CASTRO, Gilda de; MOTTA, Juninho. *Terras do Norte de Minas: o Vale do São Francisco entre o Ribeirão Pandeiros e o Rio Peruaçu*. Belo Horizonte: Vallourec, 2015.

DINIZ, Domingos; MOTA, Ivan Passos Bandeira da; DINIZ, Mariângela. *Rio São Francisco: vapores & vapozeiros*. Pirapora: Edição dos autores, 2009.

ESCOLA ESTADUAL OLEGÁRIO MACIEL. *Januária: um jeito barranqueiro de ser*. Memória e tradição cultural. Januária, 2008.

FUNDAMAR. *Album Chorographico Municipal do Estado de Minas Gerais 1927*. <http://www.albumchorographico1927.com.br>. Última consulta em 07-09-2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. <http://www.ibge.gov.br>. Última data de consulta em 25-04-2016.

LORENZ, Günter. "Diálogo com Guimarães Rosa". In: COUTINHO, Eduardo F. (Org.) *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1983, pp. 62-97.

- MARTINS, Saul. “Folclore”. In Prefeitura Municipal de Januária. *Januária, 1860-1960: Comemoração do 1º Centenário*, mimeo, 1960.
- NEVES, Zanoni. *Navegantes da Integração: Os remeiros do rio São Francisco*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- PEREIRA, Antônio Emílio. *Januária: Relicário fotográfico*. Belo Horizonte: Edição do autor, 2008.
- , *Memorial Januária: Terras, rios e gente*. 2. ed. revista e ampliada. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE JANUÁRIA. *Januária, 1860-1960: Comemoração do 1º Centenário*, mimeo, 1960.
- RIBEIRO, Joaquim. *Folclore de Januária*. Edição Levínio da Cunha Castilho. Belo Horizonte, 2001. Edição original do Ministério da Educação e Cultura, Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, Rio de Janeiro, 1970.
- SANTIAGO, Carlos Henrique. “À espera de um milagre”. In *Sagarana*. Nº 22.
- SEBRAE/MG. *Resgate Cultural dos Vales dos Rios Jequitinhonha e São Francisco*. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2006
- SILVEIRA, Luís Fábio. “Cerrado”. In *Guia Ilustrado do Cerrado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: CEMIG, 2003.
- STARLING, Heloísa M. M.; CARDIA, Gringo; ALMEIDA, Sandra R. G.; MARTINS, Bruno V. (Org.). *Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PRINCÍPIOS E MANDAMENTOS DA FÉ NAS DIVERSAS RELIGIÕES

Jairo Carvalhais Câmara - Cadeira nº 37
Patrono: Conselheiro Affonso Penna

Todas as civilizações têm normas de acordo com os conhecimentos e crenças, sempre no sentido de haver um ente superior de comando, que controla as diferenças entre o ser animal racional que possui raciocínio, e o ser irracional que possui simplesmente o instinto. Isto não significa que os seres considerados inferiores não possuem um modo próprio de comunicação e convivência organizada em demonstração da presença de uma inteligência com provas de direitos hierárquicos. Em todo momento, podemos presenciar a organização dos vírus, das bactérias, dos invertebrados, dos vertebrados, enfim de toda a escala animal, inclusive os seres humanos.

Este, também exerce suas funções biológicas de sobrevivência orgânica, com a necessidade de um comando terreno, e principalmente espiritual, após reconhecer a existência de uma segunda vida etérea para uns e física para outros, com o céu e o inferno: Deus.

Assim, a humanidade, em seu domínio, formou sociedades diferentes dispersas por todo o planeta, com as mais diferentes culturas, leis próprias, classes dominantes, mas tendo em todas, presença de um poder acima da compreensão, divino e todo-poderoso, em seus cultos nas Sinagogas, Igrejas, Mesquitas e Templos.

Qual o comando de Deus? O físico, através dos mais variados sinais da natureza interpretados conforme as conveniências dos líderes, ou o espiritual, pela sua presença em situações dogmáticas, com diálogos a alguns poucos privilegiados, dando surgimento às diversas leis consideradas religiosas, a Fé, o Pecado, o Perdão e a Punição. Conforme afirma Zumpano em seu livro “A Procura de Deus”, *há uma estreita ligação entre a Dor, a Fé e a Religião. Principalmente a dor que não depende de nós resulta das leis do mundo e da vida, é a escola natural aberta pela providência para a virilização das almas e a maturação das consciências.*

No exercício da medicina o alívio da dor é base da assistência ao paciente em alto sofrimento: “Conhecer a Doença” (MORBOS ARCERE), “Tratar a Doença” (AEGROTOS SANARE), “Aliviar a Dor” (DOLORES LENIRE), formando um triângulo equilátero, tendo em seu centro a efígie de Hipócrates, constitui o emblema da Academia Mineira de Medicina, trazendo ao profissional, todo o conflito gerado

pela falha em qualquer um dos três itens da *Academus* de Platão, inaugurada no ano 387 aC, sobrevivendo até o ano 529 da Era Cristã. Os ensinamentos religiosos estão direcionados no alívio físico, para poder ultrapassar o portal da eterna vida celestial, sendo inspiração do título *Cristo Médico*, em inúmeros trabalhos de arte.

Lucas era um médico. Por este motivo seu Evangelho tem a formatação de um trabalho médico de pesquisa retrospectiva, conforme ordem do excelente Teófilo e havendo se informado minuciosamente de tudo desde o princípio. Por esse motivo, os profissionais médicos o consideram Padroeiro da Medicina. Tem no calendário, o seu dia festivo e seu nome em hospitais, como o Hospital São Lucas da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte.

Demonstra competência quando fala de doenças e curas milagrosas. Ao escrever o 3º Evangelho e os Atos, inicia relatando o milagre da gestação que seria definida como partenogênese de um casal idoso, Zacarias e Izabel, esta considerada estéril, nascendo João, e de outro casal, com esposa virgem e muito jovem, Maria e José, nascendo Jesus. Também, ensinamentos relativos à preservação e prevenção: *O são não precisa de médico, somente os que estão enfermos*, e em um caso de doença hemorrágica e cura milagrosa: *A tua fé te salvou*.

Na impossibilidade de descrever detalhes históricos, fico nas leis básicas de todas as religiões, citando aquelas em que tive meios de as documentar. Nas religiões adâmicas, com Adão e Eva, a Bíblia em seu primeiro livro relata: *“E criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou macho e fêmea criou-os”*. É nítido o conceito de igualdade dos sexos e da origem divina de ambos. O papel da mulher no judaísmo também tem sido um tema carregado de interesses históricos e sociais, citando personagens como Sara, Rebeca, Rachel e Lea.

Os treze Princípios da Fé Judaica:

Inscritos nas Tábuas que Moisés apresentou ao descer do Monte Sinai, são em número de 13: 1 – *Eu creio com fé completa que o Criador, bendito seja o Seu Nome, Ele só, fez as criaturas e as dirige e Ele só, fez, faz e fará todas as obras*; 2 – *Eu creio com fé completa que o Criador, bendito seja o seu nome. Ele é o Único e não há Unicidade como a Dele, de nenhuma maneira. E só Ele é nosso Deus. Ele existiu, existe e existirá para sempre*; 3 – *Eu creio com fé completa que o Criador, bendito seja o Seu Nome, não é corpo e não se pode assemelhar à matéria. E Ele não tem nenhuma comparação com qualquer coisa*; 4 – *Eu creio com fé completa que o Criador, bendito seja o seu nome, Ele é o primeiro e o último, sem fim*; 5 – *Eu creio com fé completa que o Criador, bendito seu nome, a Ele só, se deve rezar e não a outro*; 6 – *Eu creio com fé completa que todas as palavras dos profetas são verdadeiras*; 7 – *Eu creio com fé completa que a Profecia de Moisés, nosso mestre, de bendita memória, é verdadeira e que ele é o pai (mestre) de todos os profetas anteriores e posteriores a ele*; 8 – *Eu creio com fé completa que toda a Lei que se encontra em nossas mãos é a que foi dada a Moisés, nosso mestre, de bendita*

memória. 9 – Eu creio com fé completa que esta Lei não foi trocada, nem haverá outra por parte do Criador, bendito seja o Seu Nome; 10 – Eu creio com fé completa que o Criador, bendito seja o Seu Nome, Ele conhece todas as obras dos homens e todos os seus pensamentos, pois assim foi dito: “O Criador de todos os corações conhece todas as suas obras”. 11 – Eu creio com fé completa que o Criador, bendito seja o Seu Nome, recompensa os que guardam os seus preceitos e pune os que os transgridem. 12 – Eu creio com fé completa na vinda do Messias, e apesar de tardar em vir, contudo esperá-lo-ei em cada dia. 13 – Eu creio com fé completa que haverá a ressurreição dos mortos quando for de agrado do Criador, bendito seja o Seu Nome e exalçada a Sua lembrança, para todo o sempre.

Os trinta e seis Mandamentos da Fé Cristã:

São inscritos no *Decálogo* das Tábuas de pedra de Moisés, mas divididos em duas épocas: a. C. e d. C.

Os dezesseis Mandamentos do Antigo Testamento:

Êxodo, 19- 25 e Deuteronômio - o decálogo - 5, 9 a 21: Desceu Moisés até onde estava o povo, e contou-lhe tudo o que Deus lhe disse; 1 - *Depois falou o Senhor nestes termos. 2 – Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei do Egito, da casa da servidão. 3 – Não terás deuses estrangeiros diante de mim. 4 – Não farás para ti, imagens de esculturas, nem figura alguma de tudo o que há lá em cima do céu, e do que embaixo da terra, nem de coisa, que haja nas águas debaixo da terra; 5 – Não as adorarás, nem lhes darás cultos: porque eu sou o teu Deus, o Deus forte, e zeloso, que vingará a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira, e quarta geração daqueles que me aborrecem. 6 – E faz misericórdia até mil gerações, aqueles que me amam, e guardam os meus preceitos; 7 - Não tomarás em vão o nome do teu Deus: porque o Senhor não terá por inocente, aquele que toma o seu nome em vão, o nome do seu Deus; 8 – Lembra-te de santificar o dia de sábado; 9 – Trabalharás seis dias, e farás neles tudo o que tens para fazer; 10 – O sétimo dia é o dia do descanso consagrado ao Senhor teu Deus. Não farás neste dia obra alguma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu escravo, nem a tua escrava, nem a tua besta, nem o peregrino que vive das tuas portas para dentro; 11 – Porque o Senhor fez em seis dias o céu, e a terra, e tudo o que neles há, e descansou ao sétimo dia. Por isso o Senhor abençoou o dia sétimo, e o santificou; 12 – Honrarás o teu pai, e tua mãe, para teres uma vida dilatada sobre a terra, que o Senhor teu Deus te há de dar; 13- Não matarás; 14 - Não cometerás adultério; 15 – Não furtarás; 16 – Não dirás falso testemunho contra o teu próximo; Não cobiçarás a casa do teu próximo: não desejarás a sua mulher, nem o seu servo, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertencer.*

Os vinte Mandamentos do Novo Testamento:

Subdividido em diversos símbolos de fé ocidentais e orientais. Não há outro nome para DEUS além do que ele mesmo se referiu: *“Eu sou aquele que é”*. Abrange 27 livros: cinco Históricos, 14 Didáticos, um Profético, cinco Evangélicos (quatro Evangelhos e os Atos). Evangelhos: *Sinóticos*, objeto da pregação dos Apóstolos São Mateus, São Marcos, São Lucas, São João, e os Atos. Os quatro primeiros livros que narram origem, fatos, palavras e paixão de N. S. Jesus Cristo formam um único Evangelho. O Evangelho é o testamento de Jesus Cristo. *Apócrifos*, existem muitos, mas a Igreja aceita somente esses quatro considerados inspirados.

Em diálogo entre o rabino Abraham Skorka e o papa Francisco (Jorge Bergoglio) sobre as religiões, Skorka afirma que a concepção bíblica nos ensina que descendemos todos de um homem primigênio. Quer dizer, estamos todos enlaçados por vínculos de irmandade. Uma pessoa nunca deveria ser indiferente ao homem, sendo a Bíblia apenas um clamor: *Não seja indiferente ao espiritual, a Deus e ao seu próximo*. Qual então a função da religião? Por que as religiões são diferentes? Bergoglio afirma que volta aos primeiros dois mandamentos: *o primeiro é amarás o Senhor, teu Deus, de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o entendimento; o segundo amarás ao próximo como a ti mesmo. Jesus diz que nesses dois mandamentos está toda a lei*.

Islamismo - História

Teve seu início quando Maomé (570 d. C. – 632 d. C), comerciante de Meca, na Península Ibérica, considerou-se um continuador de Moisés e Jesus, servidor do mesmo Deus. No ano 610 d. C. retirou-se para uma caverna do monte Hira, onde recebeu a visita do anjo Gabriel que lhe comunicou ter sido escolhido por Deus para ser o último Profeta. Ensinou-lhe os versos enviados por *Alá único e verdadeiro Deus para a humanidade*, formando o Alcorão, livro sagrado dos muçulmanos.

Os dez Mandamentos do Alcorão:

Primeiro: Não atribuais parceiros a Deus (SHIRK); Segundo mandamento: Sede bom e obediente com os pais; Terceiro mandamento: Não mateis vossas crianças por medo da pobreza; Quarto mandamento: Não vos aproximeis de pecados “vergonhosos” cometidos abertamente ou em segredo. Estabelecei várias condições para refrear a decadência moral: 1ª – Instituição do Casamento. 2ª – Ênfase na vestimenta para as mulheres. 3ª – Evitar tentações baixando o olhar (para ambos, homens e mulheres). 4 - Proibição de entrar nas casas das pessoas sem convite. Quinto mandamento: Não mate a quem Deus proibiu de matar; Sexto mandamento: Não disponhais do patrimônio do órfão senão da melhor forma possível, até que chegue à puberdade. Sétimo mandamento: Disponde do peso e da

medida com equidade; Oitavo mandamento: Quando sentenciardes, sede justo ainda que se trate de parente carnal. Nono mandamento: Cumpri a aliança com Deus “Eis aqui o que ele vos prescreve, para que mediteis”; Décimo mandamento: Esta é a Minha senda reta. Segui-a e não sigais as Demais, para que estas não vos desviem de Minha senda. Eis o que Ele vos prescreve, para que O temais.

História do Budismo:

Desenvolve-se desde o século VI a.C., com o nascimento de Siddartha Gautama, que se torna o Buda (556-486 a. C.) “após o despertar” e contando atualmente com 350 milhões de seguidores. Nascido em Lubini, no sul do Nepal, vivia em luxo e ostentação. Insatisfeito, resolve sair e conhecer o sofrimento, a velhice, a doença e a morte, por meio do jejum e da penitência, juntando-se a Confúcio e aos brâmanes, tornando-se um asceta errante.

Sentado ao pé de uma figueira, imperturbável perante as tentações do demônio Mara, nas quatro verdades: *Tudo é dor, a dor nasce do desejo, a ilusão que permeia o mundo não deixa que nos libertemos, a dor se extingue com a extinção do desejo.* Para conseguir a cessação do desejo é preciso seguir a regra dos oito passos, que é uma recomendação para o autocontrole: *Opiniões, intenções, motivos, palavras, e ocupação, esforço, pensamento, meditação* corretos e chegando à libertação do Nirvana, o verdadeiro conhecimento, tornando-se Buda o iluminado. Sua nova vida inicia-se com o Budismo Primitivo e o Proselitismo de Asoca, associando-se ao Rei Máuria Asoca que, em seu território, havia construído muralhas e pilares, que o separavam da violência e dos horrores dos conflitos contra pessoas e animais: *Não mate esta mosca, nela pode viver a alma de sua avó.*

Expande-se na Índia, Ásia Central, China, Coreia, Japão e no Ocidente.

Ensinaamentos do Budismo Tibetano - Doutrina das Quatro Nobres Verdades

A nossa pesquisa compõe-se de trechos da palestra de sua Santidade, o 14º Dalai-Lama, Tenzin Gyartso, líder espiritual tibetano, proferida em maio de 1993 em Londres. *Acredita que, se alguém deseja uma vida feliz, o fato essencial é que os seres sencientes, em especial os seres humanos, querem felicidade e não querem dor e sofrimento. Por esse raciocínio, temos todo o direito à felicidade e a usar meios e métodos diferentes para superar o sofrimento e levar vidas mais felizes.*

Em outras palavras, o desenvolvimento mental e o desenvolvimento espiritual referindo ao afeto humano, noção de envolvimento, a honestidade, a disciplina, inteligência correta. Vale a pena refletir seriamente sobre *as consequências positivas e negativas* desses métodos. Devíamos ter consciência de que existem diferenças entre, de um lado, interesses em curto prazo e, do outro, interesses em longo prazo e consequências. O interesse em longo prazo é mais importante. Os budistas costumam dizer que não existe nada absoluto e que tudo é relativo. Por isso, devemos julgar de acordo com as circunstâncias.

Quando vamos a um hospital, independentemente da competência do médico, se o médico demonstrar verdadeiro sentimento e profundo interesse por nós, e, se ele ou ela sorrir, logo nos sentimos bem. No entanto, se o médico demonstrar pouco afeto humano, nesse caso, mesmo que ele ou ela possa ser um grande especialista, nós podemos nos sentir inseguros e nervosos. A natureza humana é assim.

O ensinamento fundamental do Buda é sua doutrina das Quatro Nobres Verdades: 1) *que o sofrimento existe*; 2) *que o sofrimento tem causa*; 3) *que existe a cessação do sofrimento*; 4) *que existe um caminho para alcançar essa liberdade*. O princípio implícito deste ensinamento é o princípio universal da casualidade. O que ganha importância nesse ensinamento básico é uma conscientização autêntica dos nossos próprios potenciais e da necessidade de usá-lo em sua plenitude. A partir dessa perspectiva, todo ato humano passa a ser significativo. A literatura budista menciona a prática das seis perfeições. De acordo com o budismo, a generosidade e o ato de doar são considerados casos de prosperidade. No entanto, para ter sucesso é preciso ter uma sólida disciplina ética. Esta disciplina ética só pode surgir se a pessoa tiver capacidade de suportar dificuldades quando se deparar com elas.

Como implantar nas regras no dia a dia, os princípios estipulados na prática das seis perfeições? O budismo nas Regras da vida Monástica, Siddhartha Gautama recomenda que a pessoa conduza sua vida dentro da disciplina ética de observância daqueles que são conhecidos como os *Preceitos positivos* ou a *Abstenção dos dez Atos Negativos*. A maioria de atos Negativos é comum a todas as tradições religiosas. Eles são considerados negativos ou indesejáveis para a sociedade em geral, *independentemente de qualquer ponto de vista religioso*. A boa conduta é o modo pelo qual a vida passa a ser mais significativa, mais construtiva, e mais tranquila. Alcançá-la depende muito do nosso próprio comportamento e atitude mental. O sorriso é uma característica importantíssima das feições humanas, mesmo assim, pode ser usado de modo incorreto, sarcástico ou diplomático.

Neste limitado trabalho, tenho certeza de que todos que o lerem, terão conhecimentos mais avançados com suas conclusões. Apenas acrescento a confirmação de que todas as vidas gregárias estão sujeitas às Leis de Deus com seus quatro pilares: *vida espiritual, comunitária, intelectual e apostólica* em todas as crenças de aceitação voluntária, e, também, a Lei dos Homens nas Constituições, Normas, Estatutos, Direitos e Deveres, nem sempre respeitados.

Concluindo, na antiguidade a medicina era considerada uma profissão quase religiosa e os médicos exercendo um verdadeiro “sacerdócio”, com suas leis e seu juramento:

Juramento de Hipócrates (460 – 357 a. C.)

“Juro por Apolo, o médico, por Esculápio, por Higia e Panaceia e por todos os deuses e deusas que, de acordo com minhas habilidades e meu juramento,

cumprirei o seguinte juramento e compromisso: Considerar aquele que me ensinou esta arte tão caro quanto meus pais, compartilhar com ele as minhas posses e, se for preciso, aliviar suas necessidades; considerar seus filhos como meus próprios irmãos e ensinar-lhes esta arte, se o desejarem, sem remuneração ou exigências; por preceitos, palestras e todos os outros meios de ensino, transmitir o conhecimento desta arte a meus próprios filhos, e aos filhos dos meus mestres e aos discípulos que se mantiveram fiéis ao compromisso e juramento, segundo as leis da Medicina, mas a ninguém mais. Seguirei as condutas que, segundo minha capacidade e meu julgamento, venha a considerar benéficas para meus pacientes, abstendo-me de tudo que for deletério e pernicioso. Não administrarei a ninguém drogas letais, se solicitado, nem darei orientação nesse sentido; da mesma forma, não darei a mulher alguma um pessário abortivo. Viverei minha vida e exercerei minha arte com pureza e santidade. Não operarei pessoas que sofram cálculos, deixando que essa tarefa seja realizada por aqueles que disso se ocupam. Em qualquer casa que entre, o farei para o bem dos enfermos, abstendo-me de qualquer ato voluntário de leviandade e corrupção e, mais ainda, da sedução de mulheres ou homens, livres ou escravos. No exercício da minha profissão, ou fora dele, silenciarei sobre tudo o que vir e ouvir a respeito da vida dos homens e que não deve ser divulgado, considerando que tais coisas devem ser mantidas, em segredo. Se não violar este juramento, que me seja permitido gozar para sempre a vida e o exercício da minha arte! Se o infringir e violar, que eu tenha a sorte oposta!”

Referências:

- AVINER, Rabino Shelomo. *Mulheres da Bíblia*. São Paulo: SÊFER, 2004.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANDT, Alain. *Dicionário de Símbolos*. 6. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- COSTEIRA, Osiris. *Termos e expressões da prática médica*. Rio de Janeiro: FARMOQUÍMICA S/A (FQM), 2001.
- COUTO E SILVA, Fábio Chaves do. *O Emblema da Academia - Anais da Academia Mineira de Medicina*, ano VI, 1975, Belo Horizonte: IMPRENSA UNIVERSITÁRIA, Universidade Federal de Minas Gerais, ed. da Academia Mineira de Medicina, 1976.
- FIGUEIREDO, Padre Antônio Pereira de; CASTRO, José Alberto L. de. *Os mandamentos da Fé Cristã – Bíblia Sagrada*. Barsa – Impressa pela Catholic Press, 1969.
- FONTES Martins. *O Livro da Sabedoria, Sua Santidade o Dalai-Lama*. São Paulo: YANGRAF, 2003.
- FRIDLIN, Jairo. *Sidur Completo*. São Paulo: SÊFER, 1999.
- MONDADORI, Arnaldo – Milão – Itália. *Grandes Personagens da História Universal*. Editor: Victor Civita – Abril Cultural e Industrial, Volume I, 1970.

SKORKA, Abrahan. *Sobre o Céu e a Terra*. São Paulo: PARALELA divisão da Editora SCHWARCZ S. A., 2013.

ZUMPANO, Eurípedes Santos. *A Procura de Deus*. Belo Horizonte: O Lutador, 2011.

Site: <http://www.islamreligion.com/pt/articles/5123/dez-mandamentos-no-alcorao-parte-3-de-3/>. >Acesso

REVOLUÇÃO DE 1930¹

A Coluna Revolucionária Cristiano Machado invade o Espírito Santo
(Um Diário de Campanha)

*Joaquim Cabral Netto - Cadeira nº 40
Patrono: Conde Afonso Celso*

Manhumirim é uma cidade do leste do Estado de Minas Gerais, encravada quase ao sopé do Caparaó, próxima do Pico da Bandeira, na fronteira do Espírito Santo. Em 1930 era uma pequena cidade com não mais de 10.000 habitantes e que havia conseguido, há pouco tempo, sua emancipação político-administrativa.

Naquele ano ocorreu uma manifestação político-social de dimensões como até então nunca se vira no Brasil: a Revolução Liberal.

Os juízos de valor sobre ela ainda hoje não são acordes, mas viu-se, então, o povo em armas! Aquela Revolução tem, ainda hoje, passagens desconhecidas da sua historiografia.

Naquela época, em algumas pequenas cidades arregimentaram-se homens para a luta armada; em centenas delas as manifestações pró e contra eclodiram numa oratória apaixonada; algumas chegaram a fazer deslocamentos ferroviários de tropas, mas que não raro nada mais foram do que passeios. Todavia, na alta Zona da Mata, uma cidade, na verdade a menor e mais nova delas, quase perdida e esquecida, encravada na fronteira com o Espírito Santo, - Manhumirim, as coisas foram diferentes.

Foi lá que ocorreu uma das páginas da Revolução Liberal de 1930 em nosso Estado, até hoje conhecida de poucos.

Com a explosão da Revolução da Aliança Renovadora Nacional de 1930, a um pedido direto do próprio Secretário do Interior e Justiça da época, Cristiano Machado, foi criado o Comitê Revolucionário de Manhumirim, constituído pelo Médico Doutor Alfredo Lima, como Presidente, pelo Advogado Doutor Vasco Soares de Moura e pelo comerciante José Teixeira Porcino, Delegado de Polícia local.

Coluna Revolucionária Cristiano Machado foi o nome escolhido para a tropa formada. Era constituída de uns “bate-paus” e fazia uns desfiles “pra baixo e pra cima” nas ruas da cidade, com o sargento-comandante do destacamento local dando ordens e instruções.

Com o passar dos dias, a Coluna foi crescendo e, ao final, com a incorporação do destacamento da polícia local formou-se um bloco de cento e vinte

homens, a maioria armada com revólver H.O, garruchas e carabinas “papo-amarelo”, além de uns poucos fuzis portados pelos policiais locais.

As ordens recebidas esclareciam que o Estado do Espírito Santo seria invadido, porque o seu Governador não aderira à revolução. Nós deveríamos invadi-lo pelo centro; do sul se encarregaria a Coluna Mineira, sob o comando do Capitão Barata,² e do norte cuidaria a coluna do Coronel Amaral, de Minas Gerais.

No dia 14 de outubro de 1930, a nossa Coluna se pôs em marcha. Cerca de cem homens em caminhões, e vinte em quatro “fordes-bigode”, saíram ao anoitecer. À meia-noite, a fronteira do Estado foi atingida em Santana do Zé Pedro – hoje Pequiá – então Distrito de Rio Pardo.

A “ocupação” de Pequiá teria de retratar a existência de uma Revolução. Assim, na escuridão e no silêncio da noite, irrompemos no lugarejo, destituímos as autoridades locais e as substituímos. Ocuparam-se a Agência dos Correios e a Coletoria Estadual, colocando-se nesta um substituto e, para ficar à frente do Distrito, foi chamado o fazendeiro Antônio Lamy de Miranda, morador nas proximidades e que se havia incorporado à Coluna quando nos aproximávamos da fronteira. Ao deixar o lugar, a tropa estava reforçada com os dois fuzis do destacamento local.

Foi no silêncio de uma madrugada e em Cachoeira – hoje Urupi, um lugarejo perdido numa serra, perto do Pico do Colosso, na verdade num “canto” do Estado do Espírito Santo”, que toda Coluna “avançou”. Quando no silêncio de um noite o som cortante de uma corneta soou, aquilo parecia um inferno naquela pacata e perdida vila: o povo se levantando aturdido correndo por todo lado, um alarido ululante de vozes por todos os cantos, explosões de tiros e foguetes explodindo por todo lado, misturados com a gritaria de mulheres, o choro de crianças e um sem-número de cães latindo sem parar. Reação mesmo não ocorreu, porque soldados não havia no local.

Quando a Coluna se preparava para continuar a avançar, surgiu um obstáculo: quem conhecia a região a ser invadida que pudesse integrar o Comando da Invasão?

Foi em razão dessa circunstância que eu, então com 24 anos, ocupei um dos automóveis invasores: eu morara em Rio Pardo (hoje Iúna), nosso próximo alvo, e conhecia bem a região. Aliás eu saíra de lá no início daquele ano, porque fora ameaçado de ser preso por ser um entusiasta da Aliança Liberal que então se formava.

Jogado de um lado para o outro naqueles “trilhos” que chamávamos de estrada, eu seguia com dois auxiliares da campanha: João Blacks e Jorge José Duaier. Este nascera na Síria e era dotado de um espírito muito prático; aquele, filho de libaneses, por ter lutado na “Grande Guerra”, era o único que conhecia estratégia de guerra. E ali estava eu, entre aqueles dois “árabes”, na minha primeira “experiência de guerra”.

Quando chegamos a Rio Pardo, o sol estava nascendo. Logo depois de uma curva da estrada subimos em silêncio uma pequena encosta e então pudemos ver, à nossa frente, a pequena cidade, cercada de montanhas. Nas faldas do morro, um vale serpenteava por toda a sua extensão.

- Opa! Que lugar estratégico admirável! – observou o Sargento de Polícia. E de imediato começou a espalhar os homens pela encosta.

Antes do ataque, entendemos que melhor seria negociar uma rendição da cidade com o chefe político local – o “coronel” Pedro Scardini –, cujo casarão de dois pavimentos estava bem à vista de nossa posição –, e, para isso, alguns iriam tentar convencê-lo.

Em poucos minutos descemos: João Blacks e Jorge Duaier e eu. Estabelecemos que, alguns minutos após nossa entrada na casa, da posição em que estava nossa Coluna seriam dados uns tiros para cima, para demonstrar que realmente ali estava uma força invasora, cercando a cidade, enquanto um vozerio da tropa deveria se fazer ouvir a distância, de tempos em tempos. Por outro lado, se, dentro de meia-hora, não desfaldássemos um bandeira branca, um lençol ou coisa semelhante, da janela daquela casa, o tiroteio iria começar. Quando entramos na cidade, o sol projetava os seus primeiros raios e algumas casas se abriam.

O Padre José Bazarella, que veio lá dos lados de Muniz Freira para a cidade de Rio Pardo, não acreditava no que via. Na manhã clara do dia 15 de outubro de 1930, ele estava celebrando missa na igreja velha de Nossa Senhora Mãe dos Homens e, no exato momento da Consagração, quando se voltou para os fiéis e elevou a hóstia, seus olhos se detiveram em dezenas de homens que, do outro lado do rio, sobre a elevação ali existente, corriam de um lado para outro, com laços vermelhos no pescoço, tomando posições fixas nas encostas e que, a viva voz, respondiam a ordens de comando.

- Metralhadora leve número um, à esquerda!

- A postos!!!

- Metralhadora pesada número 5!

- A postos!!!

Numa sequência cadenciada, aqueles homens continuavam respondendo, com precisão, às ordens de comando.

Pálido, ictérico mesmo, ele apressou o término daquele ofício religioso e encaminhou-se para a casa do “Coronel” Pedro Scardini, o poderoso chefe político local, bem na esquina direita, a poucos metros da Igreja. Enquanto sua batina preta se sujava com o pó do caminho, escutava o matraquear de tiros no morro, à sua frente, e o som estridente de uma corneta que dava ordens de ação.

Enquanto isso ocorria, nós nos aproximamos e, com a porta aberta, adentramos na casa do “Coronel”, subimos uma escada e fomos parar na cozinha “do homem”. Ele e a mulher estavam tomando café, e o fogo aceso crepitava num grande fogão de lenha.

- O que é isso? – perguntou, espantado, quando nos viu.

O diálogo foi rápido e objetivo.

- Coronel – disse-lhe eu –, o senhor vai nos desculpar, mas a situação é grave! O Brasil está em revolução e Rio Pardo está cercada pelas forças revolucionárias de Minas, com um grande contingente.

- Eh! Mas com duas horas resisto a isso!

- Eu sei que o senhor resiste, mas o senhor não tem duas horas! Se, dentro de meia hora, nós não desfraldarmos uma toalha branca, de preferência um lençol branco, daqui de sua janela, eles vão abrir fogo. O fato de estarmos aqui não impede nada não! Eles vão atirar assim mesmo! E haverá mortandade! O senhor tem aqui a sua família, e aqui também estão todas as pessoas suas amigas. Eu vim justamente para poder esclarecer ao senhor, como chefe, e às demais pessoas locais, da inconveniência e da impossibilidade de qualquer resistência, pois isso é um movimento nacional, com o Brasil todo em pé de guerra. E a revolução não está contando somente com a cooperação das Forças Armadas, também o povo está armado em todo o País!

Nesse momento espoucaram disparos de metralhadoras, apavorando os moradores que se levantavam, e um alarido se fez ouvir no morro à frente da casa. Quase de imediato, o Padre Bazarella entrou correndo, esbaforido, pela porta da cozinha.

- Coronel, o que é que há? A cidade está cheia de homens esquisitos, lá no alto!

A explicação foi rápida, e a reação do Padre curta.

- Então, entrega, Coronel! Coronel, entrega isso! Depois a gente acerta!

Não tardou e àquela casa começaram a chegar autoridades e amigos. Em questão de dez a quinze minutos ela estava cheia. O Juiz de Direito e o Promotor de Justiça expressaram a vontade de todos: “rendição!”

- Muito bem! E se eu entregar a cidade, qual a situação do povo?

- Eu assumo o compromisso – disse –, em nome das forças que estão cercado a cidade, de que aqui não haverá nenhuma ofensa, física ou moral. O senhor pode se entregar sem a menor preocupação.

- Bom, diante disso eu vou entregar a cidade

O alívio do momento e a tensão dos presentes foram indisfarçáveis.

- Nesse caso, o senhor me arranje rapidamente um lençol.

Ele chamou a filha, que entregou um lençol ao Jorge Duaier. Este chegou à janela e, sacudindo-o, gritou:

- Podem descer, está tudo certo!

Lentamente, ocuparam vários pontos da cidade 120 homens, todos de chapéu grande e lenço vermelho ao pescoço, dando a impressão de um grande e interminável contingente.

Como o volume de pessoas armadas que adentrava a cidade parecia não acabar, a soldadesca de Rio Parado correu. Um pulou dentro de uma máquina de limpar café e sujou-se todo com aquela poeira fina. Outro saiu correndo rua afora, tropeçou e caiu. Outro mais correu para casa!

Antes mesmo da entrada de nossos homens na cidade, senti que era preciso aumentar nosso “poder-de-fogo”. Pedi ao João Bracks:

- Vá rápido ao destacamento local e pegue os fuzis existentes!

O destacamento de Rio Pardo, no dia em que lá chegamos, era formado por um sargento, um cabo e oito soldados. Qual não foi a nossa surpresa quando nos apossamos de seu armamento: dez fuzis e centenas de balas! Se tivesse havido resistência, nós não entraríamos na cidade em hipótese alguma, e iria morrer muita gente!

Quando José Porcino e o Sargento de Manhumirim chegaram, foram cientificados do compromisso feito para rendição.

- Realmente – disseram – ninguém sofrerá nada! Não haverá nenhuma ofensa. Nem por palavras, nem por atos. Nós garantimos a todos!

O Fórum foi cedido para acantonamento do contingente revolucionário. O almoço foi um churrasco de boi que o “coronel” Pedro Scardini mandou matar, servido com pão. Pagamos-lhe com um vale que, mais tarde, foi convertido em dinheiro.

Como Delegado de Polícia de Manhumirim, o José Porcino não podia prosseguir no avanço da Coluna. Regressou com cerca de 20 homens, ao passo que ficou estabelecido que eu assumiria o comando, à frente de 100 homens.

O Comando Revolucionário do Estado deveria ser cientificado do avanço de nossas forças e o Minas Gerais n.248, de 17.10.1930, registrou telegrama enviado ao Secretário do Interior:

Comunico a V. Ex., que o Município de Rio Pardo, no Espírito Santo, está em nosso poder. Prendi o destacamento local e entreguei a presidência da Câmara ao Sr. Joaquim Cabral.

José Teixeira Porcino

Delegado de Manhumirim.

No início da tarde do dia 15 de outubro, as famílias locais ficaram alvoroçadas, pois alguns elementos procedentes de Muniz Freire informaram que lá existia um contingente das forças estaduais se preparando para avançar sobre Rio Pardo e retomar a cidade.

Designei alguns homens para pontos estratégicos e para locais de acesso à cidade. O restante da tropa ficou em estado de alerta, pronto a se deslocar para qualquer direção. Mais, ainda: como já assumira o comando da Coluna, dei ordem para que ninguém entrasse ou saísse da cidade sem minha autorização por escrito.

Hospedara-me no hotel do senhor José Roberto de Moraes, onde várias famílias compareceram, pedindo (e conseguindo) autorização para se dirigir à zona rural, para além do provável campo de luta. Ao entardecer procurou-me um filho do Pedro Scardini.

- O papai me mandou aqui para o senhor dar um papel para gente sair, porque todas as famílias estão saindo. Mamãe está nervosa, os meninos querem sair e ...

- Perfeitamente, não há dúvida, não! Mas você me faça o favor de dizer ao seu pai para ele mesmo vir aqui.

Descendente de italianos, Pedro Scardini era um homem alto, loiro, de bigode avermelhado em ponta e, quando ele chegou, eu percebi que ele estava num forte estado de nervos.

A sala estava cheia e, naquele momento, lembrei-me da restrição que ele me havia feito, ainda no início daquele ano, em virtude da minha simpatia pela causa corporificada pela Aliança Liberal.

Muni-me de papel, tirei a caneta e escrevi:

Autorizo a saída da família do Cel. Pedro Scardini, e também dele próprio, caso o queira, e determino que não se lhes preste nenhuma oposição à sua saída, ou retorno, quando pretenderam.

Datei o documento e, antes de assiná-lo, disse-lhe:

- Coronel, o senhor se lembra que, no começo deste ano, quando aqui ainda morava, por ser eu defensor das ideias que acabaram sendo empunhadas pela Revolução da Aliança Liberal, o senhor falou que mandava me prender?

- Ah! – pigarreou ele – isso são coisas que já passaram!

No momento ele ficou muito pálido e desconsertado, oportunidade em que aduzi:

- Realmente, são coisas que já passaram. Porém, quero que o senhor se lembre de que eu lhe disse que com um moço não se brinca, e a prova aqui está! Anda não terminou este ano e as coisas já se inverteram. Naquele dia, se o senhor mandasse me prender, eu seria preso. Contudo, hoje, coronel, se eu não assinar este papel, o Rio Pardo pode virar às avessas, pode entrar aqui a força que entrar, pode haver o que houver aqui dentro, que sem a minha assinatura, o senhor não sai da cidade! Por isso eu lhe dou um conselho, se algum dia o senhor voltar a mandar aqui, nunca tente zombar de um moço!

Antes de assinar, ainda acrescentei que, todavia, não me valeria da situação para impedir ou restringir propósitos de ninguém, pois que estávamos num movimento que tinha por objetivo exatamente retificar costumes e assegurar a todos os cidadãos os seus direitos.

Ele não respondeu.

Tomou o papel em suas mãos e, ao sair, deixava transparecer certo tremor labial e positiva movimentação em seu bigode ruivo.

No dia seguinte, pela manhã, antes do raiar do sol, movimentou-se a Coluna em direção a Muniz Freire, ocupando-a antes do meio-dia. Era chefe político local o Senhor Carmo de Biase e, após o almoço, depois de ser colocado à frente do Município o Senhor Miguel Dops, prosseguiu-se o avanço em direção à cidade de Castelo.

Naquela cidade aconteceu um fato interessante. Ali chegamos ao entardecer, com quase cento e cinquenta homens, graças às novas adesões dos habitantes de Rio Pardo e Muniz Freire. Para nos receber desfilaram os alunos do colégio local, e o seu Diretor, o Doutor Ciro Vieira da Cunha, médico e grande poeta, fez um discurso em que dizia:

- Era nossa intenção recebê-los a bala, pois somos legalistas, somos pelo Governo Central e não somos revolucionários. Mas, como não temos condições de fazê-lo, vamos recebê-los com flores!

Uma *corbeille* de flores foi trazida por um menino e colocada na Bandeira Nacional, transportada pela Coluna. Recebemos um tratamento muito bom, enquanto descansávamos no Grupo Escolar, e, após, avançamos pela noite para Cachoeiro do Itapemirim.

Uma chuva intermitente começou a cair e os carros atolavam na lama. Além disso, a Polícia do Espírito Santo, ao recuar de Castelo para Cachoeiro, dinamitou a ponte sobre o Rio Itapemirim, de modo que tivemos de dar uma volta muito grande, até perto de Jerônimo Monteiro, margeando o rio, para cruzá-lo e retornar a Cachoeiro. Só ao clarear do dia aproximamo-nos daquela cidade, mas aí o Capitão Barata já a havia ocupado, de sorte que fizemos junção de nossas forças naquele local. Ficamos sabendo, então, que o Governador do Estado havia fugido e o Coronel Amaral tinha ocupado Vitória.

Em vista desse novo quadro, ficou combinado que dali seguiriam as forças de Minas em direção a Macaé, no Estado do Rio, onde havia uma certa resistência. Consultei meus homens para saber se queriam prosseguir e eles disseram que não, pois a missão deles era ir até aquele ponto; portanto, quiseram voltar. Requisitei para eles passagens de retorno junto à Estrada de Ferro Leopoldina, permanecendo eu ali por dois dias.

O Comitê Revolucionário do Estado determinara que eu voltasse para Rio Pardo, como Interventor Federal do Município, a fim de organizar a sua nova situação político-administrativa, segundo o novo estado de coisas.

Entrar numa cidade com uma força revolucionária é uma coisa. Voltar para aquele local em companhia de poucos amigos, para tentar implantar nova

mentalidade, é outra. E foi por isso que me surpreendi quando vi todos os antigos políticos locais em torno de uma mesa, sob minha direção.

Tinha convocado, tão logo ali cheguei, todos os elementos políticos, inclusive o Pedro Scardini. Nessa reunião, disse-lhe que eu estava fazendo uma reestruturação política, mas que queria o aproveitamento de todos os elementos úteis ao Município, os quais haviam cooperado com o movimento revolucionário, ou daqueles que se propunham a fazê-lo. Disse-lhe, também, que gostaria que ele fosse um dos integrantes desse movimento. Pedro Scardini, coerente com a sua política passada, o que eu compreendi, negou-se a cooperar, mas prontificou-se a não hostilizar essa nova reestruturação.

O Comitê Político do Município ficou constituído pelo Senhor José Renato de Moraes – que era também o Tabelião do 1º Ofício -, por um antigo Solicitador da cidade – Ademar Ferreira da Cunha -, e por um farmacêutico local. Sugerir que eles escolhessem uma pessoa para Prefeito – ou interventor local -, pois eu não pretendia ficar no Rio Pardo, já que o meu propósito era voltar para Manhumirim. Não sei se por sabedoria da política municipal, por prudência ou porque entendiam quese iniciara uma “nova ordem política”, o certo é que sugeriram que eu também procurasse me lembrar de alguém para exercer o cargo e capaz de evitar atritos locais. Lembrei-me, de imediato, de um filho da terra e que trabalhava no Banco do Espírito Santo, em Vitória.

- O que acham do Antônio Lacerda?

Embora ele nunca houvesse militado em política, era um moço sempre ligado ao ambiente local, inteligente, cujos pais eram muito queridos por todos.

- O nome pacifica tudo – disseram. Mas, será que ele aceita?

E lá fui eu a Vitória, sacolejando na “Maria Fumaça” da Leopoldina. Quando encontrei Antônio Lacerda, justifiquei a minha visita, fazendo-lhe o convite, que ele aceitou. Levei-o ao Interventor do Estado, então Major Punaro Bley², expus-lhe a situação, como havia organizado a política do Município, até aquele momento, e a decisão de escolher Antônio Lacerda para o cargo.

- Não há dúvida em um nome indicado pelo senhor – disse-me ele. Por que o senhor mesmo não fica?

- Eu não fico porque pretendo voltar para Manhumirim. Moro lá há pouco tempo, gosto do local e por razões especiais prefiro não ficar no cargo.

O que eu não queria era ficar com a responsabilidade direta da transformação política naquele lugar. Por ter ocupado o Município, no fundo, deveria haver grande número de pessoas que não me aceitaria de bom grado. Eles não entenderiam que aquelas transformações políticas, e a própria revolução, eram decorrentes de um movimento nacional. O elemento da zona rural acharia que fora eu, em caráter pessoal, quem fizera todas aquelas transformações. Não seria, então, conveniente que eu lá ficasse como Prefeito, mas não disse isso ao Major Bley com essa minudência.

A nomeação foi publicada no dia seguinte, mas, antes de voltarmos, providenciamos um novo destacamento policial e a nomeação dos funcionários do Posto Fiscal da cidade.

A volta marcou o início de novos tempos para a cidade. Dei posse ao Antônio e voltei para Manhumirim, depois de quatro meses em Rio Pardo, com os poucos homens que ainda ali permaneciam comigo. E disso nunca me esqueci. Na boleia do mesmo carro que me levara, eu estava fazendo o caminho de volta. Era uma manhã clara e ensolarada de fevereiro de 1931. Os solavancos daquela estrada esburacada não mudaram, mas a brisa fresca da manhã era muito agradável. A missão fora cumprida, e chegara a hora de voltar para meu novo caminho de vida. Encostei-me na poltrona e agradei a Deus por tudo ter sido resolvido sem danos pessoais a ninguém. Talvez, um dia, pensei, quem sabe, eu voltaria a Rio Pardo.⁴

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Muitos anos se passaram.

Meu pai nunca mais voltou a Rio Pardo.

Aqueles fatos já estavam enterrados na memória de quase todos nós quando, muitos anos depois de ouvir aquela história, um dia eu não resisti e perguntei a meu pai, então um homem muito velho:

- Se vocês não estavam bem armados, como é que na chegada a Rio Pardo os sons das metralhadoras se fizeram ouvir de vários locais com um barulho incessante?

Meu pai sorriu, olhou pela janela, como se ainda estivesse vendo aqueles homens de chapéu na cabeça e lenços vermelhos no pescoço, correndo e gritando ordens no alto de um morro, e arrematou com um sorriso:

- Pegamos emprestadas “matracas” da Igreja de Manhumirim, usadas nas procissões da Semana Santa, e com elas fizemos um barulhão danado, na hora certa!

(A volta)

Acabara a marcha daquele movimento revolucionário: ninguém morrera, e nem fora ferido, de um lado e do outro!

Notas

1. Meu pai viveu e contou-me esta história; e ela aqui está! Escrevi-a na primeira pessoa, como se fosse ele próprio a escrever. Com isso, procurei dar aos fatos a sensação de que eles estariam ocorrendo agora, e não com uma distância de mais de três lustres.
2. Mais tarde ele morreria como General. Foi Governador do Estado do Pará.
3. Mais tarde ele chegou ao generalato, tendo comandado a guarnição militar de Belo Horizonte.
4. O Dr. Joaquim Cabral nunca mais voltou a Rio Pardo.

SALPICANDO AMENIDADES DIAMANTINENSES

Maria de Lourdes Costa Dias Reis - cadeira nº 35

Patrono: Ayres da Matta Machado Filho

Isidoro era um pardo garimpeiro, que havia sido escravo de um tal Frei Rangel, e vivia minerando por conta própria. A mineração era uma atividade furtiva, clandestina do diamante, e o garimpeiro, por sua vez, também. Ele vivia vida de miséria, sendo perseguido e caçado, muitas vezes como criminoso e, muitas vezes, recebia severas penas das autoridades reais. Estas perseguiam os garimpeiros nos montes, nas serras, córregos ou campos diamantinos. Eles não atacavam fazendas nem praticavam roubos a inocentes nem atacavam viajantes. Queriam apenas ver brotarem diamantes das entranhas das serras ou dos rios, que segundo eles, “pertenciam apenas a Deus”. E seguiam em seu trabalho duro e esgotante, mas respeitavam as propriedades alheias.

Assim sendo, o negro Isidoro foi processado como contrabandista e confiscado de seu senhor em proveito da Fazenda Real, sendo, em seguida, condenado a trabalhar nos serviços da Extração sob a pena de galé. Não suportando a pena, por seu caráter altivo e rebelde, pois era obrigado a trabalhar de “calceta”, cuja pena imposta consistia em o condenado ser obrigado a usar uma argola no tornozelo que se prendia à sua cintura, causando o maior desconforto e dores. Certo dia, limou os ferros que o prendiam, iludiu a vigilância e fugiu, atirando-se à vida de garimpeiro. Outros escravos, também condenados, imitaram seu exemplo, reuniram-se a ele, que se tornou assim, o líder de uma tropa de garimpeiros escravos fugidos, formando quase um “quilombo”, uma aldeia de negros fugidos.

Seu tipo físico, alto e corpulento aliava-se ao seu caráter valente, intrépido e destemido. Sua tropa constava mais ou menos de cinquenta escravos, todos valentes também, aguerridos e ousados, sujeitos à maior disciplina imposta por ele. Punia severamente quem desobedecesse as suas ordens. O furto era severamente castigado e respeitavam a propriedade dos brancos, embora tivessem consciência de que estes haviam roubado sua liberdade. Isidoro era hábil na mineração, desde a infância. Conhecia todas as terras diamantinas, sabia das mais ricas lavras e de como explorá-las. A tradição oral dizia que era conhecedor de lavra de imensa riqueza mas que demandava muito trabalho e acabou morrendo com esse segredo. Mistério que, até hoje, em Diamantina, é conhecido como “o tesouro de Isidoro”, de local e tamanho desconhecidos por todos. Isidoro tinha comunicação com pessoas influentes do

Tijuco, principalmente os grandes compradores de diamantes, chamados de “diamantários”.

Certa vez foi ao Tijuco e pediu a um senhor residente na “Romana” que lhe vendesse a escrava. Era uma escrava fugida e pouco valia: queria duzentas e vinte oitavas. Isidoro disse ser seu o filho dela. O dono deixou por duzentas oitavas. Isidoro disse que trouxera seiscentas oitavas. Pagaria as duzentas e pediu ao dono que distribuisse o restante para os pobres. No dia seguinte os pobres do Tijuco receberam o dinheiro e souberam de quem viera...

O Intendente João Inácio foi grande perseguidor de Isidoro. Prometia prêmio a quem o prendesse e o apresentasse vivo ou morto. Mas Isidoro vivia publicamente nas povoações e ninguém o perseguia. O sucessor, Modesto Antônio Mayer (será da família do ator José Mayer, que se diz ser de família diamantinense ?...), deixou Isidoro viver em paz, sendo o Intendente que menos perseguiu garimpeiros e contrabandistas de pedras. O Intendente Câmara foi enviado para o Tijuco e foi o que mais perseguiu Isidoro. Para ele, era “questão de honra” prender o escravo Isidoro e acabar com seus desmandos nas terras do Tijuco. Declarou-lhe guerra encarniçada, colocou patrulhas à sua caça, usou de suborno, ameaças e de violência a pessoas que o queriam proteger. O Intendente Câmara era pertinaz e fez da prisão de Isidoro seu maior sonho. Queria-o vivo ou morto.

Como sempre há um judas na história, Isidoro foi traído e preso por uma tropa de Pedestres, que pertenciam à Esquadra de Pedestres, que atuavam em auxílio ao Corpo Policial nos municípios, com várias incumbências, entre elas, vigiar os “calcetas” e prender escravos fugidos. Tentou resistir ao cerco dos Pedestres mas foi atingido por três balas e enviado à prisão. Foi maltratado, ferido e espancado como a um animal bravo. Em junho de 1809, entrou preso no Tijuco amarrado a um cavalo, encurvado pelas dores lancinantes que sofria, todo ensanguentado e praticamente já sem forças. Ao vê-lo e ser reconhecido, muitas pessoas do povo se manifestavam com piedade, chamando-o de “mártir” e de inocente.

Foi levado à presença do Intendente Câmara que o ameaçava e pedia o nome de seus cúmplices, para quem vendia os diamantes. Isidoro negava insistentemente. O Intendente prometia-lhe liberdade se revelasse o nome dos cúmplices, mas Isidoro novamente negava. Posteriormente, Câmara mandou que o amarrassem diante da porta da Cadeia, em público, e que fosse duramente açoitado com bacalhaus, que eram espécie de chicote com pontas de ferro cortantes, que dilaceravam o supliciado. As carnes dele se rasgaram e ele se transformou numa massa disforme de sangue. Câmara assistiu à cena, mas Isidoro nem um gemido proferiu nem palavra alguma. No terceiro dia do interrogatório, houve mais perguntas e novas ameaças. Isidoro continuava firme, negando tudo, mesmo com as forças minadas. Nessa terceira supliciação não assistida pelo Intendente, Isidoro, praticamente quase morto, foi declarado pelos médicos que o assistiam que tenha pouco tempo de vida. Queria falar algo com o Intendente: fazer um pedido e revelar onde havia uma escondida

lavra de imensa riqueza. Mas já estava morto e nada pôde dizer... Conta-se que o Intendente Câmara pediu a ele desculpas e se revelou cheio de remorsos pelo acontecido. Nunca mais se soube da existência do grande tesouro do Isidoro, mas, até hoje, muita gente o persegue. Segundo Joaquim Felício dos Santos, “depois de sua morte, Isidoro foi venerado como um santo e chamado de mártir”.

Onde estará o “tesouro do Isidoro”? Perdido nas campinas diamantinas ou apenas fruto de lenda ????

“SOB O SINAL DA CRUZ!”

Paulo César de Castro
Associado Correspondente

Na Ilha de Vera Cruz

O sol dourava a areia e convidava a sucessivos mergulhos nas águas cálidas da Costa do Descobrimento, em janeiro de 2016. Entre os que caminhavam pela orla, encontravam-se este autor e um querido amigo. Haviam partido de Mutá, em Porto Seguro, admirava me desfrutavam da belíssima paisagem. Eis que, ao chegarem a Coroa Vermelha, vislumbraram elegante, grandiosa e eloquente cruz que tão bem transmite a mensagem do monumento comemorativo aos quinhentos anos do descobrimento do Brasil.

Naquele mesmo sítio, em 26 de abril de 1500¹, *“domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão ir ouvir missa e sermão naquele ilhéu. E mandou a todos os Capitães que se arranjassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou armar um pavilhão... e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual disse Padre Frei Henrique... Ali estava com o Capitão a bandeira [da Ordem de Cavalaria] de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre bem alta, da parte do Evangelho”*².

Vieram-me à mente as palavras com que Caminha encerrou sua célebre carta, a certidão de batismo de nossa pátria: *“Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500”*³. O Brasil fora abençoado no berço ao nascer sob o sinal da cruz: no altar, na bandeira da Ordem de Cristo e em seu primeiro nome, pouco depois mudado para Terra de Santa Cruz.

Coroa Vermelha é, atualmente, distrito de Santa Cruz Cabralia, município cujo nome eternizou o símbolo sagrado que tem protegido nosso país por mais de quinhentos anos. Turistas brasileiros e estrangeiros revezam-se para fotografias aos pés daquela cruz monumental que nos atraía e celebra data tão significativa para a nação verde-e-amarela. Em sua base lê-se que: *“Aqui, a 26 de abril de 2000, Ângelo, Cardeal Solano, legado de Sua Santidade, o Papa João Paulo II, e o Episcopado Católico celebraram Missa Congratulatória pelos 500 anos do Brasil”*⁴. Estiveram ali, pois, como legítimos representantes de Frei Henrique Soares de Coimbra e dos sacerdotes da esquadra de Pedro Álvares Cabral.

No primeiro livro escrito no Brasil

O sinal da cruz sempre acompanhou os habitantes da terra e dele recolhemos notícia duzentos e quarenta e quatro anos após o feito cabralino.

“Exame de Artilheiros⁵”, primeiro livro escrito no Brasil, foi impresso em Lisboa na oficina tipográfica de José Antonio Plates, em 1744, com todas as licenças necessárias, exigências da época. A obra fora redigida no Rio de Janeiro por determinação de Gomes Freire de Andrada, Governador e Capitão General das Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Seu autor foi o famoso engenheiro militar português José Fernandes Pinto Alpoim⁶ (1700-1765), natural de Viana do Castelo.

Alpoim viera para o Rio de Janeiro em decorrência de Ordem Régia de 1738 que instituiu a Aula do Terço de Artilharia e nomeou-o para seu mestre, com o posto de sargento-mor, major na hierarquia militar de nossos dias. Seu livro era um manual de instrução para soldados e oficiais do Corpo de Artilharia do Rio de Janeiro, do qual são descendentes diretos e irmãos gêmeos: o 21º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC), “Grupo Monte Bastione”, sediado em Niterói; e o 1º GAC de Selva, “Regimento Floriano”, com sede em Marabá.

“Exame de Artilheiros” é dividido em tratados, dos quais o terceiro aborda a artilharia propriamente dita, vale dizer canhões, munição, acessórios, emprego e tiro. Nessa última parte, Alpoim ensina: a *“nunca carregar a peça à vista do inimigo”*; e que, *“tendo todos os apetrechos à mão, em nome de Deus e da Senhora Santa Bárbara pegará o artilheiro da lanada”* para limpar a alma do canhão... *“feito o sinal da Cruz...”*⁷.

Eis que, séculos depois, aquela bênção de 1500 permanecia viva, invocada para proteger sucessivas gerações de artilheiros portugueses e brasileiros.

No Império, a Bandeira Nacional

“Independência ou morte!”, bradou D. Pedro às quatro da tarde daquele memorável 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, São Paulo. O Brasil emergiu soberano no panorama mundial e adotou por cores nacionais o verde da Casa de Bragança, a que pertencia D. Pedro I, e o amarelo da Casa de Habsburgo, de Dona Leopoldina, nossa primeira imperatriz.

*“Retângulo verde, nele inserido um losango amarelo-ouro; no centro encimado pela coroa real (substituída mais tarde pela coroa imperial), escudo também verde com esfera celeste enfeixando a cruz da Ordem de Cristo; em círculo azul-celeste, dezenove estrelas de prata representando as Províncias de que se compunha então o Império Brasileiro. Ladeando o escudo, um ramo de café com flores e outro de tabaco em flor, reunidos pela roseta nacional”*⁸. Eis a descrição da bandeira no Império, segundo desenho de Jean Baptiste Debret.

O Brasil despertara independente, abençoado, uma vez mais, pela cruz da Ordem de Cristo, idêntica àquela levada a Coroa Vermelha por Pedro Álvares Cabral. Sob o sinal da cruz na bandeira, nossa pátria enfrentou as lutas pela consolidação da independência, revoltas internas e guerras externas, além de experimentar surtos de desenvolvimento econômico e intelectual e de abolir a escravidão. Sob o sinal da cruz chegaríamos à República, em 15 de novembro de 1889.

Na República, a Bandeira Nacional

O Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889⁹, redigido por Rui Barbosa, reza que: *“as cores de nossa antiga bandeira recordam as lutas e as vitórias gloriosas do exército e da armada na defesa da pátria”*; e que: *“... essas cores, independentemente da forma de governo, simbolizam a perpetuidade e a integridade da pátria entre as outras nações”*.

Assim, *“A bandeira adotada pela República mantém a tradição das antigas cores nacionais - verde e amarela - do seguinte modo: um losango amarelo em campo verde, tendo no meio a esfera celeste azul, atravessada por uma zona branca, [...] com a legenda - Ordem e Progresso - e pontuada por vinte e uma estrelas, entre as quais as da constelação do Cruzeiro, dispostas da sua situação astronômica, [...] representando os vinte Estados da República e o Município Neutro”*.

O astrônomo Manuel Pereira Dias fora consultado para determinar a exata disposição das estrelas às nove¹⁰ horas do dia 15¹¹, doze horas do dia sideral¹². Pela disposição das constelações, eternizara-se o céu sobre a cidade do Rio de Janeiro como teria sido visto por um observador situado fora da esfera celeste.

No novel pavilhão, o Brasil seguiu abençoado pelo sinal da cruz, o Cruzeiro do Sul, única constelação expressamente citada no decreto do Governo Provisório da República. Indicador seguro de rumo a quem precisa se orientar, suas estrelas representam cinco estados – Bahia (Gama), Minas Gerais (Delta), Espírito Santo (Epsilon), São Paulo (Alfa) e Rio de Janeiro (Beta)¹³ – não apenas na bandeira, mas em dois outros símbolos nacionais instituídos no mesmo decreto.

Na República, o Selo e as Armas Nacionais

O Selo Nacional e as Armas Nacionais foram adotados pelo mesmo decreto que consagrou o pavilhão brasileiro. Em ambos os símbolos lá está o sinal da cruz nos abençoando.

No Selo Nacional, uma esfera celeste, igual à da bandeira, era envolvida pelas palavras República dos Estados Unidos do Brasil, hoje República Federativa do Brasil. É usado para autenticar atos de governo, diplomas e certificados expedidos pelos estabelecimentos de ensino.

As Armas Nacionais foram idealizadas pelo engenheiro Artur Zauer e desenhadas por Luís Grudendor encomenda do Presidente da República¹⁴. Pedro Calmon limitou-se a escrever que “*diz-se que o próprio Marechal Deodoro encomendou o desenho*”¹⁵ das Armas Nacionais nas quais, em campo azul celeste, destacam-se as cinco estrelas prateadas de nosso querido Cruzeiro do Sul. Esse símbolo se encontra: nos imóveis dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais, estaduais e municipais; nos quartéis e armamentos das forças armadas e auxiliares; nas fortalezas e navios de guerra; e nos papéis de expediente, convites e publicações oficiais federais¹⁶.

No selo e nas armas, desde 19 de novembro de 1889, segue o sinal da cruz protegendo a nação, cruz plantada na Ilha de Vera Cruz.

Na voz de milhões

“*Ouviram do Ipiranga às margens plácidas [...] Se em teu formoso céu risonho e límpido, a imagem do Cruzeiro resplandece*” cantam os mais de duzentos milhões de brasileiros. Ao som de suas vibrantes vozes, a Nação evoca a Pátria e tem superado desafios, na paz e na guerra.

Ao maestro, compositor e professor carioca Francisco Manoel da Silva (1795 – 1865)¹⁷ devem os brasileiros a melodia que os empolga e arrepiam. Composta em 1822 para comemorar a independência do Brasil, chamara-se Marcha Triunfal. Adotado como hino nacional, era executado durante o segundo reinado em todas as solenidades oficiais em que estivesse presente o Imperador¹⁸.

Proclamada a República, organizou-se um concurso para a escolha de novo hino. A peça vencedora foi hostilizada pelo público e pelo próprio Marechal Deodoro que, por meio do Decreto nº 171 (20 de janeiro de 1890), conservou como hino nacional a composição de Francisco Manuel da Silva¹⁹, ainda sem letra.

Os autores da música e da letra do Hino Nacional não se conheceram. Fluminense de Vassouras, Osório Duque Estrada (1870 – 1927) foi poeta, diplomata, crítico literário e membro da Academia Brasileira de Letras. É de sua autoria aquele poema arrebatador composto em 1909, adquirido e oficializado em 6 de setembro de 1922, véspera do centenário de nossa independência²⁰.

Desde então, o sinal da cruz tem resplandecido em nosso formoso céu, risonho e límpido.

Na II Guerra Mundial, Com a FEB e a FAB

Nossos bravos pracinhas e aviadores transpuseram o Atlântico, cruzaram o Equador e integraram-se a veteranas forças aliadas no teatro de operações do Mediterrâneo. Combateram nos céus, nos vales e nas montanhas da Itália. Lutaram na neve, com poeira, chuva e lama. Seus feitos de armas escreveram com letras de ouro Camaione e Monte Prato, Monte Castelo e Castelnuovo, Montese e Zoca, Collecchio e Fornovo nas páginas da história pátria. Venceram e, ainda hoje, são

honrados pelas autoridades e povo italiano das regiões que libertaram da tirania opressora dos inimigos alemão e fascista.

Bateram-se permanentemente sob o sinal da cruz. Suas aeronaves e viaturas ostentavam o Cruzeiro do Sul, insígnia que os distinguia dentre os aliados. Escolha abençoada.

Vibrantes e emocionados, entoaram a famosa Canção do Expedicionário: *“Você sabe de onde eu venho? [...] Venho de além desse monte [...] Do azul mais cheio de luz [...] Cheio de estrelas prateadas, Que se ajoelham desdobradas, Fazendo o sinal da Cruz²¹!”*. Muitos fecundaram o solo italiano com seu precioso sangue, mas muitos outros retornaram trazendo por divisa o “V” que simbolizou a vitória que conquistaram. E porque venceram, podemos celebrá-los, decantar seus feitos, apresentá-los como exemplos aos mais novos, honrá-los, divulgar suas façanhas e evocá-los nas casernas e praças públicas, pelo canto entusiasmado da bela Canção do Expedicionário.

A bênção do sinal da cruz

A cruz permanece altaneira e sólida em Coroa Vermelha. Atrai todos os que dela se aproximam e a admiram. Quantos brasileiros e turistas estrangeiros já terão feito e farão suas preces aos pés do monumento?

A cruz foi evocada pelas guarnições dos canhões, no século XVIII, como registrou e ensinou Alpoim em sua célebre obra “Exame de Artilheiros”, primeiro livro escrito no Brasil. A Senhora Santa Bárbara continua a proteger seus artilheiros em pleno século XXI, não apenas em nosso país, mas em tantos exércitos ocidentais. Que não lhe falem as rosas amarelas²².

A cruz esteve presente nos pavilhões nacionais, desde a independência, a começar pela da Ordem de Cristo e que se seguiu a do Cruzeiro do Sul. A República adotou esta última nas armas, no selo e na letra do Hino Nacional. E não poderia ser de outra forma em nação majoritariamente cristã.

A cruz acompanhou nossos pracinhas e aviadores na campanha da Itália. Protegeu-os e conduziu-os à vitória final. A Canção do Expedicionário, ainda hoje, faz arder de vibração os que a entoam nos quartéis e em praças públicas, como em São João del Rei, onde populares cantam-na a cada comemoração das vitórias da Força Expedicionária Brasileira.

Os dias desafiadores por que passa nossa Pátria motivam-me a refletir com os leitores a oração de Sua Santidade, o Papa Francisco, ao final da via-sacra de 2016, “Cruzes que atormentam o mundo²³”. Duas parecem que inspiradas e dirigidas a maus brasileiros:

“Ó Cruz de Cristo, vemos-te ainda hoje naqueles que querem tirar-te dos lugares públicos e excluir-te da vida pública, em nome de certo paganismo laicista ou mesmo em nome da igualdade que tu própria nos ensinaste.”

“Ó Cruz de Cristo, vemos-te ainda hoje nos ladrões e nos corruptos que, em vez de salvar o bem-comum e a ética, vendem-se no miserável mercado da imoralidade.”

Ao final de nossa reflexão, renovemos a esperança. Como nação cristã, não há razão para desânimo. Após quinhentos e dezesseis anos, basta-nos proclamar: “Sob o sinal da cruz... Brasil”!

Notas

1. RODRIGUES, José Wasth. PRIMEIRA MISSA NO BRASIL. In: CALMON, Pedro. História do Brasil, vol. I, pág. 61. RIO DE JANEIRO: Livraria Jose Olympio Editora, 1919.
2. - CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El-Rei D. Manuel, de 1º de maio de 1500. In: CALMON, Pedro. História do Brasil, vol. I páginas 64 e 71. RIO DE JANEIRO: Livraria Jose Olympio Editora, 1919.
3. - Idem, pag.83.
4. -Disponível em:
<http://i936.photobucket.com/albums/ad209/Rariosto/Coroa%20Vermelha%20-%20BA/P1000169.jpg>. Acesso em 11 de março de 2016.
5. - ALPOIM, José Fernandes Pinto. EXAME DE ARTILHEIROS. 1744. “Reprodução Fac-Similar”. RIO DE JANEIRO: Xerox do Brasil, 1987.
6. - Autor, em 13 de junho de 1741, de especificações para a construção da casa dos governadores de Minas Gerais, em Vila Rica. ALPOIM, José Fernandes Pinto. EXAME DE ARTILHEIROS. 1744. “Reprodução Fac-Similar”, Apêndice III. RIO DE JANEIRO: Xerox do Brasil, 1987.
7. - PARDAL, Paulo. ANÁLISE CRÍTICA. Página 47. In: ALPOIM, José Fernandes Pinto. EXAME DE ARTILHEIROS. 1744. “Reprodução Fac-Similar”. RIO DE JANEIRO: Xerox do Brasil, 1987.
8. - CALMON, Pedro. HISTÓRIA DO BRASIL, vol. V página 1530. RIO DE JANEIRO: Livraria Jose Olympio Editora, 1919.
9. - Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0004.htm. Acesso em 24 de março de 2016. A grafia das transcrições foi atualizada.
10. - CALMON, Pedro. HISTÓRIA DO BRASIL, vol. VI páginas 1904 e 1905. RIO DE JANEIRO: Livraria Jose Olympio Editora, 1919.
11. - 8 horas e 30 minutos segundo a LEI Nº 5700, de 1 de setembro de 1971, Art. 3º § 1º. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5700.htm. Acesso em 23 de março de 2016.
12. - FROTA, Guilherme de Andrea. QUINHENTOS ANOS DE HISTÓRIA DO BRASIL, pág. 484. RIO DE JANEIRO: Biblioteca do Exército Ed. 2000.

13. - FERNANDES, Aldo Demerval Rio Branco e outros. HISTÓRIA DO BRASIL - IMPÉRIO E REPÚBLICA, pág. 93. RIO DE JANEIRO: Biblioteca do Exército Ed. 2001.
14. - Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bras%C3%A3o_de_armas_do_Brasil. Acesso em 24 de março de 2016.
15. - CALMON, Pedro. HISTÓRIA DO BRASIL, vol. VI página 1906. RIO DE JANEIRO: Livraria Jose Olympio Editora, 1919.
16. - BRASIL. Lei Nº 5700, de 1 de setembro de 1971, artigos 7º e 26. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5700.htm. Acesso em 23 de março de 2016.
17. - Disponível em: http://www.e-biografias.net/francisco_manuel_silva/. Acesso em: 28 de março de 2016.
18. - Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Hino_Nacional_Brasileiro. Acesso em: 28 de março de 2016.
19. - BRASIL, Decreto nº171, de 20 de janeiro de 1889, § 1º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D171.htm. Acesso em: 28 de março de 2016.
20. - BRASIL, Decreto 15671, de 6 de setembro de 1922. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15671-6-setembro-1922-487497-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 de março de 2016.
21. - Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/midia-eletronica/hinos-e-cancoes3/>. Acesso em: 28 de março de 2016. A letra é de Guilherme de Andrade de Almeida, paulista, natural de Campinas; e a música de Spartaco Rossi, também paulista.
22. - Santa Bárbara é a padroeira da Arma de Artilharia no Brasil e em muitos outros exércitos ocidentais. A tradição recomenda ofertar-lhe rosas amarelas, em geral às vésperas de solenidades e exercícios no terreno (nota do autor).
23. - Disponível em: <http://www.news.va/pt/news/via-sacra-cruzes-que-atormentam-o-mundo-na-oracao>. Acesso em: 29 de março de 2016.

A RELAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (1751-1808)

Paulo Paranhos - Cadeira nº 26

Patrono: Polycarpo Viotti

A Relação do Rio de Janeiro, criada por ato de D. José I no ano de 1751, cobriria uma lacuna na História da Justiça no Brasil. Sendo uma necessidade decorrente em grande parte do crescimento populacional da época, ampliando, por via de consequência, toda a demanda judicial, o Rio de Janeiro experimentava, também, transformações de caráter econômico, visto ser o principal escoadouro da produção do ouro das Minas Gerais. Fazia-se indispensável a presença mais atuante da Justiça na região, vez que até então todo o aparato judicial estava concentrado na Relação da Bahia, insuficiente, naquele momento, para administrar tão vasto território.

Retornando ao início da colonização do Brasil, anotamos a evolução da Justiça até o surgimento da Relação do Rio de Janeiro:

- de 1530 a 1548 a Justiça brasileira era exercida, através da metrópole, pelos seus Ouvidores e Tribunais Superiores, como a Mesa do Desembargo do Paço.
- de 1548 a 1580 surgiu a figura do Ouvidor-Geral para cuidar dos assuntos atinentes à Justiça na própria terra brasileira. São criados, também nesse período, os cargos de juízes ordinários e juízes de vintena, que atuavam nas capitâneas.
- com a União Ibérica – 1580 a 1640 - a Justiça brasileira sofreu algumas mudanças, mesmo porque a dominação espanhola em Portugal consignaria um novo Código – o Filipino –, que sobrepujaria o anterior, o Manuelino, então em vigor em Portugal e suas colônias. Criava-se a Relação do Estado do Brasil, em 1609, tendo na sua composição um Governador, um Chanceler, Desembargadores dos Agravos e Apelações, um Ouvidor-Geral do

Cível e do Crime, um Juiz dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, um provedor dos Defuntos e Resíduos, Desembargadores Extravagantes e, na escala municipal, Juizes Ordinários e Juizes de Vintena. Sua sede era a cidade de Salvador e, segundo a Lei de 7 de março de 1609, estava destinada a prestar jurisdição sobre todo o território brasileiro. A Relação do Estado do Brasil desapareceu em 5 de abril de 1626, por Alvará expedido pelo rei, restando presente apenas o Ouvidor-Geral como fiscalizador da Justiça no Brasil.

- com a restauração do trono português, ocorrido em 1640, restauram-se também as funções da Relação do Estado do Brasil, com sede naquela mesma cidade, e, praticamente, com os mesmos cargos existentes anteriormente. Apenas no nível municipal eram criados os juizes-de-fora e os juizes de órfãos, basicamente vinculados ao poder das Câmaras Municipais, conforme determinava a Lei de 12 de setembro de 1652.

É nesse período que surge a Relação do Rio de Janeiro, período de desbravamento do território através dos movimentos entradistas e bandeirantes, que farão surgir uma nova conformação sócioeconômica no Brasil. Assim, nos termos do alvará que criou aquele tribunal anotamos que

tendo consideração a me representarem os povos da parte Sul do Estado do Brasil, que por ficar em tanta distância da Relação da Bahia não podem seguir nela as suas causas e requerimentos sem padecer grandes demoras, despesas e perigos, o que só poderia evitar-se criando-se outra Relação na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que os ditos povos se ofereciam a manter a sua custa, fui servido mandar ver esta matéria no Conselho ultramarino e no Desembargo do Paço, que se conformaram no mesmo parecer; e por desejar que todos os meus vassalos sejam promovidos com a mais reta e mais pronta administração da Justiça, sem que para esse efeito sejam gravados com os novos impostos, houve por bem de criar a dita Relação¹.

Fato interessante que na época se procurava a economia dos cofres públicos, quando D. José I esclarecia *os ditos povos se ofereciam a manter a sua custa*; porém, na verdade a referência era clara: apenas aqueles que pudessem pagar estariam sob a proteção da justiça colonial, com o domínio exercido, sem dúvida, pelas Câmaras Municipais e seus “homens bons”.

Ainda que fundada em 1565, somente nessa época, 1751, o Rio de Janeiro teria criada a sua Relação, mais precisamente a 16 de fevereiro de 1751, conforme consta da carta oficial de 21 de março expedida pelo Secretário de Estado ao Governador da Capitania, com registro às fls. 58, do Livro nº 34, do Registro Geral da Provedoria.

Seu Regimento Interno foi expedido pelo Alvará de 13 de outubro de 1751, determinando o funcionamento daquele novo Tribunal a partir de 15 de julho de 1752, quando foram, então, instalados os seus trabalhos. Sua primeira localização foi no prédio da Cadeia e Casa das Vereanças, onde atualmente se encontra o Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Após algumas reformas, dadas as condições precárias da construção, às novas dependências do Tribunal foi incluída uma capela consagrada ao Espírito Santo, para os fins preceituados no artigo 9º daquele Regimento: *antes de entrarem em despacho, se dirá todos os dias Missa por um Capelão, que o Governador para isso escolher, e será pago à custa das despesas da Relação, e acabada a Missa, começarão a despachar, em que se demorarão ao menos quatro horas por um relógio que estará na mesa em que o Governador estiver.*

Ao Governador da Capitania do Rio de Janeiro era dada a prerrogativa de presidir o Tribunal da Relação, conforme especificado no artigo 1º do mesmo Regimento: *desta Relação será Governador o mesmo que pelo tempo o for da cidade e Capitania do Rio de Janeiro.*

Assim, para início dos trabalhos, ainda que por um breve lapso de tempo, presidiu-os Mathias Coelho de Sousa, que se encontrava em substituição ao governador Gomes Freire de Andrada, ausente do Brasil.

Da inauguração da Relação do Rio de Janeiro participaram, além do Governador da Capitania, o primeiro Chanceler, João Pacheco Pereira de Vasconcelos; os Desembargadores Antonio Felix dos Santos Capelo e Manuel da Fonseca Brandão, deslocados da Relação da Bahia; Mathias Pinheiro da Silva Botelho, João Cardoso de Azevedo, Miguel José Vieira, Pedro Monteiro Furtado de

Mendonça e Ignácio da Cunha, todos desembargadores e vindos diretamente de Lisboa para os quadros da Relação, de acordo com os estudos de Gabriel Viana².

Relativamente à jurisdição desse novo Tribunal, estabelecia o artigo 10 do seu Regimento Interno:

terá esta Relação por seu distrito todo o território que fica ao Sul do Estado do Brasil, em que se compreende treze Comarcas, a saber, Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, Rio das Velhas, Serro do Frio, Cuiabá, Goiasés, Pernaguá, Espírito Santo, Itacazes e Ilha de Santa Catarina, incluindo todas as judicaturas, ouvidorias e capitanias, que se houverem criado, ou de novo se criarem no referido âmbito, que hei por bem separar inteiramente do distrito e jurisdição da Relação da Bahia³.

No estabelecimento da Relação do Rio de Janeiro foram editados três alvarás, fixando salário, assinaturas e mais *prós e percalços*⁴ dos desembargadores e dos ouvidores e juizes, os quais ainda ultimamente estavam em vigor.

Junto ao Novo Tribunal criou-se uma Mesa, composta do Governador, do Chanceler e do mais antigo Desembargador dos Agravos, onde seriam *despachados alguns negócios que pertencem ao despacho e expediente do Desembargo do Paço*. A Mesa seria semelhante à existente na Relação da Bahia, nos termos do que determinava o artigo 48 daquele Regimento.

Então, por força do alvará de 1751, passamos a anotar o nome daqueles que presidiram a Relação do Rio de Janeiro:

Gomes Freire de Andrada (1751–1763)

Segundo Max Fleiuss, de todos nossos governadores, Bobadela foi o que maior soma de poderes exerceu, com a superintendência de todas as capitanias do sul do Brasil, por carta patente de 8 de maio de 1733 a 1º de janeiro de 1763, data de seu falecimento. Possuía o título de sargento-mor de batalhas e capitão-general do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas.

Gomes Freire procurou imprimir novo impulso à vida do Rio de Janeiro, trazendo benefícios administrativos, culturais e militares. É de seu tempo a construção dos Arcos da Carioca para condução de água do morro do Desterro (atual Santa Teresa) para o núcleo central da cidade. A administração pública prosperou

sobremodo com o estabelecimento de contratos vantajosos relativos a vinhos, tabaco, aguardente, azeite doce e outros produtos. Dele diria Varnhagen que *embora nascido na Europa, Bobadela era todo Brasil, onde governara quase trinta anos, com tanto zelo, brio e patriotismo*⁵.

Assim é que, à época de sua morte, o Rio de Janeiro já estava quase todo estruturado, apto a comportar a sede do governo colonial. Após o falecimento do Conde de Bobadela, assumiu o governo uma Junta chefiada pelo Desembargador João Alberto de Castelo Branco, então Chanceler da Relação, o frei Antônio do Desterro e José Fernandes Pinto Alpoim, que seriam responsáveis pelos destinos, não só da Relação, como também da cidade e Capitania do Rio de Janeiro, no período de 2 de janeiro a 19 de outubro de 1763, quando assumiu o 1º Vice-Rei no Rio de Janeiro, o Conde da Cunha.

Ressalte-se que, por decisão real, a 27 de janeiro de 1763 a cidade do Rio de Janeiro era elevada à condição de capital do Brasil e, por via de consequência, sede do Vice-Reinado. A medida foi considerada uma das mais importantes decisões tomadas pelo Marquês de Pombal para o Brasil, enquanto à frente do governo português.

Antônio Álvares da Cunha (1763–1767)

Foi o 1º Vice-Rei no Rio de Janeiro. Melhorou as fortificações da cidade, deu início aos Arsenais de Guerra e Marinha, além da construção do Hospital dos Lázaros. D. Antônio Álvares da Cunha recebeu o título de Conde da Cunha e dentre suas realizações também podem ser destacadas a reedificação do Palácio dos Governadores, da Cadeia, da Relação, da Casa dos Contos, além de ser o executor da decisão régia de se extinguir a atividade de ourives em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e, evidentemente, no Rio de Janeiro.

Antônio Rolim de Moura Tavares (1767–1769)

Agraciado com o título de Conde de Azambuja, o 2º Vice-Rei no Rio de Janeiro tinha larga experiência em administração pública, pois fora governador de Mato Grosso e da Bahia. Sua passagem pelo Rio de Janeiro esteve mais ligada à fortificação do litoral da cidade.

Luís D'Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Mello Silva e Mascarenhas (1767–1779)

Este era o nome do 2º Marquês do Lavradio, assumindo o cargo em 4 de novembro de 1769. Assim como os antecessores, teve profunda preocupação com a fortificação da cidade, além de imprimir-lhe melhoramentos, abrindo estradas para o interior da mesma, construindo algumas pontes e abastecendo de água os bairros da Glória e toda a região da Rua de Matacavalos (atual rua do Riachuelo). Removeu os armazéns de escravos do centro da cidade para o Valongo (hoje Bairro da Saúde) e, na administração do Brasil, enviou tropas para o sul do país, onde ocorreram a recuperação do Rio Grande, a ocupação da Ilha de Santa Catarina pelos espanhóis e a perda da Colônia do Sacramento.

A administração do Marquês do Lavradio é comparada à de Bobadela pelo alto espírito público com que conduziu os destinos do Vice-Reinado. É famoso o seu relatório ao sucessor, dando conta dos problemas acerca da administração colonial⁶. É durante a sua administração que ocorre a “viradeira” em Portugal, com a subida ao trono de D. Maria I, porém, sem reflexos mais profundos no governo de Lavradio.

Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790)

Governador moderno, promoveu a cultura do anil, do cânhamo e a indústria da cochinilha, já incentivada por seu antecessor. Cuidou da cidade do Rio de Janeiro, remodelando o aqueduto da Carioca, que sofreu profundos estragos pela ação do tempo; reformou o Largo do Carmo; criou o Passeio Público e protegeu artistas como o Mestre Valentim e Leandro Joaquim. Sob seus auspícios, fundou-se a Sociedade Literária, que reunia vários intelectuais brasileiros, posteriormente vítima de um processo crime.

Foi agraciado pelo governo português com o título de Visconde de Figueiró e seu tempo é considerado por Max Fleiuss *como a idade de ouro do Brasil colonial, guardando a tradição o seu nome como o tipo de um bom governante, o ideal dos administradores*⁷.

José Luís de Castro (1790-1801)

O 2º Conde de Resende, a par dos acontecimentos trágicos em seu governo, deixou alguma obra de valor para administração do Vice-Reinado. Em seu tempo foram julgados os inconfidentes de Minas Gerais, o que muito contribuiu para a sua

impopularidade⁸. Também é de seu governo o processo contra a Sociedade Literária Brasileira⁹ e a Conjuração Baiana de 1798. Relativamente às obras de melhoria da cidade, mandou revestir o aqueduto da Carioca para evitar o desvio das águas e a sua deterioração; iluminou várias ruas à moda de Lisboa e aumentou, em um andar, o palácio dos Vice-Reis, na atual Praça XV.

Fernando José de Portugal e Castro (1801-1806)

Foi governador da Bahia e depois ministro de D. João, quando da vinda da família real para o Brasil. Agraciado com o título de Marquês de Aguiar, foi o responsável pelo uso pioneiro da vacina no Brasil. Dele poderíamos também fazer referências ao estudo denominado *Observações*, entregue ao Conselho Ultramarino Português relativamente à provisão dos Vice-Reis para o Brasil, documento este que, na opinião de Hélio Viana, *constitui não só uma crítica bem feita à administração colonial, como um valioso conjunto de oportunas sugestões para seu melhoramento, em todos os setores*.

Marcos Noronha e Brito (1806-1808)

Foi o último Vice-Rei do Brasil. Titulado pelo governo português sob a denominação de 8º Conde dos Arcos, D. Marcos Noronha *governou sem fato algum memorável até 7 de março de 1808*, segundo interpretação de Max Fleiuss.

Durante 57 anos a Justiça do Rio de Janeiro esteve sob a presidência do governador ou do vice-rei para cá destacados. De uma maneira geral, foram tempos difíceis, não só para os administradores como para os administrados, no que concerne à prática da Justiça. Dela muito se falou, a maior parte das vezes em tons mordazes, imputando aos magistrados que a exerceram matizes fortes de corrupção e venalidade, mormente porque esta não era a sua terra. Porém, tirando o caráter pessoal de cada um dos magistrados envolvidos na administração da Justiça do Brasil colonial, há que se fazer alguns registros oportunos.

Pelo que se viu, o Tribunal da Relação funcionava como última instância dos processos do Brasil colônia, iniciados que eram na competência dos juízes municipais ou mesmo dos juízes-de-fora. As funções dos magistrados estavam reguladas nas Ordenações do Reino, vez que se aplicava aos tribunais o que era válido para a Casa da Suplicação de Lisboa.

O que é interessante observar, diz respeito à presidência da Corte de Justiça. No caso que acabamos de trazer à luz – a Relação do Rio de Janeiro, de 1751 a 1808 –, competia ao governador ou vice-rei presidir a referida Relação, ressaltando-se que não possuíam direito a voto, por não serem magistrados (à exceção de Fernando José de Portugal e Castro, ele um desembargador que servira no Tribunal da Relação de Lisboa e na Casa da Suplicação), mas faziam valer, sem dúvida, a sua autoridade maior perante os outros membros do colegiado.

De todos os presidentes do período, deve ser ressaltado o cuidado tido pelo Marquês do Lavradio ao enumerar ao seu sucessor as principais mazelas da Justiça, cuidado que teve também ao redigir idênticos relatórios à administração metropolitana.

Incipiente e despida de nacionalismo, a Justiça do período colonial, mormente no que se refere ao Rio de Janeiro, deixou marcada uma época em que a evolução do direito pareceu refrear perante a evolução das ideias, não acompanhando as transformações verificadas em países como a Áustria, França, Inglaterra, que, mesmo sob o signo do absolutismo monárquico, avançavam com méritos no campo do direito e na prática da justiça social.

Notas

1. As citações do Alvará de criação da Relação do Rio de Janeiro são constantes do Livro de Atas da Relação do Rio de Janeiro existente no Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.
2. Viana, Gabriel. *Organização e Distribuição da Justiça no Brasil*. Revista do STF, v. 49, pp. 324-326.
3. Estão diretamente ligadas às zonas de extração do ouro: Rio das Mortes, onde hoje estão os territórios de São João Del Rey e Tiradentes; Rio das Velhas, região de Sabará; Serro do Frio, atual Diamantina; cultura açucareira: Itacazes, atual cidade de Campos dos Goitacazes; criação pecuária: Pernaguá, atual Paranaguá e todo litoral de São Paulo a Santa Catarina. Não foi por mero acaso que o Rio de Janeiro, em 1763, passaria à condição de sede do governo colonial.
4. Ganhos pelo trabalho desenvolvido no exercício do cargo.
5. *História do Brasil*, v. 1, t. 4, p. 182.

6. Lavradio foi o primeiro governador a prestar contas de sua administração e apontava, já naquela época, uma das principais causas para a má administração da Justiça: os baixos ordenados.
7. *História administrativa do Brasil*, citando o Cônego Fernandes Pinheiro, p. 61.
8. Embora fosse competência da Relação do Rio de Janeiro o julgamento dos inconfidentes, uma disposição legal da Rainha determinou a criação de um Tribunal de Alçada Especial para aquele julgamento, dada a suspeição de alguns membros da Relação.
9. À Sociedade Literária criada na administração de D. Luís de Vasconcelos foram imputados crimes de natureza ideológica, com fortes vínculos aos ideais revolucionários que motivaram a Revolução Francesa.

MARIANA: ASSIM NASCERAM AS MINAS GERAIS

Roque Camêllo - Cadeira nº 66
Patrono: Princesa Isabel

O calendário mineiro é rico em celebrações cívicas e religiosas. Até o fato de se compor Minas Gerais de 853 municípios e mais de um milhar de distritos e subdistritos, potencializa esta marca. Embora seja o estado sem infância, nascendo adulto e produzindo riqueza quase dois séculos após o descobrimento do Brasil, teve tempo de construir uma história cultural, a mais densa do país.

O final do século 17 e o século 18 fizeram de Minas o centro econômico e cultural da Colônia. Era a joia preciosa da Coroa portuguesa.

O povo que se formou é a resultante dos embates, dos muitos encontros de grupos étnicos diversos. Entrelaçaram-se com o tempo pela força do convívio e das necessidades recíprocas a começar pelo impulso de agredir o silêncio do desconhecido. Muitos nomes se tornaram pilares da História naqueles idos. Superaram terríveis obstáculos como transpor a Serra da Mantiqueira, vencer os belicosos cataguases, passar pelos caudalosos Rios Paraopeba e das Velhas.

Com a descoberta do ouro, a mobilidade social se acentuou a tal ponto de esvaziar-se o litoral brasileiro e grande parte da população portuguesa à busca do metal precioso destas montanhas e vales.

Quando se avoluma o agrupamento humano, surgem os conflitos, sobretudo havendo interesses materiais. Por aquela época, diferente não foi. Os bandeirantes, sedentos do ouro, não se mostravam muito afeitos ao trabalho das minas das quais tinham a propriedade pela Carta Régia, de 18 de março de 1694. Muitos as abandonavam, ocupando-as um outro grupo apelidado de forasteiros ou Emboabas.

Eis a origem da Guerra dos Emboabas, que se caracterizou como nosso primeiro movimento nativista com larga repercussão na gênese política brasileira, episódio que passa por Manuel de Borba Gato, José Vaz Pinto, Domingos da Silva Bueno e, de outro lado, os forasteiros comandados por Manuel Nunes Viana, o vencedor.

Ao identificar um quadro de oposições, bandeirantes paulistas contra emboabas, Portugal procurou compor as forças opostas com a nomeação de Antônio

de Albuquerque Coelho de Carvalho, o estadista que soube harmonizar a terra de ninguém e dos conflitos, estabelecendo o império da lei, a força do direito sobre o direito da força. Em seu governo criaram-se as três primeiras vilas de Minas Gerais que, com suas estruturas administrativas, se tornaram o foro legal da vida social com um governo metropolitano e representativo.

A primeira instituída por Antônio de Albuquerque foi a Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo em 8 de abril de 1711, que, em 1745, se elevou à categoria de cidade pelo rei Dom João V com o nome de Mariana em homenagem à sua esposa Maria Anna d'Áustria. À Vila do Carmo seguiram-se Vila Rica (Ouro Preto), em 8 de julho, e Vila Nossa Senhora da Conceição (Sabará), em 16 de julho.

Eis por que estamos celebrando os 305 anos da primeira vila de Minas Gerais, onde se estabeleceu a capital da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro.

Homenageando-a, estamos lançando o livro “MARIANA: assim nasceram as Minas Gerais – uma visão panorâmica da História”, obra publicada pela Nitro Editorial.

É um tributo à “urbs mea célula mater” e um incentivo para que todas as nossas primeiras vilas o façam também, não só as Cidades Históricas, mas os 853 municípios. Registrando cada um a sua história, torna-a conhecida porque só se ama e se respeita o que se conhece. No caso de Mariana, a antiga Vila do Carmo, mais do que nunca precisa ser amada por Minas e pelo Brasil, após a dolorosa tragédia da barragem do Fundão no subdistrito de Bento Rodrigues.

Como Mariana foi sempre mãe e mestra entregando-se historicamente ao bem da nação, agora, vítima daquele fato se oferece como exemplo para que tal não se repita. Este livro quer se traduzir numa mensagem de amor e respeito às nossas origens, a nossos antepassados que nos legaram princípios inalienáveis.

OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA E DIREITO

Wagner Augusto Portugal - Cadeira nº 51

Patrono: Milton Soares Campos

A sociedade politicamente organizada pressupõe a existência de normas de conduta estabelecidas por uma força soberana, acima das vontades individuais, providas de cargas obrigacionais e sancionatórias ao descumpridor.

Ademais, esta é a principal diferença entre o *Direito* e a *Moral*. A “normal moral” é balizada em diferentes critérios de valoração, mas desprovida de coercibilidade, ou seja, o descumpridor da norma moral não sofrerá nenhuma punição pelo Estado (força soberana). A norma de direito, por sua vez, impõe aos indivíduos uma obrigação seguida de uma punição, que será aplicada na eventualidade de sua inobservância.

No entanto, observa-se que o Estado, ao ditar as normas de condutas que regerão uma sociedade de um determinado local e em um determinado tempo, acaba afetando ou invadindo os interesses meramente individuais das pessoas, as quais, pelos mais diversos motivos, não deveriam sofrer a ingerência do Estado.

É justamente nesse ponto que entra o estudo da chamada objeção de consciência, espécie do gênero “liberdade de consciência”, isto é, viver de acordo com sua consciência, pautar a própria conduta pelas convicções religiosas, políticas e filosóficas.

Entende-se por objeção de consciência uma modalidade de resistência ao cumprimento dos deveres legais, porém incompatíveis com as convicções morais, políticas e filosóficas do indivíduo. Em outras palavras, significa a soma de motivos alegados por alguém para a dispensa da obrigação jurídica imposta pelo Estado a todos, indistintamente.

Vale a pergunta: nosso Direito pátrio reconhece a *objeção de consciência*?

Bem, as constituições brasileiras, em regra, sempre asseguraram a liberdade de pensamento, contudo nem sempre o seu pleno exercício foi possível, como ocorreu nos períodos não-democráticos ou marcados pela intolerância religiosa. A

propósito, convém lembrar o caso da não-admissão de matrícula de estudantes que não professavam a fé católica, fato este que foi, inclusive, ratificado por órgão do judiciário da época.¹

A verdade é que as objeções de consciência, autorizadas pelas constituições brasileiras, nunca tiveram caráter absoluto, pois não podem ser invocadas para atingir a exoneração de obrigação legal a todos imposta, permitindo, no máximo, uma prestação alternativa.

Especificamente no atual Texto Constitucional, promulgado em 1988, temos como matriz do princípio assegurador da objeção de consciência os artigos 5º, inciso VIII e 143, § 1º, cujas dicções são as seguintes:

“ART. 5º, INC. VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei”; (...)

“Art. 143. O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.”

“§ 1º - às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.”

A partir do disposto na Carta Magna Brasileira, comenta o jurista Dr. Ives Gandra da Silva Martins o seguinte: “À luz destes dispositivos, pode-se estender a outras objeções o princípio, pois a interpretação da Constituição para direitos individuais é sempre extensiva e comporta a integração analógica”.

Daí se segue, a nosso ver, as modalidades de objeção de consciência albergadas pela Constituinte, embora na prática nem sempre encontre eco ou mesmo necessite de ser objeto de normas infraconstitucionais, o que é legítimo desde que não se oponha à Constituição em si.

Certo é que todo cidadão de um país deve seguir suas leis justas. Daí uma questão: como entender uma lei justa? A resposta será formulada em quatro breves tópicos, conforme Lima (2014, p. 49-51):

1) Somos, em consciência, obrigados a seguir todas as leis justas

Elas, pelo fato de, em sua natureza, serem justas, ajudam-nos a melhor seguirmos a lei de Deus da qual são ecos fiéis.

A Sagrada Escritura nos manda seguir todas as leis justas: São Paulo diz que devemos ser submissos às autoridades constituídas, uma vez que elas vêm de Deus (cf. Rm 13,1-5). Já o Senhor Jesus tinha dito que é preciso dar a César o que é de César (cf. Mt 22,21; 1Pd 2,13s; Tt 3,1; Pr 8,15).

2) As leis que preceituam o impossível não obrigam

Entenda-se aqui como algo impossível aquilo que supera a capacidade física ou psíquica de alguém.

Não devemos, contudo, confundir o impossível com o difícil. Pode, por exemplo, ser difícil para alguns a guarda da castidade ou a obediência a determinada autoridade, mas isso não isenta a pessoa de ser casta ou obediente. Deus dá a graça necessária para que cada um resista à tentação (cf. 1 Cor 10,13).

O impossível, porém, seria o Estado fazer uma pessoa que ganha um salário-mínimo para sustentar a si e à família ter de pagar, além de todos os impostos embutidos no que usa, mais 30% de tributos extras para manter, por exemplo, a limpeza pública, a iluminação das ruas, o funcionamento do Corpo de Bombeiros da cidade etc.

Em consciência, tal cidadão não está obrigado a esse pagamento, pois lhe seria impossível arcar com mais essa despesa sem deixar de suprir as necessidades básicas de sua família.

3) As leis injustas não obrigam

Uma lei é injusta quando quem a fez (o legislador) ultrapassa os limites de sua competência, colocando-se no lugar de Deus.

É injusto, do ponto de vista moral, por exemplo, o Estado intervir em matérias religiosas que fogem à sua alçada, como quando tenta impedir que os fiéis tenham liberdade de prestar culto a Deus ou não lhes permite viver – em seu ambiente familiar, de trabalho ou de lazer – de acordo com os princípios de sua reta fé e moral.

4) As leis desonestas não obrigam a ninguém

Uma lei que obrigue a algo imoral (assassinar uma criança inocente e indefesa no ventre materno por meio do aborto, por exemplo) não tem poder moral de obrigar alguém a cumpri-la.

Razão? Se todas as leis devem ser subordinadas à Lei Natural Moral, as que fogem dessa subordinação perdem a sua força.

As leis humanas só devem ser seguidas se estiverem em conformidade com a Lei de Deus. Não se pode, pois, forçar um ser humano livre a fazer algo contra a Lei do Criador gravada em sua consciência.

O fiel que é colocado no difícil dilema de ter de obedecer à Lei Divina ou à lei humana, pode resistir a cumprir esta última, pois “mais vale obedecer a Deus do que aos homens” (At 5,29).²

Passemos agora a algumas modalidades de objeção de consciência.

1º) objeção de consciência ao serviço militar – dispõe, basicamente, sobre o recrutamento e o exercício militar, possibilitando aos indivíduos o direito a evitar o serviço militar bélico aos que tenham apreensões de natureza religiosa acerca de lutar ou matar. A objeção de consciência ao serviço militar é omissiva, individual, personalíssima, pacífica e parcial.

2º) objeção de consciência religiosa – garante às pessoas que professam a crença religiosa a dispensa de trabalho ou a prática de ato cívico (votar) em determinados dias e horários. Essa objeção ataca a lei positiva que seja contrária à moral religiosa, ainda que a pretexto do bem comum. No Rio de Janeiro, por exemplo, a Lei Municipal nº 1.410/89 garante aos funcionários municipais que professam a fé judaica o ponto facultativo nos dias de *Rosh Hashanah* (Ano Novo) e *Yom Kippur* (Dia do Perdão).

3º) objeção de consciência ao exercício profissional – trata-se de uma incompatibilidade moral entre o profissional e o serviço solicitado, como é o caso de algumas profissões, entre elas a dos advogados. O próprio Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei 8.906/ 94) estabelece no art. 33, parágrafo único, a recusa do patrocínio de uma causa por razões de foro íntimo. Essa matéria está ratificada no Código de Ética do Advogado que expressamente dispõe, no art. 20, que o advogado deve abster-se de patrocinar causa contrária à ética e à moral. Agindo assim, o profissional não incorre na infração disciplinar de recusa à prestação de serviço, sem motivo, à assistência jurídica, quando nomeado em virtude de impossibilidade da Defensoria Pública. Da mesma forma, outros profissionais, como o juiz de direito,

baseados em imperativos de consciência, podem alegar que sua decisão atenta contra sua crença religiosa, política ou moral, independentemente da licitude do ato.

4º) objeção de consciência à obrigação sanitária e tratamento médico – trata-se da recusa aos tratamentos sanitários obrigatórios impostos pelo Estado ou tratamento médico, quando limitam a liberdade individual ante uma decisão coletiva para prevenir determinada enfermidade. Se, de um lado, cabe ao Estado a tutela do direito à vida e à saúde coletiva, de outro, também cabe a este o dever de não prejudicar terceiros. O respeito à atitude individual da objeção de consciência deve estar em harmonia com direitos dos não-objetores. Algumas crenças ou concepções políticas ou filosóficas, por exemplo, não permitem a vacinação, tanto que uma simples questão de objeção particular pode-se transformar em desobediência civil, como foi o caso da Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904.

Hoje, este caso se dá entre integrantes de segmentos religiosos que recusam a si e a seus filhos a transfusão de sangue, mesmo quando prescrita pela medicina. Ora, isso gera um conflito de deveres: o paciente religioso diz ter o dever moral de seguir as regras de sua religião e o médico diz também ter de agir de acordo com seu dever moral de seguir o Juramento de Hipócrates, que o leva a jamais prejudicar quem quer que seja, mas, ao contrário, salvar vidas.

Caso deixe de prescrever a transfusão de sangue ao seu paciente, este pode morrer. Daí, no Rio de Janeiro, após algumas decisões judiciais, o Cremerj (Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro) ter decidido apoiar o médico e não o paciente neste caso em particular, desde o ano de 1991.

Vale a pena, ainda que resumidamente, entender alguns passos da questão, conforme exposto por Bettencourt (2003, p. 376-381): os membros do segmento religioso denominado “Testemunhas de Jeová” preenchem uma declaração na qual recusam a si e a seus filhos menores de idade – mesmo com prescrição médica – a transfusão de sangue, ainda que aceitem expansores do volume do plasma não derivados de sangue (tais como Dextlan, solução salina ou de Ringer, Hetastarch [hidroxietila de amido] e outros tratamentos sem sangue). Dizem ser essa vontade “um exercício de meu direito de aceitar ou de recusar tratamento médico de acordo com os profundos valores e convicções que sustento”. Isentam, ao mesmo tempo, os médicos, enfermeiros, cuidadores e hospitais pelos problemas advindos da recusa à transfusão de sangue.

As Testemunhas de Jeová sustentam esse ponto como uma modalidade de objeção de consciência. No entanto, o Conselho de Medicina e a Justiça do Rio de Janeiro têm decidido contra essa postura religiosa mais de uma vez: dizem as decisões médicas e judiciais que, em perigo de vida para o paciente, cabe ao profissional da saúde agir com todos os recursos que tem em mãos para salvar aquela vida, ainda que tais recursos contrariem os preceitos religiosos do enfermo.

Assim, em 2 de outubro de 1991, o Cremerj aprovou, por unanimidade, em reunião plenária o Parecer-Consulta 89/91, afirmando ser lícito ao médico fazer transfusão de sangue nos membros do segmento religioso Testemunhas de Jeová, uma vez que “o compromisso do médico, qualquer que seja a faceta ótica escolhida, é com a vida e a felicidade do ser humano, em cujo objetivo impõe-se-lhe empenhar-se com denodo, respeito e perícia na sua preservação e conquista”.

Continua o documento a afirmar o seguinte: “No que concerne à questão da transfusão e hemoderivados às Testemunhas de Jeová, o médico não pode transigir com os preceitos básicos do exercício profissional, e, diante do risco de vida, em plena profundidade de uma emergência é injuntivo que todas as medidas, manobras e técnicas terapêuticas têm de ser acirradas para que o mais sagrado e inalienável direito de cidadania, o direito à vida, seja preservado e respeitado”.

Mais: com respaldo em um parecer do Conselho Federal de Medicina, o parecer do Cremerj afirma que ao médico “é dado o dom, o direito e, antes de mais nada, o dever de lutar sempre contra a dor, a infelicidade, a miséria e, mais do que nunca, contra a morte, portanto, a favor da vida, procurando aumentar a sua extensão, melhorando a sua qualidade” (Boletim Cremerj n. 33, p. 11).

No campo do Direito, Dr. Liborni Siqueira, juiz titular da 1ª Vara de Menores do Rio de Janeiro (RJ), autorizou os médicos da Maternidade Fernando Magalhães a realizarem transfusão de sangue em três recém-nascidos filhos de Testemunhas de Jeová. Segundo o juiz, a vida é o maior dom de Deus e não está submissa a nenhum segmento religioso. Mais: encorajou os médicos que ante casos semelhantes, busquem a Justiça e, se não houver tempo de busca, salvem a vida do paciente, mesmo que sua fé não lhe permita fazer transfusão de sangue.

Na Paraíba, o Conselho Regional de Medicina (CRM-PB) também tomou medida semelhante no caso de pessoas que não aceitam a transfusão de sangue, dizendo o que segue nas palavras do conselheiro Eurípedes Sebastião Mendonça de Souza, Secretário-Geral do CRM-PB – Relator, em 24 de outubro de 2000:

“Recebi, em 23 de outubro de 2000, o Processo Consulta CRM-PB N.º 17/2000, protocolado em 20 de outubro, no qual o consulente solicita parecer sobre a legalidade ética da prescrição de sangue e/ou hemoderivados em paciente com risco iminente de vida e que recusa o procedimento por ser Testemunha de Jeová.”

“O Processo Consulta está instruído com o ofício N.º 242/2000, datado de 18 de Outubro de 2000 e endereçado ao Presidente do CRM-PB, Dr. Humberto dos Santos Gouvêa.”

“Em decorrência do exposto acima, recomendo que: 1. Seja constituída uma junta médica composta pelo médico assistente, um hematologista e um intensivista para caracterizar a situação de Risco Iminente de Vida e se a reposição de sangue e/ou hemoderivados é a única alternativa capaz de reverter a situação; 2. Todo o processo de tratamento seja supervisionado pela Comissão de Ética Médica do Hospital; 3. Caso a junta caracterize a situação de iminente risco de vida, e que a reposição sanguínea se constitua na única alternativa capaz de salvar a vida do paciente, DEVE O MÉDICO ASSISTENTE prescrever a TRANSFUSÃO DE SANGUE, independentemente de consentimento do paciente ou de seus responsáveis; 4. Todas as decisões médicas sejam registradas no prontuário médico. Este é o parecer, salvo melhor juízo.”

Para Dom Estêvão Bettencourt, OSB, teólogo católico, as atitudes médica e judicial são corretas do ponto de vista ético, pois “Deus, que é o doador da vida, não permite que o homem se precipite no suicídio, rejeitando um meio, moralmente inócuo, ³ de salvar a sua vida” (*Pergunte e Responderemos* n. 494, p. 380-381).

Outro caso muito sério que envolve os médicos é o aborto. Sim, no dia 1º de agosto de 2013, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei Federal n. 12.845/2013.

“Essa Lei n. 12.845, que ganhou o apelido de Lei Cavalo de Troia, pela forma enganosa como foi apresentada ao Congresso, institui o aborto como prática obrigatória em todos os hospitais públicos e conveniados com o SUS, sem respeito pela objeção de consciência dos hospitais mantidos pela Igreja Católica ou outras comunidades religiosas. Exige-se que o médico pratique o aborto, mesmo contra a própria consciência, quando não houver outro médico disposto a praticá-lo⁴.”

Ora, essa Lei Federal fere o direito humano básico à objeção de consciência dos médicos, pois ao contrário do parecer sobre a transfusão de sangue às Testemunhas de Jeová – necessária à vida – o aborto é um assassinato no ventre

materno com aval da Justiça nos casos em questão, e se opõe frontalmente à missão do médico tão bem delineada no parecer do Cremerj. De defensor da vida, a Lei quer torná-lo um assassino frio no exercício de sua própria profissão, o que, com razão, tem gerado protestos da parte das pessoas de bom senso junto aos representantes do povo no Congresso Nacional, a fim de que derrubem essa Lei, em vigor – diga-se – antes que ela faça mais vítimas: os médicos em suas consciências invadidas, as mães que sofrerão com os traumas pós-aborto e as crianças indefesas condenadas à lata do lixo.

Diferente, no entanto, é o caso de uma mãe sofredora que corre risco de vida em emergência e requer os cuidados médicos a exigirem o que a Ética chama de causa de duplo efeito, ou seja, deseja-se um fim primário bom (a cura da mãe), ainda que para isso se tenha de tolerar, mas não desejar, um fim secundário mau (a morte do bebê).

Existem certas ações que produzem dois efeitos: um bom e um outro mau. Ora, é lícito praticar tais atos, desde que se preencham as seguintes condições: 1) o efeito bom seja diretamente intencionado; o efeito mau seja apenas tolerado; 2) o efeito mau não seja anterior ao efeito bom, pois não se devem cometer males para daí tirar algum bem. O fim não justifica os meios maus; 3) o efeito bom sobrepuje, por seus valores e sua densidade, o efeito mau; 4) não haja outro recurso para obter o efeito bom.

Esse fato se dá, por exemplo, com “uma senhora grávida cujo útero esteja canceroso. É lícito extrair o útero doente, porque o tratamento do câncer se faz geralmente pela ablação dos tecidos contaminados; tal operação (que não é realizada diretamente para matar a criança, mas para extirpar o câncer) terá como consequência a perda do feto; esta não é desejada, mas apenas tolerada como efeito indireto de um ato que, como tal, é moralmente bom. O mesmo se diga no caso de gravidez ectópica ou extra-uterina: há o perigo de hemorragias mortais, que só podem ser evitadas se se eliminar a parte afetada; é lícito, então, extraí-la, embora seja portadora do feto; a perda deste é permitida e não intencionada como tal” (Bettencourt, 2014, p. 443).

Como se vê, a causa de duplo efeito legitima tanto a extração do útero grávido canceroso, quanto a extração da trompa ameaçada de fortes hemorragias e ruptura. Em nenhum desses casos o médico realiza algo para matar diretamente a

criança, o seu procedimento visa tão somente à mãe e à terapia que, independentemente da gravidez, lhe deveria ser aplicada.

Para maior clareza, notemos bem que este procedimento difere essencialmente daquele outro ato, em que o médico julga que a presença da criança dificulta o tratamento da mãe com outros problemas que, de si, não são perigosos à vida, mas, mesmo assim, propõem matar a criança (é um aborto direto, sempre condenável).

5º) objeção de consciência à obrigação de doação de órgãos – essa objeção está regulamentada pela Lei de Doação Presumida (Lei 9.434/97 e Decreto nº 2.268/97). A lei declara todos os brasileiros potenciais doadores universais, e, para tanto, presume-se autorizada a doação de órgãos. Nesses casos, a lei criou a fórmula ideal, reconhecendo a autonomia individual ao permitir a declaração de vontade de “doador” ou “não doador” nos documentos de identidade. O objeitor (não-doador) não precisa justificar ou abrir processo administrativo, basta declarar sua vontade em uma nova Carteira de Identidade Civil ou na Carteira Nacional de Habilitação. A lei, ainda, trata da retirada compulsória de órgãos e cria um novo instituto jurídico: os “não-doadores”.

6º) objeção de consciência ao trabalho nos sábados – refere-se às questões de natureza religiosa e pode ser reconhecida pelo princípio da autonomia dos contratos trabalhistas entre patrões e empregados em aceitar a liberalidade de dispensa de trabalho aos sábados. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece no art. 6º da Declaração Universal de 1981, o sábado como um dia festivo, segundo determinada religião, embora não haja amparo legal para que se guarde outro dia que não o domingo. O Serviço Público Federal e o Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro, precisamente na área da Educação, recomendam às unidades escolares não marcarem exames escolares aos sábados pelo simples fato de o aluno professar religião que lhe mande guardar o sábado como dia santificado. Desse modo, as instituições de ensino podem marcar as prestações alternativas a qualquer dia e hora, conforme sua discricção administrativa. Os objetores mais conhecidos são os Adventistas do Sétimo Dia, que se negam a trabalhar nos sábados por razões religiosas.

7º) objeção de consciência eleitoral – nessa objeção, o eleitor se recusa a participar do processo eleitoral sob duas alegações: primeira, como cidadão não quer participar da produção do poder político; segunda, quer participar, mas os partidos ou candidatos apresentados ao pleito estão em desconformidade com sua consciência política. Não obstante o voto obrigatório com assento constitucional (art. 14, § 1º, CF), é perfeitamente cabível que o mesmo seja facultado aos eleitores que não desejarem votar, independente do motivo, bastando que esses justifiquem na sua Zona Eleitoral até sessenta dias após o dia da votação. A fundamentação jurídica da justificativa tem amparo nos arts. 1º, II c/c art. 5º, XXXIV, “a” e seu § 2º, CF, c/c art. 7º, *caput* e seu § 1º, Código Eleitoral. Da mesma forma, pode-se desenvolver a tese de que o sufrágio é um direito e não um dever (art. 14, § 1º, I, CF) e que a soberania popular é a livre manifestação do povo e não uma obrigação. Todos têm os mesmos direitos, mas nem todos têm a mesma vontade de participar da vida política da nação por terem, também, diferentes consciências políticas.

Conclusão:

Pode-se dizer que a objeção de consciência não se trata de uma liberalidade pura e simples, mas de uma ação política calculada. O Estado que admite a objeção de consciência, como o Brasil, por consequência, admite a desobrigação jurídica por parte de alguns dos seus cidadãos. Conflagram-se, pois, dois direitos: os direitos do Estado e os direitos fundamentais, em que o primeiro reconhece e administra as exigências do segundo, mediante estudo e observação da formação da tensão e resolução do conflito social.

A objeção de consciência procura sua legitimidade moral na dignidade da pessoa humana, solidificada como princípio político, para fazer frente à recusa à obrigação jurídica. Por outro lado, a oposição política, seja ou não partidária, não requer, necessariamente, uma alegação de consciência, e, sim, exterioriza-se por variáveis próprias do campo político, como: interesse, tradição, cultura e afeto. A oposição política faz parte da teoria do poder, sendo parte do sistema político-jurídico do Estado, de importância capital para legitimar os processos de decisão política, seja eleitoral ou parlamentar. Dessa forma, a oposição política é sempre legal, enquanto a objeção de consciência nem sempre é admitida no ordenamento jurídico. Por fim, a objeção de consciência abre perspectivas de ação política, no sentido do aperfeiçoamento do sistema político e jurídico.

A objeção de consciência não se apresenta contra as normas sociais, e, sim, contra a obrigação jurídica, já que sua reivindicação é apenas pontual dentro do contexto da obrigação jurídica. Por fim, a liberdade de consciência e suas objeções decorrentes não se opõem ao Estado Democrático, ao contrário, legitimam o mesmo e devem sempre ser, dentro da lei e da ordem regulamentadas, por conseguinte, garantidas e nunca tolhidas pela autoridade legítima.

Notas

¹“No regime constitucional de 1946, por exemplo, nem sempre o dispositivo mereceu consagração, como se verifica no julgado de 06/10/1950 (Mandado de Segurança nº 748), do Tribunal Federal de Recursos, que reputou como correto o posicionamento da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro vedando a rematrícula de diversos alunos. O motivo: professarem determinada ideologia política e não terem fé católica. O fundamento jurídico do acórdão proferido pelo tribunal de então foi de tratar-se de estabelecimento privado de ensino, muito embora estivesse sob fiscalização federal” (FERREIRA, 1989, p. 73).

² São João Crisóstomo (†407) preceitua o respeito apenas a todo governante justo, não aos injustos: “Que dizes? Todo governante é constituído por Deus?”

“Não afirmo isso. Não trato agora de cada governante em particular, mas do governo como tal.”

“Afirmo ser disposição da sabedoria divina que haja autoridade, que alguns governem e outros obedeçam e que não se deixe tudo ao acaso ou à temeridade humana” (In *Espistola ao Romanos*, cap. 13 – PG 60, 615).

³ Para Bettencourt é errônea a interpretação dos textos bíblicos que proibiam aos judeus tomar sangue (cf. Gn 9,4; Dt 12,16.23) e também aos cristãos de Antioquia, da Síria e da Cilícia (cf. At 15,23-29): a vida não está no sangue (cf. *Pergunte e Responderemos* n. 494, p. 376).

⁴ <http://www.diocesantoandre.org.br/newsite/?p=16722>.

Referências

BUZANELLO, José Carlos. *Revista de informação legislativa*, v. 38, n. 152, p. 173-182, out/dez. 2001.

BETTENCOURT, Estêvão Tavares, OSB. Testemunhas de Jeová e a transfusão de sangue. *Pergunte e Responderemos* ano XLIV. n. 494, p. 376-381, agosto de 2003.

BETTENCOURT, Estêvão Tavares, OSB. *Curso de Filosofia*. Rio de Janeiro: Mater Ecclesiae, 2014.

CREMERJ. *Boletim do CREMERJ*, Ano V, n. 33, out/Nov. 1991, p. 11.

CRM-PB. CONSULTA Nº 17/2000, protocolado em 20/10/2000. Solicita parecer sobre a legalidade ética da prescrição de sangue e/ou hemoderivados em paciente com risco iminente de vida e que recusa o procedimento por ser testemunha de Jeová.

http://www.portalmédico.org.br/pareceres/CRMPB/pareceres/2000/17_2000.htm

LIMA, Vanderlei de. *Obedecer antes a Deus que aos homens: a ética cristã do lado dos que defendem a objeção de consciência como um direito humano fundamental*. Amparo: Ed. do Autor, 2014.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Na Constituição brasileira* in Lima, Vanderlei de. *Obedecer antes a Deus que aos homens: a ética cristã do lado dos que defendem a objeção de consciência como um direito humano fundamental*. Amparo: Ed. do Autor, 2014.

O JULGAMENTO DE JESUS

*Wolmar Olympio Nogueira Borges - Cadeira nº 55
Patrono: Conselheiro Lafayette*

Insensatezes e injustiças perpetradas pelo homem através dos tempos, no Oriente Médio, levam-nos a lembrar o drama do Calvário cada vez mais ponto de referência de compaixão para a Humanidade!

E, à evidência de que a História apenas constata o procedimento do cidadão comum no mundo moderno a se manter presa dos mesmos males antigos verberados nas prédicas comovidas do rabi da Galileia, como se a anacrônica contemporaneidade daqueles ensinamentos puros justificasse a repetição dos clamorosos erros morais perpetrados há dois mil anos passados, e agora repisados perante a perplexidade de uma sociedade ilustrada mas empedernida aos valores da justiça e resistente aos princípios configurativos da bondade.

Seria como admitir tais nuances, advindas do mal – a tragédia do calvário – tornarem-se repetitivas e a obnubilarem o coração e a alma humanas, a acobertarem de opróbios a sensibilidade nobilitante dos seres, como se, paradoxalmente, mitigassem estes, a obstrução da própria consciência já alheia à força moral.

Daí a oportuna valorização, de cunho pedagógico, com ênfase à transcendência do mais triste acontecimento da humanidade, permanentemente transcrito dia após dia nos livros pelo talento de excelsos escritores, semelhante a um martelar infundável de denúncias e sacrifícios atreladas à glória da cristandade, e a misericórdia de Deus.

Compaixão religiosa, um manifesto da onisciência Divina

Jesus de Nazaré é levado prisioneiro à presença de Anás, antigo sumo pontífice que exercera o poder, por muitos anos, e o transmitira sucessivamente aos cinco filhos: Anás, homem ilustre, era o orientador da política com quem os príncipes e membros do Sinédrio se aconselhavam e, no dizer de Flávio Josephus, "ninguém mais esperto do que ele para enriquecer"... Ernest Renan, in "Vida de Jesus", fls. 196, o considera chefe da comunidade judaica, o "principal ator desse drama terrível, o verdadeiro autor do assassinio jurídico que ia cometer-se".

Anás, porém, persuadido das próprias prerrogativas, envia-o, amarrado, ao sumo sacerdote Caifás, titular do cargo e seu genro, personalidade vaidosa, cortesão ambicioso, responsável pela instauração do Processo. No palácio, à espera, já se encontravam os Anciãos, os Escribas e os Pontífices, de propósito prevenidos da prisão do Nazareno. A reunião noturna contrariava as leis judaicas, Mishna, que a

proibiam. Não obstante, os poderosos senhores de Israel, em conventículo, sob invocação de razões de Estado, tinham proposto a pena de morte para Jesus.

À primeira inquirição do sumo pontífice Caifás, o prisioneiro Jesus, aureolado pela beleza da dignidade, respondeu: "Falei abertamente ao mundo, falei sempre na Sinagoga e no Templo onde se reúnem os judeus. Nada disse em segredo. Por que me interrogas? Aos que me ouviram, pergunta o que disse, eles conhecem minha doutrina". Um dos soldados dá-lhe uma bofetada: "É assim que respondes ao pontífice?" As testemunhas se contradizem, mas uma delas afirma que o ouvira dizer: "Destruirei este Templo construído pelos homens e, em três dias, construirei outro que não será edificado pela mão do homem". Caifás pergunta: "Acaso és tu o Cristo? O filho do Bendito? Dize lá pelo Deus vivo, eu te conjuro!" Responde Jesus: "Tu o disseste, eu o sou, e vo-lo declaro, um dia vereis o Filho do homem sentado à direita do Poder Divino vir sobre as Nuvens do Céu".

Neste instante, o Sumo Pontífice rasgou as vestes, gesto protocolar obrigatório ao julgador religioso, e exclamou: "Ele blasfema! Para que mais testemunhas? Ouvistes a blasfêmia?" Os demais disseram: "Merece a morte!" Todavia, ensinam os estudiosos, o crime de blasfêmia para se caracterizar requeria a formalidade positiva da invocação do nome de Javé, inexistente no caso, tanto quanto obedecer a um cerimonial, rito imposto pelo Talmude, que não houve.

Ao término da reunião noturna, povo e membros do Sinédrio presentes, bateram em Jesus, cuspiram-lhe no rosto, vendaram seus olhos, indiciaram-no como centro de escárnios: "Anda, Messias, adivinha quem te bate?" De maneira inexplicável, os rancores se extravasam em torrentes abjectas, e Jesus é conduzido à masmorra.

Neste ínterim, escribas e pontífices saíram às ruas a alardear pela convocação do Supremo Conselho, nos termos da lei, a se reunir ao primeiro clarão do Sol a bater sobre o monte Moab.

Na hora aprazada, Jesus é conduzido de volta e, trôpego, mãos amarradas, atravessa o Xisto pela ponte do Tirapeon, ponto de ligação entre a cidade alta e o Templo. Vai ser submetido ao Supremo Conselho do Sinédrio, organismo máximo do Estado de Israel, mistura de autoridade política e poder religioso, espécie de Assembleia dos mais velhos, Supremo Tribunal de Justiça, que, anteriormente à ocupação romana, detinha autoridade para eleger o rei. Instalado na Câmara das Pedras Lavradas, contíguo do Templo, compunha-se de doutores, escribas, anciãos do povo e sacerdotes.

Determinados autores afirmam que o escritor alemão Sepp biografara 40 de seus dignitários. E há indícios históricos de que nele tiveram assento o rabi Gamaliel Ben Simon, o seu filho Simon, o rabi Jonathan Azziel, discípulo de Hillel, o rabi Nicodemo, o rabi Onkelos, Jochanan Ben Zakkai, o rabi Hélias, representantes das famílias Anás e Beitus, assim como o tesoureiro do Templo Abba, Saul.

A audiência era presidida, no dizer do grande escritor Daniel Rops, por duas respeitabilidades, Nasi, ou príncipe, e o deão Abh-Beth-Din.

A acusação, ou o testemunho, cabia a quaisquer cidadãos, para tanto obrigados a sacramentarem, repetida, a fórmula, "não te esqueças de que chamas sobre ti o sangue daqueles a quem acusas e o de todos os descendentes que ele teria tido até o fim do mundo".

Se o procedimento da acusação contraviera a postura legal, competiria ao Sinédrio alardear o erro, denunciar a anomalia ultrajante aos próprios julgadores. Porém, na esteira das infringências evidenciadas à sombra de Anás e de Caifás, instaurara-se o Tribunal Especial para ouvir o querelado.

Acusação: agitador das turbas, propagador da resistência ao pagamento de tributos, e alardeador de uma própria superior realza. Mas, desde que ao Sinédrio fora tirado o poder de condenar à morte, por não possuir o *jus sanguinis*, ilustres historiadores veem nesta razão a justificativa do pedido endereçado a Pilatos para decidir segundo as próprias leis. Flavio Josephus e Daniel Rops consideram a reunião que julgou Cristo ilegal quanto à forma, e quanto aos princípios — em contraposição ao entendimento de Ernest Renan, que admite o direito dos judeus à condenação, cabendo apenas ao Procurador Romano executar a sentença. Os dois primeiros se baseiam em que o Direito Romano não distinguia o poder da *jurisditio* da do poder de *imperium*. Outros há que admitem a irregularidade apenas na ausência do formalismo jurídico, pois a acusação deveria ser precedida da *postulatio* tanto quanto a *delatio-nominis* vir acompanhada dos juramentos.

Estranho porém é que a astúcia dos homens do tribunal fizera com que, frente a Pilatos, nenhuma acusação de *blasfemo* se imputasse a Jesus.

Na presença de Pôncio Pilatos

Inaugurada a solenidade oficial com a presença do pretor romano Lúcio Pôncio Pilatos, procurador da Judeia, tido como nascido em Sevilha, Espanha, casado com Cláudia Prócula, dignamente refestelado na *curul* de autoridade máxima sob as arcadas da Torre Antônia, a *lothostrotos*, em hebraico *gabbatha*, (S. João, XIX, 13), o diálogo que se inicia é embaraçoso. Diz Pilatos aos judeus: "De que acusais este homem?" A resposta é soberba, cheia de orgulho: "Nós condenamo-lo à morte. Se não fosse um malfeitor não te entregaríamos." Pilatos: "Levai-o e julgai-o segundo vossa lei." Contraparteiam os judeus: "Mas tu bem sabes que não podemos dar a ninguém a morte. Porém surpreendemo-lo a sublevar a nação, proibindo que se pague tributo a César e atribuindo-se o título de rei".

Ora, não possuindo o Sinédrio o *jus sanguinis* a fim de condenar à morte, invocam os sinedristas o crime político para sensibilizar o romano. Pilatos a Jesus: "É verdade que sejas o rei dos judeus?" Jesus: "Falas por ti, ou pelo que os outros te disseram de mim?" Pilatos: "Porventura sou eu judeu? A tua Nação e os teus sacerdotes relegaram-te ao meu tribunal, que fizeste tu?" Jesus: "O meu reino não é

deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo os meus servidores teriam lutado para que eu não fosse entregue aos judeus, mas agora o meu reino não é deste mundo". Pilatos: "Então tu és rei?" Jesus: "Tu o disseste, sim sou rei. Nasci e vim ao mundo apenas para dar testemunho da verdade. Quem quer que seja partidário da verdade escuta a minha voz." Pilatos: "O que vem a ser a verdade?"

Já impressionado pela angélica atitude do acusado, o Procurador Romano levanta-se e admoesta os pontífices e a população: "Nada encontro de criminoso neste homem!" Ante a vociferação de que Jesus amotinara todo povo da Galileia, Pilatos, ao se lembrar de que o governador da Galileia e Pereia se encontrava em Jerusalém, para as festas da Páscoa, remete-o à presença de Herodes Antipas, filho do velho tetrarca Herodes.

E Herodes, prestigiado pela deferência política de Pôncio Pilatos, inutilmente inquire Jesus de Nazaré, rabi da Galiléia, o suave pregador de quem muito se ouvira falar. Mas enquanto o acusado se silencia às perguntas, os acusadores que o acompanham continuam a escarnecê-lo. Diante do filho do tetrarca, vestem-no com manto branco, símbolo dos loucos e por ordem de Herodes Antipas, levam-no de volta a Pilatos.

Conduzam-no ao Precatorium!

Pela quarta vez, o cortejo grotesco atravessa ruas lajeadas.

Injungido a voltar à cena, o Procurador da Judeia, Pilatos, chegado aos príncipes dos sacerdotes, aos magistrados e ao povo, do alto de sua curul romana, explica: "Trouxestes-me este homem sob a acusação de incitar a revolta. Interroguei-o na vossa presença e não lhe descobri nenhum dos crimes de que o acusais. Nem Herodes tampouco, com quem vos mandei ir ter. Bem vedes, nada há que lhe faça merecer a morte. Vou, portanto, pô-lo em liberdade, depois de o castigar."

Assentando-se na curul a fim de dar o *veredictum*, lembra-se de que, pelas festas da Páscoa, o Procurador Romano poderia se valer da *abolitio* ou da indulgentia para indultar um condenado, e mais uma vez ousa sensibilizar os acusadores, ao trazer à memória a figura de um famoso bandido, Barrabás, preso por ser réu de crime de morte. "A quem quereis que eu indulte, a Barrabás ou a Jesus chamado Cristo?", insiste. Uma onda de vozes ensurdecidora, avassaladora, responde: "Barrabás, Barrabás!"

O espanto desta vez é de Pilatos, mais ainda porque, na noite anterior, sua mulher, Cláudia, sonhara que ele estaria prestes a condenar um inocente. "Mas que quereis, então, que eu faça a esse a quem chamais rei dos Judeus? Que mal ele fez?" Vociferam os acusadores: "Crucificai-o, crucificai-o!"

Pilatos autoriza a flagelação na esperança de colocá-lo em liberdade, mas a crueldade dos acusadores não tem limites. As chibatadas ferem o corpo de Jesus; dadas com azorragues de tiras de couro e bolas de chumbo, finas correntes chamadas de flagras, tendo nas pontas pedaços de metal, ou ossinhos de carneiros, satisfazem

pouco a perversidade dos magistrados que a cada instante, em altos brados, instigavam os carrascos para que aumentassem o flagelo. Dirigem a ele palavras obscenas e doestos infamantes, indignos.

A Igreja Católica, ao relembrar o suplício, no Ofício de Sexta-feira Santa, repete Santo Agostinho: "Pilatos insistiu, tanto quanto lhe foi possível, para furtar Jesus à ira dos judeus. Mandou flagelar o Senhor, não com o fim de o perder, mas por querer dar satisfação aos furores da população, na esperança de que, ao verem o estado em que o chicote o deixaria, aquelas feras se aplacassem, renunciando a sujeitá-lo à morte".

Os sinópticos S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João relatam que Jesus foi arrastado para o pátio do Pretório, onde despojaram-no das vestes, cobriram-no com um manto escarlata, fizeram uma coroa de espinho e enterraram-na, à força, na cabeça. Na mão direita, puseram-lhe uma cana, após o que, realizando na sua frente genuflexões escárnias, zombavam dele repetindo: "Salve rei dos Judeus"! E o esbofeteavam, cuspiam-lhe no rosto, e tirando-lhe a cana, aplicavam-lhe, com ela, pancadas na cabeça.

Pôncio Pilatos, condoído do prisioneiro, domina o *proscenium* e argumenta: "Ficai sabendo bem que não encontro nele nenhum motivo para o condenar. Aqui está o homem!" Gritam os príncipes dos sacerdotes: "Crucificai-o, crucificai-o!" E Pilatos: "Crucificai-o vós, visto que eu não lhe encontro nenhum crime" – Os judeus insistem: "Temos uma lei, e segundo a nossa lei ele deve morrer, porque disse que é filho de Deus!"

Volta Pilatos ao Pretório e interroga Jesus: "Donde és tu?" Não recebendo resposta, assevera: "É a mim que te recusas falar? Ignoras então que tenho poder para te mandar em liberdade e o poder para te fazer crucificar?" E Jesus: "Tu não terias poder algum sobre mim, se te não fosse dado do Céu. É por isso que aquele que me entregou a ti tem maior pecado!" Mas o povo insiste: "Se o soltas, ó Procurador, não és amigo de César" (S. João XIX, 1, 12). Já sem majestade, Pilatos diz aos judeus: "Aqui está o vosso rei..." E eles: "A morte, à cruz, à cruz, à cruz!" Indiferente ao tropel de torrentes indistintas e demoníacas, Pilatos diz ainda: "Hei de crucificar então o vosso rei"? Nesta hora, os príncipes dos sacerdotes, tradicionalmente inamistosos às autoridades romanas, respondem com astúcia, e sem convicção: "Não temos outro rei além de César!"

Pilatos, impassível à piedade, mas com acuidade bastante para compreender os fatos políticos, pede água e, simbolicamente, lava as mãos: "Eu estou inocente do sangue deste justo; a vós pertence toda a responsabilidade..." É o seu *verdictum*.

Mas do fundo do *Proscenium* uma frase, na forma trágica de grito, se escuta soando por sobre a multidão: "Que o seu sangue recaia sobre nós e sobre nossos filhos até a consumação dos séculos..."

A crucificação era forma de pena infamante no Direito Romano, equivalente à delapidação, costumeira no Direito Judaico.

Não se conhece a formalização de uma Sentença, e nem a História encontrou prova de uma comunicação oficial dirigida ao governo de Roma.

No entanto, a herança transfigurada da Tragédia Divina se incorporara ao rol do relato de procedimentos da humanidade devotada aos misteres terrenos, do mesmo modo que fora debitada na conta de incomensurável acervo de cunho moral recolhido à transcendência dos tempos imemoriais, históricos.

Obras relidas e consultadas:

Vida de Jesus — Ernest Renan

O Evangelho de Jesus — Mons. Henrique Galbiati

Jesus no seu Tempo — Daniel Rops

Vida de Jesus — Plínio Salgado

O Nazareno — Sholen Asch

O Apóstolo — Sholen Asch

História dos Hebreus - Flávio Josephus

A Bíblia — dita de Filon — Alexandria

MUSEU ANTROPOLÓGICO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Zanoni Neves¹ - Cadeira nº 30

Patrono: Afonso Arinos de Melo Franco

Recentemente inaugurado, o Museu Antropológico do Vale do São Francisco localiza-se em Belo Horizonte a trinta minutos do Rio das Velhas e um pouco mais distante do Paraopeba – dois importantes afluentes do grande rio. Assim, não se pode esquecer que Belo Horizonte pertence à bacia do Velho Chico.

A coordenação do Museu elaborou um projeto pedagógico para os dois setores que o constituem: o setor propriamente museológico, onde se encontra o acervo da instituição, e a sala de aulas onde serão realizadas palestras e cursos, e exibidos documentários. Assim organizado, o Museu cumpre a sua missão: o ensino e a difusão da cultura e do conhecimento historiográfico sobre o Vale do São Francisco através de atividades didáticas em sala de aula e *visitas guiadas* ao setor museológico. Este setor já está em pleno funcionamento, aberto à visita pública, com um acervo que se caracteriza pela diversidade: artesanato, documentos e objetos históricos, abrigados em mostruários modernos e funcionais.

As visitas orientadas pelo Coordenador do Museu são inteiramente gratuitas e possibilitam uma “viagem” à cultura do Vale do São Francisco – às sub-regiões e aos afluentes.

O Museu também oferecerá minicursos e palestras à categoria dos professores. Poderão ser beneficiados os docentes das áreas de História, Sociologia, Geografia etc. bem como os estudantes universitários dessas áreas acadêmicas, que manifestarem interesse em participar.

Estudantes e professores da rede pública e particular de ensino constituem o público-alvo do Museu Antropológico do Vale do São Francisco.

História e acervo

Ao longo de quarenta anos, o fundador do Museu adquiriu um acervo que se caracteriza pela variedade, no qual se destacam os objetos artesanais provenientes de

sub-regiões do São Francisco. No mostruário central, por exemplo, há réplicas, em tamanho reduzido, de diversas embarcações que singraram as águas do grande rio e de seus afluentes: canoas, vapores, barcas de figura, canoas de tolda, barcas motorizadas, etc. No mesmo mostruário, podem ser observados vários exemplares das famosas carrancas confeccionadas por artesãos de Pirapora, Juazeiro, Santa Maria da Vitória, e que, nos dias atuais, encontram-se também em residências, escritórios, jardins e museus ou em poder de colecionadores. Há outros mostruários, que podem ser considerados temáticos, apresentando informações específicas sobre a cultura material ribeirinha. Da pesca, por exemplo, pode-se conhecer alguns instrumentos como a tarrafa e a grozeira, sem perder de vista as agulhas utilizadas para confecção de redes, manjubeiras e tarrafas. Uma pequena canoa completa a mostra das modalidades de pesca. O mostruário da fauna ictiológica contém peças artesanais representando o dourado, o surubim, o pacamão (“pocomã”) e a piranha. Confeccionado em madeira, destaca-se um dourado, símbolo de Pirapora - MG. Há também dois mostruários, cujo objetivo é apresentar ao visitante a casa e seus utensílios: tachos, gamelas, moringa, pilões, regador, cuscuzeiro etc. Esculpido em Juazeiro - BA, um “pilãozeiro”, confeccionado em madeira, demonstra-nos como é o trabalho de pilar os cereais no meio rural. Em outro mostruário estão expostos o tear do Vale do Urucuia - representado por novelos e um belo tapete de Urucânia / Natalândia - e o crochê em forma de “rede de dormir”, confeccionado em Pirapora - MG. Armas do tipo utilizado por jagunços, estribo, carro de bois e objetos históricos compõem um mostruário que remete o visitante ao tempo da dominação coronelística, que predominou durante muitas décadas na região. Esses objetos estão reunidos sob a denominação “NO TEMPO DOS CORONÉIS...”

Peças de artesanato em madeira, argila, pedra e metal localizam-se num amplo mostruário, também representativo de diversas sub-regiões do São Francisco. Estão ali reunidos objetos das sub-regiões dos Rios Corrente, Grande, Velhas, Jequitaiá, afluentes do São Francisco, sem esquecermos os Municípios de Pirapora, Januária (MG), Juazeiro, Bom Jesus da Lapa (BA), Propriá (SE), cidades ribeirinhas que são polos importantes da região.

Documentos históricos diversos concentram-se em outro mostruário. São Cartas de Capitão Fluvial e Praticante-Comissário, Caderneta de Reservista da Armada, Carteira de Identidade de maquinista e de capitão fluvial – documentos expedidos pela Marinha do Brasil e pelas empresas Navegação Mineira do Rio

Francisco e Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE). Objetos e documentos desta última empresa estão em outro mostruário onde se pode conhecer um mapa histórico do rio abrangendo o percurso entre as cidades de Pirapora-MG e Juazeiro-BA antes da construção da barragem de Sobradinho, mostrando também a localização de cidades intermediárias como São Romão, São Francisco, Januária, Manga, Carinhanha, Bom Jesus da Lapa, Barra, Xique-Xique, Remanso, Sento Sé etc. sem se perder de vista os afluentes navegáveis e suas localidades ribeirinhas como Barreiras e Santa Maria da Vitória. As insígnias de oficiais de bordo da FRANAVE e um prato, com logomarca, utilizado no salão de refeições dos vapores, também compõem este mostruário onde se pode admirar uma “roda do leme” (timão) em tamanho reduzido.

O projeto museográfico foi elaborado à luz de duas disciplinas acadêmicas que se complementam: a Museologia e a Antropologia Social. Mas deve-se ressaltar o seu aspecto didático: o projeto foi concebido para que a cultura e a história regional fossem facilmente compreendidas e assimiladas pelo visitante.

A sala de aulas já está equipada com vinte e cinco carteiras que se destinam aos estudantes e professores.

Nota

1. Coordenador do Museu Antropológico do Vale do São Francisco; mestre em Antropologia Social-UNICAMP; associado do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

2º SEÇÃO: DISCURSOS E PALESTRAS

2.1 – DISCURSOS

SAUDAÇÃO AO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº63¹

Daniel Antunes Júnior - Cadeira nº43
Patrono: Teófilo Benedito Otoni

Eis que a Casa de João Pinheiro hoje se engalana para receber, jubilosamente, o nosso mais novo consócio, em sessão solene, como manda o próprio Estatuto.

Agradeço, sensibilizado, ao nosso ilustre presidente, Dr. Miguel Augusto Gonçalves de Souza, a honra a mim concedida, de apresentar a este seletto auditório a figura exponencial do Dr. Paulo Duarte Pereira, que acaba de tomar posse, perante a mesa diretora dos nossos trabalhos, como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, ocupando a cadeira nº 63, que tem como patrono o Barão de Camargos – cujo panegírico, na forma regimental, o ora empossado logo mais fará, com o brilho de sua inteligência e a eloquência de suas palavras.

Além de sumamente honrado, sinto-me prazeroso com o privilégio de receber e saudar, em nome do corpo social deste Instituto, o grande amigo e companheiro de outras jornadas, do qual tenho recebido a mais franca demonstração de apreço.

Nesta minha alocução devo ser breve – *comme il faut* –, pedindo-lhes vênha para fazer pequena digressão, em socorro de minha preocupação de ser sucinto e comedido, para não correr o risco de ser fastidioso.

Consta que certa vez o genial e incansável Thomas Edison – um dos mais fecundos inventores de todos os tempos – foi homenageado com um grande banquete, por motivo de suas notáveis e revolucionárias invenções – produtos de sua poderosa imaginação criadora. O orador destacado para saudá-lo falou com entusiasmo sobre seus inventos, que tanto contribuíram para o progresso e o bem-estar da humanidade – tal como o da luz elétrica (que ilumina o mundo e sem a qual hoje não saberíamos como viver), mas alongou-se demasiadamente quando citou o

¹ Solenidade realizada em 2/6/2001.

que chamou de “máquina de falar” tornando o seu discurso monótono. Então o próprio Edison – que era pragmático e espirituoso – percebendo que no auditório já davam mostras de enfado, levantou-se e em aparte sutil disse:

- Não fui eu, mas Deus, quem inventou essa máquina de falar “eu inventei apenas a que pode ser desligada...”.

Desnecessário é dizer que não desejo abusar da tolerância de quantos aqui vieram para tributar ao nosso novo consócio as homenagens que ele bem merece.

Senhoras e Senhores,

Cabe-me assinalar, inicialmente, que esta casa quase centenária e sempre atenta aos seus objetivos, como Entidade de caráter essencialmente cultural e científico, está voltada para a preservação do patrimônio histórico e geográfico da nacionalidade brasileira – seus valores e suas tradições – com ênfase especial e permanente a todos os estudos que se referem à nossa querida Minas Gerais, da qual tanto podemos nos orgulhar.

Temos consciência de que nenhum povo organizado e que se preza pode desdenhar, ou mesmo relegar a segundo plano, sem apegunar-se, os feitos e as experiências do passado, que balizaram a realidade do seu presente.

São exatamente as nações mais desenvolvidas do mundo as que cuidam com desvelo, e até com reverência, do legado dos seus ancestrais. Os Estados Unidos, por exemplo, contam com cerca de 200 mil museus, além de inumeráveis instituições semelhantes a este Sodalício.

Já completando quase 94 anos desde a sua instalação, este Instituto vem cumprindo a sua destinação de guardião da nossa História. Mas o relógio do tempo marca apenas as primeiras horas de sua meritória existência e, obviamente, temos um encontro marcado com o futuro.

Muito temos que realizar, dando sequência aos ideais daqueles que nos precederam no esforço de aprimoramento do saber humano, no culto dos nossos antepassados, na defesa dos nossos costumes, na prática do civismo e, enfim, na luta pela grandeza de nossa Pátria.

Daí a natureza festiva deste evento, que é demonstração da vitalidade da Casa de João Pinheiro, pondo em evidência o aspecto dinâmico de sua existência.

Louvável é a preocupação do nosso ilustre presidente, de promover a titulação e ocupação de todas as suas cadeiras, trazendo ao nosso convívio elementos altamente capacitados, como acontece neste instante.

Com efeito, a renovação do quadro social desta Entidade é imposição irrecusável da essência do seu dinamismo e até mesmo da própria sobrevivência. Por isso mesmo, as gerações se sucedem, e os ideais de João Pinheiro hão de perdurar.

Senhoras e Senhores,

Vejamos agora, em rápidas palavras, o histórico da vida do nosso novo consócio. Seu nome, na forma estatutária e regimental, passou pela análise da Comissão de Admissão de Sócios e do Plenário, logrando aprovação unânime, graças a seus méritos indiscutíveis.

O Cel. Paulo Duarte Pereira, atual presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, é cidadão por mercê de Deus, nascido e criado em Belo Horizonte e casado com a Sra. Orisette de Barros Pereira, aqui presente, abrilhantando esta solenidade.

Tem o ora empossado um curriculum vitae que respalda, sobejamente, o seu ingresso neste Sodalício. Sua formação acadêmica, técnica, social, moral e cívica nada deixa a desejar.

Mas acrescente-se a tudo isto algo mais: jovialidade, simpatia e lhaneza no trato, que são traços marcantes de sua personalidade. É um cavalheiro que faz jus à admiração e ao respeito da nossa sociedade.

Consideramos ainda a sua grande capacidade de trabalho. Sabemos que o Dr. Paulo Duarte Pereira é pessoa muito ocupada, como veremos adiante, mas esperamos contar com a sua presença e participação constantes nas atividades deste Instituto. De experiência própria, temos convicção de que indivíduos ocupados são mais atuantes, e que, paradoxalmente, os desocupados não têm tempo para nada.

O Dr. Paulo é graduado Bacharel em Direito, pela UFMG; em Educação Física, pela Escola de Educação Física do Exército; em Administração Estratégica, pela Fundação João Pinheiro, e em Relações Públicas, pelo Instituto Dale Carnegie. Fez pós-graduação de Educação Física pela Escola Nacional de Educação Física, do Rio de Janeiro, e o Ciclo de Estudos da ADESG.

Em suas atividades docentes, destacamos: a) Chefe de Departamento de Direito e Ciências Sociais da Faculdade de Engenharia da FUMEC; b) Professor de

Direito e Problemas Brasileiros, idem; c) Professor de Direito Constitucional na Academia de Polícia Militar; e) Professor de Chefia e Liderança no Curso Superior de Polícia, na Academia de Polícia Militar.

No seu Histórico Profissional, notamos que fez brilhante carreira na gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais, compondo a sua nova geração de elementos altamente qualificados, com destaque em todo o Brasil. Foi promovido, de aspirante a coronel, sempre por merecimento.

Atuou em diversas áreas da competência daquela Corporação e desempenhou funções especiais de relevância, inclusive as de Chefe de Gabinete Militar do governador Tancredo Neves, assim como as de Coordenador Estadual da Defesa Civil.

Sua vocação civilista se expressa nas diversas funções exercidas, como a de Juiz Corregedor, Juiz Vice-Presidente, e atual Juiz-Presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

Acresce ainda a de Presidente da Associação dos Magistrados das Polícias Militares Estaduais, a de Coordenador Nacional da Associação dos Magistrados Brasileiros e a de Presidente da Associação Cristã de Moços.

Ressaltando o seu mérito pessoal e profissional, foi agraciado nada menos de 19 vezes, com medalhas e condecorações as mais representativas, em todos os graus. Participou de vários congressos jurídicos e é autor de inúmeros trabalhos versando sobre temas de Direito, Magistratura, Violência Urbana, Previdência e Esporte.

Ufano-me de ter com o Cel. Paulo Duarte Pereira algumas afinidades significativas. Por exemplo, somos ambos fazendeiros – atividade na qual exteriorizamos o nosso amor à vida do campo e à natureza; e ambos participamos do Leonismo, dedicando a esse notável movimento de compreensão e de solidariedade humana, o nosso talento, o nosso tempo e a nossa fortuna, servindo desinteressadamente e engajados na construção de um mundo melhor.

Dotado de espírito associativo e capacidade de liderança, como integrante do Lions Internacional, o Dr. Paulo Duarte Pereira ocupou todos os cargos de destaque no Brasil, de Presidente de seu Clube a Governador Distrital e Presidente CNG (cargo máximo) – funções que desempenhou com competência, dedicação e extraordinária proficiência, recebendo, por isso mesmo, certificados de reconhecimento e prêmios do Presidente Internacional.

É membro da Academia Mineira Maçônica de Letras e da Academia Mineira de Leonismo. É de sua autoria o consagrado projeto PALCO, de ação integrada Lions/Comunidade.

Como esportista de escol, é campeão brasileiro e mineiro de Esgrima (Espada), Voleibol e Atletismo (salto em altura).

Excelente, portanto, é o seu preparo físico, mas não menos o intelectual e cultural.

Lembrando, de raspão, a romanesca obra de Alexandre Dumas, podemos concluir, simbolicamente, que o nosso novo Companheiro nesta Casa não é apenas um campeão de Esgrima; é também um autêntico e bravo Mosqueteiro. Sim, um valoroso Mosqueteiro das boas causas, aquele que anseia a luta por uma sociedade em que todos se respeitam, visando à paz e à harmonia, armado apenas com a sua mentalidade humanística e seu caráter reto, justiceiro.

Aí está, portanto, o retrato de corpo inteiro do Cel. Paulo Duarte Pereira, embora sem o retoque de erudição que me escasseia.

Antes de terminar, devo registrar que, para alegria nossa, além das autoridades e personalidades representativas já nomeadas, aqui se encontram demais amigos e familiares do nosso novo consócio, prestigiando este memorável evento, tais como:

Sua querida mãe, dona Venina Pinto Duarte Pereira; Seus filhos: Carlos Augusto Pereira e Sra.; Vera Regina Pereira Fantini e esposo; Raul Eduardo Pereira e Sra. e Dra. Paula Cristina Pereira. Seus irmãos: Cel. Raul Pereira Júnior; Cel. Manoel Duarte Pereira, Cel. Edson Wagner Pereira e o Empresário Júlio César Pereira. Seu cunhado, Dr. Orismar de Barros. E ainda a Ana Maria, sua eficiente e dedicada Secretária.

Com as nossas saudações efusivas, manifestamos a todos o nosso contentamento pela honrosa presença.

Meu caro Paulo,

O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – a Casa de João Pinheiro – abriu hoje as suas portas de par em par, para recebê-lo condignamente e festejar a sua admissão. Na incumbência que me foi confiada, para saudá-lo e dar-lhe as nossas boas-vindas, não preciso ir longe para demonstrar-lhe o quanto estamos jubilosos com a sua posse. Dotado de argúcia e sensibilidade, você já o percebeu. As palavras que aqui eu poderia proferir, ainda que revestidas de boa

retórica e formalismo, pouco acrescentariam às espontâneas demonstrações de respeito e acolhimento, dedicadas a você e sua família, e estampadas no semblante de cada um dos nossos consócios e consócias.

Estendo as nossas homenagens de carinho e apreço, em meu nome pessoal e em nome desta Casa, de modo especial, à sua digna esposa Orisette. Você e ela recebam os nossos abraços, com as melhores expressões de admiração e amizade. Sintam-se aqui neste Templo da História – a insuperável Mestra da Vida – e do amor do Brasil, como em sua própria casa.

Obrigado.

POSSE DO ASSOCIADO EFETIVO DA CADEIRA Nº 63²

Paulo Duarte Pereira

Patrono: Barão de Camargos

Inusitada honraria impõem-nos os ilustres sócios deste Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, de assomarmos a esta tribuna, ao aprovarem a indicação do nosso como membro desta augusta Casa. Firmamos, nesta oportunidade, o compromisso moral de pautar-nos com esmero e dedicação aos seus nobres propósitos, dignificando a todos aqueles que a fizeram consagrada. O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, instituição de ricas tradições no cenário brasileiro, especialmente nos estudos da vetusta história do povo das Minas Gerais e do seu espaço geográfico, que indicam a ultrapassagem de sua fronteiras. A história de Minas é a história do Brasil. Daqui saíram os maiores valores que engrandeceram a pátria e a fizeram soberana.

Respeito a ousadia que tiveram de nos indicar, para ocupar a cadeira nº 63, até a pouco, ocupada pelo Doutor José Luiz de Vasconcelos Barros, de indescritível valor humano, cujos registros culturais dificultariam a tarefa de substituí-lo.

Não nos sentimos à sua altura pelas inigualáveis qualidades, porém, sem faltarmos com a modéstia, sobejam-nos a vontade e a capacidade de absorver a luzes que emanaram de sua cultura privilegiada.

Enaltece-nos a comparação que fizeram, nivelando-nos a todos aqueles que por esta augusta Casa passaram. Sobressai, do âmago dos nossos sentimentos, a vaidade. Apenas o reconhecimento do pouco que fizemos ou do pouco que tenhamos contribuído para o crescimento de nosso Estado justifica a honra de passarmos a integrar este nobre sodalício.

Agradecemos a confiança em nós depositada. Haveremos de tudo fazer para sermos merecedores de tamanha distinção, embora as dificuldades reconhecidas, para honramos este nosso compromisso.

Reconhecemos, contudo, a partir deste momento, a imposição de novas reflexões sobre a grave responsabilidade que se assoma aos nossos ombros, obrigando-nos ao aprimoramento intelectual, especialmente, dedicando-nos aos estudos da história do nosso povo e daqueles que, um dia, a construíram.

Necessitamos nos inserir no contexto nacional, para conhecermos, com proficiência, os problemas que o assolam, não apenas gerando incômodo social, mas

² Solenidade realizada em 2/6/2001.

também na previsão das graves consequências que prejudicam o seu desenvolvimento e fragilizam os princípios democráticos que ,há tantos anos, perseguimos.

Não são alvissareiras as notícias veiculadas pela mídia a toda a nação da incidência de atos eivados de ilegalidade, crimes contra o povo, praticados pelos seus líderes, por aqueles a quem a soberania nacional delegou posições de destaque e a responsabilidade das grandes decisões. Infelizmente, vêm enfraquecendo a nossa estrutura. Atingem-nos fisicamente, destruindo nossas riquezas materiais, usurpando o nosso patrimônio.

Não param por aí: denigrem as nossas instituições democráticas.

Tudo nos preocupa como cidadãos, porém, o que mais nos intranquiliza é a crise moral a nós imposta, o desapego aos princípios da ética, para cujo preço, não haverá prazo para o resgate neste atual geração. A ética é uma questão de berço. A ética é a luz que ilumina a consciência do homem, dirige suas ações, dando um norte à sua conduta em meio à sociedade. Define o que é certo e o que é errado, o que é bom e o que é mau, o permitido e o proibido, dedicando-se à busca da virtude. Estabelece um código de conduta moral, válido para toda a sociedade, determinando-a sobre valores sociais, econômicos, políticos e culturais.

Como resgatá-la, se o berço daqueles que hoje ocupam aquelas funções públicas, a ela, não permitiram o acesso? Como ensiná-la, incutindo em sua formação de caráter, aos velhos caudilhos, aos incontáveis políticos que se acostumaram pela conveniência de desprezá-la?

Temos de começar tudo de novo. Nada melhor que, desta tribuna.

Faz-se necessário voltarmos para o nosso interior, e nos conscientizarmos de que a ética é o principal mentor do desenvolvimento cultural da humanidade. Um povo, sem a referência desses princípios fundamentais, despedaçar-se-á até a autodestruição. É o risco que corremos.

Nosso papel, quando nos oferecem oportunidade como esta e nos elevam à tribuna deste Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, será, ainda, o de insistir em que cada cidadão incorpore os princípios da ética e da moral, como uma atitude natural na sua vida cotidiana; que passem a fazer parte prática do seu comportamento, dos critérios de suas condutas perante sua família, seu grupo social, sua profissão.

Devemos criar e divulgar uma nova mentalidade, iniciando pelos bancos das escolas, com uma educação que conduza a ações preestabelecidas em um código de ética. Criar uma disciplina, à antiga, que constituiu o *modus vivendi* dos nossos antepassados.

Homens íntegros, como Tiradentes, como Santos Dumont, como João Pinheiro, como Tancredo Neves, deveriam servir de exemplo aos atuais parlamentares, governantes, juízes.

E ao se falar em ética e integridade de caráter, nada mais oportuno e pertinente que relembremos aqui um pouco da vida e da história deste honrado mineiro, patrono da cadeira que ora passo a ocupar, o Barão de Camargos. Homem que fez da sua existência um ritual de probidade, refletindo, de seus atos, o comportamento ético e moral que o identificou como pessoa de bem, voltada para as questões de seu povo.

Manuel Teixeira da Costa, o 1º Barão de Camargos, nasceu a 20 de outubro de 1811, na então Vila Rica, hoje Ouro Preto, onde faleceu, em 21 de agosto de 1878, aos 67 anos de idade.

Descendente de uma das mais consideradas famílias da província de Minas Gerais, era filho do sargento-mor de milícias e contador da Repartição da Fazenda Real, Manuel Teixeira de Souza, e de sua mulher, D. Inácia Francelina Cândida da Silva.

Iniciou sua carreira política aos dezoito anos de idade, na Tesouraria da Fazenda.

Destacou-se ao defender os interesses daquele órgão, correndo até risco de vida, em um episódio que se encontra registrado nos arquivos da Tesouraria. Consta que, ao rebentar a sedição militar de 22 de março de 1833, todos os empregados superiores fugiram, deixando acéfala aquela Repartição. Embora fosse funcionário subalterno, assumiu a Inspetoria, salvando os cofres onde existiam uma considerável fortuna em barras de ouro e outros valores. Ainda se opôs a despesas ilegais ordenadas pelo governo intruso.

Por merecimento e em virtude de sua notável aptidão, em pouco tempo, cresceu na carreira, sendo nomeado em 1841, inspetor da Tesouraria da Fazenda de Minas Gerais.

Ao irromper, em junho de 1842, a rebelião na província, manteve-se firme ao lado do governo legal, auxiliando, lealmente, o Presidente, seu correligionário e íntimo amigo, e prestando assim valiosos serviços à causa pública nessa época de grande agitação e perigos.

Restabelecida a ordem, preocupou-se o zeloso inspetor com a organização do serviço fiscal e financeiro da província, conseguindo separá-lo da Repartição da Fazenda Geral. Foi o responsável pela confecção do primeiro regulamento da nova Repartição. Deve-se à sua solicitude, critério e proficiência na matéria este apreciável melhoramento administrativo, que acautelou importantes interesses de Minas e também do Tesouro Nacional, uns e outros prejudicados com a aglomeração caótica dos respectivos serviços, aliás, posteriormente, tornados distintos e independentes pelo sistema estabelecido no Ato Adicional à Constituição.

Tão relevantes foram os serviços prestados pelo inspetor Teixeira de Souza, que os mesmos foram atestados e elogiados pelo Presidente da Província, General Andrea, que, naquela ocasião, destacou haver emitido aquele tipo de atestado somente três vezes, em toda a sua longa vida pública.

Não obstante, com a ascensão ao poder do partido liberal, Manuel Teixeira da Costa foi exonerado do cargo em 1845, pois pertencia às fileiras do partido conservador, cujos princípios defendia com sinceridade e convicção. Seu conceito era bastante elevado entre os correligionários, que depositavam nele plena confiança pela indubitável lealdade e pelo desinteresse com que servia à facção política.

Foi Deputado à Assembleia Provincial (o equivalente, hoje a Deputado Estadual), na terceira e sétima legislaturas, e, isolado ou em minoria, defendeu, sem trepidar, o seu partido e os seus amigos, colaborando, também, com patriotismo, em diversas providências legislativas de interesse público.

Foi, ainda, Deputado à Assembleia Geral na oitava e nona legislaturas, tendo, anteriormente, servido de secretário interino da província, com o zelo, bom senso, gênio laborioso e probidade que sempre o distinguiram na vida pública e particular.

Em abril de 1860, foi escolhido Senador do Império por Minas Gerais.

Entre os colegas do Senado, sempre foi merecedor de elevada estima, consideração e respeito, de ambos os lados políticos, que se compenetraram de seu elevado caráter.

A moderação com que apresentou a célebre emenda à questão religiosa “quando o Senado desejava que se buscasse um meio de obter a paz entre a Igreja e o Estado, sem detrimento de ambos os poderes”, mereceu a aquiescência da maioria dos membros daquela casa. Era, destarte, um grande conciliador.

Ocupou, também, a vice-presidência da província mineira e, nessa qualidade, assumiu por várias vezes a administração provincial, aproveitando-se nesse alto posto, da longa experiência já adquirida nos negócios públicos e guiando-se pelos preceitos da moderação. Era intransigente nos princípios, o que lhe honrava a sinceridade das convicções, mas, em geral, muito tolerante com as pessoas dos adversários políticos, a quem, não raro, servia com o mesmo cavalheirismo que o trazia com correligionários.

Dedicadíssimo ao progresso material e moral da província, não se poupou a labores para a consecução de importantes medidas nesse sentido, auxiliando, com eficácia, a quantos as iniciavam e promoviam, quando dela não era ele mesmo o promotor. Era, pois, entusiasta advogado de todos os melhoramentos que podiam engrandecer sua terra natal. Nas vezes em que assumiu a direção da província, deixou relevantes traços de sua administração: o ramal férreo para Ouro Preto, a Escola de Minas, colégios da Companhia de Menores, o Tribunal de Relação, criado naquela cidade, as antigas bancas de exames de preparatórios para os cursos superiores, exposições de precatórios para os cursos superiores, exposições industriais, catequese e civilização dos índios. Enfim, obras que confirmam o nosso asserto e que devem recordar, sempre, à gratidão dos mineiros o nome respeitável do ilustre Barão de Camargos.

Importa destacar, ainda, sua vida militar, vez que, em maio de 1840 foi eleito Alferes. Chegou a Major, naquele mesmo ano, e, por decreto, em 1852, foi promovido a Tenente-Coronel Comandante do 1º Batalhão de Reserva da Capital.

Exerceu, também, outros cargos de nomeação do governo e de eleição popular, e, pelos relevantes serviços neles prestados, recebeu diversas condecorações. Foi agraciado com o Hábito de Cristo, o Oficialato da Reza, sendo ainda elevado a Comendador e, mais tarde, titulado com o Baronato de Camargos.

O Partido Conservador Mineiro, oriundo dos destroços do antigo partido afeto a Pedro I e de muitos distintos liberais, que se tinham reunido para fazer parar o carro revolucionário de 1831, fora dirigido pelo Senador Bernardo de Vasconcellos, seu primeiro chefe e organizador, que mais tarde, foi substituído por um triunvirato composto dos distintos senadores mineiros: o Barão de Camargos, Francisco Diogo de Vasconcelos e Luiz Antônio Boaventura; por falecimento dos últimos, o Barão de Camargos conservou a chefia do partido até a sua morte, dirigindo-o com habilidade, prudência e dedicação.

Leal e dedicado ao extremo a seus amigos, era magnânimo para com seus adversários políticos, não descendo a represálias, ainda que diante de críticas na apreciação de seus atos públicos.

Foi, por muito tempo, correspondente do Jornal do Comércio, onde primou pelo bom senso, coibindo muitos desvarios das administrações da província.

Gênio serviçal, neste ponto não fazia seleção nem aos seus adversários políticos, que são os primeiros a atestar esta nobre qualidade do Barão de Camargos.

Notórios, também, eram seus predicados fora da vida pública. E, 1834, casou-se com D. Maria Leonor de Magalhães Teixeira, que veio a ser Baronesa e, posteriormente, Viscondessa de Camargos. Desde consórcio resultaram 18 filhos. Pai e marido extremoso e dedicado, fazia questão de transmitir à família seus princípios éticos e morais.

Chefe de família modelo, como foi, cidadão patriota, distinguia-se também no trato particular por exemplar afabilidade e cavalheirismo. A sua posição de senador do Império, de chefe político de mais sólido prestígio em Minas Gerais, por mais de 40 anos, nunca lhe prejudicou a natural modéstia, realce de seus reais merecimentos. Não se contaminava pela gabarolice parlamentar, já tão em voga, àquela época. Serviçal e humilde, sabia dar valor às virtudes que realmente enobrecem o ser humano.

Depois de dois meses de grandes padecimentos, faleceu este distinto personagem mineiro, em vinte e um de agosto de 1878, em sua Chácara do Gambá, nas cercanias de Ouro Preto. Vieram-lhe render as últimas homenagens sua numerosa família, parentes, amigos, correligionários e adversários políticos, todos conscientes de que acabara de falecer um cidadão que, ao subir na hierarquia social por exclusivo esforço próprio constituindo honrosa reputação, deixou um belo exemplo para os seus numerosos e dignos descendentes.

É nesse exemplo que recomendo aos homens públicos seguirem. Nesse breve relato da vida do Barão de Camargos, quantas virtudes há que deveriam ser parâmetro para aqueles a quem entregamos o destino de nossa nação: honestidade, diligência, coragem, bondade, determinação, eficiência, lealdade, e tantas outras. Enfim, atributos que sobejam na biografia do nosso digno Patrono e que faltam aos nossos coetâneos patricios.

Prezado Presidente desta respeitável associação, Dr. Miguel Augusto Gonçalves de Souza,

receba nossos mais sinceros agradecimentos pela aceitação unânime do nosso modesto nome, os quais estendemos aos demais consócios, em particular, àqueles que, pessoalmente, apadrinharam-nos, tornando possível nossa admissão. Incorporando a todo esses encômios, de modo especial, o fazemos ao historiador Daniel Antunes, nosso particular amigo, companheiro de longas datas e inumeráveis jornadas, especialmente como Governador do Lions Clube, instituição universal que, como esta, tem como escopo integrar homens e mulheres voluntários, a trabalhar pelos menos afortunados. O Profeta Daniel, como carinhosamente o alcunham seus seguidores e também companheiros, com peculiar competência, tem-se pontificado por todos os lugares por onde passou, emprestando brilhantismo com a sua invulgar inteligência e inesgotável capacidade de trabalho. É o que vem demonstrando neste saudoso sodalício.

Expressamos, ainda, nossos sinceros agradecimentos ao Doutor Jorge Lasmar e ao Cel. Carlos Alberto Carvalhaes que, gentilmente, subscreveram a indicação do nosso nome.

É chegada a hora de concluir, até porque o sol do meio-dia já aponta, espargindo entre nós a Luz do Universo.

Ao fazê-lo, desejamos assinalar que, à nossa chegada a esta casa que impõe respeito e admiração à nação brasileira, sentimo-nos como um humilde cidadão que, extasiado com as efígies dos luminares que emolduram o plenário, exclama que é também um deles.

Com muita emoção e justificado orgulho, afirmamos ser este dia, para nós, memorável, por estarmos ao lado de tantas expressões da comunidade mineira, de nossos particulares amigos e de queridos parentes.

Somos, a partir de hoje, um dos integrantes do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Que Deus o conserve e nos ilumine.

SAUDAÇÃO À NOVA ASSOCIADA DA CADEIRA Nº 70³

Livia Paulini - Cadeira nº 83

Patrono: Henrique Guilherme Fernando Halfeld

Muito emocionada com a posse da minha filha aqui, onde meu marido e eu, desde o século passado, frequentávamos e participávamos, como membros efetivos, dos eventos nacionais e internacionais mais significativos. Talvez seja a primeira vez na minha vida acadêmica, acostumada a proferir palestras, que tenha dificuldades em me comunicar. Neste caso, uma notável parte do meu ser, o sentimento humano, interfere no processo da fala.

Assim mesmo, eu registrei que o meu caso é algo pessoal. Procurei dados em documentos antigos para saber onde e como aconteceu nosso primeiro passo para conhecer esta nobre instituição. A meu ver sempre pertencemos a algum grupo ligado aos historiadores. Só posso expressar as nossas impressões pela natureza da força espiritual com que as vias científicas nos levam a um destino divino. Encontro aqui aspectos fundamentais na relação entre escritor - artista e leitor - público na exposição da fonte da razão e consequência da natureza humana.

Podemos dizer que trabalhos aqui apresentados, não somente foram bem pesquisados, mas nas suas argumentações expostas merecem o apreço dos ouvintes nos seus valores intrínsecos indiscutivelmente éticos.

As comunicações sobre novos ângulos descobertos pelos nossos historiadores encantam o público, interferindo singularmente nas novas produções histórico-literárias, fazendo um decisivo amadurecimento no conteúdo de tais obras, adquirindo novas perspectivas e características não antes percebidas no universo histórico.

Nesta pequena apreciação, destaco autores/membros passados e reverenciados, determinantes em seus tempos, tendo sido mestres do pensamento nas linhas evolutivas de conceitos históricos no seu espaço.

Menciono aqui alguns exemplos:

Houve um convite do New York Academy of Science do qual meu marido era membro, para uma palestra sobre as expectativas de uso da energia nuclear como

³ Solenidade realizada em 16/5/2015.

fonte de energia em substituição à energia tradicional, a elétrica. Ele questionava a segurança, um dos itens mais importantes para a preservação da saúde do povo. Quais medidas seriam tomadas em decorrência de um futuro vazamento nuclear?

Assim falou: *“Nas avaliações de risco pelo uso rápido da energia nuclear, além da legislação governamental - que é obrigatória – questionaria a proteção ao meio ambiente. A sociedade atual é toda baseada na produção tecnológica, cujo produto final é o rejeito líquido, sólido e gasoso. Os rejeitos sólidos e líquidos são poluições visíveis, mas as radiações nucleares produzidas por acidentes são poluentes invisíveis que afetam de maneira duradoura a saúde humana.”*

Ernest chamava a atenção dos colegas americanos para o fato de que estes rejeitos descartados de maneira não eficaz, ou em casos de vazamentos acidentais, levavam à poluição ambiental não só dos rios, mares, sistemas aquíferos do subsolo, como também do ar respirado. Estes sistemas naturais dependem quase sempre da autodepuração e são finitos, pois existe um limite para a capacidade destes sistemas de despoluírem estes tóxicos. A vida constitui uma teia interdependente e infundável.

A resposta veio imediata: o governo americano estava ciente de seu dever na tomada de medidas de segurança nos estados onde se encontravam estas usinas nucleares.

Logo após a nossa chegada em casa se deu o acidente nas Usinas Nucleares de Three Miles Island, em Pensilvânia, em março de 1979, e em Tennessee no mesmo ano.

O comentário de Ernest aos seus alunos da UFMG sobre estes eventos foi o seguinte: *“...muitas promessas feitas ou sugeridas pelas leis federais tiveram este triste desfecho. Para evitar dificuldades repletas de riscos para a sociedade recomendaria pensar universalmente e agir localmente”*. Ele afirmou que devíamos conhecer os riscos importantes, mesmo os triviais da vida. Porque os riscos conhecidos podem ser avaliados e tomadas as decisões rapidamente, os desconhecidos, levam a decisões mais lentas e mais onerosas.

Se a política de proteção ao meio ambiente é um assunto de interesse de todos, não há razão para não construir condições favoráveis ao nosso meio.

Com igual carinho me lembro de outros membros que deixaram suas marcas em palavras escritas e faladas, que deslumbram literalmente a imaginação:

Lacyr Schettino, inspirada em Santo Tomás de Aquino e em Santa Tereza D’Ávila, cujos pensamentos fizeram-na ter uma visão de profunda religiosidade que

se espelhava em suas obra, declarou uma vez na nossa Academia Feminina Mineira de Letras:

“Estudando – não profetizando – a história da religiosidade dos povos, a maioria, 90%, professa lealdade às suas tradições religiosas.” Alguns, nas suas funções semiétnicas, como aqui no Brasil, as africanas, as protestantes, as europeias liberais e as judaicas, em minoria - segundo sua pesquisa. Dentro do catolicismo surgiram reações e novidades litúrgicas, prevendo uma modernização e pondo em andamento a partir dos Concílios Vaticanos novas regras, causando um abalo para os conservadores. Adeptos às ideologias comunistas tentavam enfraquecer a fé dos antigos, sem contudo chegar a este objetivo, pois depois da Segunda Guerra Mundial as igrejas continuavam lotadas, como aqui na Basílica de Nossa Senhora Aparecida.

Lacyr foi a primeira pessoa que viu o ANCORADOURO nascer e me apoiou para que publicasse o livro.

O historiador Dr. Miguel Augusto Gonçalves de Souza merece muito a nossa lembrança, pois sempre foi otimista nas suas análises político-históricas. Na sua obra monumental sobre a história de Minas, afirmou: *“um código para o novo século: investir e reinvestir nas proveitosas obras e dos que fizeram história – um legado a nós mineiros que naturalmente somos”*. Palavras anotadas em nosso livro de ata.

A sua presença foi muito importante para nós, em nossas reuniões da AFEMIL, pois trazia de volta a questão da nacionalidade, o orgulho de ser mineiro. Pode ser que esta não seja uma visão nova nas atuais circunstâncias políticas, mas pela sua filosofia de vida, esta questão é primordial.

Assim são os outros membros valiosos do passado, como Edir Carvalho Tenório, com o seu idealismo, e também o grande amigo que faz muita falta entre nós, Marco Aurélio Baggio. Não só como confrade da mesma instituição, mas foi um ser humano cujo valor hoje em dia está perdendo o significado. Consciente deste seu lado em compartilhar momentos difíceis, como quando perdemos a vaga na Academia Mineira de Letras, veio me consolar dizendo: *“as comunidades em geral apoiam mais os interesses políticos, ou monetários, do que valores culturais”*. A sinceridade dele me comoveu.

As habilitações e as limitações das pessoas são vistas implicitamente em termos radicalmente diferentes por aqueles cujas teorias filosóficas, políticas ou sociais explícitas estão contidas em visões diferentes das nossas. A natureza moral e

mental da pessoa é vista diferentemente, pois os seus conceitos de conhecimentos de instituições também diferem. Assim, as suas visões se restringem sobre nós, quando estas são inconscientes.

Como assim? – perguntei.

Ele, então, entrou numa explicação sobre a capacidade do estímulo humano e aparece com a necessidade de fazer o bem ao outro. Seria a visão natural. Nós não passamos em nenhuma destas fases. E não conseguimos alcançar a tão desejosa cadeira na AML.

É nesse ambiente que a minha filha irá entrar hoje.

Cabe aqui agradecer a escolha da DD. Diretoria desta casa, especialmente ao Desembargador Aluizio Alberto da Cruz Quintão pelo seu apoio. Rotariano, Governador do Rotary International, possui muitos méritos em escala nacional e internacional, que bem conheço, junto aos rotarianos. É uma honra tê-lo como padrinho da Helene.

Nesta posse de minha filha Helene, hoje, aqui, na cadeira N.70, são duas das suas iniciativas mais promissoras que reforçam a sua presença oficialmente entre nós: seu trabalho em defesa do meio ambiente, em prol das densas florestas, e a sua participação a nível internacional na prevenção dos desastres ambientais naturais ou artificiais provocados pelo homem.

Não obstante, quem de nós andou pelas florestas, perambulou e conheceu a escuridão, ou aproveitou das belezas naturais proporcionadas pelo canto das aves na liberdade da natureza? O canto do uirapuru não está ao nosso alcance, não na nossa cidade, nem no nosso Estado.

Mas a preservação da nossa Terra requer que cada um de nós esteja consciente disto. E para Helene, em seus trabalhos científicos apresentados anualmente nas Conferências Internacionais em Davos, constam o seu empenho em diminuir os impactos destes acontecimentos ambientais.

Os rios que ela descreve com a sua vida própria, com seus seres aquáticos, ultrapassam as mensurações biológicas feitas no laboratório, que ela faz com frequência, seguindo sua paixão pelo assunto, e para garantir a sobrevivência humana na Terra. Pessoas de tal gabarito, pesquisadoras e escritoras, são muito necessárias no nosso meio e ninguém se sente mais feliz com a sua presença aqui, no nosso meio, do que a mãe dela.

POSSE DA NOVA ASSOCIADA EFETIVA DA CADEIRA Nº 70⁴

Helene Maria Paulinyi

Patrono: Conselheiro João da Matta Machado

Prezados amigos e membros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que aqui compartilham da minha alegria de estar sendo empossada nesta brilhante Casa de João Pinheiro, na Cadeira n.70 cujo Patrono é o eminente Conselheiro João da Matta Machado Júnior.

Minha querida mãe, à qual agradeço de coração as palavras carinhosas a mim dirigidas.

Emocionada ao ouvir o Hino Nacional interpretado pelo excelente violinista Dr. Vítor Dutra, membro da Orquestra Filarmônica e que nos brindará com a maravilhosa música de Brahms, as Danças Húngaras N.5!

Faço minhas as palavras de minha mãe ao proferir seu discurso de posse neste sodalício no dia 9 de dezembro do ano 1999:

“De coração inteiro, agradeço o convite para me integrar nessa instituição tradicional e altamente respeitada, onde reina a diversidade dos pontos de vista em colóquios de alto nível intelectual, moral e ético.”

De acordo com João Pinheiro esta, instituição, desde a sua fundação, cultiva o estudo do homem através dos tempos, ações e emoções, suas origens e atividades intelectuais. *“Nos ensina a confiar no Direito, na Justiça e na Liberdade, no Bem e na Vitória definitiva dos grandes princípios da consciência humana”.*

É com imenso orgulho, como mineira e como brasileira, que venho falar deste homem de bem que foi ao mesmo tempo médico, político e sábio, Conselheiro João da Matta Machado Júnior. Sua vida breve (51 anos) foi consistente e de muito trabalho em prol daqueles que necessitavam de sua ajuda, seja na sua profissão como médico, ou no campo social, como político, ou como embaixador, defendendo não só as pessoas, como a própria nação brasileira.

São palavras do douto Dr. Pedro da Matta Machado, na sua oração dirigida aos membros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, sobre o Conselheiro João da Matta Machado, meu Patrono:

“...sua nota individual se harmoniza na sinfonia universal, seus sentimentos se impessoalizam, sua nação é a humanidade, sua pátria o mundo inteiro, e por isso ele pôde sereno e calmo falar de tudo e de todos.”

⁴ Solenidade realizada em 16/5/2015.

Transparece em suas palavras a alma generosa que habitava na pessoa do Conselheiro.

Nasceu em Diamantina, província de Minas Gerais, em 14 de novembro de 1850. Seu pai, comerciante de diamantes, João da Matta Machado, era descendente dos Machados paulistas, casada com Amélia Senhorinha Caldeira da Matta, esta, descendente dos Caldeira Brant. Seus pais tiveram oito filhos, a saber:

1. João da Matta Machado Júnior – meu patrono
2. Gabriela Antonia da Matta Machado
3. Álvaro da Matta Machado
4. Augusto da Matta Machado
5. Maria Amélia da Matta Machado, que se casou com o engenheiro Pedro José Versiani, tendo duas filhas:
 - a) Hilda Versiani Porto, mãe de Gilberto Ottoni Porto e
 - b) Júlia Versiani Ferreira da Cunha, sendo seu esposo Tristão Ferreira da Cunha – avô do nosso ex-Governador Aécio Neves da Cunha
6. Virgínia da Matta Machado de Figueiredo, esposa do médico Dr. João Antônio de Figueiredo, deputado estadual de várias legislaturas, mãe do Dr. Nerval de Figueiredo, pai do jornalista e historiador Nelson de Figueiredo, detentor do maior acervo de documentos históricos da cidade de Mucuri.
7. Pedro da Matta Machado
8. Amélia Senhorinha da Matta Machado

Sua vida curta não foi mais do que uma constante dedicação, uma perene imolação, aquele sentimento tão fortemente expresso em suas palavras: “...*todas as vezes que me chamam para ver um doente me parece que é um filho meu que precisa de médico...*”

Aos quatorze anos, foi ao Rio de Janeiro e matriculou-se no Colégio Santo Antônio, onde se preparou para a Faculdade de Medicina da Corte.

Durante a sua vida acadêmica, fundou com outros colegas a “Liga Escolástica”, união estudantil, da qual se tornou Presidente, e redator principal do jornal “Radical Acadêmico”, onde apresentava as suas ideias liberais e republicanas, já manifestando a sua veia política.

Concluiu o seu curso de medicina com brilhantismo, em 30 de setembro de 1874, aos 24 anos. A sua defesa de tese: “*Da educação física intelectual e moral da mocidade do Rio de Janeiro e sua influência sobre a saúde*”, foi na presença do Imperador, sendo isto um acontecimento muito raro e considerado um privilégio.

A tese teve um cunho social, na qual o autor se posicionou contrário à educação da época, defendendo a sua democratização, criticando a maneira como se educava especificamente naquele Internato Santo Antônio, onde ele passou alguns anos, lamentando os castigos, as privações e os sofrimentos infligidos aos alunos,

conforme Gilberto Ottoni Porto, sobrinho-neto do homenageado, afirma em seu discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de Mucuri, mostrando assim a sua personalidade firme como educador e político. Ele, por meio da sua crítica, colocou a possibilidade de questionar os juízos predefinidos, de mudar as referências estabelecidas e de modificar a realidade que o cercava. E isso foi uma diretriz que o conduziu durante a sua vida como homem político, sempre fiel às suas convicções.

Após formado, regressou a Diamantina e lá, ao se estabelecer, casou com Luiza Bessa, ela, filha do Comendador Manoel José de Bessa, e de Maria Constança Bessa - de família ilustre, a Souza Ferreira - exercendo a sua profissão de médico e de professor de Faculdade.

Por se mostrar altamente competente em sua área de atuação e devido à sua extrema bondade e complacência, tornou-se popular e com isso foi eleito e reeleito sucessivamente vereador e presidente da Câmara, cargo semelhante ao Prefeito nos dias de hoje.

Para o biênio 1878 e 1879 foi eleito Deputado Geral pelo 19º Distrito da Província. Autor da Lei N.98 de outubro de 1878 que autorizava a construção da Estrada de Ferro ligando Filadélfia ao porto de Caravelas. Eleito Deputado Geral em mandatos de 1882 a 1884; de 1886 a 1889 e Presidente da Câmara de dezembro a junho de 1891.

Em 1885, ao ser nomeado Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros – hoje Ministro das Relações Exteriores – lhe valeu o título de Conselheiro. Neste cargo convenceu o Imperador a reformular a proposta sobre a região das Missões, um grave litígio com a Argentina, trazendo uma solução arbitral, garantindo ao Brasil as terras do Sul.

Foi industrial, financista e banqueiro conceituado por sua lisura e austeridade. Homem de iniciativas abrangentes, uma inteligência e energia sem limites, abriu fábricas, fundou colégios, estabelecimentos bancários. Criou asilos e foi Provedor do Hospital Santa Isabel, dando alívio aos necessitados.

O que o diferencia de outros grandes políticos e administradores é o legado que nos deixou, de honra, de trabalho honesto, de comprometimento com o próximo, de serviço ao seu semelhante.

Este legado foi a sua justificativa para tudo que fez de concreto e deixou para nós.

Colocou a educação como prioridade para seus filhos e seus jovens compatriotas, pois nela anteviu a possibilidade de alargarem os caminhos e as oportunidades.

Ele assumiu a responsabilidade com a história de sua terra e do seu povo ao enxergar a verdade e trabalhar por ela dentro dos valores éticos e morais.

Fiz aqui esta pequena biografia para poder ressuscitar, ressurgir o autor de tantos feitos memoráveis e assim valorizar o que de melhor temos nestas figuras que são a base da nossa História.

Termino com os dizeres deste glorioso diamantinense:

“...de todos os dons com que aprouve a natureza armar o homem, a faculdade de amar é sem dúvida a mais sublime. Pelo amor elevamo-nos acima de todos os seres criados, compreendemos o infinito; a razão, a inteligência, a vontade são limitados, o poder do amor não conhece barreiras...”

e continua: ... *“o melhor dos homens será aquele que mais amar...”*

No mais profundo elo com as ideias da Santa Madre Tereza de Calcutá, devo concluir *“para conquistar o mundo usemos apenas as armas do amor e da compaixão”*. E digo mais, amar é estar presente no tempo real aos anseios do seu próximo, que é seu irmão.

Passo a fazer um paralelo entre o meu Patrono e aquele homem extraordinário que foi o Professor Dr. Ibrahim Felipe Heneine, que me antecedeu nesta Cadeira que hoje tenho a honra de ocupar. Ambos médicos, ambos grandes educadores, ambos preocupados com a saúde de seus semelhantes.

Faço essa lembrança com muito orgulho, amizade e admiração. Orgulho de poder fazer parte de alguma forma da sua família.

Família esta que está aqui representada por sua esposa Berenice, seus filhos: Luiz Guilherme – casado com Carine – abençoados com dois filhos; Gustavo Henrique; Ricardo Alberto, casado com Eduarda e abençoados com duas filhas, e por fim Paulo Roberto, que deixou bem cedo, com a sua partida, um vazio no coração de seus pais.

O professor Ibrahim nasceu em 4 de junho de 1927, no Rio de Janeiro, filho de sírio-libaneses. O seu cachimbo de odor adocicado trazia o aroma das paisagens de Damasco. Nos corredores da Escola de Medicina, por onde passava deixava o rastro de suave fragrância das essências da terra de seus pais.

Cursou a Faculdade de Medicina após o concurso do Vestibular em que ficou em 3º lugar! Interessou-se por Radioisótopos e ingressou neste curso na Escola de Engenharia em 1962.

No Instituto de Biofísica Carlos Chagas da Universidade do Rio de Janeiro, concluiu o Curso de Biofísica em 1965. Durante este tempo publicou dois trabalhos, ministrando aulas curriculares de Biofísica. De uma maneira geral, isto é praxe em todas as universidades aproveitarem o fôlego dos jovens estudantes de doutorado para ministrarem aulas.

Foi aceito em 1970 pela Universidade de Kansas Medical Center, para estágio, onde desenvolveu com o Prof. Kimmel (descobridor do hormônio "avian pancreatic polypeptide") estudos importantes sobre as atividades biológicas dos enzimas da *Carica papaya*: lisozima, papaína e quimopapaína, e de suas estruturas moleculares. Demonstrou com seus estudos que as posições entre as pontes dissulfeto e grupos sulfidrila na lisozima aceitos até então estavam incorretas. Recebeu o título de “Fellow in Biochemistry” – tendo reconhecimento nos Estados

Unidos, ele que, além de médico, é Bioquímico, mostrando a sua capacidade em dominar áreas biológicas afins.

Muito cedo ocupou a monitoria na Cadeira de Fisiologia, de onde passou a Auxiliar de Ensino no Departamento de Biofísica da Faculdade de Medicina em 1963.

Sua carreira na UFMG foi feita passo a passo: primeiro como Professor-Assistente no mesmo Departamento, depois Professor-Assistente no Departamento de Biofísica e Radiobiologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFMG, Chefe do Departamento na mesma Faculdade, Professor Adjunto de Biofísica e, por último, Professor Titular de Biofísica no Departamento de Fisiologia e Biofísica do ICB, onde se aposentou em 1988.

Foram mais de 28 trabalhos publicados e um livro com resumos em várias revistas e Congressos nacionais e internacionais. Um que me chamou a atenção ao ler o seu currículo foi o seu comparecimento no 1º Congresso Internacional sobre Envenenamento por animais peçonhentos no Instituto Pasteur de Paris.

Participou de inúmeras conferências, palestras, seminários e mesas redondas, bancas examinadoras: (6) para titular, (2) para Livre Docência, (2) para Doutorado, (2) para Assistente e (14) para Mestrado.

Entre as distinções recebidas, uma como “Fellow in Biochemistry” na Universidade de Kansas em 1973, e outra pelo aluno Walker Lahman, seu orientado, que recebeu o 1º Prêmio Pesquisador Júnior da UFMG em 1992.

Falo com orgulho, repito, e com muita amizade, pois esta surgiu na procura dos mesmos objetivos, em ter podido aprender nas coisas em que ele também acreditava, e admiração, por saber ir até o âmago dos problemas e resolvê-los a contento.

Eu tive a alegria de conhecê-lo como meu Orientador na minha dissertação de Mestrado. O destino fez com que a minha matéria versasse sobre o controle do mercúrio no meio ambiente por meio da marcação de isótopos, e como não houvesse professor disponível nesta área, na Faculdade de Farmácia, indicaram-me o seu nome para orientar as minhas pesquisas e o meu trabalho em campo.

Ele me fez ver o quanto é preciso trabalhar para chegar a um mínimo de resultado. Naquela época, como hoje em dia, as questões ambientais também eram questionadas pelos cientistas. Todos compreendiam que, no nosso planeta Terra, existe um equilíbrio na relação entre os seres vivos e o ambiente que os cerca.

Se tomarmos como ponto de saída as simples chuvas tropicais, vemos que o Norte e o Sul sofrem inundações, enquanto que no Centro-Oeste e Sudeste a seca predomina. Entra aí, a importância da Floresta Amazônica, denominada por vários autores como “o pulmão do mundo”. As mudanças climáticas mostram como a floresta amazônica entra como ferramenta importante para a produção e distribuição das chuvas no nosso país e como a função do cerrado contribui para a geração dos

aquíferos e dos lençóis freáticos, assim como a proteção a todas as nascentes dos rios.

Ao ampliarmos a nossa visão, detectamos a falta de proteção também nas áreas de preservação permanente, reservas legais e florestas, determinando a diminuição da produção de água.

Em qualquer lado que se olhe, veem-se discrepâncias.

Os Tratados Internacionais, como a Declaração de Nova York sobre florestas, que propõe zerar o desmatamento até o ano 2030, e o protocolo Nagoya, um instrumento importante para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, não foram assinados pelo governo brasileiro.

Temos visto como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que previa o fim dos lixões, vem andando em marcha ré, pois ainda não foi colocada em prática.

Isto é só uma pequena pincelada para mostrar que estamos longe de tentar construir um país melhor, ou um mundo mais agradável de se viver para nossos filhos ou netos.

Professor Heneine sempre lutou para que o meio ambiente fosse preservado e com suas pesquisas poder erradicar a esquistossomose mansônica que ainda afeta a saúde de tantos trabalhadores rurais neste nosso Brasil. Desde a sua entrada na UFMG em 1961 como Auxiliar de Ensino no Departamento de Biofísica da Faculdade de Medicina até a sua aposentadoria em 1988, como Professor Titular de Biofísica no Instituto de Ciências Biológicas da UFMG, ele buscou intensamente na produção de soros e vacinas a solução para as doenças tropicais.

Pelo currículo do Professor Ibrahim Heneine, vê-se a capacidade de trabalho na diversidade de assuntos de que ele participava como autor ou como co-autor.

Conhecê-lo foi um privilégio!

Termino com as sábias palavras de meu pai quando de seu pronunciamento aqui nesta mesma Casa de João Pinheiro, em 17 de agosto de 2002, na sua posse como membro efetivo:

“A História não se conta, a História se vive, a História se analisa. A História se propaga, porque faz parte intrínseca da humanidade, está nela impregnada representando um valor inestimável tanto para o indivíduo, como para as comunidades”. ... “A nossa avaliação histórica serve para iluminar o eterno Homem, a sua participação ativa no panorama nacional e internacional com seus esforços, dificuldades e acertos.”

Essa solenidade aqui agora é a minha História, que ora se inicia com a minha presença e com a minha posse. Cada palavra pronunciada solenemente se faz inculcida, indelével, em cada um dos presentes, convidados, meus amigos. Vocês se tornaram parte dessa minha História.

SAUDAÇÃO AO NOVO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº 87⁵

Marcos Paulo de Souza Miranda - Cadeira 93

Patrono: Orville Derby

É para mim uma grande honra, mas ao mesmo tempo uma enorme responsabilidade, fazer uso da palavra, em nome do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, nesta manhã de 7 de novembro de 2015, para aqui saudar e receber mais um ilustre integrante da Casa de João Pinheiro.

Honra, por primeiro, por estar ocupando a tribuna de uma instituição que conta com 108 anos de história e funcionamento ininterrupto, sendo reconhecida como a mais antiga associação cultural de direito privado voltada para pesquisa e divulgação da história e da terra do povo mineiro.

Honra, ademais, por ter a ventura de dar as boas-vindas ao Dr. Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, homem de rara sensibilidade para os valores defendidos pelo nosso Instituto, que a partir de hoje fica ainda mais engrandecido pela sua presença e atuação no quadro de nossos associados efetivos.

O momento ora experimentado guarda natureza ímpar, uma vez que - como se fundidos estivessem o passado, o presente o futuro - a força da juventude e da disposição de quem chega se alia ao espírito e aos objetivos que motivaram a criação e mantêm o Instituto Histórico e Geográfico vivo e atuante há mais de um século, renovando-lhe as forças para o porvir, em ocasião em que a crença nos ensinamentos da História e a obediência às suas lições se avultam de forma especial, a nosso sentir.

O célebre Miguel de Cervantes, que viveu entre 1547-1616, já anunciava que: *a história é a mãe da verdade, êmula do tempo, depositária das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência para o futuro.*

Mas, passados cinco séculos da advertência, permitam-me o desabafo, afigura-me que a lição pende ainda de ser assimilada.

Lamentavelmente, vivemos um momento em que a superficialidade, às vezes inconsequente, de “Guias Politicamente Incorretos” da história da Nação e outras obras jornalísticas de cunho nitidamente comercial, quando não produções revisionistas irresponsáveis que procuram se abrigar sob o verniz de uma suposta investigação acadêmica, destroem personalidades, deturpam fatos, corrompem o

⁵ Solenidade realizada em 7/11/2015.

sentimento de patriotismo, mas inexplicavelmente tomam conta de boa parte de nosso mercado editorial.

Aqueles que se dedicam à pesquisa da história de Minas Gerais bem sabem, por exemplo, que em meados de 1844, na Mina de Cata Branca, município de Itabirito, à época alvo da exploração aurífera por uma empresa britânica, a ambição pelo lucro fácil e a falta de cuidados com a segurança do empreendimento redundaram em desabamento da galeria explorada e soterramento de dezenas de operários escravos que labutavam na extração do dourado metal.

Segundo os registros, dias depois do acidente ainda eram ouvidas vozes e gemidos dos negros em meio aos escombros.

Ante a dificuldade de resgate, foi tomada a decisão de se desviar um curso d'água para inundar a mina, matando os pobres trabalhadores sobreviventes afogados, ao invés de esperá-los morrer de fome.

Sobre o fato, José Xavier da Veiga deixou registrado nas suas célebres Efemérides Mineiras:

E lá estão enterradas naquele gigantesco túmulo da rocha as centenas de mineiros infelizes, que encontraram a morte perfurando as entranhas da terra para lhe aproveitar os tesouros.

A mina conserva escancarada para o espaço uma boca enorme rodeada de rochas negras e como que aberta numa contorção de agonia.

Hoje, desafortunadamente, assistimos na TV, atônitos, as cenas de destruição e morte decorrentes das atividades de uma empresa mineradora com participação de capital internacional situada em Mariana, a poucos quilômetros de Cata Branca.

171 anos se passaram, mas a advertência da História, como mestra da vida, parece não ter sido ainda compreendida por aqueles que preferem se apegar a rasteiras condutas induzidas pela ambição do lucro fácil e pelo desdém aos direitos alheios, não raras vezes secundados pela omissão ou incompetência de autoridades públicas.

Fatalidades acontecem, é certo.

Mas o aprendizado com os erros deveria impor a todos uma incontornável mudança de paradigmas; afinal, temos condições de sermos autores da nossa própria história.

Ah, que orgulho que tenho de personalidades como Waldemar de Almeida Barbosa, Salomão de Vasconcelos, Wilson Veado, Nelson de Sena, apenas para citar alguns, todos membros desta Casa, que nunca foram autores de *best-sellers*, mas jamais se furtaram à missão incansável de buscar a verdade sob a poeira dos velhos alfarrábios a fim de expor de forma imparcial a história de Minas Gerais, evidenciando os erros e acertos, sempre com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento de nossa gente, em busca de dias melhores.

Deixando de lado a talvez incômoda, mas necessária reflexão, tenho - noutro norte - a convicção de que o dia de hoje é de alegria para o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, que recebe em seu seio um novo integrante que denota especial devoção aos propósitos defendidos por esta Casa e age, com discrição, competência e profundidade, posso afiançar, na pesquisa zelosa e responsável das origens do nosso povo há mais de uma década.

Falo do Dr. Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho, que nasceu na capital paulista em 1º de janeiro de 1974, filho de Carlos Alberto da Silveira Isoldi e de Maria Celina Exner Godoy Isoldi.

Casado com Cíntia, Isoldi é pai de Manuela e Laura.

Conquanto nascido em solo paulista, o Dr. Carlos Alberto carrega no sangue o amor pelas coisas de Minas e o interesse pelo seu estudo.

Descende de Carlos Pedroso da Silveira, nascido em São Paulo em 1654, considerado por Francisco Assis de Carvalho Franco, em seu Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, como “a principal figura de todo o primeiro período do grande ciclo do ouro em Minas Gerais”.

É bisneto do afamado historiador e genealogista Carlos da Silveira, um dos grandes vultos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, mas também Sócio da Casa de João Pinheiro, sendo que nas Revistas de nosso Instituto publicou preciosas pesquisas elucidando a genealogia dos inconfidentes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, Cláudio Manoel da Costa, Pe. Toledo e seu irmão Luiz Vaz de Toledo, em inestimável contribuição aos estudos sobre a Conjuração.

Pois bem.

O nosso recipiendário estudou no Colégio Dante Alighieri entre 1980 e 1991 e bacharelou-se em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, em São Paulo, na qual ingressou com apenas 18 anos de idade.

É segundo-tenente da reserva do Exército Brasileiro, formado pelo Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo (CPOR-SP), turma de 1993.

Foi escrevente técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entre 1993 e 1998.

Especializou-se em Direito pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo em 2000.

Exerceu a advocacia em São Paulo, até tomar posse no cargo de Promotor de Justiça no Estado de Minas Gerais em 4 de junho 2001.

Como Promotor de Justiça, foi titular nas Comarcas de Buritis, Teófilo Otoni, Contagem e atualmente atua em Belo Horizonte como Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

É ainda Membro da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos da Procuradoria-Geral de Justiça e Presidente do Grupo Coordenador do Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – FUNEMP.

Pelos serviços prestados ao nosso Estado, foi condecorado com a Medalha da Inconfidência neste ano de 2015.

Autor de diversos artigos jurídicos, notadamente na área criminal, Carlos Isoldi publicou ainda o livro “Causas de Exclusão da Tipicidade”, pela Editora Mandamentos, no ano de 2008.

Para além da área profissional, Isoldi é sócio da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia (ASBRAP), com sede em São Paulo.

Ingressou no Colégio Brasileiro de Genealogia em 9 de outubro de 2007, sendo eleito sócio titular em 5 de outubro de 2009, tomando posse solene da cadeira nº 12 em 30 de agosto de 2013. Seu patrono, naquele sodalício, é o Cônego Raymundo Octávio da Trindade.

Na área da genealogia, publicou os seguintes trabalhos em Revistas da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia:

A Família Mello de São José do Rio Pardo e Região

“Major” Pacheco.

A família Verlangieri, originária da Comuna de Polla, na Itália, e suas ramificações nos Estados Unidos da América e no Brasil.

Furlanetto: uma família de origem veneta.

Os Santomauros que, de Montepeloso, migraram para Padula.

Pelo que podem perceber, senhoras e senhores, o extenso e qualificado currículo do Dr. Carlos Alberto o habilita, de forma plena, ao ingresso no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e prenuncia a qualidade técnica e a robustez científica do seu esperado aporte às causas que aqui abraçamos.

Dr. Carlos Alberto, é chegado o momento do início de uma nova caminhada.

Em cenário tal, como advertia Guimarães Rosa:

"Todo caminho da gente é resvaloso.

Mas também, cair não prejudica demais - a gente levanta, a gente sobe, a gente volta!...

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem."

Beto, permita-me, pela nossa amizade, assim e finalmente chamá-lo: esta Casa está feliz, porque ela agora é também sua.

Sentimo-nos mais fortes pelo apoio, doravante, de sua coragem, competência e companhia.

Seja muito bem-vindo entre nós!

POSSE DO NOVO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº 87⁶

Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho
Patrão: Basílio de Magalhães

Confesso que fiquei surpreso e muito feliz ao receber o convite do meu amigo de muitos anos e colega de Ministério Público, Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda, para fazer parte deste sodalício.

Além de historiador e pesquisador competentíssimo, Dr. Marcos Paulo é um dos grandes nomes do Ministério Público na atualidade e, como todos sabem, muito atuante na área de proteção do nosso patrimônio cultural e autor de trabalhos inovadores sobre o tema.

Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda escreveu duas obras sobre Andrelândia, sua amada terra natal. Também publicou um livro que conta a saga do lendário *Sete Orelhas* e, recentemente, após detalhada pesquisa, inclusive em documentos portugueses, lançou um volume revelando os aspectos da genealogia e da biografia do *Aleijadinho*. Sou especialmente grato a ele pelo convite e pelas gentis palavras que me dirigiu em seu discurso.

Também fiquei bastante lisonjeado com a participação dos procuradores de justiça aposentados Dr. Luiz Carlos Abritta e Dr. Joaquim Cabral Netto na iniciativa de apresentarem meu nome para pertencer a esta “Casa de João Pinheiro”, onde eles exercem, respectivamente, as funções de 2ª vice-presidente e 1º orador.

Ambos foram presidentes da Associação Mineira do Ministério Público em tempos memoráveis. Dr. Cabral ainda exerceu a difícil função de corregedor-geral do Ministério Público em nosso Estado e, nos últimos anos, dedica-se à pesquisa e à divulgação da história dessa instituição, publicando dois livros sobre o tema. Dr. Abritta, também poeta, é o atual presidente da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais. Eles são verdadeiros baluartes do nosso Ministério Público e servem de exemplo a todos nós.

Devo registrar, também, meus agradecimentos ao Dr. Wagner Colombarolli, ao Dr. Aluizio Alberto da Cruz Quintão e ao Prof. Norman José de Andrade Giugni, respectivamente, presidente, secretário-geral e 1º secretário desta casa centenária, que abriga pessoas preocupadas em preservar, registrar e divulgar a história, notadamente de Minas Gerais, prestando, assim, relevantes serviços a nossa sociedade.

⁶ Solenidade realizada em 7/11/2015.

Ao lado deles e de vários outros grandes nomes deste instituto, tais como o filatelista José Francisco de Paula Sobrinho e o procurador de justiça Dr. Jacson Rafael Campomizzi, aqui presentes, terei muito a aprender.

Sinto-me muito honrado por estar aqui hoje, tomando posse solene da Cadeira n. 87 do IHGMG, cujo patrono é o ilustre Professor Basílio de Magalhães, jornalista, historiador, folclorista, filólogo, geógrafo e político brasileiro, nascido em Barroso, Minas Gerais, onde foi batizado aos 28 de junho de 1874, na Paróquia de Sant'Ana.

De origem humilde, a família de Basílio de Magalhães vivia na região do Córrego do Cangalheiro, em sua terra natal, que alojava descendentes de africanos e onde eram cultivadas manifestações da cultura negra, como congado e moçambique.

Embora tenha sofrido discriminação por sua origem, Basílio de Magalhães superou todas as adversidades com os estudos e tornou-se um dos maiores eruditos brasileiros, com uma biblioteca que chegou a ter cerca de 27.000 volumes.

O menino Basílio aprendeu as primeiras letras na Fazenda de Venda Grande, em Barroso, onde seus pais trabalhavam. Na sequência, ingressou na *Escola João dos Santos*, em São João del-Rei, na qual se distinguiu entre os 120 alunos, recebendo medalha de ouro pelo desempenho escolar em 1884.

Por ocasião da visita do Conde d'Eu e da Princesa Isabel a esse estabelecimento de ensino, Basílio de Magalhães, com apenas 10 anos de idade, recitou umas quadrinhas do folclore mineiro, caindo nas graças do nobre casal, que, pouco depois, lhe doou uma coleção de livros didáticos, que ele conservou por décadas.

Lá pelos seus 12 ou 13 anos de idade, Basílio de Magalhães passou a trabalhar como tipógrafo na *Gazeta Mineira*, em São João del-Rei, na qual também foi auxiliar de redação. Inconformado com a postura conservadora desse periódico, em 1889, transferiu-se para o jornal *A Pátria Mineira*, de ideais republicanos, onde exerceu várias funções, entre elas a de revisor e de auxiliar de redação. Aos 17 anos, Basílio de Magalhães fundou e dirigiu *A Locomotiva*, folha na qual a sátira e a crítica política eram predominantes.

A atuação nesses jornais certamente foi um estímulo para o jovem Basílio progredir nos estudos e ampliar seus conhecimentos linguísticos ao longo da vida. Devido ao seu instinto jornalístico e historiográfico, costumava anotar coisas de interesse nas conversas com os amigos. Podemos perceber, ainda, que, desde cedo, ele era aberto às novas ideias, às mudanças e aos novos rumos que o país estava tomando.

Em 1893, ele deixou Minas Gerais com o fim de estudar direito na capital paulista, mas não conseguiu por falta de recursos, tornando-se, porém, colaborador do *Diário Popular* e do *Correio Paulistano*, importantes jornais daquela época.

Em São Paulo, Basílio de Magalhães residiu na Rua do Arouche, época em que já era grande conhecedor do vernáculo. Para atender suas necessidades pedagógicas, em 1895, veio à lume sua primeira obra: *Lições de História do Brasil*.

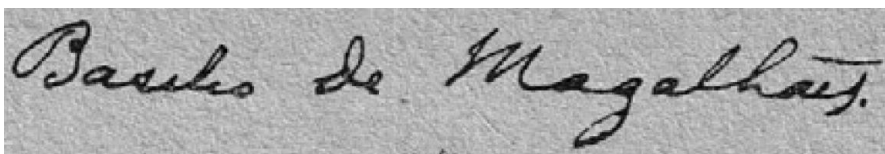
No ano seguinte, Basílio de Magalhães publicou *O Suplício de Caneca ou a Revolução de 1824 em Pernambuco*, ensaio profundo de história do Brasil. Evidenciando seus conhecimentos multidisciplinares, em 1898, ele lançou *Lições de Geografia Geral*, mais uma das muitas obras de cunho didático que apresentaria.

Nos idos de 1899, meu bisavô, Carlos da Silveira, ainda um estudante de 16 anos, teve contato com as lições do Professor Basílio de Magalhães. A bagagem cultural e erudição do mestre Basílio de Magalhães certamente influenciaram meu bisavô a se tornar professor.

Apesar de meu bisavô ser formado em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, ele não se dedicou a advocacia, pois gostava mesmo era de lecionar. Após longa carreira no magistério, Dr. Carlos da Silveira aposentou-se como catedrático de história no *Instituto de Educação Caetano de Campos*, na Praça da República, em São Paulo, mas sempre fez muita questão de apontar, em seu currículo, o fato de, na juventude, ter sido aluno de português do Professor Basílio de Magalhães.

De São Paulo, Basílio de Magalhães transferiu-se para Jacareí, no Vale do Paraíba paulista, onde lecionou no *Ginásio Nogueira da Gama* e colaborou em jornais.

Nos primeiros anos do século XX, após ser aprovado em primeiro lugar num disputado concurso, Basílio de Magalhães passou a ocupar a cátedra de história do Brasil no *Ginásio de Campinas*, onde também ministrou, interinamente, a disciplina de latim. Nessa cidade, ele fixou residência na Rua Álvares Machado, n. 70.

A photograph of a handwritten signature in dark ink on a light-colored, textured paper. The signature reads 'Basílio de Magalhães' in a cursive script. The 'B' is large and loops around the first part of the name. The 'de' is written in a smaller, simpler script. The 'Magalhães' part is more elaborate, with a long, sweeping tail on the 's'.

Assinatura do Professor Basílio de Magalhães constante de *fac-símile* do poema *Saudades ao Luar*¹.

Naqueles tempos, Campinas já era uma cidade importante e foi ali que Basílio de Magalhães começou a se projetar: fundou e foi diretor do jornal *Correio de Campinas*, o primeiro com duas edições diárias no interior paulista; obteve provisão do Tribunal de Justiça para advogar, apesar de não ter se formado em direito; elegeu-se vereador em 1908; foi fundador da Academia Paulista de Letras; participou da *Campanha Civilista*, em prol da candidatura de Rui Barbosa para presidência da República; e, em 1911, tornou-se delegado de polícia.

Foi nessa mesma época que o Governo do Estado de São Paulo encarregou Basílio de Magalhães de fazer minuciosas pesquisas no Arquivo Nacional e na

Biblioteca Nacional, que décadas mais tarde passaram a compor 8 volumes da coleção *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*.

Então, o inquieto Basílio de Magalhães transferiu-se para o Rio de Janeiro, tornando-se, em 1912, professor efetivo de história geral e do Brasil na *Escola Normal* (depois, *Instituto de Educação*), onde também lecionou geografia e psicologia, além de dar aulas no renomado *Colégio Pedro II* e ser diretor da *Escola Amaro Cavalcante*. Substituiu o Barão Homem de Melo na cátedra de história da arte, na *Escola Nacional de Belas Artes*, e lecionou em diversas outras instituições. Além disso, foi diretor interino da Biblioteca Nacional, época em que criou o *Boletim Bibliográfico* dessa instituição.

O Professor Basílio de Magalhães apresentou no 1º Congresso de História Nacional, realizado em 1914, a monografia *Expansão Geográfica do Brasil até os fins do Século XVII*, estampada no ano seguinte e que lhe rendeu, em 1917, a medalha *D. Pedro II*, prêmio conferido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual fazia parte.

Nesse volume, de consulta obrigatória para os que se dedicam à história de Minas Gerais, o autor noticia que, em 1531, a expedição de Martim Afonso de Souza² recebeu, de um indígena, alguns quartzos que devem ter sido anteriormente colhidos ao longe, quiçá nas proximidades da atual Ouro Preto.

Basílio de Magalhães destaca, ainda, a importância da primeira entrada feita de São Paulo rumo ao norte, em 1601, com cerca de 70 a 80 homens, comandados por André de Leão, em busca de riquezas metálicas em Minas Gerais. Eles acompanharam o curso do Tietê, depois passaram para um afluente do Paraíba, navegaram diversos cursos d'água do vale do alto rio Grande, chegando às cabeceiras do rio São Francisco.

Essa viagem durou cerca de nove meses e, embora não tenha obtido resultados quanto à descoberta de metais preciosos, serviu de roteiro, décadas mais tarde, para a importante bandeira de Fernão Dias Paes, pelo menos até a chegada à bacia do São Francisco.

Fernão Dias Paes já era velho, mas muito habituado ao sertão, quando partiu de São Paulo, na sua última bandeira, em busca de esmeraldas, no ano de 1674, acompanhado de seus filhos Garcia Rodrigues Paes e José Paes, além de Matias Cardoso de Almeida, Manuel de Borba Gato, outros paulistas e grande número de indígenas.

A bandeira do *Caçador de Esmeraldas* não durou menos de sete anos e chegou até a nascente do rio das Velhas, seguindo rumo ao norte até a Serra de Itacambira, atravessando o Vale do Jequitinhonha, subindo o afluente do Araçuaí, depois atingindo o Serro Frio. O célebre bandeirante faleceu no Sumidouro, à margem do rio das Velhas, em 1681, na posse de pedras verdes que supunha fossem esmeraldas.

Apesar do insucesso na descoberta da pedra preciosa, a expedição de Fernão Dias Paes foi crucial para a ulterior ocupação do território mineiro, pois promoveu o plantio de roças nos seus forçados e longos pousos, tais como: *Vituruna, Paraopeba, Sumidouro do Rio das Velhas, Roça Grande, Tucambira, Itamerendiba, Esmeraldas, Mato das Pedrarias e Serra Fria*. Isso fixou definitivamente as escalas dessa rota e beneficiou as bandeiras posteriores, favorecendo o povoamento da região devassada, conforme pontua Basílio de Magalhães.

Outro relato de Basílio de Magalhães foi a jornada de Lourenço Castanho Taques³, iniciada em 1675, que passou a Mantiqueira em perseguição aos silvícolas até o Araxá, chegando às montanhas que até hoje conservam o nome de *Serra do Castanho*, além do Paracatu.

Matias Cardoso de Almeida, que participara da última bandeira de Fernão Dias Paes, retirou-se em São Paulo, mas voltou ao sertão mineiro em 1689, com parentes e outros companheiros, os quais fundaram fazendas de criação e arraiais que deram origem a diversos municípios no norte de Minas Gerais.

Dentre eles, merece destaque a atuação de Antônio Gonçalves Figueira, que descobriu os sertões dos rios Pardo e Verde e, entre outras fazendas, foi senhor da Montes Claros, que deu origem à cidade de mesmo nome. Segundo Basílio de Magalhães, esse bandeirante teve papel crucial na abertura de estradas de intercomunicação da Bahia e Minas Gerais, abriu caminho de São Francisco à ribeira do Jequitaiá, prolongando-o por mais de 40 léguas até o rio das Velhas.

Baseando-se em fontes documentais, Basílio de Magalhães afirma que, somente em 1693, a bandeira de Antônio Rodrigues de Arzão, que tinha por objetivo inicial escravizar índios, acabou apurando algumas oitavas de ouro no rio da Casca, mas não manifestou ao rei nos termos legais.

Antes de falecer, em Taubaté, Antônio Rodrigues de Arzão legou a seu concunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira o roteiro e as indicações para o bom êxito de uma segunda expedição em busca do metal precioso.

Então, no ano seguinte, Bartolomeu Bueno de Siqueira, acompanhado do cunhado Manuel de Camargo, pelo sobrinho deste, João Lopes de Camargo, entre outros, retomaram a trilha de Antônio Rodrigues de Arzão, encontrando ouro na *Itaverava*.

As amostras auríferas colhidas nessa expedição chegaram às mãos de Carlos Pedroso da Silveira, futuro capitão-mor da capitania de Itanhaém⁴, que as levou ao governador para manifesto oficial ao rei em 1695, dando início ao grande ciclo do ouro em Minas Gerais.

A isso, seguiram-se descobrimentos do metal precioso no ribeirão do Carmo, no Tripuí e outras localidades e, como bem pontuado por Basílio de Magalhães, o vasto território de Minas Gerais já estava quase todo descoberto até a primeira década do século XVIII.

Enfim, a minuciosa monografia do Professor Basílio de Magalhães trata não apenas do desbravamento do território mineiro, mas dos fatos e personagens relacionados à expansão de todo o território brasileiro. Traz notícias do início de nossa colonização, a partir dos litorais do Sudeste e Nordeste, passando pelo avanço da linha de Tordesilhas no período das bandeiras, com incursões às regiões Norte e Sul, bem como a fixação dos criadores de gado, o grande ciclo do ouro, até os serviços dos missionários católicos, aos quais se deve a ocupação do Vale do Amazonas no século XVII.

Como competente educador que sempre foi, Basílio de Magalhães chegou a publicar estudos sobre tratamento e educação de crianças com necessidades especiais. Em 1916, apresentou *O Grande Doente da América do Sul*, apontando o problema educacional como fator de atraso econômico do Brasil.

Poliglota, Basílio de Magalhães falava e escrevia espanhol, francês e italiano; conhecia inglês, alemão, latim, grego, tupi, guarani, bororó e mundurucu, além de, já mais velho, ter adquirido seguras noções de árabe, holandês, sueco, húngaro e romeno.

Seus conhecimentos linguísticos permitiram que ele acompanhasse as novidades das ciências no exterior, para divulgá-las no Brasil. Em 1918, lançou um *Vocabulário da Língua dos Bororós-Coroados do Estado de Mato Grosso*.

Já como consagrado jornalista, professor e escritor, Basílio de Magalhães retornou para São João del-Rei, assumindo uma postura contrária à política dominante.

Com o apoio do político Raul Soares de Moura, seu antigo colega de magistério em Campinas, Basílio de Magalhães resolveu candidatar-se a agente executivo em São João del-Rei, correspondente ao atual cargo de prefeito, para o qual foi eleito em 1921. Entre as realizações do seu mandato, podemos destacar a reforma do Teatro Municipal.

Também por influência de Raul Soares de Moura, o Professor Basílio de Magalhães foi incluído na chapa do Partido Republicano Mineiro para concorrer ao Senado Estadual, casa legislativa que existia em algumas unidades da federação naquela época.

Eleito, Basílio de Magalhães exerceu o cargo de senador estadual em Minas Gerais nos anos de 1922 e 1923, renunciando para se tornar deputado federal pelo mesmo Estado, a partir do ano seguinte, por duas legislaturas.

Na condição de deputado federal, ele apresentou projeto para instituir o voto secreto e obrigatório, além de estender esse direito às mulheres.

Após o falecimento de Raul Soares de Moura, então presidente do Estado de Minas Gerais, em 1924, Basílio de Magalhães passou a ter apoio do Presidente da República e depois Senador Artur Bernardes. Entretanto, pouco antes da Revolução de 1930, ele entrou em divergência com seu novo “padrinho” político, opondo-se à candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República.

Esse fato pôs fim à carreira política de Basílio de Magalhães, que, com isso, retornou a sua vida como professor, reassumindo a cátedra da *Escola Normal* no Rio de Janeiro.

Defensor das minorias, Basílio de Magalhães, já naqueles tempos, publicou trabalhos em defesa dos índios. Ele foi um dos primeiros a estudar profundamente o folclore nacional, deslindando as lendas de regiões do extremo norte, tais como a de macunaíma e a de cundavaru; além de conhecer a mitologia dos índios caapor e as cerimônias de nomeação dos tupinambás, oianas, carajás, tapirapés e dos bororós.

Em 1928, ele publicou uma coletânea de lendas, contos e fábulas intitulada *O Folk-lore no Brasil*. Anos mais tarde, veio à luz *O Café na História, no Folclore e nas Belas Artes*.

No Rio de Janeiro, ele pertenceu à *Academia de Altos Estudos*, depois transformada em Faculdade de Filosofia; foi examinador em concursos para provimento de cadeiras de história, latim e espanhol, além de ser convidado pelo Ministério das Relações Exteriores para examinar candidatos à carreira diplomática, no *Instituto Rio Branco*. Ainda escreveu numerosos artigos para a *Enciclopédia Brasileira*. Ele também teve participação na vinda do cientista Albert Einstein ao Brasil, para fazer uma conferência no Rio de Janeiro, em 1925.

Apegado ao estudo do bandeirismo, o incansável Professor Basílio de Magalhães republicou sua monografia, no ano de 1935, sob nova denominação - *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, devidamente ampliada com textos sobre a conquista e povoamento de Mato Grosso e Goiás, bem como a exploração do rio Madeira e novos descobrimentos em Minas Gerais, na Bahia e no Espírito Santo, ocorridos no século XVIII, além de outros apêndices.

Idoso, Basílio de Magalhães retornou a Minas Gerais e passou a residir na estância hidromineral de Lambari, numa modesta moradia na Rua São Paulo. “Na varanda de sua casa, ficava aquele homem baixo, de óculos de lentes grossas, com um boné de pano metido na cabeça, em leituras profundas, ou na farmácia do Mário Santoro, conversando com todos e sobre tudo”⁵.

Segundo relatos de seu médico, Dr. José Benedito Rodrigues, quem passasse pelo *Parque das Águas*, via sempre um grupo de normalistas em torno de um homem, discorrendo sobre os mais variados assuntos: era o Professor Basílio de Magalhães⁶.

Conversador sem igual, cheio de vivacidade e dono de prodigiosa memória, o Professor Basílio de Magalhães adoeceu, acabou entrando em coma e faleceu na madrugada do dia 14 de dezembro de 1957, em Lambari, onde foi sepultado. Era casado com Flávia Ribeiro Magalhães, com quem teve os filhos: Augusto Franklin, Beatriz Clotilde e Eloísa Marina.

O desinteresse pelos bens materiais permitiu que Basílio de Magalhães, por muitas décadas, se dedicasse intensamente aos estudos, nos legando quase uma

centena de trabalhos, entre discursos, conferências, traduções, poesias, biografias e outros textos, publicados até pouco antes de morrer.

Em homenagem póstuma, Dario Abranches Viotti escreveu texto do qual destacamos um trecho que sintetiza a personalidade de Basílio de Magalhães:

Foi um sábio, que realizou, em pleno século de especialização científica, o antigo ideal de cultura enciclopédica, característico do século XIX. Adepto que sempre foi do Positivismo, e do que considerava sua sequência natural o Pragmatismo, suas ideias filosóficas, contrárias às da maioria, aliadas a um temperamento independente e combativo, levaram-no frequentemente a sustentar ruidosas polêmicas, que lhe acarretaram numerosos adversários. Ninguém poderia negar, entretanto, que ele foi, como escritor e político, um abridor de caminhos. Os seus livros, elaborados com uma exatidão científica rara no País, permanecerão durante muito tempo como riquíssima fonte de informações, onde hão de servir-se às gerações futuras⁷.

De fato, quase seis décadas após seu falecimento, os escritos do Professor Basílio de Magalhães ainda são fontes de consulta obrigatória para aqueles que pretendem se dedicar ao estudo dos temas que já foram tratados por ele. Assim, fico muito envaidecido ao assumir a cadeira n. 87 deste instituto, da qual ele é o patrono.

Muito me honra, também, o fato de essa cátedra ter sido anteriormente ocupada, ao longo de 20 anos, pela Professora Maria Conceição Antunes Parreiras Abritta, uma das grandes damas deste sodalício, infelizmente falecida no dia 29 de abril de 2015.

Mais nova de 12 irmãos, ela nasceu em Crucilândia, Minas Gerais, num casarão de 26 cômodos, que tinha por nome *A Fidelidade*. Filha do fazendeiro Jovelino de Souza Parreiras e de Maria Ernestina da Conceição Parreiras, ainda criança, mudou-se com a família para Belo Horizonte.

Contista, cronista, poetisa, trovadora e historiadora, D. Conceição foi professora de letras e literatura infantil, bem como de educação artística e canto orfeônico em várias escolas do interior e da capital mineira.

Muito ativa, ela também pertenceu a diversas agremiações culturais, tendo sido presidente de honra da Associação Feminina do Ministério Público, presidente da Academia Feminina Mineira de Letras e presidente emérita da União Brasileira de Trovadores – seção Belo Horizonte, além de ocupar a cadeira n. 1 da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais.

Com o nome literário de Conceição Parreiras Abritta, publicou 18 livros, entre contos, poemas, infanto-juvenis e um romance, além da participação em dezenas de obras coletivas.

Em 1988, ela conseguiu concretizar o sonho de publicar *A História de Crucilândia*, com o ideal de preservar a memória de sua terra natal para conhecimento dos mais jovens. Esse interessante trabalho nos dá não apenas notícias

históricas, mas informações sobre a geografia, a fauna, a vegetação, a estrutura urbana, a economia, as famílias e as festas tradicionais dessa localidade.

D. Conceição Parreiras Abritta recebeu muitos prêmios literários, dentre os quais destacamos o “João Alphonsus”, da Academia Mineira de Letras, no ano 2000, pelo livro de contos *Janela dos Ventos*. Sua bela trajetória em prol da cultura foi abrilhantada com o recebimento das Medalhas da Inconfidência e Santos Dumont.

Era mulher do nosso 2º Vice-Presidente, Dr. Luiz Carlos Abritta, mãe de nossos amigos, o competente advogado Luís Carlos Parreiras Abritta e o procurador de justiça e conceituado dramaturgo Sergio Parreiras Abritta e avó de Iago, Júlia e Sofia.

Em razão das qualidades de minha antecessora, Professora Maria Conceição Antunes Parreiras Abritta, que deixou um grande exemplo de vida, bem como dos indiscutíveis atributos do Professor Basílio de Magalhães, patrono da Cadeira n. 87 do IHGMG, devo dizer que é com muito orgulho que passo a ocupá-la.

Num momento tão especial como este, gostaria de evocar a memória de meu falecido pai, além de registrar meus agradecimentos às minhas irmãs, Ana Luiza e Ana Beatriz, e à minha mãe, Maria Celina, incansável pesquisadora de genealogia, que vive debruçada em fontes primárias.

Também agradeço à minha mulher, Cynthia, por me acompanhar todos esses anos, passando pelas Comarcas de Buritis, Teófilo Otoni e, por fim, Belo Horizonte, onde nasceram nossas duas filhas, Manuela e Laura, aqui presentes.

Sou muito grato à diretoria do IHGMG, que tornou possível o belo evento de hoje, bem como a todos os amigos que me honraram com a presença nesta cerimônia.

A todos, meu muito obrigado.

Notas

1. SILVEIRA, Décio Pacheco (compilação). *A Hora da Saudade (prosa e verso)*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938, p. 69
2. Martim Afonso de Souza, que foi donatário da Capitania de São Vicente e governador da Índia Portuguesa, é 16º avô do discursante.
3. O bandeirante Lourenço Castanho Taques é antepassado do discursante por mais de um ramo de seu costado, sendo 11º avô na linha mais próxima.
4. O capitão-mor e depois mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira é 9º avô do discursante
5. RODRIGUES, José Benedito. *O retrato do velho médico*. Belo Horizonte: Cuatiara, 1993, p. 113.
6. *Id.*, *Ibid.*
7. VIOTTI, Dario Abranches. *Basílio de Magalhães*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, v. VII. Belo Horizonte, 1960, p. 597-602.

HOMENAGEM AO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DE MINAS GERAIS⁷

Rogério Faria Tavares - Cadeira nº 71
Patrono: Pe. José Joaquim Viegas de Menezes

Bom dia a todos. Saúdo o público presente, as autoridades e os integrantes da mesa na pessoa do presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Dr. Wagner Colombarolli, cuja gestão – agregadora, dinâmica e eficiente – marca época na história desta entidade centenária, a mais antiga instituição cultural de Minas até hoje em plena atividade. Também dirijo menção especial ao jornalista Kerison Lopes, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, que homenageamos nesta manhã.

A sessão de hoje integra o programa de atividades sobre a história da mídia de Minas Gerais que tenho o prazer de coordenar, como titular da cadeira de número setenta e um, cujo patrono é o Padre José Joaquim Viegas de Menezes, considerado o precursor da imprensa no Estado.

Nascido em Ouro Preto, em 1778, foi nessa cidade, em 1802, que Viegas começou a praticar a arte da impressão. Em 1807, em plena vigência da censura régia, utilizando uma técnica chamada calcografia, o padre Viegas foi capaz de viabilizar a publicação de um poema de quatorze páginas. Foi a primeira impressão oficial de Minas Gerais. Na tipografia construída por ele, em 1821, foram impressos os primeiros jornais do Estado, como o *Compilador Mineiro*, fundado em 1823, a *Abelha do Itaculumy*, de 1824, e o *Universal*, de 1825.

Inspirado, pois, pelo patrono de minha cadeira, desde que tomei posse como membro desta casa coube-me organizar dois ciclos de conferências sobre a história da mídia em Minas, reunindo, neste auditório, e no Teatro da Academia Mineira de Letras, jornalistas, empresários e professores, com o objetivo de registrar a trajetória dos meios de comunicação mineiros e de refletir sobre as suas práticas, na esperança

⁷ Solenidade realizada em 21/11/2015.

de contribuir para o seu aprimoramento. No ano que vem, será a vez do terceiro e último ciclo, fechando a trilogia que me propus a realizar quando aqui cheguei.

Toda reflexão sobre a mídia de Minas Gerais seria equivocada, no entanto, se desconhecesse ou minimizasse o que possibilita a sua existência, o que a move, o que lhe dá sentido: o trabalho de mulheres e homens que se dedicam ao ofício do jornalismo e que dele retiram o seu sustento e o de suas famílias; que por meio dele realizam a sua vocação e exercitam suas melhores habilidades intelectuais; que nele veem o caminho para um mundo melhor, mais fraterno e mais justo.

Na sociedade contemporânea, complexa e sofisticada, atravessada por conflitos de dimensão global, ameaçada por tensões políticas, étnicas e religiosas aparentemente insolúveis, atordoada por avanços tecnológicos sem precedentes, capazes de alterar até as relações sociais, a informação de qualidade é elemento fundamental à busca da compreensão mais acurada da realidade, e, em consequência, da obtenção da paz e do desenvolvimento dos povos e das nações. E informação de qualidade, que incorpora todos os pontos de vista e respeita a inteligência do público, só pode ser formulada por profissionais que encontrem no seu ambiente laboral condições dignas para o exercício de suas atividades, preocupação central do Sindicato dos Jornalistas desde a sua fundação em 6 de setembro de 1945, quando o Brasil se despedia do Estado Novo e ingressava no período democrático que durou até 64.

Foi justamente nos quase vinte anos que durou o regime militar que o Sindicato ganhou a dimensão que sempre coube à atuação dos jornalistas em tempos difíceis: a revolta contra o arbítrio, a denúncia das violações aos direitos humanos e a defesa das liberdades públicas. Ao lado do conselho seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, de setores da Igreja Católica, de outros sindicatos e de associações comunitárias, o Sindicato assumiu bandeiras como a anistia, a volta das eleições diretas e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Mais recentemente, contribuiu com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Verdade em Minas.

Solidário, emprestou a sua sede para a fundação do sindicato dos médicos e dos professores de Minas Gerais, do escritório regional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e da seção mineira da Central Única dos Trabalhadores.

Nos últimos anos, o Sindicato continuou a zelar pelos interesses da categoria, ampliando sua condição de aglutinador e vocalizador do pensamento dos jornalistas mineiros, de seus direitos trabalhistas e de suas prerrogativas profissionais. Acontecimentos como o Congresso Estadual dos Jornalistas, o Encontro Estadual de Assessores de Imprensa e o Prêmio Délio Rocha de Jornalismo de Interesse Público são alguns dos exemplos de caminhos encontrados pelo Sindicato para cumprir a sua missão.

Entre outras, uma das frentes mais importantes de trabalho do Sindicato é a que se organizou para combater os atos de violência praticados contra os profissionais da imprensa em nosso Estado e no Brasil, muitas vezes alvos de atentados e de assassinatos, perseguidos por sua opinião e por incomodarem poderosos.

Há que se destacar, ainda, como importante função do Sindicato, a de difundir a cultura da tolerância, do respeito à diversidade e às minorias, e contra o preconceito de qualquer natureza, como base para a convivência pacífica e civilizada, antípoda da barbárie, da selvageria e do ódio que, muitas vezes, exibem, atrevidos, no espaço público, a sua face repulsiva.

Para acolher, com generosidade, a riqueza das manifestações artísticas de Minas, o Sindicato inaugurou, em maio deste ano, importante espaço cultural, na sede da Avenida Álvares Cabral, onde já se apresentaram artistas de todos os estilos e tendências. É também assim, portanto, que, septuagenário, dá mostras de sua vitalidade ao abrir campo propício para o novo, o diferente, o original e o criativo, sendo capaz de fazê-lo conviver, com alegria, com a tradição e a história, de que outra comprovação é a recente revitalização da Casa do Jornalista, fundada em 28 de dezembro de 1965 e hoje presidida pelo jornalista Mauro Werkema, tendo como vice o jornalista José Maria Rabelo.

Finalmente, como forma de homenagear toda a categoria dos jornalistas mineiros, termino esta minha breve saudação invocando a memória dos ex-presidentes do Sindicato, mulheres e homens de diferentes origens e trajetórias, irmanados, porém, na intenção de contribuir para a elevação, a patamar superior, do jornalismo praticado em Minas Gerais e das condições de trabalho dos profissionais da imprensa: Ney Octaviani Bernis, José Mendonça, Cid Rebelo Horta, José Frederico Sobrinho, Ricardo de Carvalho, Gonçalo Coelho, Virgílio Horacio de Castro Veado, Salomão Borges, Dídimo Paiva, Washington Mello, Paulo Lott,

Revista 41 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

Tilden Santiago, Manoel Marcos Guimarães, Luiz Carlos Bernardes, Américo Antunes, Aloísio Moraes, Geraldo Correa, Dinorah do Carmo, Aloísio Lopes, Elian Guimarães, Eneida da Costa e Kerison Lopes.

A todas e a todos os jornalistas mineiros, parabéns pelo aniversário. Que venham os próximos setenta anos!

SAUDAÇÃO AO NOVO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº 4⁸

Walter Gonçalves Taveira - Cadeira nº 23
Patrono: Augusto de Lima Júnior

Nasceu na Maternidade São Lucas, em Belo Horizonte, MG, no dia 05/DEZ/1975. É o caçula dentre os sete filhos do casal Santi Santos de Souza e Rita Rosa Ribeiro de Souza. Viveu toda a sua infância na região do Barreiro. Estudou no Instituto Obras Passionistas, hoje Colégio São Paulo da Cruz, bem como nas escolas Desembargador Rodrigues Campos, Alberto Delpino e Antônio Salles Barbosa, todas na região do Barreiro.

Em 1995, com duração de 4 anos, concluiu o Curso Técnico em Química Industrial, no Centro Tecnológico de Contagem, ligado à Rede FUNEC.

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade FUMEC, em 2011.

Casou-se em 2001 com Perla Oliveira Soares de Souza, com quem teve dois filhos: Enzo, nascido em 2007, aluno da Fundação Torino, em Nova Lima, e Sofia, nascida em 2011, aluna do Colégio Graça Maior. São ambos naturais de Belo Horizonte.

Dona Perla, filha de Jair Soares da Silva, falecido em 2011, e de Dona Maria Thereza Rodrigues Soares, nasceu em Belo Horizonte. Além de dona de casa, Dona Perla cursa, atualmente, o 7º período de Enfermagem, na Universidade Federal de Minas Gerais, depois de ter trabalhado durante 10 anos no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG).

Ainda em 1995, Stanley iniciou sua carreira cartorária. Em 03 de janeiro daquele ano, começou a trabalhar no Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, cujo titular é o Dr. Sebastião de Barros Quintão. Lá permaneceu até o mês de setembro de 2004, quando trocou aquela serventia pelo 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte, hoje sob o comando do Dr. Fernando Pereira do Nascimento. Atualmente ostenta a posição de oficial substituto.

Stanley tornou-se um experiente profissional da área cartorial em Belo Horizonte e tem sido assim percebido pelo mercado que, em pouco tempo, o arrastou para o campo da Didática, envolvendo-o como mestre e como palestrante, e o que não lhe tem faltado são as palestras. Nesse setor o Stanley registra as seguintes atividades:

⁸ Solenidade realizada em 13/2/2016.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

“Histórico dos Bairros de Belo Horizonte” – Aula ministrada para a turma de graduação em Direito, de 2010;

- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS – PUC-MINAS

“Desjudicialização Extrajudicial” – Aula ministrada para a turma de graduação em Direito, de 2010;

- CENTRO DE DIREITO INTERNACIONAL – CEDIN

Professor de “Registro de Imóveis” para a turma de especialização *lato sensu* em Direito, de 2014;

- FACULDADE MINAS GERAIS – FAMIG

Palestra sobre “O Profissional de Cartório”, para a turma de graduação em Direito, de 2012;

- ESCOLA SUPERIOR DE NOTÁRIOS E REGISTRADOS - ESNOR

- Professor de “Registro de Imóveis” do curso preparatório para Concurso de Serventias Extrajudiciais do Estado de Minas Gerais - 2012/2013;
- Professor de “Registro de Imóveis” do Curso de capacitação para funcionários de serventias extrajudiciais - 2013;

- ASSOCIAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SERJUS/ANOREG

Palestra sobre “Selo Eletrônico”, durante o XXI Encontro dos Notários e Registrados do Estado de Minas Gerais, em Juiz de Fora;

- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Palestra sobre “Usucapião e as Particularidades do Registro Imobiliário em Belo Horizonte” para os colaboradores da Vara de Registros Públicos - 2013.

O STANLEY GENEALOGISTA

Stanley é sócio efetivo do COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA desde 03/MAR/2004 e da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE HISTÓRIA E GENEALOGIA – ASBRAP.

Na condição de cidadão italiano, descendente de romagnolos, faz parte da ASSOCIAÇÃO DA EMILIA ROMAGNA DE MINAS GERAIS.

Foi sócio fundador da SOCIEDADE MINEIRA DE GENEALOGIA E HISTÓRIA, no ano de 2002, com sede em Juiz de Fora.

Dedica-se à pesquisa genealógica de sua família e da esposa, desde o ano de 2001, com foco principal na família Martins de Paiva.

Pesquisa a história das cidades mineiras de Araponga, Piranga e São Francisco do Glória.

É o criador do blog “Páginas do Futuro”, dedicado a genealogia e história - <http://paginasdofuturo.blogspot.com.br>.

É, também, o criador das páginas/grupos do “Facebook” : “A Genealogia dos Langendörfer”; “Famiglia Savoretti”; e “Páginas do Futuro – Genealogia e História”, dentre outros.

Stanley é autor dos seguintes trabalhos:

- “ESBOÇOS GENEALÓGICOS” – Obra genealógica, de edição do autor, de 2013;
- “ÍNDICES PAROQUIAIS DA FREGUESIA DE SÃO JOÃO DA FOZ DO DOURO, PORTUGAL” – Transcrição dos índices dos primeiros livros paroquiais da Igreja de São João da Foz do Douro, Portugal, dos séc. XVII e XVIII.
- “OS MARTINS DE PAIVA: DE PIRANGA A VIANA DO CASTELO”.
- ESTUDO SOBRE AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS DA COLÔNIA VARGEM GRANDE DO BARREIRO (BELO HORIZONTE), publicados no blog “Páginas do Futuro”.
- “LANGENDÖRFER – OS CARRETEIROS DE SÃO GABRIEL”, livro que retrata a saga do imigrante alemão Johann Langendörfer, radicado em São Gabriel, RS.
- “OS PRIMEIROS JUDEUS DE BELO HORIZONTE”.
A Família Haas e outras, nos primeiros tempos de Belo Horizonte”.
- “AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS ESTRANGEIRAS DO BARREIRO, BELO HORIZONTE”.
Abrangendo, até o momento, as famílias: Pongiluppi, Aganetti, Roversi, Ferreira Cardoso, Teixeira Dias, Salles Barbosa, Gatti, entre outros.
- “DESCENDENTES DOS IMIGRANTES DO VAPOR MONTEVIDEO”.
Neste estudo pretende-se levantar a ascendência e descendência de todos os imigrantes que vieram da Itália para o Brasil pelo Vapor Montevideo em junho de 1896.
- ESTUDO SOBRE A FAMÍLIA RAMPINELLI, DE IBIRAÇU, ES.
- ESTUDO SOBRE A FAMÍLIA PINCIN, DE BELO HORIZONTE, MG.
- ESTUDO SOBRE A FAMÍLIA RENAULT, DE MINAS GERAIS.
- ESTUDO SOBRE A FAMÍLIA NORONHA, DE MINAS GERAIS.

Conheci o Stanley pela Internet, através de uma colega e amiga genealogista em comum, do interior de São Paulo, por volta de 1995, quando eu desenvolvía um projeto de Genealogia de minha própria família, Taveira. Aquela amiga valorizava o Stanley não apenas pelos seus recursos técnicos, mas principalmente pelos seus

princípios de ética. Aliás, a imagem do Stanley no universo de genealogistas é destacada por sua ética e perseverança. Sua firmeza de propósitos diante dos desafios da ciência lhe asseguram os resultados sempre positivos e, neste particular, ele é observado e seguido.

A Dra. Regina Cascão, digníssima Presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia, residente no Rio de Janeiro, diz dele: - “Criatura formidável, colega criterioso, regido por educação e urbanidade inigualáveis, confiável e sempre atento aos objetivos e suas atividades!”

E ela complementa: - “Pesquisador respeitadíssimo, uma peça rara para a Genealogia Brasileira!”

Seu livro LANGENDÖRFER, OS CARRETEIROS DE SÃO GABRIEL é um primor de obra genealógica e a qualidade da edição demonstra o grau de rigor com que ele foi formatado e editado. Stanley foi meticuloso indo buscar a assistência de uma jovem do Rio Grande do Sul, da mesma cultura do cenário do livro.

O advogado Dr. José Carlos Ribeiro Filho, foi um dos formadores profissionais do advogado Stanley Savoretti de Souza e eles ainda se mantêm colegas atuantes na profissão. Ele cita o Stanley como um profissional muito aguerrido e de destacado autorrigor, em seus critérios de objetividade e ética. Dr. José Carlos cita uma situação que ele considerou exemplar sob o ponto de vista de firmeza de propósitos e cômica pelo resultado de inversão de posições. Por algum tempo, o Stanley, ainda um jovem profissional, tinha na pessoa do Dr. José Carlos, seu consultor de confiança.

O Stanley evoluiu tão rapidamente que em pouco passou para a posição de consultor de confiança do Dr. José Carlos.

A Dra. Darlene Silva Triginelli, advogada do Cartório do 1º Ofício de Belo Horizonte e colega do Stanley há muitos anos, o considera um profissional honesto e sincero, de respeitável conhecimento da área cartorial, sério, porém muito reservado. Ela se surpreendeu com a informação sobre as habilidades de historiador, genealogista e escritor do Stanley e sobre sua admissão como membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Suas impressões sobre o Stanley sobre honradez, urbanidade, discrição e confiabilidade coincidem com aquelas dos outros interlocutores deste autor, citados em frases anteriores.

A esposa, Dona Perla, estende o positivismo sobre as qualidades do Stanley como pai e esposo e como filho e irmão, muito atencioso e de presença sempre agradável. Mas ela lembra que no início a paixão do Stanley pela Genealogia tornava o relacionamento dos dois um tanto peculiar. Quase sempre ele a levava para ajudá-lo nas pesquisas. E as pesquisas envolviam frequentes viagens de carroça pelo interior, onde “após se abrir uma porteira, acabava o povoado”. Chuva fria e lama eram companheiras constantes. E as visitas a cemitérios, com objetivo de identificar tumbas e datas, induziam D. Perla à percepção de que seus fins de

semana eram muito diferentes do que imaginara, mas o amor é sublime e a Genealogia promissora. Os dias passavam, ela aprendia cada vez mais sobre aquela estranha ciência, mas uma observação a incomodava: Por que não conhecia outros casais jovens se ocupando com Genealogia? Foi então que deixou escapar um desabafo, dizendo ao Stanley:

- “Não sei quem é mais louco, eu que o estou lhe acompanhando, ou você que está me levando!”

Depois disto o casamento aconteceu logo.

O Stanley e sua família acreditam em resultado a médio e longo prazos através do planejamento e assim o praticam e formam uma família feliz. As pessoas que os conhecem de perto afirmam isto.

Senhores, meu orgulho de ser membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais é grande, por sua conduta, sua cultura e sua tradição e sinto-me muito honrado pela permanência em suas fileiras, já por 11 anos. Hoje, aos 76 anos estou saudando um jovem de 40, ao qual estamos dando posse nesta data. Gostaria de me apropriar desta oportunidade para propor a adoção de um lema em nosso Instituto, a ser exibido em todas as nossas comunicações, divulgações, trabalhos, introduções e expandi-lo como tema para trabalhos a serem produzidos para a nossa revista anual:

“Deixarmos de ser a Nação provisória dos últimos 120 anos deve ser nossa meta e a simbiose das gerações, o instrumento para a sua viabilização.”

Muito obrigado!

POSSE DO NOVO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº4⁹

Stanley Savoretti de Souza

Patrono: Nelson Coelho de Senna

É com grande alegria que hoje retorno à Casa de João Pinheiro, não mais como visitante, mas agora como associado efetivo. Deixo aqui registrado que para mim é uma grande honra fazer parte deste seletto grupo que muito honra Minas Gerais.

Recordo-me das vezes em que aqui estive para utilizar a biblioteca. Em uma delas, tive a oportunidade de conhecer e conversar com o saudoso professor Herbert Sardinha. Conversamos um longo tempo, sobretudo sobre genealogia, nossa paixão comum. Sinto-me aqui na obrigação de fazer referência a seu nome, pessoa esta que teve um importante papel na história deste Instituto, e que foi meu primeiro contato com esta Casa.

Quero ainda agradecer publicamente ao brilhante historiador novalimense Dr. Walter Gonçalves Taveira pela confiança a mim depositada ao indicar meu nome como associado efetivo. Dr. Walter dispensa qualquer apresentação. Todos conhecem sua dedicação e compromisso em divulgar a história de sua terra natal.

Estendo também meus agradecimentos aos consócios Dr. Mário de Lima Guerra, Reitor da Faculdade de Sabará; ao historiador José Francisco de Paula Sobrinho; e ao Dr. Gilberto Madeira Peixoto, Vice-Presidente desta Casa, os quais assinaram, juntamente com o dr. Walter Taveira, minha carta de apresentação.

Com grande honra hoje tomo posse solene da Cadeira n. 04 do IHGMG, cujo patrono é Nelson Coelho de Senna. O simples fato de tê-lo como patrono já é, para mim, motivo de grande orgulho. Sei, contudo, que essa condição me traz grandes responsabilidades, não só com essa Casa, mas com a história da nossa terra, Minas Gerais.

Seria pretencioso da minha parte tentar resumir a vida desse grande mineiro que foi o professor Nelson de Senna. Tudo que eu venha falar aqui, não poderia expressar a grandeza deste homem, que dedicou a vida ao estudo das coisas de seu País.

Para não me estender muito, falarei dos principais fatos de sua vida.

Nelson Coelho de Senna nasceu em 11 de outubro de 1876 na cidade do Serro, antiga Vila do Príncipe. Era filho do Coronel Cândido José de Senna, natural

⁹ Solenidade realizada em 13/2/2016.

da cidade de Rio de Contas, no estado da Bahia, professor e comerciante; e de Maria Brasilina Coelho de Senna, natural de Guanhões, também professora.

Aos cinco anos, mudou-se com a família para a cidade de São João Evangelista, onde permaneceu até a juventude. Seus três irmãos faleceram em 1883, durante uma epidemia de sarampo na região.

Sua educação primária foi dada por seus pais. Aos nove anos, segundo escreveu no “Livro de Família para meus filhos”, *“já sabia, felizmente, os primeiros elementos de escripta e leitura corrente, grammatica portuguesa e arithimética”*.

Aos cinco anos mudou-se para a cidade de Diamantina, sendo matriculado na Escola Normal, onde se diplomou professor-normalista.

Juntamente com seus amigos João Alves Ferreira Paulino e José Jorge da Silva, fundou em 15/08/1893, o jornal quinzenal “O Aprendiz”.

Em janeiro de 1894 transferiu-se para Ouro Preto, então capital do Estado, a fim de dar prosseguimento aos seus estudos. Iniciou o curso de Ciências Jurídicas na Escola de Direito. Lecionou no tradicional “Collegio Mineiro”.

Naquela cidade, trabalhou, ainda, na redação dos jornais “O Trabalho” e “O Aspirante”. Foi nomeado para o cargo de amanuense da Secretaria da Polícia, sendo depois transferido para a Secretaria da Agricultura.

Em 1896, foi nomeado professor substituto da cadeira de História Universal e do Brasil do externato do Ginásio Mineiro em Ouro Preto.

No período de 1894 a 1896, publicou os seus primeiros livros: “Memória Histórica e Descritiva da Cidade e do Município do Serro” (livro este que teve uma tiragem de apenas 120 exemplares); “Discursos Acadêmicos”; “Páginas Tímidas”; e “Coletânea de Contos e Escritos Literários”. No mesmo período, foi eleito para a “Sociedade Beneficente Mineira dos Estudantes de Direito”; “Academia Antônio Brum”; e para o “Club Literário Bernardo Guimarães.

Colaborou com o jornal “O Estado de Minas” e foi redator-chefe de “O Belo Horizonte”, do quinzenário “A Província” e do “Diário de Minas”.

O ano de 1896 tornou-se especial, pois foi neste ano que conheceu e se casou com a ouro-pretana Emília Gentil Gomes Cândido. Valho-me das suas próprias palavras para descrever esse acontecido:

Obedecendo aos mais nobres e justos impulsos do coração, dei largas ao afeto que já, nascente, mas fortíssimo, me ligava à distincta jovem, dona Emilia Gentil Gomes Cândido, filha única do sr. Coronel Antônio Gentil Gomes Cândido, fazendeiro no município de Ubá, ao qual senhor dirigi, pessoalmente, o pedido de meu casamento com sua filha, de quem eu já obtivera, a 19 de abril, o necessário consentimento e reciproca afirmação de nosso amor. Na noite mesma do pedido oficial (25 de abril), em casa do sr. Comendador Walter Heilbuth, recebi a resposta, deferindo,

graciosamente, o mútuo desejo de enlace; e assim fiquei noivo de Milota, cujo destino ia ligar ao meu, desde então, marcando-se logo nosso consórcio para o dia 5 de setembro de 96, na Fazenda da Palestina, salvos algum contratempo fortuito.

Contudo, o casamento só foi celebrado em 12 de dezembro daquele ano de 1896.

Concluiu o curso de Ciências Jurídicas em 1897. Em 1904 foi habilitado para exercer a função de Juiz de Direito.

Por carta patente de 2/10/1905, foi nomeado Coronel Comandante da 1ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional da Comarca de Belo Horizonte.

De toda sua obra, podemos destacar as seguintes: o “Anuário de Minas Gerais”, com 7 volumes; “Terra Mineira”, com dois volumes; “Os Índios do Brasil”; e “A Geografia do Brasil”, para nos restringirmos às publicações relativas ao estudo de corografia. Proferiu vários discursos memoráveis, entre os quais o de 01/set/1922, por ocasião do 1.º Centenário da Independência do Brasil, no Congresso.

Como genealogista, publicou, dentre outros, os artigos intitulados “Genealogia de meus filhos pelo lado materno” e “Algumas Notas Genealógicas (para um livro de família): Coelhos – Gomes Cândidos – Hortas e Sennas”, ambos publicados na Revista do Instituto de Estudos Genealógicos.

Foi um dos grandes defensores da ideia de se criar um instituto histórico e geográfico em Minas Gerais. Desse ideal surgiu, em 1907, esta que hoje é conhecida como “Casa de João Pinheiro”.

Republicano, ingressou na política, por incentivo de João Pinheiro, e foi eleito deputado estadual por diversas legislaturas até o ano de 1921, quando foi eleito deputado ao Congresso Nacional, onde permaneceu até 1929.

Manteve-se atuante em toda sua vida política, com discursos variados e ricos, que ainda contribuem para a melhor compreensão da memória política do Brasil e de Minas Gerais.

Falava, fluentemente, além do vernáculo, o francês, o inglês, o espanhol e o italiano. Tinha grande conhecimento, ainda, do latim e do tupi.

Afastando-se da política, retornou às atividades intelectuais (se é que se afastou delas) em 1930, quando já residia em Belo Horizonte. Assumiu o cargo de professor, retornou ao exercício da advocacia, às suas pesquisas e aos trabalhos literários.

Assim escreveu o professor Nelson de Senna sobre essa nova fase de sua vida:

No desencanto de uma longa carreira política, voluntariamente encerrada, vive hoje o autor “cultivando os livros, a prole e o seu jardim”, nos lares que lhe sobram do professorado na Universidade e dos encargos profissionais de jurista.

E por isto mesmo se sente cada vez mais brasileiro, aquecendo o coração no diuturno estudo da História Nacional, para melhor justificar o seu ardente culto pela pátria, com o melhor conhecimento da nossa gente, da nossa terra e dos feitos memoráveis de nossos maiores.

E assim deflue contente a obscura existência do autor, sem amargores de pessimismo, porque em boa hora se refugiou no lar, entre as paredes de seu gabinete de estudos e os canteiros floridos que o rodeiam. Não era esta já a pergunta de Cícero: “Se tens um jardim do lado dos livros, que mais te falta?”

Faleceu em 2 de junho de 1952, em Belo Horizonte, onde foi enterrado. Integrou o quadro associativo de diversas instituições culturais do Brasil e do exterior.

Peço vênia para ler um breve relato de sua personalidade, trazendo a visão de uma pessoa que o conhecia muito bem: seu filho Caio Nelson Coelho de Senna, que assim escreveu:

A marcante personalidade de meu pai sempre exerceu sobre mim a mais extraordinária influência. Figura imponente e simpática, de agradável presença e porte senhoril, da cabeça aos pés, pelas suas atitudes e pelas suas posturas, pelos seus completos predicados e austeras virtudes, ressumbrava típica formação à antiga. Aprumado e reto na ação e na intenção, enérgico e de certo modo, tolerante, desde que não fossem feridos ou ultrapassados certos princípios indesejáveis e invioláveis. Era homem de costumes, hábitos e maneira simples, sem arestas, sem afetações, sem dissimulações, despido de preconceitos e receios, criatura de elite, educado e polido, vivendo a maior parte de seu tempo, à sua mesa de trabalho, debruçado sobre os livros ou escrevendo, anotando, estudando. O próprio amor às tradições, o gosto e a preferência pelos estudos e pesquisas históricas distinguiam em meu pai uma criatura da velha guarda. Mineiro às direitas, mineiro da gema, discreto e sóbrio, comedido nos gestos, ameno e sério no trato, fiel à palavra empenhada, pontual nos deveres e obrigações, sempre notei em meu pai uma constante preocupação de ser útil e servir, um exemplo de operosidade, um modelo de cidadão.

Homem temente a Deus e à Lei, apegado ao estudo, às letras e às ciências; advogado e professor, escritor e historiador, jornalista e publicista, parlamentar e político, dos mais festejados e primorosos oradores de seu tempo, meu pai conquistou, pelos seus méritos e

perseverança no trabalho, destacado lugar no cenário nacional e teve a glória de assistir, em vida, o seu alto renome intelectual atravessar a fronteira da Pátria.

Certamente, trazem estas palavras um grande conteúdo de sentimento, como era de se esperar nas palavras de um filho sobre seu pai. Mas vemos, por todo o legado que o professor Nelson Coelho de Senna nos deixou, que não se tratam de palavras exageradas, mas de uma maneira poética de expressar uma verdade.

Esta é uma síntese de sua profícua vida.

Parte de seu acervo pessoal foi doada por seus descendentes ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. A análise dos documentos que o compõem leva-nos a ver que se tratava de um homem de grande cultura, metódico, organizado e preocupado com a história de Minas Gerais. Era um sábio.

Mello Cançado¹ o definiu como “*varão de múltiplos carismas e de cultura incomum (...) como se fazia no tempo em que o latim não era ainda mal amado: viveu virtuosamente, vive em memória, viverá na glória*”.

Propositalmente, não mencionei os nomes dos filhos do casal Nelson Coelho de Senna e Emília Gentil Gomes Cândido. Eis o momento. Foram eles pais de:

Caio Nelson, nascido em 24/02/1898;

Mucio Emilio, nascido em 07/03/1900;

Yolanda Consuelo, nascida em 08/07/1901;

Maria Emília, nascida em 13/04/1903;

Fábio Nelson, nascido em 29/10/1904;

Lúcio Octávio Nelson, nascido em 01/09/1906; e

José Flávio, nascido em 06/05/1908; todos naturais de Belo Horizonte, exceto o primeiro, que nasceu em Ouro Preto.

Seu primogênito, Caio Nelson Coelho de Senna, que também integrou o quadro associativo deste Instituto, casou-se com Amanda de Barros Pinheiro, filha do dr. João Pinheiro da Silva, primeiro presidente desta Casa.

Desse consórcio nasceu meu antecessor, o deputado Raul Bernardo Nelson de Senna, a quem também faço referência especial.

Mineiro de Belo Horizonte, Raul Bernardo nasceu em 21 de agosto de 1931. Foi casado com Therezinha Gianetti Nelson de Senna, com quem teve os filhos Roberto, Adrienne, Lilian, Eliane, Thereza e Ângela.

Nota-se que Raul Bernardo era ligado às raízes do IHGMG, como bem ressaltou a comissão que aprovou sua admissão, por ser ele neto de Nelson Coelho de Senna e do presidente João Pinheiro da Silva.

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFMG em 1954. Lá também recebeu o título de Doutor em Direito Público no ano de 1956.

Foi advogado militante em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal; deputado estadual por três legislaturas; diretor do Departamento de Turismo e Divulgação do Distrito Federal em 1960; Procurador-geral do DF em 1960; membro do Clube dos Pioneiros de Brasília, fundado em 1975; assessor do Governo do DF para assuntos administrativos e econômicos, em 1961. Dirigiu a Imprensa Oficial em 1966 e foi Secretário de Estado do Governo de Minas Gerais entre 1967 e 1970.

Fundou a Casa de Cultura de Mariana e membro da Academia Marianense de Letras.

Foi eleito membro efetivo do IHGMG em 1981. Já era, desde 1967, sócio honorário.

Publicou em 1969 o livro “A Ideia Política”.

Faleceu em 27/10/2013 em Brasília.

Encerro, aqui, minha homenagem ao Patrono da cadeira nº 4 e o meu antecessor.

Escrevendo a seus filhos, Nelson de Senna disse:

Os nossos maiores sempre guardaram memória do berço e de seus antepassados e descendentes nos “Tesouros de Lembranças” e nos chamados “Livros da razão” ou “Livros de Família”, redigidos, não por um espírito de orgulho, mas por um sentimento de respeito, e em nome do culto piedoso que todos devemos à memória daqueles de quem houvemos o sangue e o nome.

Tais palavras foram escritas ao iniciar o trabalho que ele denominou de “*Livro de Família para meos filhos*”, já mencionado anteriormente.

Destaco a importância que ele deu à valorização de nossos antepassados. Estendo aqui o significado de antepassado a todos aqueles que nos antecederam, e contribuíram para o que somos hoje. E como valorizarmos se não mantivermos viva sua memória?

Permitam-me contar um pequeno conto que sempre é lembrado no Dia de Finados, pela amiga Regina Cascão.

Conta ela sobre um funeral mexicano em San Antonio, Texas, onde o padre contou a seguinte história:

No México existe a crença de que cada pessoa morre três vezes. A primeira é no momento que suas funções vitais cessam. A segunda é quando o seu corpo é colocado na tumba. A terceira acontece em

*algum momento no futuro, no qual o nome do falecido é
pronunciado pela última vez. Aí então a pessoa realmente morre.*

Cumpra a mim, nesta data, e daqui por diante, fazer com que a memória de Nelson de Senna e de Raul Bernardo Nelson de Senna não seja esquecida.

Que viva Nelson Coelho de Senna!

Que viva Raul Bernardo Nelson de Senna!

Nota

1. APCBH. Inventário do arquivo pessoal Nelson Coelho de Senna (1876-1952). Belo Horizonte: APCBH, 2000. p. 22.

Fontes:

Acervo Nelson Coelho de Senna, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

GUSTIN, Fádua Maria de Sousa; LANNA JR., Mário Cléber Martins. *Memória Política de Minas Gerais* – Nelson Coelho de Sena. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2006.

POSSE DO NOVO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº 86¹⁰

Fábio Americano

Patrono: Daniel Serapião de Carvalho

Exmo. Dr. Wagner Colombarolli, digníssimo presidente do IHGMG.

Exmo. Dr. Aluísio Alberto da Cruz Quintão, digníssimo secretário-geral.

Nas pessoas de Vossas Excelências, cumprimento também os demais membros da mesa e todos os associados deste Instituto. Autoridades, amigos e familiares. A todos o meu afetuoso bom-dia; de intensa paz e harmonia.

Há Aproximadamente 12 anos eu recebia o primeiro convite para o IHGMG. Aconteceu durante uma entrevista com o associado Pedro Maciel Vidigal que, após ver aspectos dos meus trabalhos sobre a história de minha terra natal, Dionísio, disse: “Vou levá-lo para o IHMG, você vai gostar muito de estar lá”. Estas palavras de Pedro Maciel Vidigal soaram como um reconhecimento e um incentivo para que eu continuasse aqueles trabalhos que estavam ainda bem no princípio; afinal, eram palavras de um dos mais competentes e destacados dentre os historiadores e genealogistas do Brasil. Vidigal viveu em Dionísio durante os anos 1935 a 1936 parouquiando a região.

Esqueci-me completamente daquela conversa até que em 2015, o atual Presidente, Dr. Wagner Colombarolli, reacendeu a chama, honrando-me com o convite e me proporcionando esta oportunidade de estar assumindo a condição de Associado Efetivo e vivendo este momento tão especial com todos vocês.

Assumo com grande expectativa de aqui muito aprender e também colaborar para o engrandecimento da Casa de João Pinheiro. Estou chegando hoje, mas minha família já faz parte desta história com os Drs. Wilson Veado e Walter Veado, ilustres associados com brilhantes passagens e que aqui deixaram seus nomes gravados com feitos dignos desta casa centenária. Quero ser digno desta linhagem familiar, digno do convite recebido do Dr. Wagner Colombarolli e digno da importância do Instituto Histórico de Minas Gerais. É uma grande honra estar aqui! Minha gratidão a todos que direta ou indiretamente me proporcionaram esta oportunidade.

¹⁰ Solenidade realizada em 12/3/2016.

Cumprindo o tradicional protocolo desta solene reunião, inicialmente prestarei homenagens ao patrono da cadeira número 86, o notável advogado e político mineiro Dr. Daniel de Carvalho; em seguida ao Dr. Celso Cordeiro Machado, o antecessor ocupante da cadeira que ocupo a partir de hoje. Cumpridas as homenagens formais, dissertarei sobre a importância do estudo da própria história para o cultivo do autoconhecimento e finalmente sobre a qualidade da documentação histórica.

Homenagem ao patrono da cadeira 86 - Daniel de Carvalho

Daniel Serapião de Carvalho nasceu em Itabira, então Itabira do Mato Dentro, em 9 de outubro de 1887 e faleceu no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1966. Filho do Dr. Antônio Serapião de Carvalho e de D. Anna Utsch de Carvalho. Seu pai, Antonio Serapião de Carvalho, foi o primeiro juiz nomeado para a comarca do recém-emancipado município de São Domingos do Prata em 1890 ao qual o então distrito Dionísio foi incorporado deixando de pertencer a Itabira. Daí o entendimento que parte da primeira infância de Daniel tenha sido vivida em São Domingos do Prata.

Quando estudante, Daniel de Carvalho dedicou-se ao jornalismo e ao magistério para custear os próprios estudos, porque, apesar de ser filho de um Juiz de Direito, pertencia a uma família muito numerosa. Trabalhou no jornal O Estado de Minas, que chegou a dirigir, e foi redator da Tribuna do Norte e do Diário de Notícias. Ingressou no serviço público em 1907, por indicação do presidente João Pinheiro, indo ocupar um cargo de amanuense (copista) na Secretaria de Agricultura, onde, por reconhecimento de sua competência recebeu várias promoções até alcançar a chefia do órgão após bacharelar-se em 1909 pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte.

Em 1912 foi convidado e nomeado pelo então Ministro Francisco Salles para a Inspetoria no Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro. De volta a Minas Gerais, em 1914, trabalhou no Gabinete do Secretário Raul Soares. Por ocasião do litígio territorial entre Minas Gerais e Espírito Santo, foi nomeado interventor civil na região contestada. Em 1916, representou Minas junto ao governo de São Paulo na questão de limites entre os dois Estados.

Em 1920 foi convidado por Raul Soares, então ministro da Marinha (1919-1920), para a assessoria daquele ministério.

Elegeu-se Deputado Estadual, em 1922, porém, renunciou a seu mandato para assumir, ainda neste mesmo ano, a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Durante sua gestão, realizou obras para a navegação no rio São Francisco, construiu em Viçosa a Escola Superior de Agricultura, iniciou a construção das primeiras estradas de rodagens e das primeiras pontes de concreto do Estado de MG, reaparelhou a Rede Mineira de Viação e produziu o Plano da Nova Divisão Administrativa do Estado.

Foi eleito Deputado Federal para o período de 1927 / 29 e distinguiu-se nos debates parlamentares sobre a política financeira do governo federal. Foi reeleito Deputado Federal em 1930, participando intensamente da Revolução neste mesmo ano e tornando-se um dos nomes mais conhecidos e respeitados no meio político do Estado. Em 1933 foi eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte com ativa participação política durante o Estado Novo. Foi consultor jurídico da Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico Nacional, que antecedeu à instalação da usina de Volta Redonda em janeiro de 1941 e, em seguida, foi designado diretor-secretário da Companhia Siderúrgica Nacional.

Foi eleito para a Assembleia Constituinte de 1946 e nesse mesmo ano assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, órgão vinculado à Organização das Nações Unidas e Unesco. Na Constituinte, trabalhou na Comissão de Finanças e principalmente no capítulo da Constituição relativo ao orçamento. Também defendeu a mudança da capital da República para o Brasil Central.

No governo do Marechal Dutra, assumiu o Ministério da Agricultura e marcou a sua gestão com importantes realizações, como a promoção da motomecanização da lavoura, a difusão pelo país de pequenos estabelecimentos para contato direto com o agricultor, o fomento à cultura do trigo, fixação e regulamentação da rede de estabelecimentos de ensino agrícola no Brasil, criação do primeiro centro de treinamento para mecânicos agrícolas e organizou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, criando o Parque Nacional de Paulo Afonso, dentre outras.

Voltou à Câmara dos Deputados, para cumprir mais dois mandatos parlamentares, em 1950. Despediu-se da vida pública em 1956, e deixou aflorar a figura do jurista e professor na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e na Faculdade Nacional de Ciências Econômicas.

Foi presidente da Companhia Construtora Meridional S.A., do Banco Industrial de Minas Gerais S.A. e do Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Consultor jurídico do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, da Sociedade de Geografia, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Sociedade Mineira de Agricultura. Foi grande acionista da Companhia Nacional de Gás Esso.

Foi casado com Alice Mibielli de Carvalho e tiveram quatro filhos: Fernando, Alberto, Paulo, Pedro Afonso.

Entre as principais obras que publicou, destacam-se: *Notícia histórica sobre o algodão em Minas Gerais* – 1916, *O convênio entre Minas e São Paulo* – 1917, *Traços de uma grande vida: Teófilo Otoni, campeão da liberdade* -1934, *Discursos e Conferências* – 1941 - 1947 – 1948 – 1949, *A missão da Professora* – 1942, *Estudos de Economia e Finanças* – 1943, *Atividades no Ministério da Agricultura de 1946-*

1950 – 1951, *Estudos e Depoimentos, Formação histórica de Minas Gerais* – 1956, *Capítulos de memórias* – 1957, *Memórias de outros tempos* – 1961, e *Os caminhos antigos de Minas Gerais*.

Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação da História da Fundação Getúlio Vargas
Trabalho assinado por Sílvia Pantoja.

Dr. Celso Cordeiro Machado - o antecessor da cadeira 86

Celso Cordeiro Machado – foi advogado, membro do Ministério Público, professor, político e escritor. Nasceu em Paracatu, Minas Gerais, em 9 de agosto de 1921. Teve como pais José Machado Barbosa e Aurora Cordeiro Machado.

Estudou na Faculdade de Direito da UFMG, de 1941 a 1945, onde também cursou o Doutorado nos anos de 1951 a 1952. Iniciou sua carreira como advogado no Banco Mercantil do Brasil, em Belo Horizonte, e posteriormente abriu seu escritório de advocacia.

Através de concurso público ingressou no magistério superior em 1950, como professor-assistente da cadeira de Legislação Tributária da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais – UMG.

Em 1966, após aprovação em concurso público, foi nomeado professor de Direito Tributário da Faculdade de Direito da UFMG. Em 1970 passou a lecionar Direito Financeiro e Ciência das Finanças na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas Gerais – UCMG.

Publicou diversos trabalhos de cunho jurídico em revistas especializadas, além das obras: “Crédito Tributário”, “Tratado de Direito Tributário Brasileiro” e “Limites e Conflitos de Competência Tributária no Sistema Brasileiro”. Foi membro da Academia Mineira de Direito e da Academia Mineira de Letras Jurídicas.

Em 1988 foi convidado pelo presidente do Instituto dos Advogados de Minas Gerais – IAMG, Décio de Carvalho Mitre, para integrar a comissão de juristas constituída com a finalidade de elaborar um estudo sobre o Projeto da Constituição Brasileira de 1988. O trabalho da equipe resultou no livro “Pronunciamento sobre o Projeto de Constituição”, que foi encaminhado à Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte. Celso Cordeiro Machado teve atuação destacada na comissão, especialmente nas matérias relativas à Tributação e Orçamento.

De 1998 a 2001, foi presidente do Instituto dos Advogados de MG – IAMG, promovendo a melhoria da infraestrutura material e operacional do Instituto. Ao final de seu mandato, instalou uma Seção do Instituto no município de Juiz de Fora. Homem sereno, paciente e otimista, exemplo de dedicação ao trabalho e perseverança de ideais, dotado de vasta cultura jurídica e humanística, Celso Cordeiro Machado destacou-se como uma das mais eminentes figuras do cenário jurídico nacional.

Meu encontro com a História

A importância da própria história para o conhecimento de si mesmo

O cultivo da história sempre foi uma *vocação* natural. Era minha matéria predileta já nos tempos da escola primária. Mais tarde os temas históricos eram os preferidos para as leituras e filmes.

Com o passar dos anos, fui entendendo que não era somente vocação, existiam outros motivos pelos quais eu buscava tanto os fatos históricos. Tudo que fosse relacionado à história me interessava. As minhas inquietudes frente aos mistérios da vida ficavam cada vez mais agudas e como muitos de meus ancestrais eu precisava saber mais sobre o que sou, de onde vim e para onde vou. Questões que persistem para os homens há milhares de anos.

A milenar inscrição do Templo de Delfos desde muito cedo se manifestava em mim como um anelo: “Conhece-te a ti mesmo!” A busca que começou de forma desordenada com leituras de muitas correntes de pensamentos e espiritualistas ficou organizada e bem orientada quando encontrei *uma escola, um método, ensinamentos e um ambiente adequado* a este tipo de estudos. Em 1987 incorporei este desafio na minha vida iniciando um caminhar nesta senda que já dura quase trinta anos.

Sempre existiram em mim necessidades de conhecer a razão de ser das coisas, a formação estrutural, a organização, a lógica de funcionamento. Estas necessidades tornaram-se estímulos para procurar entender a essência de meu ser: quais forças me movem, por que sou como sou, quais as origens de meu pensar e sentir, por que gosto ou não gosto de algo, o porquê das oscilações temperamentais, o que tenho de bom e pode ser aprimorado, o que tenho em minha conduta que precisa evoluir; etc., etc.

Nos estudos e experimentações necessários ao avanço do conhecer a mim mesmo, constatei que o conhecimento da minha própria história era fundamental; descobri que parte importante dos segredos do conhecimento do meu mundo interno, do que penso e sinto, das reações, emoções, sensações e impressões, estavam dispersos e encobertos em minha própria história. Descobri que, nestas nuvens de fatos perdidas nos tempos passados, eu deveria buscar e tornar consciente todas as influências que recebi de tudo e de todas pessoas com as quais me relacionei desde o dia em que nasci.

Como era minha família? Quais as características psicológicas das pessoas com as quais convivi? Que heranças de conhecimentos recebi de meus ancestrais? Avós, pais, tios, irmãos? E dos meus professores, amigos, colegas de estudo? E as influências do ambiente de trabalho, dos colegas... E do meio ambiente social? As inculcações de correntes políticas e religiosas... A influência da mídia, dos

modismos, da massificação de conceitos e preconceitos, etc. Enfim, que influências, ensinamentos e principalmente exemplos, recebi ao longo da vida que contribuíram na definição das características de minha psicologia, de meu modo de ser, de meu caráter, de meus hábitos?

Quando eu nasci, minha mente era uma “terra virgem e fértil”. Quem semeou o que, nesta mente vazia e fértil para o aprendizado? Quando semeou, como, onde, por quê? Foram boas e puras as sementes dos conhecimentos que eu recebi? Quais sementes não foram boas para a minha vida? Perguntas que somente podem ser respondidas na investigação da minha própria história; respostas que para serem alcançadas necessitam ser antecedidas pela formação de uma consistente base conceitual sobre a concepção biopsicoespiritual do homem.

Aqueles que buscam o conhecimento de si mesmos, sabem que a investigação da herança cultural desta etapa de vida é somente uma parte do “conhece-te a ti mesmo”. Que existem outros incontáveis aspectos a investigar.

Nestes estudos que realizei ao longo de anos sobre a minha própria história e a história do Processo da Criação, fui alcançando algumas compreensões que considero muito importantes:

- Que a história é a base de todo conhecimento abarcado pelo homem e também a base para o desenvolvimento da consciência individual e coletiva.
- Que toda documentação dos conhecimentos que possibilitam a evolução do homem são documentos históricos.
- Que historiar é um exercício de recordar.
- Que a recordação contém a essência do eterno e não há recordação sem as histórias.

Como diz o dito popular “Recordar é viver”, é reviver, viver novamente.

Recordar é dar ao coração. Recordar é dar cor e ação ao passado.

Recordar é dar cor e vida aos sentimentos, é viver novamente em espírito, é eternizar.

- Que sem a história não existe consciência e sem a recordação não existe eternidade.
- Que é o exercício de recordar a história que nos possibilita unir as três dimensões do tempo eterno: o passado, o presente e o futuro.
- Que a história traz o passado ao presente e levará o presente ao futuro.

A história se transformou em um precioso e prazeroso *hobby*. No início os estudos objetivavam conhecer aspectos da história de minha família, conhecer a minha herança cultural familiar; depois as pesquisas foram ampliadas, pois me senti atraído a viajar no tempo para melhor entendimento contextual de situações e atitudes. Queria compreender as partes do passado que vivem em meu presente, integradas ao meu ser interno, ao meu mundo interno e nestas buscas encontrei um

tesouro: os escritos de minha mãe contando a história da família e de nossa terra natal, Dionísio.

Esses documentos históricos produzidos por minha mãe me estimularam a ampliar as pesquisas, o que me proporcionou também a expansão da vibração, da energia e da alegria no realizar este trabalho que me criou oportunidades de reencontro com alguns velhos conhecidos e a descoberta de milhares de fotos antigas e alguns documentos raros em fundos de baús e gavetas. Vivi incontáveis horas de conversas com os velhos conhecidos da família, ou com desconhecidos velhos, e encontrei novos conhecidos vivendo uma diversidade de contatos muito enriquecedora sob todos os aspectos.

Pude vivenciar parcialmente o tempo em que viveram meus pais, o tempo em que compadres e comadres ao final do dia se assentavam nos bancos frente às casas para uma boa conversa. Senti um gostinho especial daquele acolhimento afetuoso que existia entre as famílias amigas em um passado não muito distante. Fui sempre recebido com o tradicional café acompanhado de tantas delícias caseiras: pães de queijos, queijos da roça, broas de fubá, bolos e biscoitos de polvilho, que sempre surgiam durante as conversas que muitas vezes chegaram quase ao amanhecer de um novo dia. E existem outros detalhes que agora não cabem neste relato.

As pesquisas foram atividades extraordinariamente sensíveis que tocaram profundamente meu espírito; atividades absolutamente inesquecíveis, nas quais eu fui encontrando e reunindo fragmentos de minha vida herdados do passado. Como resultado destas atividades foram produzidos vários trabalhos, dentre os quais uma coletânea historiográfica sobre a minha cidade natal, que já foi publicada, e mais dois volumes que já estão preparados para a edição. Criei também um site que armazena histórias de Dionísio e seus pioneiros; um site de genealogia também dedicado às famílias dos dionisianos. Apreendi o suficiente para produzir alguns vídeos, que também estão publicados. Passei a participar de grupos de relacionamentos na Internet que além de integrar dionisianos e acesitanos em seus respectivos grupos, têm o objetivo de resgatar histórias e documentos.

Esses grupos na Internet objetivam também o cultivo da convivência entre amigos de todos os tempos e o resgate de histórias pessoais ou regionais. Integram hoje os grupos mais de duas mil pessoas. Neles são trocadas notícias, histórias, fotografias e até documentos. É um recurso que elimina as distâncias físicas e descomplica as comunicações.

Novas possibilidades para a documentação histórica

Meus primeiros esforços de organizar documentos históricos de forma digital foram realizados em 1995, na ocasião da criação do Arquivo Histórico Nacional da Fundação Logosófica do Brasil, mas os recursos dos computadores ainda eram muito limitados, em especial na capacidade de tratar e armazenar

imagens. A digitalização era muito lenta e os dispositivos não comportavam grandes volumes de dados.

Naqueles anos não existiam tantas facilidades e recursos como hoje, mas, levando comigo um computador e um digitalizador, pude recolher milhares de fotos e centenas de documentos, o que sem estes recursos não seria possível. Tomar tantas fotos emprestadas para copiar ou esperar que as pessoas me enviassem cópias pelo correio não era realizável. Todos são apegados aos seus documentos antigos, em especial às fotografias. Reuni mais de 2500 fotos de Dionísio e sua gente.

De 1998 aos dias atuais, os recursos evoluíram extraordinariamente e praticamente não temos mais as limitações de volume de armazenamento de imagens do passado recente. Podemos, além de armazenar grandes volumes de informações, realizar buscas de documentos de forma quase instantânea em nossos computadores e mesmo a distância, com extrema facilidade e rapidez, utilizando a internet, onde encontramos ilimitados tipos e números de sites. Estes recursos permitem ampliar a base de amostragem estatística das buscas, o que é de suma importância para gerar resultados mais qualificados, mais confiáveis e próximos da verdade objetivada.

Em 1998 eu carregava duas maletas, uma com computador e outra com o scanner; hoje posso usar somente um *telefone celular* com os recursos necessários à documentação: fotografia, gravação de som e imagem, e aplicativo de digitalização.

Hoje cada um de nós registra a própria história com centenas, milhares de fotografias e vídeos. Os equipamentos fotográficos e de filmagem cada vez mais populares, possibilitam os registros dos documentos com mais qualidade e agilidade. O Estado, as grandes empresas e as redes globalizadas reúnem cada vez mais informações sobre nossas vidas; os sistemas integram e cruzam informações com velocidades jamais pensadas alguns anos atrás. A história já está sendo registrada de outra forma e o volume da documentação da vida nos dias atuais é inimaginável, é incomensurável.

- Como devemos nos adequar a toda esta documentação gerada pelas tecnologias atuais?
- Que cuidados devemos ter no tratamento desta imensa produção de documentos?
- O que caracteriza um documento como histórico? Como qualificar um documento histórico?
- Como assegurar a verdade e a confiabilidade da documentação histórica?

São questões sobre as quais precisamos pensar, sendo que algumas são novas, como as que se referem aos grandes volumes de documentos gerados, e outras nasceram com a própria história e existirão sempre. Eternamente existirão os questionamentos sobre a qualidade das versões da história e a necessidade de garantir a confiabilidade e verdade à mesma.

Na ata da reunião fundacional do IHGMG em 15 de agosto de 1907, Dr. Diogo de Vasconcelos, o orador oficial daquele memorável dia, manifestou sua preocupação com a qualidade e confiabilidade da documentação da história.

Disse ele que a história não é apenas uma ciência das humanidades, mas sim “*a mais humana dentre elas. Ela (a história) deve ser fiel, verdadeira e severa e tem que ser escrita como ela realmente é....*” e complementou ainda que, além de fiel e verdadeira, a história tem de ser escrita “*...com um vasto levantamento documental, que carregue a verdade*”.

Diogo de Vasconcelos, há 108 anos, compreendia com clareza três aspectos fundamentais para a qualificação dos documentos históricos: a influência do relator ou historiador no fato relatado, a fidelidade, a verdade do documento e o volume de documentos para conferir segurança ao fato ou relato (Visões humana, de qualidade e de amostragem estatística).

González Pecotche nos adverte:

“É sabido que a História para ser verídica, deve estar legitimada por testemunhos indiscutíveis; por verdades que concordem com nossa realidade interna, que é a que deve alentar o juízo dos homens. Daí (da realidade interna) deve surgir a aceitação ou a não aceitação das passagens históricas. Os fatos históricos somente podem ser considerados incontestáveis, quando estão sustentados por realidades que livrem a posteridade de toda suspeita acerca da fidelidade de sua origem”.

Investigando um documento histórico quanto à sua forma física de apresentação, na maioria dos casos através de métodos científicos, poderemos atestar a sua originalidade, e sua verdade se torna inquestionável. Isto é feito para todos os tipos de documentos históricos: monumentos e edificações, fotos, pinturas e desenhos, utensílios, ferramentas e armas antigas, vestuário e adornos, fósseis, selos, medalhas e moedas, pergaminhos, cartas, atas, registros cartoriais, decretos, livros, etc.

Mas, quando investigamos um documento histórico quanto ao *conteúdo*, grafado com símbolos ou palavras escritas ou mais recentemente com sons e imagens, encontramos a influência do ser humano na história, encontramos *a mais humana dentre as ciências humanas*. O conteúdo de qualquer documento registra sempre o pensar e sentir de seu autor com suas infinitas variações, que têm origem nos diferentes níveis de conhecimento, tipos psicológicos, modalidades e caráter.

Quando o historiador produziu seu documento estava sob quais influências e quais interesses? Atendia a interesses de correntes religiosas, ou ideais políticos, ou econômicos? Estava envolvido com fortes sentimentos ou paixões.... Ou, mesmo sofrendo pressões, ameaças..., ou estava sendo remunerado para contar uma história encomendada?

Cada um relata o que naquele momento de sua vida “acredita” ser a sua verdade, e que, circunstancialmente, pode ser alterada pelas necessidades e interesses pessoais e contextuais.

A Logosofia assim define a autoridade do historiador:

“A autoridade do historiador se constitui ..., mediante a revivência objetiva, subjetiva e concreta do fato, ou seja, fazendo os demais conhecerem o fato por meio da razão e através das consequências do mesmo, e mais ainda, fazendo reviver a imagem da história com pessoas, ou com elementos ou coisas. É este o selo da legitimidade do documento”.

“A autoridade do historiador surge da evidência com que demonstra um fato histórico e capacita ao que escuta para que possa contemplar uma imagem real, com as suas próprias condições ou meios”.

As condições ou meios dos relatores de fatos, que podem ser históricos, carregam as verdades individuais, que podem ser fragmentos de verdades, meias verdades ou mesmo mentiras frente à verdade da Inteligência Suprema do Criador e às suas leis que regem a Criação. A verdade absoluta sobre qualquer obra criada está na mente do Criador. O que concebe e realiza detém a verdade sobre sua criação.

A documentação da história deve ser real, verdadeira, e volumosa, registrando com fidelidade o fato para permitir que o investigador pesquise em múltiplos documentos as várias posições mentais e sensíveis de historiadores diferentes. Analisando uma amostragem com diversas visões e percepções se poderá extrair os fragmentos de verdade de cada documento e uni-los para alcançar e consolidar uma proximidade maior com a verdade absoluta, que é o objetivo. A principal meta é fazer com que a documentação da história vá se afastando do “Era uma vez...” e do empirismo e vá evoluindo no atendimento às características que asseguram a confiabilidade como resultado da qualificação atestada por métodos científicos.

Cento e oito anos após o chamamento de Vasconcelos na ocasião da fundação deste IHGMG, temos as possibilidades e potencialidades disponibilizadas pelas tecnologias em todos os ramos das ciências, e este desafio de ter documentos que carreguem a verdade pode ser resolvido. Na atualidade a história já está sendo contada de forma diferente, de forma a não deixar para o futuro nenhuma dúvida de como vivemos hoje; o que fazemos, por quê, para quê, quem somos, etc.

Com as tecnologias atuais cada um de nós já está registrando a própria história e produzindo um enorme volume de fotografias e filmes. De forma similar isto também está sendo feito pelas empresas, comunidades, cidades, Estado, etc. Os recursos do gerenciamento eletrônico de documentos permitem manusear este volumoso acervo documental, realizando a validação, a classificação, seleção, preservação e disponibilização a interessados em todo o mundo. Já podemos ter uma

documentação volumosa, inquestionavelmente verdadeira e confiável como já queria Diogo de Vasconcelos.

Agora devemos nos preparar e nos adequar aos novos recursos disponíveis e já temos exemplos de destacadas e consagradas instituições guardiãs de parte da história da humanidade que disponibilizam seus acervos para nossas pesquisas na Internet. Podemos visitar virtualmente e pesquisar os acervos de centenas de museus, bibliotecas, órgãos de imprensa, universidades, institutos, governo, etc.

Mas esta é só uma das facilidades dos novos tempos. Brevemente cada um de nós estará usando a grande rede globalizada para fazer envios e armazenamentos de documentos para os arquivos de instituições que preservam a história. Qualquer cidadão conectado à internet poderá depositar seus documentos e histórias para preservá-los.

Estamos iniciando uma nova era na história da história, que já não mais admite dúvidas, tergiversações e mentiras. Temos que direcionar esforços para a evolução da qualidade da documentação histórica, objetivando a sua mais importante característica de qualidade, a confiabilidade. Na história já não cabem mais figuras lendárias, mitológicas, milagrosas; muito menos cabem os falsos ídolos, os falsos líderes, ou os super-heróis fantasiosos e mentirosos. Esta é a nossa atual responsabilidade frente ao futuro, responsabilidade que Diogo de Vasconcelos, considerado por muitos como o Heródoto mineiro, já aspirava desde a fundação do IHGMG em 1907.

A qualidade da documentação da história será determinante para evitar que falsos líderes e falsos ídolos sejam transformados em mitos como tem acontecido ao longo de séculos. Que cada homem possa ser avaliado no futuro pelas obras de bem que produziu para sua geração e para as gerações futuras. Nenhuma mentira resiste à ação do tempo. O tempo é o maior amigo da verdade e seu principal aliado.

*“A humanidade não pode viver de lendas.
A história não pode ser uma construção apócrifa.”*

SAUDAÇÃO À NOVA ASSOCIADA DA CADEIRA Nº 5¹¹

Rogério de Vasconcelos Faria Tavares - Cadeira nº 71
Patrono: Pe. José Joaquim Viegas de Menezes

Bom dia a todos. Cumprimento os componentes da mesa na pessoa do presidente Wagner Colombarolli, comandante firme e sereno, eficiente e generoso; e dirijo especial cumprimento à empossanda, professora Maria Efigênia Lage de Resende, que a mim concedeu privilégio imerecido: a de saudá-la na bela manhã em que celebramos o seu ingresso como sócia efetiva da Casa de João Pinheiro, a instituição cultural mais antiga de Minas Gerais até hoje em plena atividade.

Desde 1907, aqui convivem, de modo fraterno e civilizado, movidos pela afeição às ciências humanas, mulheres e homens que prezam a reflexão sofisticada, o debate inteligente, o confronto saudável e necessário de ideias divergentes. Assim tem sido desde o tempo dos fundadores, entre os quais se destacam Júlio César Pinto Coelho, Diogo de Vasconcelos, Carlos Otoni, Nelson de Senna, Augusto de Lima, Prado Lopes, Francisco Alves Pinto, João Luiz Alves, Francisco Bressane, João Libânio, Albino Alves, Júlio Pinto e Estevão Pinto. Assim continuará a ser, sob a inspiração e o legado perene de suas lideranças mais recentes, como os inesquecíveis Herbert Sardinha Pinto, Marco Aurélio Baggio e Jorge Lasmar, para os quais peço uma salva de palmas.

Dotado de biblioteca, mapoteca e hemeroteca de grande importância, o Instituto Histórico e Geográfico é o guardião da memória de Minas. Editor de revista dotada de inegáveis virtudes, é difusor incansável da ‘saga mineira’. Reside, no entanto, na composição do quadro social, o seu maior tesouro. São poucas as entidades culturais capazes de reunir um grupo tão qualificado de intelectuais entre os seus integrantes. O valor de seu capital humano é, pois, intangível, incalculável, drama que se amplia, hoje, com a chegada à Casa de uma das mais respeitadas historiadoras brasileiras.

¹¹ Solenidade realizada em 2/4/2016.

Maria Efigênia Lage de Resende formou-se em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sua vocação fora despertada ainda durante o então chamado “curso científico”, quando beneficiou-se das lições do Professor Amaro Xisto de Queiroz, no Colégio Municipal de Belo Horizonte, e dos ensinamentos contidos nos livros de Alfredo D’Escragnolle Taunay e Dicamor Moraes, lançados no mercado editorial na década de cinquenta.

A opção pelo ofício confirmou-se durante a formação superior, quando Efigênia mais uma vez teve em Amaro Xisto o mestre paradigmático e em Oneyr Baranda e Daniel Valle Ribeiro as referências fundamentais. O gosto pela docência acentuou-se ao longo do tempo: primeiro, como professora de ensino secundário no Colégio de Aplicação da UFMG (então dirigido por Alaíde Lisboa) e, em seguida, como responsável pelo ensino de Didática Especial de História, e, depois, de História do Brasil, substituindo João Camilo de Oliveira Torres.

Entre 1960 e 1968, Maria Efigênia Lage de Resende viveu momento crucial de sua trajetória intelectual, caracterizado por uma maior liberdade na formulação dos programas dos cursos universitários, o estímulo à experimentação de novas práticas pedagógicas e a busca de caminhos diferentes para a pesquisa. Entusiasmada pelos horizontes que então se descortinavam, a professora se engajou no movimento de luta por mudanças qualitativas no ensino da História e que resultou, adiante, na formulação, com Ana Maria de Moraes, de seu clássico curso, em livro, para as quatro séries da então chamado ‘ginásio’.

Largamente aceita por escolas de todos os cantos do Brasil, a coleção “Lage & Moraes”, lançada inicialmente em 1971, pela Editora Bernardo Álvares, obteve, também, o reconhecimento da elite acadêmica nacional, que a saudou como importante contribuição para a educação das novas gerações. Dividida em quatro volumes, foi tecnologia de ponta por ocasião de seu surgimento, introduzindo o manual de História como um lugar de formação da consciência histórica. Sintonizada com o seu tempo, a série expressou, em seus textos, a visão das autoras contra a ‘exaltação ufanista da nacionalidade, a apropriação seletiva dos conteúdos de História, o ocultamento do conflito, e o caráter acrítico do ensino na monotonia do fio narrativo e na forma repetitiva dos conteúdos ministrados’, nas palavras da própria Efigênia. Modificada em 1984, a coleção “Lage & Moraes” foi acrescida de dois novos títulos: “História do Brasil Colônia: dominação portuguesa” e “História do Brasil Império e República: Estado Nacional”. Em 1987, também em parceria

com Ana Maria de Moraes, Efigênia lançou o “Atlas Histórico do Brasil”, publicação em que as imagens cartográficas vieram acompanhadas de tabelas, gráficos, esquemas, fotos e textos explicativos. Os dois exemplos – livros e Atlas – forneceram, assim, a comprovação de uma característica definidora de Maria Efigênia Lage de Resende: a coragem metodológica e didática.

Seu percurso acadêmico foi, além disso, marcado, ainda, pelo extremo rigor da pesquisadora, como explicita sua tese de livre docência, defendida em 1976: “Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889 – 1906)”, um alentado estudo sobre a política mineira do período referido com foco sobre o Partido Republicano Mineiro. Outra mostra do talento e do fôlego de Maria Efigênia Lage de Resende está no trabalho apresentado por ocasião do concurso para professora titular da UFMG: “Às vésperas de 37: o novo/velho discurso da ordem conservadora”, que veio à luz em 1991, como vigorosa e sofisticada análise do pensamento conservador das elites políticas brasileiras em sua configuração na década de trinta.

Já a trajetória de Efigênia na administração da Universidade Federal de Minas Gerais inclui a passagem pela Câmara Departamental, o Conselho Departamental e a Congregação da Faculdade de Filosofia; o exercício das funções de subchefe e chefe do Departamento de História; de Vice-Diretora da Faculdade de Filosofia e, finalmente, a ocupação do cargo de chefe de gabinete do Reitor Cid Veloso, entre 1986 e 1990.

Naquela época, marcada pela redemocratização do país e pelo advento da nova Constituição Federal, promulgada em 1988, Efigênia foi responsável por salvar, inventariar e guardar importante documentação relativa à história da UFMG: o acervo da assessoria especial de segurança e informação, subordinada à divisão de segurança e informação do então Ministério da Educação e Cultura. O operoso trabalho de tratamento do mencionado acervo foi feito sob sigilo, a fim de assegurar que a memória da Universidade fosse preservada para o exame das futuras gerações. Hoje, ele está na Biblioteca Central da UFMG e é valioso testemunho do que a Universidade sofreu durante o regime de exceção que se abateu sobre o Brasil a partir de 1964.

A atuação de Maria Efigênia Lage de Resende no campo da memória institucional revelou-se notável. Ela resultou em livros valiosos, de que são exemplos “Universidade Federal de Minas Gerais – Memória de Reitores (1961 –

1990)”, editado em 1998; “Entre o passado e o futuro – Universidade Federal de Minas Gerais – 75 anos”, de 2002; “Fundação Universitária Mendes Pimentel – 1929/2004 – 75 anos”, lançado em 2005; e, finalmente, “Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep: 30 anos”, igualmente publicado em 2005.

A passagem de Maria Efigênia Lage de Resende pela direção do Arquivo Público Mineiro se caracterizou pela condução de importantes projetos editoriais no âmbito da Coleção Tesouros do Arquivo, entre os quais os excelentes “Concentração Conservadora de Minas Gerais”, de 2009, e “Governo de Mineiros”, de 2012.

Finalmente, na coordenação geral da coleção “História de Minas Gerais”, belo empreendimento da Editora Autêntica, Efigênia mostrou que continuam mais vivos que nunca o seu compromisso com a pesquisa histórica de qualidade e com a preservação da memória de Minas, objetivo central da Casa que agora a acolhe, de braços abertos.

Por tudo o que a senhora representa para a cultura de Minas e do Brasil, seja bem-vinda, professora. O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais alegra-se com a sua chegada e orgulha-se da sua companhia. Ela honra, eleva e renova os mais altos propósitos que animaram a sua fundação e que motivam a sua existência, até hoje, passados cento e oito anos.

Muito obrigado.

POSSE DA NOVA ASSOCIADA DA CADEIRA Nº 5¹²

Maria Efigênia Lage de Resende
Patrono: Francisco Mendes Pimentel

Educação e Política no pensamento de Francisco Mendes Pimentel

Nota de Esclarecimento

Este discurso de posse assenta-se, em parte, nas pesquisas realizadas para minha tese de livre-docência – *Formação da Estrutura de Dominação em Minas Gerais: O Novo PRM* –, publicada em 1982 e, também, para o livro *Fundação Universitária Mendes Pimentel*, publicado em 2005, no marco comemorativo de 75 anos da Instituição. Assim, por duas vezes, deparei-me, em distintos contextos com situações em que se impunha aprofundar pesquisas sobre Mendes Pimentel. A primeira, em que me deparei com o Mendes Pimentel da juventude, deputado estadual e depois federal, militando na política mineira, em luta contra a oligarquização do sistema político, e uma segunda, a da maturidade, travando o bom combate em prol da educação, trancado na luta pela defesa da autonomia da Universidade de Minas Gerais, na sequência dos acontecimentos que levaram Getúlio Vargas ao poder em 1930.

Meu ponto de partida deste discurso de posse é o livro *Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político* (1997)¹, autoria de Fernando Correia Dias, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, autor de importante e extensa obra dedicada à sociologia e à história da cultura, que, além de constituir-se em uma história institucional de fôlego, reúne um imenso repertório de fontes e notas, que, direta ou indiretamente, referenciam-se a Mendes Pimentel. Verdadeiro dossiê, aberto a muitas veredas, na obra de Dias, Mendes Pimentel encontra seu biógrafo.

Nessa obra de Dias, chama a atenção o destaque que o autor dá a dois capítulos – *Seu Primeiro Reitor e Percurso Truncado*² –, em que aponta de forma emblemática, como até então ninguém o fizera, para a singularidade do perfil de Mendes Pimentel. Afirma Dias:

¹² Solenidade realizada em 2/4/2016.

Antes de narrar como a Universidade de Minas Gerais viveu o primeiro Reitorado, ocorre-nos ser oportuno – até mesmo para a correta compreensão dos fatos – delinear o perfil e resumir a carreira daquele que ocupou o cargo, por convocação do governante mineiro [Antônio Carlos Ribeiro de Andrada]. Alguns traços da personalidade e certos modos de conduta do Reitor já afloraram nos textos precedentes³.

Essa proposição de Dias nos remete de pronto ao campo minado da relação entre indivíduo/biografia e história – exaltação discutível do indivíduo, entrave ao julgamento crítico do historiador, mal-estar diante do gênero biográfico, entre outras questões. Mas, para além desses entraves, de há muito em discussão, é forçoso reconhecer a importância do personagem/protagonista da história, singularizado no marco existencial que os define como indivíduos na tessitura de um quadro histórico e enfocado a meio caminho entre o particular e o coletivo.

A afirmação de Dias adquire toda sua dimensão quando nos deparamos com algumas referências, que autores de obras, hoje clássicas, fazem a Mendes Pimentel. Refiro-me a Afonso Arinos de Melo Franco, em sua obra *Um Estadista da República* (1955)⁴, e Pedro Nava, em *O Círio Perfeito* (1983)⁵. Da atuação na vida política de Minas, logo tornado líder de movimento dissidente, nos finais da década de 1890, Mendes Pimentel se confronta com os interesses dos grupos oligárquicos, reinvidicando maior democratização no processo de escolha do candidato a governador do Estado. Esgotadas as possibilidades de a dissidência conseguir um candidato de oposição, face ao *escandaloso incondicionalismo da política oficial mineira o puro e intransigente* Mendes Pimentel renuncia à cadeira de deputado federal e afasta-se da política a fim de não comprometer os amigos⁶.

Pedro Nava, com sua obra exemplar de memorialística, é como testemunha ocular, o narrador minucioso e crítico do conflito de 18 de novembro de 1930, em que o Reitor Mendes Pimentel, na conjuntura do recém-instalado Governo de Vargas, toma posição em defesa da autonomia da Universidade de Minas Gerais. O “conflito” leva Mendes Pimentel a renunciar ao cargo de Reitor, mudar-se para o Rio de Janeiro e jamais voltar a Minas Gerais.

A admiração de Pedro Nava por Mendes Pimentel está impressa em seu livro *O Círio Perfeito*:

O magnífico reitor que abriu a sessão [do Conselho Universitário] era o homem que conseguira a autonomia da universidade e cujo programa de administração estava preso aos propósitos da formação de profissionais eficientes, de pesquisadores, de humanistas que preservassem o passado e a civilização brasileira. Era o que sonhava com a criação de ‘professores profissionais’ trabalhando dentro de um regime de fultaime, da co-participação oficial dos alunos dentro da administração universitária, da vinda

*rotineira de professores e conferencistas estrangeiros e sua vice-versa – as viagens periódicas de grupos de mestres e de alunos aos grandes centros universitários do mundo civilizado*⁷.

Os registros de Franco, Nava e Dias sobre Pimentel, marcados pela ideia de singularidade do homem, instigam à reflexão. Compreender melhor essa singularidade exige voltar aos fatos, analisando-os no contexto preciso que os produziu e dar conta de ideias que excedem ou rompem com a normalidade majoritária, quando confrontadas com uma pluralidade de acontecimentos. Acredito que, por esse caminho, posso apresentar uma contribuição à biografia de Mendes Pimentel, impressa na simbologia de fatos e ações que marcam sua história de vida e que o singulariza, sem prejuízo das inúmeras qualidades que lhe são atribuídas como professor, advogado, jurista e jornalista.

Embora os registros biográficos deixem entrever uma profunda admiração por Mendes Pimentel, pouco ou quase nada, foi produzido no plano da sua biografia intelectual. Como homem de seu tempo, condição que a ninguém é dado escapar, podemos dizer que, pelas suas ações, Mendes Pimentel foi, também, um homem contra seu próprio tempo. Para esclarecer essa questão, é preciso buscar as ideias que forjam o intelectual Mendes Pimentel e encontrar o elo que une o jovem educador e dissidente político da década de 1890 ao elaborador do projeto intelectual e político da Universidade de Minas Gerais, e seu primeiro Reitor.

Nessa perspectiva importa um olhar, embora breve, sobre os tempos de Mendes Pimentel. Esses são tempos de falência do Estado Liberal/Mínimo, pautado pelo individualismo – frutos da ilustração e do romantismo – e pela crença na capacidade humana de encontrar a felicidade com seus próprios recursos. Do Estado Mínimo, limitado a garantir a segurança e proteger a esfera das decisões individuais, não tardam as distorções sociais e econômicas. A vida cotidiana dos trabalhadores nas fábricas é dura e incerta, agudizada já nas últimas décadas do século XIX, no compasso da Revolução Industrial⁸.

No Brasil, os grandes temas nacionais – abolição da escravidão, proclamação da República, imigração, separação entre Igreja e Estado, educação – estão na pauta dos bacharéis de 1870. O clima é de efervescência face às novas teorias – comtismo; darwinismo; spencerismo –, assuntos de que é exemplar a obra de Mota, sobre Sílvia Romero⁹. Dentre as muitas ideias que animavam o debate dos intelectuais das últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, muitas vezes polêmicas, e até conflitantes, registramos da obra de Mota – crença na transformação do País pela força das ideias; confiança ilimitada no poder da ciência; necessidade de adequar o país à modernidade ocidental, noção de mudança constante, em processo/progresso, busca das causas do atraso cultural¹⁰.

Isso posto, vale traçar, mesmo em passos largos, as coordenadas temporais da vida de Mendes Pimentel no contexto dos anos de 1885 a 1930.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1869, Mendes Pimentel vem menino para Minas Gerais, em razão de ter sido o pai nomeado juiz de direito da comarca de Pitangui. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito de São Paulo, em 1889, Mendes Pimentel é, no mesmo ano, nomeado promotor de Queluz, atual Conselheiro Lafaiete. Nesse cargo permanece por pouco tempo, afastando-se para exercer a advocacia no Rio de Janeiro.

A estadia no Rio de Janeiro é breve. Em pouco tempo retorna a Minas Gerais, onde se dedica à advocacia, ao ensino e ao jornalismo. Em Barbacena, onde inicialmente fixa residência, colabora com inúmeras matérias para o jornal *A Folha* e propõe a criação de uma Escola Normal, ideia que será realizada em pouco tempo. Dirige, ainda, através de *A Folha*, uma série de cartas abertas sobre o ensino profissional primário do Estado, ao Presidente do Estado, Cesário Alvim¹¹.

De 1891 a 1900 registra-se sua primeira década de atividades profissionais, nas áreas do direito, educação e jornalismo, bem como a sua participação na vida política de Minas. Esses são tempos em que Mendes Pimentel firma suas bases teóricas e conceituais de pensamento, refletidas na relação estreita entre democracia, educação e política, pelas quais pauta suas ações.

A entrada de Mendes Pimentel na política ocorre nas eleições estaduais de 1894. Eleito deputado estadual, ocupa a vice-presidência na Assembleia Legislativa e é relator da Comissão de Instrução Pública. De sua atuação no legislativo estadual resulta a publicação de um relatório sobre organização de ensino profissional primário do Estado¹². Eleito deputado federal, em 1897, integra a representação de Minas na Câmara dos Deputados. Envolvido no processo contínuo de clivagens no nível das elites políticas, Mendes Pimentel encerra formalmente sua participação na política mineira com a renúncia, em 1898, ao mandato na Câmara Federal, no bojo de uma crise que definirá os rumos da política mineira, pelo menos até 1930.

Quando Pimentel inicia sua atuação política como parlamentar, o Partido Republicano Mineiro-PRM, fundado ao término do ano de 1888, já se desagregara no embate entre antigos monarquistas e republicanos históricos para, finalmente, desaparecer nas lutas em torno das eleições para a Constituinte Federal e a Constituinte Estadual (1889-1891)¹³.

A carência de teses econômicas e sociais que possam estabelecer uma distinção, em linhas primordiais, entre os agrupamentos políticos estaduais protela a questão da reorganização partidária até o encerramento dos trabalhos constituintes. A questão retorna à agenda política em função das eleições de 1894, a serem realizadas já dentro dos recém-estabelecidos parâmetros constitucionais. É a execução dos pactos políticos que fornece as bandeiras para justificar uma nova organização partidária¹⁴.

Em 1893, formam-se no Estado dois partidos: o Partido Republicano Constitucional e o Partido Republicano Conciliador. O primeiro, sob a liderança de Antônio Olinto, um republicano histórico, é formado pelos ditos intransigentes,

vacas-bravas, ou jacobinos que, sob a bandeira do constitucionalismo, têm como objetivo lutar pela manutenção da república federativa presidencialista. O segundo, é formado pelos partidários de Cesário Alvim, que, sob a bandeira da revisão constitucional, se posicionam a favor da implantação do parlamentarismo, objetivo a que acrescem a defesa pela indiferenciação entre monarquistas e republicanos na direção política da República¹⁵.

Entre 1893 e 1897 ocorre uma progressiva reunião de forças políticas em torno do Partido Republicano Constitucional, ao mesmo tempo em que se registra um progressivo enfraquecimento do Partido Republicano Conciliador. A diversidade de interesses dos grupos ou lideranças regionais, aglutinados na legenda do Partido Republicano Constitucional, impede, no entanto, que as representações majoritárias do partido obtenham resultados práticos em termos de atuação política. A ausência de organização e coesão partidária, face ao grande número de lideranças regionais e acordos coronelistas, possibilitam a Silviano Brandão, líder político da região sul do Estado, assumir o comando da legenda e alijar Antônio Olinto de sua posição de chefe do partido. Essa substituição reflete o fato de que o Partido Republicano Constitucional, na sua evolução, havia encampado a tese de que a direção e a orientação partidária cabiam ao Congresso Mineiro e, na sua ausência, ao presidente do Estado¹⁶.

É nessa conjuntura que Mendes Pimentel, juntamente com Antônio Olinto, posiciona-se contra o fechamento do sistema político mineiro, em clara marcha de oligarquização, sob a tutela de Silviano Brandão. Eles questionam a “institucionalização” do Partido Republicano Constitucional como partido do Governo estadual, tal como acontecera com o PRM da propaganda, e discutem a legitimidade da interferência do Legislativo no processo eleitoral.

Com vistas à eleição de presidente do Estado, prevista para 1898, Mendes Pimentel capitaneia uma ala parlamentar dissidente, em 1897, contrária à candidatura de Silviano Brandão à presidência do Estado e, também, ao que considera a farsa partidária representada pelo Partido Republicano Constitucional.

No contexto, adotando uma posição doutrinária inflexível, Mendes Pimentel assume a liderança de um movimento dissidente que se propõe à (re)fundação do Partido Republicano Mineiro, para o qual escreve as bases orgânicas.

Em setembro de 1897, os dissidentes publicam manifesto contando com 35 assinaturas. O documento-manifesto, intitulado *Aos Republicanos Mineiros*, ataca o oficialismo ascendente, lembrando ao Congresso Mineiro a incompatibilidade virtual entre a função constitucional de julgar o pleito eleitoral e a função que se arrogara de fazer candidaturas¹⁷.

O objetivo dos dissidentes é provocar uma diferenciação partidária, que ponha fim ao monopartidarismo e permita o reordenamento do processo sucessório. A pretensão é resgatar os valores liberais e democratizantes do contexto circunstancial do final do Império e dos primeiros tempos da República.

Determinados a vencer a dissidência, que poderia firmar uma cisão na política mineira, os membros do Partido Republicano Constitucional, sob o comando de Silviano Brandão, associam-se de forma estratégica aos dissidentes e fundam, juntamente com Mendes Pimentel e seus liderados, o novo partido, tal como proposto pela dissidência.

Em um processo habilmente manipulado por meio de duplicatas de representações municipais em mãos dos governistas, Mendes Pimentel e Antônio Olinto perdem a liderança do novo partido para a facção oligárquica silvianista. Silviano Brandão é eleito presidente do Estado. O grupo dissidente acaba por anular-se, com os menos radicais acomodando-se à situação. De tudo se conclui que não havia espaço político para Mendes Pimentel na república dos oligarcas e dos coronéis.

Rejeitando o tipo de política que se fazia, Mendes Pimentel renuncia ao mandato de deputado federal na Câmara Federal (1898). Sua atuação política continua ainda, pelo menos até 1900, através do *Jornal do Povo*. Nesse jornal, ele denuncia a violência do governo do presidente Silviano Brandão para impor os interesses oligárquicos, sob a capa de um PRM monolítico e a letra morta que se torna a plataforma que elaborara para o Partido Republicano Mineiro.

No panorama geral da República, a vitória do grupo silvianista sobre os dissidentes liderados por Mendes Pimentel faz parte do contexto de oligarquização da República, que culmina na política dos governadores, idealizada por Campos Sales. É parte, portanto, da crise das ideias liberais e democratizantes em que mergulha a República e que se escoa na implantação da ditadura de Vargas, com a invenção do Estado Novo, em 1937.

A curta permanência de Mendes Pimentel nos quadros da política mineira é tempo suficiente para que ele deixe, moço ainda, por meio de sua atuação política e de um documento exemplar – *Bases Orgânicas do Partido Republicano Mineiro*¹⁸ –, testemunhos do seu modo de pensar e de agir, partilhado com os que, à época, se posicionam com entusiasmo por uma República que transforme as estruturas econômicas e sociais arcaicas que vêm do antigo regime.

Segundo os termos do documento *Bases do Partido Republicano Mineiro*, Mendes Pimentel defende: a garantia de representação das minorias; o combate à fraude eleitoral; a independência do Poder Judiciário pela garantia da inamovibilidade dos juízes; a necessidade de uma atenção capital aos problemas da instrução pública, visando à expansão do ensino secundário; a formação, em nível superior, dos quadros intelectuais do Estado; a adoção de uma política de educação popular que atendessem ao problema social da educação do proletário; a necessidade de dar garantias ao magistério, contra as contínuas remoções por interesses políticos, para habilitá-lo ao desempenho da missão que lhe competia na democracia; e, finalmente, a organização de uma estrutura partidária em moldes mais democráticos.

Do documento *Bases Orgânicas do Partido Republicano Mineiro*, é possível entrever a vocação de pedagogo, expressa na concepção da educação como elemento transformador, e na militância pela educação como um dever. Sua preocupação com a educação do proletariado o aproxima de ideias do positivismo.

A concepção de partido político de Mendes Pimentel fica registrada nas ideias que defende. Para ele a concepção de partido passa pela reunião das vontades em torno de um certo número de ideias que se consubstanciam em uma bandeira de combate. Nesse sentido, o partido tem que ter objetivos claros, visando a exercer uma força transformadora da realidade social. Em síntese, para ele a agremiação político-partidária tem que se constituir duplamente como um órgão social e político.

Chama, ainda, atenção, o fato de que as relações que Mendes Pimentel estabelece entre partidos políticos e educação são, praticamente, as mesmas que Washington Vita aponta em Alberto Sales: fundadas no spencerismo pedagógico, que vê a função educativa como parte integrante da estrutura política geral¹⁹.

Numa confrontação entre a biografia de Alberto Sales e Mendes Pimentel verifica-se muita semelhança. Como Mendes Pimentel, Alberto Sales renuncia ao mandato de deputado federal em 1894, cargo para o qual fora eleito em 1893. A razão é semelhante: a discordância com a direção que tomava o Partido Republicano Paulista-PRP, que considera uma verdadeira máquina de guerra, aparelhada unicamente para a grande batalha da corrupção, chamada eleições, e que outra coisa não fazia a não ser lutar pela posse do poder, para distribuir entre os seus os despojos dos empregos públicos.

Opondo-se ao irmão presidente – Campos Sales – quanto ao estabelecimento da política dos governadores, que consagra o poder dos oligarcas nos estados e dos coronéis nos municípios, Alberto Sales publica no *Estado de São Paulo* (1901) um artigo com o título *Balanço Político*. O documento é uma condenação à política republicana, que aponta como imoral e falida. Decepcionado, retira-se para a fazenda de Guararema, no interior de São Paulo, aonde vem a falecer em 1904²⁰.

A influência da obra de Alberto Sales sobre Mendes Pimentel pode ser constatada, particularmente, em duas de suas obras: *Catecismo Republicano* (1885) e *Estudo científico sobre disciplina e organização partidária* (1888). Tendo cursado a Faculdade de Direito de São Paulo, no período compreendido entre 1877 e 1882, era inevitável que os escritos de Alberto Sales tenham tido enorme difusão nas turmas que lá ingressam no decorrer da década de 1880.

Nos últimos vinte anos do Império, foram as academias, particularmente as de Direito, verdadeiros centros de imensa movimentação intelectual e política em torno das ideias republicanas. Estudante na Faculdade de Direito de São Paulo, onde ingressa no ano de 1885, Mendes Pimentel não fica certamente alheio às atividades do Clube Republicano Acadêmico da Faculdade, cujos membros, comenta George

Boehrer, eram os mais doutrinários de todos os republicanos brasileiros²¹. Registre-se, ainda, que Pimentel pertence à geração de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, descrita por Melo Franco, que assistiu aos dois momentos mais marcantes do Brasil moderno: a abolição da escravidão e a proclamação da República²².

Pelo contexto descrito, Mendes Pimentel, como seus contemporâneos na Faculdade de Direito de São Paulo, não passa ileso pelas duas correntes de pensamento dominantes: o evolucionismo darwinista e o positivismo. Transpostas para o Brasil, essas correntes irão conformar-se e expressar-se segundo o quadro de referências da sociedade brasileira. Assim, no contexto das academias, o darwinismo, focado originalmente na evolução dos seres vivos, extrapola os limites da biologia e introduz, no campo das ciências sociais, a noção de mudança permanente. Dessa ilação, resulta a concepção de que a sociedade, tal como a natureza, está em permanente evolução – tomada essa palavra, no vocabulário da época, como sinônimo de progresso. Na mesma perspectiva, o positivismo, que tem como substrato a ideia da reorganização da sociedade, se equaciona na difusão de uma atitude crítica condicionando o exame dos problemas nacionais. Abordando essa questão a partir do campo conceitual da cultura política, acompanho Miguel Reale na ideia de que foi mais o espírito positivo – a atitude de reserva e crítica assumida pelas elites que animou a cultura brasileira a partir de 1870 – do que o positivismo²³.

Em Mendes Pimentel encontramos o mesmo espírito da Geração de 70, do século XIX. Com ela, compartilha do princípio civilizador que une, na diversidade de posições, intelectuais como Manuel Bonfim, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, José Veríssimo, Lafayette Rodrigues Pereira e Alberto Sales. Todos eles – cada um a sua maneira – propõem-se a reformar o País de modo a tirá-lo do atraso e da ignorância, integrando-o, como se dizia à época, à “marcha da civilização”.

A Geração de 70 deu forma a um movimento renovador que tem sido interpretado como expressão da sensibilidade das elites letradas em relação às transformações vivenciadas pelo País às novas aspirações políticas e sociais delas decorrentes. Antônio Cândido, em estudo sobre o método crítico de Sílvio Romero, relaciona os novos conteúdos e as novas formas adotadas pelos escritores da Geração de 1870 à afirmação do espírito urbano sobre a mentalidade ligada à grande propriedade rural²⁴.

Roque Spencer Maciel de Barros denomina o período entre 1870 e 1914 de ilustração brasileira. Para esse autor, o intenso movimento de ideias, iniciado a partir dos anos 70 do século XIX, permite perceber uma certa mudança de mentalidade, que exige uma forma de governo mais consentânea com as aspirações de grande parte da sociedade. Explicitando melhor sua periodização, Barros considera que, realizada a República, não se rompe o círculo de ideias – na filosofia, na literatura, na pedagogia, na política – do fim do Império, prolongando-se o

mesmo movimento intelectual, pelo menos até 1914. No máximo, afirma, *podemos dizer que de 1870 a 1889 esse movimento ganha toda a consistência: é a sua juventude, a fase de plena consciência, a crença em que as novas idéias transformarão radicalmente o país*²⁵.

A narrativa de Carl Von Koseritz, redator do jornal *Koseritz Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, reproduzida por Mota, a propósito da representação do bailado Excelsior que o jornalista assiste na Corte em julho de 1883, referencia os fundamentos do tempo histórico a que Barros denomina de ilustração brasileira. O tema do bailado, que fez furor em todas as grandes cidades do mundo, é a luta da treva contra a luz.

Narra Koseritz:

*A Treva (o obscurantismo) é representada por um cavaleiro da Idade Média e a luz pelo Gênio do Progresso. No começo do bailado o Gênio do Progresso está acorrentado aos pés do Obscurantismo; a Inquisição floresce e a miséria e a decadência reinam sobre o mundo. Então começa a luta; o Gênio se liberta das cadeias e se levanta em toda a beleza, coroado pelas luzes elétricas*²⁶.

Cada movimento, comenta Mota, *é detalhado pelo jornalista, deslumbrado com as sucessivas derrotas do Obscurantismo ante o primeiro barco a vapor, a construção da pilha elétrica, o canal de Suez, o posto telegráfico,*

‘aonde centenas de gênios recebem e expedem orgulhosos telegramas num bailado realmente encantador’. Finalmente o Obscurantismo reconhece sua derrota perante o Progresso; abre-se o fundo do palco, vê-se a representação alegórica da confraternização de todas as nações, e a terra, abrindo-se, engole a Treva. Desaparecem as nuvens e a cena mostra um grande templo, no qual todas as nações se abraçam; os gênios do Progresso, da Civilização e da Concórdia as abençoam. ‘O quadro final mostra a apoteose da paz e da ciência em maravilhoso arranjo’, conclui Koseritz.

O bailado Excelsior, que se espelha na construção das máquinas, num tipo de visão progressista, é símbolo do pensamento que domina o imaginário dos homens do século XIX. No entanto, as formas de representação do pensamento progressista não são uniformes e não têm uma única leitura. Muito provavelmente o bailado Excelsior, uma metáfora do progresso, agudiza a percepção crítica das elites da necessidade de transformação da sociedade brasileira.

Em Mendes Pimentel, já temos claro, no final do século XIX, que o sonho de transformação da sociedade brasileira só pode se realizar pela via da educação. República, educação e progresso são indissociáveis em seu pensamento.

A essa época, já afastado da política pela renúncia ao mandato de deputado federal, em 1898, Mendes Pimentel dedica-se aos problemas da educação, ao magistério na Faculdade de Direito e à sua banca de advocacia. Entre 1900 e 1927, sem imiscuir-se na política, não deixa de prestar serviços ao Estado: atua na defesa dos interesses de Minas na questão de limites com o Espírito Santo e organiza e preside o Conselho Penitenciário, centrando sua ação na reforma do setor de assistência aos presidiários.

Em 1927, é convidado pelo Presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para constituir a Universidade de Minas Gerais e ocupar o cargo de seu primeiro Reitor. A escolha é saudada pelos seus pares e pelos mais diversos setores da sociedade. Longe de ser uma escolha arbitrária, ela é o reconhecimento da competência de Mendes Pimentel em assuntos educacionais e da sua posição em defesa da expansão do ensino superior, que está registrada nas *Bases Orgânicas do Partido Republicano Mineiro*.

À frente da Reitoria da UMG, as posições políticas e pedagógicas de Mendes Pimentel podem ser conhecidas em fragmentos dos discursos que pronuncia em sua posse no cargo de reitor, e por ocasião da abertura dos cursos de 1928. Reconhecendo que o problema político – a prática da democracia – *é por inteiro o da educação*, Mendes Pimentel reafirma suas posições de quarenta anos atrás. Sua noção de Universidade confronta-se com a ideia de Universidade conglomerado de escolas, mantendo cada uma delas seu poder intacto em relação a um centro fictício de articulação. Esse, o maior problema que se apresentava ao Reitor Mendes Pimentel – a UMG, formada por *quadravium* de escolas. Em sua fala, explicita que as faculdades não podem ser *compartimentos estanques e impenetráveis*, que, além da profissionalização, é preciso pensar *as pesquisas originais*, é preciso *modernizar os métodos didáticos*, é preciso *assistir aos estudantes em más condições de fortuna*, difundir o espírito universitário, e cuidar das pedras fundamentais da construção da instituição universitária – *o patrimônio e a autonomia*²⁷.

A descrença de Mendes Pimentel com a política, e sua intenção de não aceitar interferências na administração da Universidade, está bem explícita no seu discurso de posse:

*Aqui jamais entrará a intriga política. Mas não haverá força capaz de nos estrangular na garganta o grito de protesto, quando – seja quem for – investir contra a consciência brasileira. Durante dois anos, Theodoro Mommsen, o grande romanista, fez frente, da sua cátedra, ao militarismo de Bismarck. D. Miguel de Unamuno, da Universidade de Salamanca, desafia o caudilho espanhol e pela boca do reitor salmantino fala o pensamento liberal da península. Se, nos dois países de maior tradição autocrática, a Universidade é fanal de liberdade, nestas terras moças da América ela não será cúmplice passiva das tiranias.*²⁸

No período de três anos que durou o reitorado de Mendes Pimentel, os trabalhos de estruturação formal da Universidade de Minas Gerais têm um ritmo acelerado. Nesse período cria-se a *Revista da Universidade de Minas Geraes*, que começa a circular em 1929; instala-se o Curso Anexo, destinado a preparar estudantes para o vestibular; contrata-se a vinda de professores estrangeiros; realizam-se excursões de professores e estudantes à outras unidades da federação, bem como ao Uruguai e à Argentina; estabelece-se uma taxa de assistência à *Associação Universitária Mineira*, para auxiliar no seu departamento de apoio aos estudantes pobres; e, obtém-se, em 22 de janeiro de 1930, por ato do presidente da República, Washington Luís, *Carta de Autonomia Administrativa, Econômica e Didática*, considerando que a Universidade preenchia os requisitos do decreto nº 18.682, de 1º de abril de 1929²⁹.

Correspondência do Reitor Pimentel a um número significativo de universidades³⁰, a ida do Prof. José Lúcio dos Santos ao Congresso Internacional de Universidades, realizado em Havana, em fevereiro de 1930, representando a UMG e, também, sua missão aos Estados Unidos para visitar e coletar dados sobre as universidades que pudessem ser úteis à recém-criada Universidade, demarcam a intenção do Reitor em integrar de pronto a Universidade de Minas Gerais ao sistema universitário internacional³¹.

Fugindo à sua tradicional e declarada posição de manter-se longe da política, Mendes Pimentel saúda o presidente Antônio Carlos, em 6 de maio de 1929. A homenagem é realizada em comemoração à primeira eleição ocorrida no Estado – a eleição de um membro para o Conselho Deliberativo de Juiz de Fora – em que se põe em vigor a Lei nº 995, de 20 de setembro de 1927, que institui o voto secreto e cumulativo para as eleições estaduais e municipais em Minas Gerais. No texto de Mendes Pimentel é ressaltada sua concepção de república, contida nas ideias pelas quais lutara na década de 1890³². Afirma Mendes Pimentel:

*Há trinta anos eu me recolhi ao anonimato da multidão. E agora tenho a ufanía de emergir, episodicamente embora, do seio do povo, para em nome dele trazer a V. Excia. as suas congratulações pela vitória republicana, que na terra mineira assinala a data de ontem. Depois de cumprida esta incumbência, que há pouco me foi cometida, sem que eu pudesse recusar e escolher expressões –, eu voltarei à obscuridade, que os contemporâneos iluminaram por um momento*³³.

No texto acima, do discurso de saudação de Mendes Pimentel a Antônio Carlos, temos uma renovação da evidência de sua irreconciliação com a política, amplamente reafirmada à época de sua posse como reitor. Sem estabelecer uma relação mecânica entre essa posição do Reitor e os acontecimentos que darão origem

à sua renúncia à direção mais alta da Universidade de Minas Gerais, não se pode deixar de concluir que a sua condição de educador, crítico ferrenho da educação na República, dificilmente se acomodaria a um quadro de pressão como o que enfrenta logo após o término da Revolução de 30, iniciada em 3 de outubro, que leva ao poder Getúlio Vargas.

No mês seguinte, promulga-se o Decreto nº 19.404, de 14 de novembro, estabelecendo-se a promoção automática dos estudantes à série seguinte. Antes mesmo da expedição do decreto, uma grande mobilização estudantil e notas na imprensa prenunciavam uma situação difícil. Logo após a promulgação do decreto, uma comissão de estudantes dirige-se ao Reitor, solicitando sua aplicação na UMG. O Reitor, apoiado na Carta de Autonomia da Instituição e, ainda, em informe do Ministro da Educação, informa aos alunos que a UMG está excluída do cumprimento do decreto. Além desses argumentos, relembra sua oposição, anteriormente declarada, ao “decreto da gripe”, assinado em 1918, que promoveu todos os alunos das escolas superiores ou faculdades oficiais, incluso o Colégio Pedro II, e chegou ao absurdo de considerar aprovados, em quatro matérias quaisquer, alunos do ensino secundário que *mediante um sello de dez mil réis requeressem certidão de habilitação nos estudos preparatórios*. Considera, no entanto, que o assunto não é de sua alçada, e sim do Conselho Universitário³⁴.

Levado o assunto ao Conselho Universitário, em 18 de novembro de 1930, decide-se pela não aplicação do decreto à UMG. À decisão do Conselho segue-se um verdadeiro tumulto. No ambiente de ascensão de Vargas ao poder, a posição de Mendes Pimentel e dos demais professores, membros do Conselho Universitário, não desagrada somente aos estudantes. No contexto, lembrando que Minas Gerais é parceiro incontestado da Revolução de 30, uma questão de interesse puramente acadêmico, acarreta tumultos de consequências impensadas.

O episódio, com indícios de manipulação externa à UMG, toma proporções inesperadas. A mais traumática delas é a morte de um estudante atingido, no tumulto, por um filho do Reitor. Mendes Pimentel renuncia ao Reitorado e a autonomia da Universidade é cassada, em 30 de novembro, pelo Governo Federal. À tragédia, segue-se um período sombrio na vida da Universidade de Minas Gerais, que só muito lentamente foi sendo superado.

Em livro-depoimento, que inclui o relatório de sua gestão e o inquérito policial, Mendes Pimentel, assim, se refere aos acontecimentos de 18 de novembro:

O inquérito e o processo criminal só foram feitos para apurar a responsabilidade de meus filhos. Até hoje não se verificou [...] quem feriu dois professores, quem, por duas vezes, lançou fogo ao edifício onde, prisioneiro da turba, estava o conselho universitário, quem foi o autor de um, ao menos, dos seiscentos a setecentos, projéteis atirados contra os conselheiros, quem incendiou três automóveis de professores

[...], quem durante três horas e meia assediou a universidade injuriando os professores e tentando massacrá-los, e quem, durante três dias, dominou pelo pânico a capital do Estado³⁵.

Nas palavras de Pedro Nava, “para encerrar o relato desse caso da Universidade de Minas Gerais, resta deplorar três vítimas: a própria instituição, o estudante de medicina José Ferreira Viana e o reitor Francisco Mendes Pimentel³⁶”.

Notas

1. Uma primeira versão deste texto foi apresentada em seminário, realizado em setembro de 2003, em sessão dedicada à UFMG, pelos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, com o objetivo de retratar a trajetória intelectual do professor Fernando Correia Dias, em meio a um diálogo mediado pelos temas que elegeram como objetos de pesquisa.
2. DIAS, Fernando Correia. *Universidade Federal de Minas Gerais: projeto intelectual e político*, 1997, p. 203-217 e 219-241.
3. Ibidem, p. 203.
4. FRANCO, *Um estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu Tempo, ed. 1977.
5. NAVA, Pedro, *O Círio Perfeito*, 1983. (Memórias/6)
6. FRANCO, p.282-283.
7. NAVA, Pedro, *O Círio Perfeito*, 1983. (Memórias/6).
8. ALMEIDA FILHO, Agassiz. 10 Lições sobre Carl Schmitt. Editora Vozes. p.18-19.
9. MOTA, Maria Aparecida Rezende: *Sílvio Romero – Dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. FGV, 2000.
10. MOTA, op. cit., 26-31
11. Ibidem.
12. PIMENTEL, F. Mendes. *Organização do ensino profissional primário no Estado de Minas Geraes*, 1896.
13. RESENDE, op. cit., p. 55-67.
14. Ibidem, p.100-101.
15. RESENDE, op. cit.p.55-67.
16. Ibidem. p. 107-108.
17. *Aos Republicanos Mineiros*. Minas Geraes, 4 set. 1897.
18. BASES ORGÂNICAS DO PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO ADOPTADAS NA CONVENÇÃO DE BELO HORIZONTE. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides mineiras* (1864-1897).

19. VITA, Luís Washington. *Alberto Sales: ideólogo da República*. São Paulo, 1965.
20. VITA, op. cit. 41-46.
21. BOEHRER, George C. A. *Da monarquia à República: história do partido republicano do Brasil (1870-1889)*, p.127
22. FRANCO, op. cit. p. 166-171.
23. REALE, Miguel. *Pluralismo e liberdade*, 1963. p. 267. Citado por: VITA, Luís Washington. *Alberto Sales: ideólogo da República*. São Paulo, p.14-15.
24. MOTA, p. 26-27.
25. BARROS, Roque Spencer Maciel de Barros. *A Ilustração Brasileira*, p. 7-8.
26. MOTA, op. cit. p. 26-27.
27. Revista da Universidade de Minas Geraes, 1929, t. 1.
28. PIMENTEL, F. Mendes. *Discurso de posse como Reitor da Universidade de Minas Gerais*, 15 de nov. de 1927
29. Ibidem.
30. Correspondências recebidas de universidades estrangeiras em resposta a comunicado do Reitor Mendes Pimentel sobre a fundação da Universidade de Minas Gerais. Período: 1927-1928: Albert Ludwigs- Universität; Boston University; Das Sekretariat der Technischen Hochschule; Der Rektor der Georg August- Universität; École des Hautes Études Commerciales; École Libre des Sciences Politiques; Faculté de Droit de Bordeaux; Hess. Universitäts; Lehigh University; Medizinische Akademie Düsseldorf; Miami University; New York University; Philipps Universität; Princeton University; Staats- und Universitäts bibliothek; Stanford University; Syracuse University; Technischen Hochschule Dresden; Technischen Hochschule Hannover; Technischen Hochschule München; Technischen Hochschule Stuttgart; Temple University; The University of Chicago; The University of Rochester; The University of Wisconsin; Thüringischen Landesuniversität; Union College; Universidad Central de Venezuela; Universidad de La Habana; Universidad Nacional de La Plata; Universidad Nacional de Tucumán; Universität Erlangen; Universität Heidelberg; Université de Paris; Université de Strasbourg; University of Arkansas; University of Cincinnati; University of Idaho; University of London; University of Michigan; University of Pennsylvania; University of Washington.
Arquivo Geral – DSG/UFGM.
31. SANTOS, Lúcio José dos. *Missão universitária nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1930.
32. DIAS, op. cit. 210-211.
33. Citado por: DIAS, op. cit. p. 211.

34. PIMENTEL, F. Mendes. *O conflito de 18 de novembro na Universidade de Minas Geraes*: três annos de reitorado; o inquérito policial e o processo criminal, 1931.
35. PIMENTEL, 1931. op. cit. p. 24-25.
36. NAVA, 1983 p.62.

Referências bibliográficas e documentais

- ALMEIDA FILHO, Agassiz. *10 Lições sobre Carl Schmitt*. Vozes, 2014.
- AOS REPUBLICANOS MINEIROS. *Minas Geraes*, 4 set. 1897.
- BASES ORGÂNICAS DO PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO ADOPTADAS NA CONVENÇÃO DE BELO HORIZONTE. In: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemerides mineiras* (1864-1897). Ouro Preto: Imprensa Official, jul./set.v.3, 1897.
- BOEHRER, George C. A. *Da monarquia à República*: história do partido republicano do Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1954.
- CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS DE UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS em resposta a comunicado do Reitor Mendes Pimentel sobre a fundação da Universidade de Minas Gerais. Período: 1927-1928: Albert Ludwigs- Universität; Boston University; Das Sekretariat der Technischen Hochschule; Der Rektor der Georg August- Universität; École des Hautes Études Commerciales; École Libre des Sciences Politiques; Faculté de Droit de Bordeaux; Hess. Universitäts; Lehigh University; Medizinische Akademie Düsseldorf; Miami University; New York University; Philipps Universität; Princeton University; Staats-und Universitäts bibliothek; Stanford University; Syracuse University; Technischen Hochschule Dresden; Technischen Hochschule Hannover; Technischen Hochschule München; Technischen Hochschule Stuttgart; Temple University; The University of Chicago; The University of Rochester; The University of Wisconsin; Thüringischen Landesuniversität; Union College; Universidad Central de Venezuela; Universidad de La Habana; Universidad Nacional de La Plata; Universidad Nacional de Tucumán; Universität Erlangen; Universität Heidelberg; Université de Paris; Université de Strasbourg; University of Arkansas; University of Cincinnati; University of Idaho; University of London; University of Michigan; University of Pennsylvania; University of Washington.
- Arquivo Geral – DSG/UFGM.
- DIAS, Correia Fernando. *Universidade Federal de Minas Gerais*: projeto intelectual e político. Belo Horizonte: Ed. UFGM, 1997.
- FOREIGN, Relations United States, Vol. cit., p.349.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu tempo Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.
- MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sélio Romero*: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

- BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Editora Convívio/EDUSP, 1986.
- NASCIMENTO, Evando, *Reinvenção da existência*. Folha de São Paulo, Ilustríssima, 2013.
- NAVA, Pedro. *O círio perfeito*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. Memórias 6.
- PIMENTEL, F. Mendes. *O conflito de 18 de novembro na Universidade de Minas Geraes: três annos de reitorado; o inquérito policial e o processo criminal*. Bello Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1931.
- PIMENTEL, F. Mendes. *Discurso de posse como Reitor da Universidade de Minas Gerais*, 15 de nov. de 1927. In: *Revista da Universidade de Minas Geraes*, 1929. t. 1.
- PIMENTEL, F. Mendes. *Organização do ensino profissional primário no Estado de Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Official, 1896. *Revista da Universidade de Minas Geraes*, 1929. t. 1.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1982.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Francisco Mendes Pimentel: perfil*. In: *Memorial FUMP*, 1992.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Fundação Universitária Mendes Pimentel (1929-2004: 75 Anos)*. FUMP, 2005.
- Revista da Universidade de Minas Geraes*, 1929. t. 1.
- SANTOS, Lúcio José dos. *Missão universitária nos Estados Unidos*. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas Geraes, 1930. *Revista da Universidade de Minas Geraes*, 1929. t. 1.
- VITA, Luís Washington. *Alberto Sales: ideólogo da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

SAUDAÇÃO AO NOVO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº 33¹³

Regina Almeida - Cadeira nº 95
Patrono: Antonio Olyntho dos Santos Pires

Abrem-se as portas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais para acolher um novo associado efetivo: Adalberto Andrade Mateus, filho da histórica e valorosa Santa Luzia do Rio das Velhas.

Luziense de boa cepa, Adalberto nos chega com uma larga bagagem de conhecimentos e experiências muito adequadas aos interesses e necessidades da casa.

Fiel à tradição dos seus ilustres conterrâneos, Adalberto traz no seu DNA acendrado amor ao torrão natal, conhecimento aprofundado da história local e regional, gosto especial pela arte no seu amplo espectro de manifestações e uma fé robusta em Deus, sem negar ou esquecer jamais a Virgem Mártir Santa Luzia, padroeira amada de todos os luzienses.

Graduado em Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, pela PUCMINAS, onde recebeu o título de “Aluno Destaque”, em 2006, o jovem associado tem um currículo enriquecido de cursos vários de atualização e especialização, bem como de rica e diversificada experiência, particularmente nas áreas de Comunicação Organizacional, de Gestão Intercultural e de Investigação Histórica e Cultural.

Atuação profissional

Técnico em Gestão, Proteção e Restauração do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA) de Minas Gerais, Adalberto tem-se voltado para a História de Minas, para o nosso patrimônio natural e cultural e para a História da Arte, com destaque para a arquitetura colonial, o barroco mineiro e o mecenato artístico em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX.

No IEPHA, tem exercido funções relevantes:

- Assessoria à Presidência, relativamente aos misteres da Secretaria Executiva do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP) e Conselho Curador do IEPHA/MG;
- Foi, respectivamente, subcoordenador e coordenador da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural de 2009 a 2013;

¹³ Sessão realizada em 14/5/2016.

- Dá apoio à Assessoria de Comunicação e participa ativamente do jornal do IEPHA – “BEM INFORMADO” – contribuindo com a publicação de pesquisas e textos sobre temas diversos.
- Tem ainda integrado várias comissões do órgão, tais como: Comissão de Ética Pública do IEPHA (2007 a 2011), Comissão de Organização da Oficina Regional do Sudeste (IPHAN e IEPHA), que cuidou da construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (2008);
- Foi, também, presidente da Comissão Especial encarregada de proceder ao levantamento da dívida flutuante do IEPHA (2008).

Cursos, oficinas, seminários

Seu interesse pela Cultura, pela Arte e pela História de Minas o tem levado a participar de cursos, oficinas, seminários etc voltados para temas como: “*Formação do Povo Mineiro*” (ALMG, 2008); “*Arte e Cultura Barroca no Universo Luso-Brasileiro*”(FAFICH, 2008); “*Patrimônio Imaterial*” (IPHAN e UNESCO – 2006); “*Paisagem Natural como Patrimônio*” (IEPHA, 2014); “*Gestão Cultural*” (Duo Comunicação e Cultura – 2008 e 2010); “*Elementos Materiais da Cultura e do Patrimônio*”(FAFICH, 2011); “*Economia da Cultura*” (PUCMINAS, 2006); “*Cultura das Cidades de Santa Luzia, Sabará, Caeté e Jaboticatubas*” (Minc, 2005); “*Plano Diretor da Cidade de Santa Luzia – Metas culturais*” (2006) e outros relacionados à Arte, à Cultura e à História de Minas.

Publicações

Em termos de registros históricos tem contribuído em vários trabalhos, destacando-se, entre outros:

- Relatórios das atividades do IEPHA nos períodos 2007 a 2010 e 2011 a 2014, onde se verifica sua atuação nas áreas de organização, textos e edição;
- Capítulos do GUIA DOS BENS TOMBADOS DO IEPHA (2 volumes), onde se registra, também, sua colaboração nas áreas de pesquisa e textos, particularmente nos capítulos referentes a: Centro Histórico e Igreja Matriz de São Thomé das Letras; Centro Histórico de São José das Três Ilhas e Igreja Matriz de São José, de Belmiro Braga; Cine-Teatro Brasil/BH; Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Eliza, Vila Operária e Antiga Fábrica de Tecidos de Marzagão/Sabará; Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação/BH).

Grande tem sido sua participação em jornais de notícias e revistas sobre assuntos tais como: bens culturais, patrimônio sacro, histórico e cultural; arquitetura, história, arte barroca, fé, paisagem natural, cidades mineiras, museus, política, devendo destacar aqui 38 matérias publicadas no jornal “BEM INFORMADO” (Informativo do IEPHA/MG).

Programas e comentários na mídia

De 2012 a 2015, Adalberto coordenou na Rádio Inconfidência, AM, 800, o quadro semanal IEPHA: Memória Viva de Minas, no Programa Revista da Tarde.

Tem participado, também, de programas de TV: Programa Brasil das Gerais–Histórias que fazem a nossa História, na Rede Minas de Televisão, Blocos 1, 2 e 3 (2013), e Programa Sala de Imprensa: Patrimônio Cultural de Minas (TV Assembleia-Blocos 1,2,3). Algumas matérias de sua autoria têm sido publicadas no Estado de Minas.

Atuação na Terra Natal

Como bom filho da terra, faz-se presente na sua “doce e velha Santa Luzia”, atuando em muitas frentes, com participação ativa em várias organizações locais. Assim é que integra:

- A Banda de Música Benício Moreira, onde toca bombardino. Nos finais de semana, realiza ensaios e faz apresentações na cidade e em cidades vizinhas;
- A Associação Cultural Comunitária de Santa Luzia, da qual é hoje o presidente, substituindo o saudoso Dr. Márcio de Castro e Silva, falecido no ano passado. Cumpre mandato até 2018;
- O Conselho Municipal Comunitário de Política Cultural, onde representa a referida Associação Cultural Comunitária de Santa Luzia e participa da elaboração do Plano Municipal de Cultura;
- A Irmandade de São João de Deus, do Hospital São João de Deus, onde é irmão remido e membro do Conselho de Administração do Hospital, precioso patrimônio dos luzienses.

Além disso, integra, também, o grupo de luzienses amigos e colaboradores fiéis do tricentenário Mosteiro de Macaúbas. Visita semanalmente as Monjas Concepcionistas e lhes dá toda assistência e ajuda quando da realização de eventos e celebrações importantes daquela memorável e querida instituição religiosa.

MEUS SENHORES E MINHAS SENHORAS

Este breve resumo do currículo de Adalberto Andrade Mateus nos dá a dimensão do homem e do cidadão que acaba de chegar a esta casa.

Todavia, mais importante que essas informações é a sua maneira de “ser e estar” no mundo. Adalberto é uma pessoa disposta ao entendimento e ao atendimento. Sabe servir e faz isto com alegria cristã e elevada consciência política. Sabe ser cidadão e cristão responsável. Exercita a cidadania norteado pelos mais altos compromissos cívicos e vive o cristianismo com humildade, simplicidade e fraternidade aprendidas com o Mestre de Nazaré.

Extremamente devotado à terra natal, dedica-se com empenho ao conhecimento de sua história e à memória dos fatos e feitos de sua gente. Ele sabe que “se a memória se dissolve, o homem se dissolve”.

Daí porque se compromete com a pesquisa histórica do município, buscando aprofundar o conhecimento sobre o seu patrimônio material e imaterial, sobre os bens tombados e sobre os grandes troncos familiares que ajudaram a construir e a projetar, no contexto da história e da civilização mineira, a cidade de Santa Luzia, que, nesta data – 14 de maio –, por curiosa e feliz coincidência, comemora a sua elevação de vila à categoria de cidade – a cidade de Santa Luzia do Rio das Velhas, hoje comemorando 158 anos.

Para confirmar tudo quanto acabo de dizer, ele hoje entrega ao Instituto, à Comunidade Luziense e, por extensão, à Comunidade Mineira, o livro “*Santa Luzia: Atos de Proteção – bens culturais tombados*”, em homenagem a datas que se celebram neste ano de 2016, no calendário de nossa História e, particularmente, no calendário da História de Santa Luzia, assim destacadas:

300 anos da bênção da ermida primitiva do Recolhimento de Macaúbas e entrada das doze recolhidas

221 anos do nascimento de Bernardo Pereira de Vasconcellos

200 anos da chegada da Missão Francesa ao Brasil

158 anos da elevação da Vila à Cidade de Santa Luzia do Rio das Velhas

80 anos da Rádio Inconfidência

45 anos da criação do IEPHA/MG

40 anos do tombamento estadual do Santuário de Santa Luzia

E eu acrescento também como marco a sua admissão ao IHGMG, significando sua primeira contribuição à Casa de João Pinheiro.

Com esta breve apresentação da pessoa e do trabalho do jovem associado, quero expressar nossa alegria em acolher, no quadro de associados efetivos, Adalberto Andrade Mateus e dizer da nossa expectativa, relativamente à valiosa colaboração, que a sua devoção à História de Minas dará ao nosso Instituto.

E agora, considerando a minha idade e a sua juventude, associado Adalberto, peço-lhe permissão para dois conselhos de madrinha para afilhado.

O primeiro, eu lho dou fazendo minhas as palavras de Albert Einstein:

“Procure ser uma pessoa de valor, em vez de procurar ser uma pessoa de sucesso. O sucesso é só consequência.”

Para o segundo, sirvo-me das palavras de Fernando Pessoa, na voz de Ricardo Reis:

*“Para ser grande, sê inteiro:
Nada tu exagera ou exclui.*

Sê todo em cada coisa.

Põe quanto és no mínimo que fazes.

Assim, em cada lago a lua toda brilha

Porque alta vive.”

E de mim mesma, só me resta dizer-lhe: prossiga reto e para o alto, como as palmeiras!

Seja bem-vindo a esta casa, guardiã da memória de Minas!

E sinta-se feliz e realizado entre nós!

POSSE DO NOVO ASSOCIADO DA CADEIRA Nº33¹⁴

Adalberto Andrade Mateus
Patrono: Bernardo Pereira de Vasconcelos

Senhoras e senhores,

Louvido seja Nosso Senhor Jesus Cristo! Essa é nossa saudação ao adentrarmos as instalações tricentenárias do Mosteiro de Macaúbas. Se a faço nesse momento é porque esta cerimônia tem origem em Macaúbas/Santa Luzia e, por tal razão, tem aqui continuidade. Inicialmente, quero ressaltar as fortes emoções que vivi nas últimas duas semanas. Ao reviver momentos de minha vida, não me foi possível ficar indiferente ao passado e perdi-me no emaranhado de lembranças e sentimentos e pude constatar que, no revolver de minha trajetória, dava-me conta da enorme responsabilidade que, a partir de hoje, assumo ao adentrar os umbrais da Casa de João Pinheiro. Estou-me assentando em uma das cem dignas cadeiras do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, e esse, certamente, não é momento banal de minha vida: tem o peso e o sentido de compromisso público e leal à história e à memória de Minas.

Excelentíssimo senhor presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Dr. Wagner Colombarolli,

Excelentíssimo senhor secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, Dr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos,

Minha caríssima amiga e orientadora, professora Regina Almeida, faltam-me adjetivos para saudá-la. A senhora que muito tem ajudado Santa Luzia na preservação de seus valores. Não quero que esse reconhecimento se envelheça, mas, antes, que se renove a cada vez que olhar para as riquezas da minha terra. Assim submeto-me à gratidão pelo seu empenho e orientação, minha cara professora.

Meus conterrâneos, amigos e companheiros de trabalho. Meus familiares.

Desejo iniciar minha fala, saudando a memória do ministro Adhemar Ferreira Maciel, mineiro de Patos de Minas, região dominada pelos antigos cataguases, em época anterior à colonização das terras do sudoeste mineiro, de onde nos veio também nosso ex-governador Olegário Maciel.

¹⁴ Solenidade realizada em 14/5/2016.

Filho de Noé Ferreira da Silva e Affonsina Maciel da Silva, o ministro Adhemar, nascido em 28 de dezembro de 1928, foi casado com Maria Angela Neuenschwander Maciel. Formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, foi professor de Direito Constitucional na Universidade de Brasília. Lecionou na Faculdade de Direito Milton Campos, atualmente dirigida por minha conterrânea, Lúcia Massara. Homem do Direito, fez parte do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, do Instituto de Direito Constitucional do Brasil, do Instituto de Direito Processual e foi membro da Associação Brasileira de Direito Tributário. Na sua carreira, repleta de êxito e vitórias, galgou altos postos: juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, de Minas Gerais e do Distrito Federal, entre os anos de 1976 a 1991. Entre 1989 e 1992, foi juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. E entre 1992 e 1998, chegou ao cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Brilhante conferencista levou seguro conhecimento a muitas capitais do país em diversos eventos como seminários, simpósios etc, bem como no exercício do magistério. Seu trabalho está registrado em centenas de artigos publicados em livros jurídicos e, em muitos deles, trata de matérias pertinentes à História. No ano de 2000, quando se comemorava o centenário do governador Milton Campos, Ferreira Maciel foi presidente da Comissão instituída pelo Instituto dos Advogados de Minas Gerais para escolha da monografia sobre o ilustre político – referência moral e ética dos mineiros.

Sua atuação o trouxe a merecido lugar, na cadeira de número 33 deste Instituto, no ano de 2004. Em 2007, lançou “Memórias de um Juiz Federal” – abrangente livro de memórias que registra episódios dessa vida consagrada. O ministro Adhemar faleceu em 19 de novembro de 2014, deixando enlutadas a cidade de Patos de Minas, a comunidade jurídica e a sociedade mineira. O jornal “Folha Patense” assim o define: Juiz Humano e Justo. Com a definição de seus conterrâneos – síntese afirmativa sobre um homem honrado e digno, é que, reverenciando a memória do ministro Adhemar Ferreira Maciel, assento-me, respeitosamente, a partir de hoje, na cadeira de número 33.

A tradição de se instituírem patronos para as cadeiras dos sodalícios é prática saudável que traz aos dias de hoje a presença de figuras cuja vida, atos e obras, não só nos ajudam no entendimento de nossa trajetória histórica, política, intelectual e social, como nos inspiram o modo de ser e estar no mundo de hoje. Assim é que, assentado na cadeira de número 33, evocarei a figura maiúscula de um brasileiro, nascido em nossa querida Vila Rica dos ouros-pretos recobertos pelo óxido de ferro: Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Resumamos sua biografia. Em 27 de agosto de 1795, segundo informações do biógrafo Octávio Tarquínio de Sousa¹ nascia defronte à Casa dos Contos, Bernardo Pereira de Vasconcelos – considerado, pelo biógrafo, como o “homem que seria talvez o mais lúcido doutrinador do regime representativo no Brasil e um dos potentes construtores das instituições nacionais”. Filho do dr. Diogo Pereira Ribeiro

de Vasconcelos e d. Maria do Carmo Barradas, casal esse abençoado pelo padrinho Tomás Antônio Gonzaga, quando do enlace matrimonial, na cidade de Mariana, em 1785. Dr. Diogo era homem douto, amigo de Gonzaga e de Cláudio Manuel da Costa.

Bernardo partiu em 1807 para Lisboa, onde, sob a direção dos tios maternos, faria seus estudos. No entanto, a ocupação de Portugal pelas tropas francesas e a vigilância dos mares pela Inglaterra fizeram com que o navio que o conduzia fosse aprisionado e a possibilidade dos estudos no exterior ficou adiada por mais alguns anos, concretizando-se somente a partir de 1813. Formou-se em Coimbra, em 1819, e permaneceu em Lisboa durante um curto tempo, trabalhando com um dos tios. No ano seguinte retorna ao Brasil. Logo se torna juiz de fora em Guaratinguetá, onde não realiza atos de maior relevo, como atesta seu biógrafo. Os sinais de enfermidade já o comprometem nessa época, impedindo-o de estar presente nos momentos que culminam com a independência do país. O interesse pela política começa a despertar-lhe emoções. A presença em sua terra natal e a edificação do estadista liberal, atento às leituras, culminam, em 1825, com o lançamento de “O Universal” – jornal que serve à sua ação política e confirma sua crença de que, no país que deseja experimentar o governo representativo, a liberdade de imprensa se constitui como primeiro e mais necessário instrumento. Como divisa, o pensamento de Nicolas Boileu (1639-1711): *Rien n'est beau que le vrai: le vrai seul est aimable* – Nada mais belo que a verdade: só a verdade é amável (ou digna de ser amada). Pensamento forte para o gigante que se constituía. No jornal atuou por algum tempo, e outras iniciativas jornalísticas vieram quando já estava na Corte.

Em Ouro Preto, residiu na casa onde morara Cláudio Manoel da Costa, e afirmava: “– Essa é Minha Pátria”. Também ali, nesse mesmo ano de 1825, Vasconcelos inicia definitivamente sua vida pública no Conselho do Governo da província – o primeiro que se instalara no Brasil. No ano seguinte, parte para o Rio de Janeiro para atuar como deputado na primeira legislatura da Assembleia Geral. E despede-se, com anúncio, nas páginas de “O Universal”. Foi para o Rio, mas não abandonou os interesses da terra e sempre participando, com dedicação, atenção e sugestões, das discussões pertinentes ao interesse público. Prova disso é a sua participação na Sedição Militar de Ouro Preto, ocorrida no Ano da Fumaça, 1833 (o ano em que a neblina baixara sobre as vilas mineiras, fenômeno que assustou a todos). Interinamente, assumiu a presidência da província algumas vezes.

Exerceu o cargo de deputado da Assembleia Geral de 1826 a 1838, quando assumiu cadeira no Senado do Império até a sua morte, 12 anos depois. Em sua destacada atuação estão os cargos de ministro da Fazenda (1831-32), da Justiça e do Império (1837-1839) e do Império (1840). Em trabalho² que reúne seus pensamentos e discursos, em coleção de sugestivo nome “Formadores do Brasil”, o historiador José Murilo de Carvalho assim o define: “deputado algo tímido e desajeitado no início, Vasconcelos logo se transformou no orador mais brilhante da Câmara e na

primeira voz da oposição”. Sobre ele, o historiador John Armitage comenta: “O orador difuso e sem nexo de 1826 tinha-se tornado, dois anos depois, tão eloquente e tão sarcástico, e havia apresentado um tão grande desenvolvimento do talento de discutir, que nenhum outro membro da casa lhe podia ser comparado”. Segundo relatos, o entusiasmo, a paixão e as inflamadas manifestações lhe tiravam o aspecto da doença, transfigurando o corpo decrépito e curvado. A doença se agrava nos anos seguintes. À proporção de sua presença vibrante, somam-se os efeitos contínuos da decadência física, mas Bernardo continuava firme.

A Joaquim Nabuco foi transmitido por seu pai que os dois acontecimentos intelectuais da época eram: a pena de Evaristo da Veiga, na Aurora Fluminense, e a palavra de Bernardo, na Câmara, marcada pela ironia e o sarcasmo em seus discursos. Vasconcelos dominava e atraía a atenção, em apartes, durante apresentação de projetos e emendas. Passou a ser temido pelos adversários a ponto de se criar, por seus inimigos, uma expressão popular: “o Vasconcelos caiu-lhe em cima”.

Em dezembro de 1827, escreve a “Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais” – documento atual em relação à publicidade e transparência dos atos públicos do representante para seus representados – e que, além disso, representava uma resposta às ferrenhas provocações de seu adversário, o marquês de Baependi, Manuel Jacinto Nogueira da Gama. A iniciativa pioneira serviu de exemplo para uma ação congênere anos mais tarde, pelo nosso querido e estimado Teófilo Otoni, o luzia.

Em 1830, tem-se a aprovação do projeto do Código Criminal, de sua autoria e que representou enorme progresso enquanto matéria normativa, reconhecida no exterior e modelar para outros países. Vieram outras tantas contribuições como o projeto de reforma constitucional, transformado no Ato Adicional de 1834. A partir da aprovação do ato, começa a se afastar dos antigos companheiros moderados – como Evaristo da Veiga e Diogo Antônio Feijó – assumindo os propósitos e linhas de pensamento do campo conservador. Desse momento, a sua profissão: “Fui liberal; então, a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, não nas ideias práticas; o poder era tudo: fui liberal”.

E ainda se justifica: “Como então quis, quero hoje servi-la [a sociedade], quero salvá-la, e por isso sou regressista. Não sou trânsfuga, não abandono a causa que defendi, no dia do seu perigo, de sua fraqueza: deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. [...] Os perigos da sociedade variam, o vento das tempestades nem sempre é o mesmo: como há de o político, cego e imutável, servir o seu país?”. Uma bela lição de devoção à pátria e aos ideais. Com Feijó travou duelos impressionantes, principalmente diante das decadências físicas de ambos – acometidos por paralisias e derrames. De acordo com José Murilo, “foi um duelo de duas ruínas físicas, mas também de dois gigantes que representavam dimensões fundamentais da luta política da época”.

“Verdadeiro mestre do parlamentarismo no Brasil”, diz o Barão do Rio Branco em suas *Efemérides Brasileiras*. “Gigante intelectual”, afirma Joaquim Nabuco. Realmente, Vasconcelos é personagem central em qualquer análise sobre o período imperial brasileiro.

A atuação de Vasconcelos se estendeu durante o segundo quartel do século 19 de forma abrangente e envolveu ações em prol da memória e da educação nacional. São de sua autoria, enquanto Ministro da Justiça, as iniciativas que culminaram na criação do Arquivo Público Nacional e do Colégio Dom Pedro II, em 1838 (colégio inaugurado em 25 de março – data da Constituição e Anunciação de Nossa Senhora – ato de cultura, civismo e fé). O “Jornal do Commercio” registrou que todo o Rio de Janeiro intelectual foi em direção à inauguração do Colégio e ouviu discurso lapidar, considerado, até mesmo, profético. Para o ministro Alfredo Valladão³, mineiro de Campanha da Princesa, a inauguração do Colégio foi o *sursum corda* da educação e da cultura do país. Vasconcelos, adepto do Iluminismo, acreditava na importância do saber: “Manter e unicamente adotar os bons métodos; resistir a inovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; proscrever e fazer abortar todas as espertezas de especuladores astutos que ilaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos; e repelir os charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios que a razão desconhece, e muitas vezes, assustada, reprova”. 1838 é ano prodigioso à cultura da memória; registra-se, também, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual Bernardo teria dado a sua contribuição.

À medida que o tempo passa, Bernardo vai quedando-se pela debilidade física, provocada pela doença. Os membros superiores começam a ser atingidos pela paralisia. Vasconcelos, temido, vê-se cruelmente retratado por caricaturistas que não deixam de lembrar (e caçoar) a ruína de seu corpo. Apesar desses problemas, continua com sua atuação política. Mas, em 1850, quando o Rio de Janeiro experimentava sua primeira epidemia de febre amarela, Bernardo de Vasconcelos, aos 55 anos, foi uma de suas vítimas. A notícia de sua morte teve pouca repercussão, e aqui sejam lembrados os fatores do pânico em relação à epidemia e a baixa popularidade que experimentava.

Assim, em síntese, José Murilo de Carvalho o desenha dignamente, perante a História: “Gigante intelectual, na definição de Nabuco, sustentáculo da monarquia representativa, teórico do liberalismo conservador em política e economia, construtor de instituições, mas também avesso à democracia e à igualdade social e insensível à sorte dos escravos, tudo isso foi Vasconcelos. Admirado, temido e odiado, não deixou ninguém indiferente à sua passagem. O país também guardou sua marca nas instituições e no viés conservador de suas elites, expresso no ideal do progresso na ordem”.

Ouro Preto, sua amada Vila Rica, nos dias de hoje, presta-lhe sincera homenagem, preito de lembrança e gratidão. A Casa Legislativa, localizada na Praça Tiradentes – altar cívico da Pátria Minas, sítio histórico que pertence à humanidade – tem como denominação Casa de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Para aquele sobrado, bem ao lado da Casa da Baronesa, foram trasladados os restos mortais do ilustre conterrâneo no ano de 1979. Um ano antes, registrava-se a criação da Medalha Bernardo Pereira de Vasconcelos, maior condecoração da Casa de Leis - reconhecendo pessoas e instituições que prestaram e prestam relevantes serviços ao município.

Senhoras e senhores,

A honrosa e digna missão, a mim confiada nesse dia 14 de maio de 2016, oferece-me a oportunidade inigualável de relação com a cultura de nosso Estado, e especialmente com a área do patrimônio cultural. Sei bem do meu dever e da minha responsabilidade nesta Casa. A hora dispensa maiores explicitações ou comentários. Não desejo alongar-me mais, nem cansar a paciência de cada um dos que assistem a essa sessão solene e muito especial, que se inscreve dentre os fatos mais memoráveis da minha vida. É significativo momento, coroado com a presença de meus pais, e não tenho a menor condição de estabelecer agradecimento que alcance essa significação.

O ingresso na Casa de João Pinheiro me concede uma honra, que somente as instituições sérias são capazes de conceder. Nessas cem dignas cadeiras, repito, estiveram assentadas personalidades das mais importantes da vida pública do Estado de Minas Gerais e alguns de meus conterrâneos como Manoel Teixeira de Salles. Sobre essas cadeiras se assentam hoje pessoas capazes de garantir os ideais de Nelson Coelho de Senna, Antônio Augusto de Lima, Coronel Júlio César Pinto Coelho, Francisco Mendes Pimentel e outros honrados cidadãos que vislumbraram a importância de se implantar nestas terras instituição capaz de promover e incentivar os estudos, a pesquisa e a divulgação da História, da Geografia e Ciências correlatas – tudo para o engrandecimento do estado.

Minha primeira aproximação com o Instituto Histórico e Geográfico se deu por meio de suas revistas, quando iniciei meus estudos da história de Santa Luzia. Em suas páginas estão consagradas a construção da história, a análise dos fatos, o cumprimento dos propósitos da missão institucional. Em momento tão grave sobre a discussão de valores, preocupa-me o empenho pela preservação e pelo resguardo de nossas instituições. Sou cidadão afeito ao espaço institucional. Na minha trajetória, sempre tive, como verdadeira crença e convicção, o funcionamento das instituições a serviço do povo e de seus interesses maiores.

Reforço essa minha crença porque, acredito, as instituições são capazes de nos apresentar o reflexo da história do ontem, e, simultaneamente, de nos abrir as

perspectivas do futuro. Nelas a força do empenho se torna perene – não se desperdiça nem tempo, nem trabalho.

Com essa crença é que tenho a tranquilidade de me assentar na cadeira de número 33, pois acredito em trabalho como o desenvolvido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Extrapolando a questão pessoal e afetiva, e ampliando o olhar, vejo também esta posse como um aceno de esperança para um cenário cultural que precisa de nossa força e nosso empenho. A sociedade conquistou avanços tecnológicos impressionantes, mas sua capacidade de se dedicar a causas públicas e coletivas vem registrando decréscimos a cada ano. Nossos valores vêm sendo enterrados sem que tenhamos condição de perceber e dar (ou ouvir) gritos de alerta. A chamada ditadura do financeiro vem impondo comportamentos de omissão e despreparo diante das grandes causas.

Ainda alcancei um tempo em minha Santa Luzia em que um corcel verde e um chevette azul metálico transportavam duas figuras femininas da mais alta expressão, que se impunham a causas maiores de defesa da terra – defesa cívica, feita com afinho e amor. Hoje, a maioria dos carros é de importados, mas a beleza e a potência não se traduzem em cenário favorável às causas coletivas. Contudo, há esperança, sim; há que se ter. O trabalho é árduo, mas é preciso iniciar essa cruzada, para que não vejamos nossas portas fecharem-se ao passado. Antes, como na feliz definição do amigo Roberto Elísio de Castro Silva, que “as janelas sejam abertas para a esperança”. Só assim poderemos continuar a declamar o “Berço ancestral de augustas gerações”, de Francisco Tibúrcio de Oliveira, e pensar no canto do amigo José Bento Teixeira de Salles que ao pronunciar “Não mais as casas de minha infância”, possamos redobrar as esperanças de nossos jovens. Vale recordar Marilu Tibúrcio, que sempre lembrava os versos do poeta Raimundo Correia, com “Aqui outrora retumbaram hinos” e acreditar que agora nos é dada a oportunidade para garantir o passado presente, ou seja, o presente do passado.

Vivi, apesar da juventude, passagens muito especiais. Encontrei ao longo da caminhada amigos generosos e confiantes em meu trabalho. Forças de moderação e ataque, forças conservadoras e liberais. Tive oportunidade de viver antagonismos: um avô tropeiro, um avô ferroviário; um pai da Parte Alta e uma mãe da Parte Baixa de uma cidade que ainda se dividia pelo rio – o rio das velhas tradições. Antagonismos nos ajudam e fortalecem a coragem para o consenso, para a união: união de ideais e propósitos, união de forças em prol do coletivo, da sociedade.

Antes de finalizar gostaria de apresentar dois trabalhos que para essa cerimônia nasceram, forjados pela união, pelo consenso e pelo trabalho. O primeiro, como já mencionado pela professora Regina Almeida, é um olhar sobre os monumentos luzienses: “*Santa Luzia: Atos de Proteção – bens culturais tombados*”. O segundo, resgate do passado e trabalho do médico Edelweiss Teixeira em um ano especial: nascia meu pai, e era comemorado, com muita festa, o primeiro centenário da Revolução Liberal de 1842, batalha histórica que traduziu Santa Luzia como a

tradição viva da bravura mineira, na definição de Olavo Bilac. A reedição do trabalho de Edelweiss Teixeira nasce por convite da Associação Cultural Comunitária de Santa Luzia, e conclui-se com surpreendente esforço institucional com a Secretaria de Estado de Cultura, por meio do Arquivo Público Mineiro. “*Santa Luzia – um pouco de seu passado*” retorna às mãos dos luzienses e dos mineiros, graças à colaboração de nossa Imprensa Oficial. Muito obrigado, Senhor Secretário, Senhor Superintendente e equipe do Arquivo.

Um miniconto de Lygia Fagundes Telles, indicada ao Prêmio Nobel de Literatura, marcou e marca minhas ideias desde que o li e reli: “- Fui me confessar ao mar.” “- O que ele disse?” “- Nada.”. Que nossas escolhas sejam para prosseguir conquistando os oceanos, cumprindo travessias. Devemos vencer a dubiedade e prosseguir afirmativamente na luta pelos nossos ideais. Omiti-los pode ser desastroso ao destino de nossa história.

Com todo respeito e admiração, mas fiel às minhas convicções – tomo e faço a adaptação de uma fala do nosso grande imperador Dom Pedro II, em manifestação registrada no ano de 1889, quando de sua última participação nas reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para expressar minha conclusão: Agradeço ao Instituto e nada mais digo porque o Instituto bem saberá que eu serei todo dele⁴.

Muito obrigado!

Notas

1. SOUSA, Octávio Tarquínio. Bernardo Pereira de Vasconcelos. In: *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Vol. V. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1972.
2. VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Bernardo Pereira de Vasconcelos / organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção Formadores do Brasil).
3. VALLADÃO, Alfredo. Bernardo de Vasconcelos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Vol. 207. Rio de Janeiro: abr.-jun.1950. p.159 a 191.
4. Citação original em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.134.

SAUDAÇÃO AO NOVO ASSOCIADO CORRESPONDENTE¹⁵

*Aluízio Alberto da Cruz Quintão - Cadeira nº 73
Patrono: José de Resende Costa (Inconfidente)*

*Verdes palmeiras, tão cheias de graça,
enfileiradas diante da amplidão,
sentinelas atentas do Caraça ...*

Meu caro Dr. Alberto Leonel de Paula e Manna, tenho certeza de que, com esses versos que rascunham os de Anibel Filho, saudoso Dom Belchior Neto, ex-Bispo de Luz e professor ou amigo de muitos de nós ex-caracenses, ex-diamantinenses ou ex-marianenses, na certa se abre o foco da memória, clareando as entranhas do tempo e lançando nossos corações e mentes às marés de incontidas emoções.

Lembra-se você, por certo, da saudação daquelas palmeiras, postadas à frente das duas alas do complexo arquitetônico e da estrutura afilada da torre da igreja neogótica, numa simbólica encenação daquele voo caracense de tanta importância educacional e religiosa pelos ares de Minas e do Brasil, desde meados do século XIX.

Não discordará você da relembração de que o balouçar verde-alegre daquelas palmas era anúncio antecipado de boas-vindas a um estudante novato, tomado da convulsão de sentimentos de surpresa e esperança, mal ele atingia, na subida da serra, a curva da Boa Vista.

Por mais três quilômetros, um pouco já em descida, o deslumbramento infantil, com olhos de ver além dos símbolos e realidades, fazia sentir que, como bênção de chegada,

*a imponente,
torre esguia,
plantada na terra
e apontando o infinito,
esbeltamente,*

¹⁵ Solenidade realizada em 21/5/2016.

entoava, como guia,
reboando na serra,
seu “hino de granito”. (AACQ)

E logo se lhe dava início a uma reclusão benfazeja, feita da seriedade e afeição dos padres lazaristas ou vicentinos e como que aninhada no sopé de um braço daquela cordilheira que, na análise científica do seu entrecortado e sinuoso traçado mineiro, o Barão Ludwig Eschwege apelidou de Serra do Espinhaço.

A aparência sombria das dependências internas amenizava-se pelo convívio com até duas centenas de colegas. E o espanto com o rigoroso regime de ensino e formação espalhava-se, amenizando-se na alquimia da satisfação da liberdade dos sonhos infantojuvenis.

Nas pequenas academias literárias, de entusiasmado tirocínio poliglota, era comum repetir-se o pensamento do poeta mantuano do último século antes de Cristo, Públio Virgílio Marão (15/10/70 a.C.-21/09/19 a.C.), não tanto de exortação como no poema épico *ENEIDA*, mas sobretudo de saudade antecipada: “*forsan et haec olim meminisse juvabit*” - será talvez, um dia, agradável recordar estas coisas, o tempo caracense de cada um.

Esta sua posse, permita-me, é um destes dias de relembração. E não é que, vasculhando as dobras do tempo, não me parece, por exemplo, que lhe tenha sido imposto um apelido, prática tão comum de marcar a calourada.

Sobre você e dois outros, o irmão Humberto e o primo Lácio, recorda-me bem, foi costume uma referência cochichada em momentos de recreação, agrupando-os num sobrenome só: os *Mannas da Farinha Podre*. A brincadeira ensejava certo constrangimento (não é Lácio Leonel?), seguido da informação de alguém mais antigo e atualizado, talvez um regente de turma: - “A terra deles, no Triângulo Mineiro, teve esse nome, no tempo dos índios caiapós e dos bandeirantes dos séculos XVIII e XIX. Lá os padres lazaristas da Congregação da Missão fizeram pregações, tiveram terras, construíram igreja e colégio. De lá vieram muitos alimentos para o Caraça. E para lá, antes de ser bispo de Mariana, o Padre Antônio Ferreira Viçoso ousou transferir, por alguns anos, o Colégio do Caraça, por causa da Revolução de 1842. A povoação que surgiu na missão lazarista foi a origem da atual cidade de Campina Verde.”

Em *Caraça Redivivo*, minhas memórias em verso e prosa, há uma passagem que fica bem agora numa homenagem a você.

Dífíceis credo e retórica:

*Santas missões cavalgadas
e árduo trabalho do ensino
terem voz e bom proveito,
em momento belicoso;
letra de página histórica
muito marcada de chagas
diz que a bandeira da fama
da magia caracense,
como luzidia chama,
tremulou em outras plagas,
como no oeste misterioso,
por decisão de Viçoso.*

Imaginemos, então:

*Para lá, Gerais a dentro
e bem longe do epicentro
de uma dita revolução,
vai trotando a caravana
o nome de que se ufana:
Congregação da Missão.*

*Destino certo ajeitado
vai ser bem aproveitado
em todo o pontal de Minas,
entre São Paulo e Goiás,
terras de belas campinas ...*

*Para feito tão audaz
surpresa que a vida traz,
em forma de imóvel e apoio,
numa bondade paulista
do posseiro João Batista.*

*Qual milagre, é certo, não se apaga,
embora já liquefeito no odre
do tempo, esta lembrança que afaga
todo o Sertão da Farinha Podre,
com valia de histórico enfoque*

*e mais o que o futuro dirá,
como Julgado do Desemboque
ou também Julgado do Araxá!*

*Consta que a Fazenda Campo Belo
fez-se irmã do progresso e forte elo
de famoso colégio e missão
em todo o Novo Sul do Sertão,
hoje, a faixa triangular que contorna
parte do mapa de Minas e o adorna.*

*Do trabalho vicentino
de muita fertilidade
naquele solo auriverde
fez a graça do destino
brotar nova cidade,
seu nome: Campina Verde. (AACQ)*

Após a bênção dos estudos primários que lhe ensajara a terra natal e que foram reforçados nas cercanias de Catas Altas, ampliou-se a colheita de novos conhecimentos. Assim foi que a trajetória curricular do Dr. Alberto Manna teve parada estratégica no Seminário Maior de Petrópolis e, sucessivamente, percorreu cursos nas faculdades de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, de Ciências e Letras em Belo Horizonte e de Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras em São João del Rei.

A formação complementou-se ainda com a participação de diversos seminários: - do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário sobre projetos de assentamentos em Mato Grosso do Sul, - do Ministério da Educação e Cultura sobre Direito Agrário na Universidade Federal de Goiás e da Sociedade Nacional de Agricultura; e da Associação Latino-Americana de Direito Agrário-ALADA; bem como de curso de Direito Tributário do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, entre outros da área jurídica.

Assim tão bem preparado profissionalmente, tem tido ele atuação múltipla em Mato Grosso do Sul, de assessoria jurídica e de desempenho administrativo, como chefia de gabinete da Prefeitura de Dourados/MS, secretaria executiva da Associação Sul-mato-grossense de Municípios, chefia do Grupamento Fundiário do Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins, diretoria regional do Incra/MS, delegado regional do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário,

superintendente regional do Incra, auditor por concurso e conselheiro substituto aposentado do Tribunal de Contas.

Fruto de seu vastíssimo e variado trabalho nas áreas jurídica e contábil-financeira, tornou-se autor de inúmeros pareceres e decisões que testemunham o valor de sua dedicação séria e produtiva.

Em Minas Gerais, foi chefe de grupo em Projeto Rondon na cidade de Senador Modestino Gonçalves e exerceu o magistério no Colégio Estadual – unidades Central e Sagrada Família -, além de outros estabelecimentos de ensino em Belo Horizonte.

Pontificou também como professor de Direito Agrário na Faculdade de Direito da Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande/MS.

Nestas muitas andanças e esquivações, mesmo longe da terra natal, Alberto Manna, em tempos de saúde sofrida, não deixou fenecer a inclinação, de herança paterna, centrada no amor à história, através do gosto de revirar o passado e arquivar lembranças familiares e campina-verdenses.

O coroamento desta sua inclinação de pesquisador e realizador está sendo marcado, indelevelmente, pela sua iniciativa de criação do Instituto Histórico e Cultural de Campina Verde, com o apoio desta Casa, pelo empenho direto do Presidente Wagner Colombarolli. A presença expressiva do vice-prefeito de Campina Verde e vários conterrâneos e convidados seus nesta sessão de posse sacramenta a importância de seu gesto criativo e a magnitude de sua obra.

Foi com tais qualidades e recomendações pessoais que mereceu aprovação unânime a proposta para inclusão de seu nome na galeria de associados deste Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Com a admissão aprovada pela Diretoria, tornou-se ele oficialmente integrado no amplo corpo associativo por meio da inserção na categoria de membro correspondente.

Vale dizer que, segundo a previsão estatutária vigente (art. 4º, inciso II), Alberto Manna está nesta sessão confirmando sua inclusão no número ilimitado de cidadãos residentes fora de Belo Horizonte e dentro do Estado de Minas Gerais que não têm condições de frequentar regularmente as atividades da Associação.

Sem imposição de contribuições financeiras, mas não sem ressalva das que acaso fizer voluntariamente (art. 9º-§ 2º), seu dever maior é o de manter conduta não censurável socialmente (art.8º, inciso VI), aí incluído o propósito de não descurar, em suas atividades, o bom nome, a tradição de culto à história e de respeito e

incentivo à pesquisa e à produção cultural, que justificaram a criação e vêm sedimentando a permanência desta entidade, por mais de dez décadas.

Por direito de associado, expressa previsão estatutária (art. 9º, §3º), poderá registrar esta condição ou este título no *curriculum vitae* e em trabalhos de sua autoria.

E o distintivo que recebe nesta reunião terá o condão de deixar sempre visualizar-se, na lapela, de preferência na do lado esquerdo do peito, a imagem representativa de uma instituição centenária, a mais antiga entidade cultural de Minas Gerais.

É de esperar-se que entre a terra natal, lá no chapadão “triangulino”, e a sede administrativa do IHGMG, aqui em Belo Horizonte, os bons propósitos mantenham e fortaleçam os laços da *affectio societatis* deste novo associado, em constante e proveitosa interligação e divulgação da Casa de João Pinheiro, até mesmo na área de residência e atividades profissionais em Campo Grande/MS.

Para isso, disposição, idealismo e capacidade o Dr. Alberto Manna tem demonstrado possuir, de sobra, para continuar sendo um desbravador cultural, um bandeirante das memórias mineiras pesquisadas no pontal do Estado.

É hora e local de fazer um alerta. Há muitas Minas, sim, e a região do Triângulo é uma, da qual Campina Verde é histórica miniatura. Mas estou convicto de que todas as Minas parciais convergem para a imagem plural e majestosa do grande território que no interior do Brasil foi plasmada pelo ardor dos bandeirantes, pelo denodo dos muitos que “batearam” ouro e esperanças, forjando a natureza da cidadania mineira.

Por isso, meu caro Manna, revelo ardente esperança de que seu novel Instituto não venha servir de arauto ou instrumento do devaneio separatista, na velha ameaça de deformar a face mapeada de Minas Gerais, lancetando-lhe a parte nasalada que, tão graciosa e olfativamente, parece perscrutar o futuro e inspirar confiança na grandeza do território mineiro.

Venha em seu estímulo e socorro a ideia de que, com a finitude de nossas vidas e ações, projetamos lampejos exemplares de comportamento e convicção, preparando as gerações futuras.

Ouça, assim e enfim, a verdade contida no pensamento daquele estadista que é o principal fundador e patrono maior desta casa de cultura: - *Operários efêmeros que somos, ao serviço permanente da pátria!*

No mais, parabéns, Dr. Alberto Manna, e seja bem-vindo.

POSSE DO NOVO ASSOCIADO CORRESPONDENTE

*Alberto Leonel de Paula e Manna
Associado Correspondente*

Exmo. Sr. Dr. Wagner Colombarolli, digníssimo Presidente do IHGMG; Exmo. Sr. Dr. Aluísio Alberto da Cruz Quintão, digníssimo Secretário-Geral do IHGMG; Exmo. Sr. Prof. Norman José de Andrade Giugni, Primeiro Secretário; Revmo. Sr. Padre Sebastião Carvalho Chaves, representante do Exmo. e Rvmo. Sr. Padre Geraldo Mól, Provincial da Província Brasileira da Congregação da Missão; Exmo. Sr. Dr. Thiago Veloso Vitral, Superintendente do Arquivo Público Mineiro, representante do Secretário de Cultura, Exmo. Sr. Dr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos; Exmo. Sr. Dr. Antônio Lázaro de Souza, representante do Exmo. Sr. Prefeito de Campina Verde, Reinaldo Tannús; Exmo. Sr. Dr. Antônio Severino Muniz, Presidente de Honra do HHCCV; Exmo. Sr. Dr. Honório Rosa, Presidente da Cooperativa de Crédito de Campina Verde; Exma. Sra. Dra. Nali Corrêa Ferreira Rosa, Vice-Presidente do IHCCV; Senhoras e Senhores,

Minha intenção é conservar, avivar, resguardar e preservar a Cultura, a História de Campina Verde. Para tanto, contei com a indispensável colaboração e apoio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Com esse intuito, quase dois anos atrás, procurei este Instituto e, para satisfação e orgulho meu, fui convidado a integrar os seus quadros, como Associado Correspondente.

No meio do caminho, faz mais de ano, um susto: meus exames de saúde acusaram um linfoma! Mais um desafio a vencer! Com a graça de Deus e a energia positiva de todos, não desisti! Venci e, com mais força, parti para realizar meus ideais. Um deles, que me causa grande orgulho, é tomar posse hoje, como Associado Correspondente, no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com seus mais de 108 anos de existência. Tenho certeza de que, após ter liderado a criação do Instituto Histórico e Cultural de Campina Verde e eleito seu primeiro Presidente, em 16 de outubro de 2015, com o nosso valoroso grupo de Diretores, Associados e simpatizantes, vamos elevar, cada vez mais, o nome de nossa terra e de nosso povo.

O Brasil, mais precisamente Minas Gerais, por volta do século dezoito, vivia a febre do ouro, antes da ocupação da região do Triângulo Mineiro. Como relata Edelweis Teixeira, Portugal ficou vazio com a gana de catar ouro. Sua população

perfazia mais de um milhão de habitantes e, para o Brasil, vieram seiscentos mil. Os dezoito frades que saíram do Maranhão para catar ouro, foram descobertos e receberam ordem de voltar para trás: “Frade é para rezar e, não, para catar ouro”.

Até 1748, o Triângulo pertencia ao Estado de São Paulo. Com a emancipação de Goiás, passou a ser goiano. Só que o Triângulo não era visitado pelos goianos que politicamente pouco se interessavam pela região. Em 1816, valeu a tese do *‘uti possideti’*, isto é, a propriedade pertence a quem tem sua posse e uso constante, com *‘animus’* de nela morar e trabalhar. Assim, o Triângulo passou a fazer parte do Estado de Minas Gerais.

Os índios Caiapós, habitantes desta região, conseguiram fazer-se temidos pela guarda de seu vasto território, constituindo-se um dos motivos pelos quais o Triângulo não havia iniciado seu povoamento. Essa região foi desbravada pelas bandeiras e entradas paulistas, para catar ouro e aprisionar índios.

Contudo, a Coroa sentia que seu ganho diminuía. As atenções se voltaram, então, para Desemboque. Mas, o resultado das catas, aos poucos, frustrava as expectativas.

E os garimpeiros foram deixando Ouro Preto, Mariana, Caeté, Sabará, Santa Luzia, São João d’El Rey, Pitangui, Lavras, Paracatu, Itabira e Congo-Soco, migrando inicialmente para garimpar em Desemboque, primeiro povoado do Sertão da Farinha Podre, e depois para a exploração da lavoura e pecuária.

À medida que, em Desemboque, ia-se extinguindo o ouro, saíam dali famílias, que se alojavam às margens do Rio Grande, chegando até à região do antigo Campo Belo, hoje Campina Verde. Estabeleciam-se em fazendas. O Império concedia SESMARIAS e a região era passagem para outras paragens de Goiás e Mato Grosso.

Em 1750, o Padre José de Castilho foi encarregado de organizar Indianópolis, para cuidar dos índios, pois, os Caiapós estavam matando e comendo os índios Araxá.

História de Campina Verde

Campina Verde se localiza no ‘nariz’ do Triângulo, onde habitavam os índios Caiapós. É um município do Pontal do Triângulo Mineiro. Atualmente, possui em torno de 19.000 habitantes. O povoado iniciou-se por volta de 1825. Sua história se engrandeceu, quando recebeu o Colégio do Caraça, amedrontado pelos efeitos da Revolução Liberal, em 1842.

Campina Verde, como se expressou o escritor conterrâneo Antônio Severino Muniz, está situada geograficamente entre os ‘braços de Deus’, Rios Grande e Paranaíba. Rio Grande, “na mansidão de movimentos quase imperceptíveis, como se fosse um SUCURI descomunal, deslizando sonolento numa extensão de cerca de 1,300km. e o Rio Paranaíba, percorrendo em torno de 950km., até formarem, ambos, o Rio Paraná”.

Era costume dos bandeirantes fazer depósitos de alguns víveres que transportavam, em pontos assinalados, tanto enterrados, como suspensos em grandes árvores, que lhes serviam de ‘despensa’.

Deixavam, os entrantes, provisão de víveres, a fim de servir de conforto na retirada para Desemboque, aliviando, assim, o peso das bagagens.

Encontravam, porém, no regresso, alguns alimentos avariados e, entre eles, a farinha de milho apodrecida. Daí o nome de Ribeirão da Farinha Podre, que passou para o vasto território entre os rios Grande e Paranaíba. Existiram outras denominações: Sertão do Novo Sul; Sertão Grande; Sertão do Sul e Geral Grande. Essa região funcionou como principal elo para tropeiros que cruzavam as terras paulistas e mineiras, em busca das minas auríferas de Goiás e de Mato Grosso. O Sertão da Farinha Podre era território goiano até o ano de 1816. Sob os toques da lenda, envolvendo Dona Beja, atendendo ao Manifesto de Araxá, o Príncipe Regente anexou definitivamente os Julgados de Desemboque e Araxá à Capitania de Minas Gerais.

Em 1815, iniciou-se o povoamento da região de Campo Belo. Em 1835, foi edificada a Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Em 1838, levantou-se o famoso Colégio Campo Belo, sendo superior o padre Jerônimo Gonçalves de Macedo, que era, além de sacerdote, jurista e médico. Em 1850, foi criada a Freguesia e, em segundas o Distrito de São Francisco de Sales.

Em 1869, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Boa Vista do Rio Verde. Em 1885, o Distrito de Rio Verde, com sede no Arraial de Monjolinho, dele fazendo parte o Arraial de Campo Belo, se desmembrou do Distrito de São Francisco de Sales.

Em 1907, no Prata, a novidade: suas praças e ruas foram iluminadas a gás acetileno ou carbureto de cálcio. Todas as tardes, o fiscal, com sua escada, percorria as ruas e, abrindo a porta de vidro da lanterna, acendia o bico. “Lampeão de gás, quantas saudades você me traz”, comentava Edelweis Teixeira. Essa novidade não chegou a Campo Belo.

Em 1911, a sede do Distrito de Rio Verde foi transferida do Arraial de Monjolinho para o Arraial de Campo Belo. Em 1923, o Distrito e Arraial de Campo Belo passou a denominar-se Campina Verde. Em 1925, inaugurou-se a luz elétrica no Prata. Mais uma vez, Campina Verde ficou às escuras.

João Batista Siqueira

Nasceu em 1767, em Jacareí, São Paulo, casado com Bárbara Bueno da Silva, de Mogi Guaçu. Ele tentou, primeiramente, o garimpo.

As ideias libertárias germinavam, mas eram reprimidas com degredos e enforcamentos, como ocorrera com TIRADENTES. A ganância do fisco crescia na medida em que minguava a produção. A fama das catas de Goiás e as descobertas de

Cuiabá faziam com que aventureiros seguissem naquele sentido, adentrando pelos caminhos do sertão, sempre atentos ao ataque dos Caiapós.

Ao lado disso, percebeu-se que as zonas abandonadas pelo garimpo passaram a atrair gente, dando origem às pastagens e agricultura.

Estava encerrado um ciclo histórico, com o declínio das minerações, que deram a Portugal e ao mundo, talvez, mais de mil toneladas de ouro.

João Batista Siqueira ia caçar no Triângulo Mineiro, observando a bondade das terras. Acompanhou, em 1819, o Major Eustáquio na terceira e última bandeira.

Foram invadindo terras, chegando à aldeia dos índios, no município de São Francisco de Sales.

A aldeia foi visitada, posteriormente, pelos padres Lazaristas de Campina Verde, até a expulsão dos mesmos índios, pelos grandes latifundiários invasores (Ver: Aldeamento de Sant'Ana, em São Francisco de Sales). João Batista Siqueira conhecia toda a região do Triângulo Mineiro.

Comprava gado em São Roque e Desemboque, para vender em São Paulo.

Era 'muladeiro', isto é, aplicava-se ao comércio de tropa para montaria e transporte.

Campina Verde também enfrentou algumas tragédias. Segundo a lenda, João Batista assassinou sua esposa Sinhana, para se casar com Bárbara. Por isso, fugiram para São Roque, se afazendendo. Dona Bárbara, enciumada da própria irmã, assassinou-a com um machado. E, assim, de São Roque, partiram, às escondidas, para o Triângulo Mineiro. E conseguiram atrair os índios, aldeando-os na Fazenda Aldeia, barra do Rio Verde com o Rio Grande.

Há outra versão, apresentada por Camilo Chaves, em "Caiapônia", contestada por Benedito Tiradentes, em "Campina Verde – História e Genealogia": Dona Bárbara seria a índia "Pietude", filha de um Cacique Caiapó.

Nessa época que precedeu a doação aos Padres, a região foi, assim, descrita pelo cronista de Uberaba, Eduardo B. Sampaio: "Campo Belo era um deserto ou, melhor, um canto selvagem desta vasta e soberba Minas, onde as feras bravias e tranquilas dominavam".

Em 1807, do Desemboque saía a primeira Bandeira, com o objetivo de descortinar o Triângulo Mineiro e saber onde se encontrava o feroz Caiapó.

Em 1811, João Batista Siqueira teria posseado e vendido uma fazenda próxima a Campo Belo, "Cruz da Retirada Bonita".

Em 1816, o Triângulo deixa de ser goiano e passa a ser mineiro.

Em 1818, João Batista Siqueira teria residido em Campo Florido. Em 1823, adquiriu a Fazenda das Onças. Em 1824, mudou-se, em definitivo, para a Fazenda Paraíso, que havia adquirido, bem como a Fazenda Campo Belo.

Nesta surgiu o Arraial de Campo Belo. Em 1821, foi o ano referido por Severino Muniz, em que João Batista Siqueira ficou conhecendo os Padres do

Caraça, quando pregavam Missões em Piumhi. Manifestou a eles o desejo de doar suas terras.

As regiões auríferas estavam totalmente esgotadas e havia grande procura de terras no Sertão da Farinha Podre, onde a Coroa já havia outorgado documentos - SERMARIAS. Estes relataram ao Padre Viçoso, Superior do Caraça, a intenção de João Batista Siqueira.

E, para tal, verificaram ‘*in loco*’ que as terras prometidas em doação eram uma maravilha, tanto em qualidade, como em abundância de águas, fauna e flora.

Com a autorização, pela Coroa, da doação, foi passada a escritura definitiva, em 1830, em Uberaba, no Termo do Julgado de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque, Comarca de Paracatu do Príncipe, Província de Minas Gerais, Nono ano da Independência e do Império do Brasil.

João Batista Siqueira foi o personagem que decidiu os destinos de Campina Verde: oferecendo à Congregação da Missão, em doação, cerca de 28.000 alqueires mineiros, com o compromisso de ali se erguer uma Capela e colocar em funcionamento um Colégio. Em 1830, foi passada a escritura definitiva de doação.

Observe-se que, dentro das terras doadas, existiam muitos índios. Foi fundado, então, São Francisco de Sales para melhor protegê-los, evangelizá-los e evidentemente garantir e assegurar a posse de suas terras.

Foi fundado, também, Monjolinho que, em um tempo, chegou a ser sede da Paróquia de Campina Verde.

Os Padres, percebendo a grande afluência dos fiéis às celebrações religiosas, provindos das fazendas, autorizaram a construção de casas próximas à Igreja. Ali começava o povoado de Campo Belo.

Segundo Nicodemus de Macedo em “Campina Verde e a Congregação da Missão de São Vicente de Paulo”, após a doação, Padre Jerônimo, superior da Congregação, considerou inconveniente para o povoamento regular, conservar toda aquela imensa área.

Passou a vender grande parte para homens de boa qualidade moral e religiosa e demais virtudes indispensáveis à vida e prosperidade dos povos. Assim, a Fazenda Paraíso foi vendida à família Nunes da Silva. A Fazenda Fortaleza, a Antônio Gonçalves Ferreira e Pedro Nunes. A Fazenda Tijucal, a onze compradores das famílias Bezerra de Campos, Lemos de Campos e Maldonado. A Congregação conservou, em suas terras, cerca de 2.000 cabeças de gado e 50 escravos africanos.

Com a liberdade dos escravos, em 1888, o Superior autorizou que morassem na Fazenda para se manterem, sendo isto concedido também a algumas famílias mais pobres.

Criação do Município de Campina Verde

Campina Verde foi desmembrado do Prata em 14 de dezembro de 1938. Entre os campina-verdenses que se destacaram na luta pela emancipação, estão José Teixeira Machado e Ismail Leonel de Paula.

Mudança do Seminário do Caraça para Campo Belo, hoje Campina Verde

Em 1831, Dom Pedro I abdica do trono, sucedendo-o Dom Pedro II, com apenas seis anos de idade. Em 1840, é decretada sua maioridade, com 14 anos. Em 1842, estourava a Revolução Liberal em Minas Gerais. E o Caraça estava muito próximo à Capital da Província, Ouro Preto, justamente na linha de influência bélica.

O Padre Antônio Ferreira Viçoso, então Superior da Casa, decidiu pela transferência do Seminário do Caraça para o longínquo Campo Belo, onde a Congregação possuía extensa área recebida em doação.

Já estavam construídos o Colégio Campo Belo e a Capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Segundo Sarnellius, em 28 de agosto de 1842, iniciou-se a viagem. Em torno de 100 pessoas, sendo quatro padres, três irmãos coadjutores, vários estudantes, 46 escravos e os animais, inclusive cargueiros, transportando, pelos longos 700 quilômetros, roupas, livros, aves, alimentos e demais utensílios. Com a chegada do Colégio do Caraça, Campo Belo passou a ser o Centro da Província Brasileira da Congregação da Missão. Para lá acorriam jovens sedentos de conhecimentos ministrados por competentes mestres.

Jovens não só da Província de Minas Gerais, como de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e de outras regiões. Era um dos mais importantes centros de ensino de toda a região. Em 1845, escreveu o então Visitador ao Superior da Congregação em Paris: “Hoje, nas festas religiosas, o povo se reúne para mais de 5.000 pessoas, para ouvir a palavra de Deus”.

O Colégio do Caraça ali permaneceu por 14 anos, período de maior brilho para Campo Belo, repercutindo, sem dúvida, até à Campina Verde dos nossos dias.

Benedito Tiradentes Borges, em “Campina Verde-História e Genealogia”, apresentou uma relação nominal de 84 alunos do Colégio de Campo Belo, em 1852, provenientes de São José do Tijuco, Bambuí, Congonhas do Campo, Uberaba, Pitangui, Franca, Sabará, Formiga, Brotas, São Romão, Jacuí, Paracatu, Mogi Guaçu, São João da Boa Vista, Araxá, Piumhi, Santos, Boa Esperança e Serra Negra.

Destacaram-se, no Colégio de Campo Belo, o escritor Bernardo Guimarães, o Presidente da Província de Goiás, Eduardo Augusto Montando, Dom Orlando Chaves, arcebispo de Cuiabá, e Dom Pio de Freitas, bispo de Joinville.

Principais famílias de Campina Verde

Principais famílias citadas por Benedito Tiradentes Borges, já fixadas nessa época e em ordem alfabética: Almeida, Alves, Araujo, Azevedo, Barbosa, Barros, Borges, Campos, Chaves, Duarte, Faria, Carvalho, Costa, Cunha, Freitas, Geraldo, Gomes, Gonçalves, Leite, Lemes, Macedo, Machado, Maldonado, Martins, Medeiros, Mendes, Menezes, Moraes, Muniz, Nogueira, Nunes da Silva, Oliveira, Pádua Diniz, Paula, Pereira, Prata, Queirós, Rodrigues, Santos Ferreira, Ribeiro, Silva, Silveira, Souza, Teixeira, Teles, Viana e Vieira.

Outras Personalidades em destaque

Camilo Rodrigues Chaves era o delegado que, pelo exemplo e ação, soube impor naqueles sertões o prestígio da lei e da autoridade.

Filho de Lagoa Dourada, tivera de emigrar na companhia dos pais, para ocultar, no sertão, o seu vínculo de sangue com o alferes Tiradentes, justificado na força. Ainda que vivendo em terra já emancipada, pesava, contudo, sobre a família do mártir, a infâmia, que atingia os parentes até o quarto grau canônico. O Imperador nomeou-o diretor dos índios, com a missão de civilizar e dirigir os caiapós, aldeados à margem do Rio Grande e no ápice angular dos dois rios que formavam o Paraná.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, em 1865, sabedor da invasão do Mato Grosso, enviou um portador para avisar ao Governo de Minas que, por sua vez, passou a notícia ao Rio para conhecimento do Imperador.

Este serviço foi oficialmente reconhecido. Foi-lhe, então, atribuída a missão de organizar um grande comboio para fornecimento das forças em operações na fronteira. Passadas as festas da Semana Santa, formavam-se, naquele largo, dezenas de carros de bois para receberem carregamentos de gêneros alimentícios, que haviam de seguir para Santana do Paranaíba.

Dr. Jerônimo Geraldo de Queiroz, natural de Campina Verde, de inteligência rara, foi reitor da Universidade de Goiânia e autor de muitos livros, principalmente na área jurídica.

Vejam como se expressa, em prefácio do livro de Benedito Tiradentes Borges, “Campina Verde, História e Genealogia”:

(?)“[...] O mais – e quanto mais! – o leitor encontrará, deliciado e comovido, nas páginas de Amor e Fé, Civismo e Verdade eterna, de ‘Campina Verde-História e Genealogia’, que a pena e a inteligência inspirada de Benedito Antônio Miranda Tiradentes Borges nos doaram.”

“Perdoai-me. Não me consegue a mão escrever mais nada. Os olhos querem chorar. Tremem-me os lábios entreabertos [...] Como é heroica e bela e santa de Campina Verde a história! Benditos Padres Davi, Jerônimo, Guilherme, Ludovico, Ânesi, Januário, Freitas, Félix, - abençoai Campina Verde, São

Francisco de Sales, Iturama, Itapagipe, Frutal, Comendador Gomes, Prata, Ituiutaba. Adeus Sertão do Novo Sul da Paragem de Campo Belo! Porque só pode existir Sertão se ausente amor no coração.”

Índios

Ao receber a doação de João Batista Siqueira, uma das providências dos Padres Missionários foi organizar e apoiar os índios na Aldeia de São Francisco de Sales. Cuidaram, então, de conduzi-los para locais mais apropriados para cuidar, é claro, retirando-os de seu habitat. Existem, pois, poucos vestígios de sua miscigenação e vivência no município.

Escravos Negros

Em “Prata de Ontem“, de Edelweis Teixeira: “População escrava em 1876: Prata apresentou no recenseamento deste ano um elevado número de 4.664 escravos, ao passo que Uberaba contava com apenas 3.302.”

Negros em Destaque

O negro João Batista dos Santos, o ‘Batista’, quando eu tinha oito anos de idade, foi contratado pela minha mãe para cuidar-me, após o nascimento.

Ele me punha dentro de um carrinho feito de caixote e rodeiras de madeira.

Fazia “bola de meia“ para eu brincar. Continuou a prestar serviços para a família. Uma de suas funções, quando já adulto, era recolher ‘lavagem’ nas residências, para engordar porco, pois, a família dos Manna era muito grande. Papai tinha onze irmãos e onze filhos. Batista era filho de Dona Maria Marques e do Sr. Talico. Moravam no bairro denominado “Capinópolis”.

Por que esse nome? Após a libertação dos escravos, em 1888, os que não tinham destino, foram-se amontoando à margem da vertente do Córrego Tamanduá, próximo à cidade. Conforme nos contou Ademar Rezende, o ZUZU, hoje com 96 anos, secretário da Prefeitura Municipal na administração do primeiro Prefeito de Campina Verde, Dr. Nicodemus Macedo, este iniciou a construção do Matadouro Municipal. E a água que iria servir ao matadouro, provinha do Córrego Tamanduá, onde os Negros faziam suas necessidades. Surgiu a solução, coincidindo com o plano de arruamento da cidade.

Preocupou-se, então, em oferecer vida digna aos ex-escravos: a Prefeitura comprou do fazendeiro Sr. Francisco Barcelos área suficiente para transportá-los para lotes com ranchos cobertos pelo “Capim Sapé”.

Assim se organizou o bairro “Capinópolis”. Os ranchos deveriam ser iguais ou melhores do que suas antigas habitações. E os pais do Batista ganharam seu rancho, onde, em minha infância, os visitei. Há vestígios da

‘senzala’ para abrigar os escravos, de propriedade da Congregação da Missão. Localizava-se ao lado do rego d’água de grande extensão, denominado BICANO. Os afrodescendentes são, em Campina Verde, 30 por cento da população do Município. São grandes suas virtudes, que merecem todo nosso respeito e gratidão. O IHCCV vai escrever a sua História. Citamos algumas importantes famílias de NEGROS em Campina Verde: Santos, Rosa, Avelino, Neves.

Outros negros que se destacaram: Jerônimo Neves, pai de Esmelinda Neves; o taxista e vereador José Rosa dos Santos, o BÉCO; Maria Rosa, que trabalhou durante 27 anos ininterruptos para minha Mãe, como lavadeira de roupas; João Bento dos Santos, grande liderança, estimado por todos, tem sua importante história. Sérgio Frepton, grande líder, da família Avelino, atual tesoureiro do IHCCV.

Curiosidades de Campina Verde

Fósseis no Município

CROCODILO de Campina Verde, que viveu há 90 milhões de anos, foi descoberto em julho de 2014, no sítio arqueológico Três Antas.

Descobriram-se, ali também, excepcionais exemplares de peixes, fósseis de dinossauros e ovos de crocodilomorfos, informou o paleoartista Rodolfo Nogueira, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em Uberaba.

Principais Manifestações Culturais em Campina Verde

Romaria à Igreja de Monjolinho, Folia dos Santos Reis, Velório do Porco, Capoeira, Catira, Artesanatos, Repentistas etc. Conrado Paula, em palestra gravada, com o escritor folclorista Dr. Edelweis Teixeira, em 1984, assim se expressou:

*Eu fui convidado para este evento.
É com muito prazer que me apresento.
Meu nome é Conrado Paula, conforme meus documentos.
Não sou improvisador, consulto meus pensamentos.
Cada pessoa demonstra de acordo com seu talento.
A todo o público eu cumprimento.
Que este trabalho tenha êxito neste momento.*

*Outro verso de improviso:
Topete alto é penacho,*

*Concha pequena é colher.
Suplício do boi é a canga,
A canga do homem é a mulher.*

Viola Caipira

Destaque especial para o campina-verdense Roberto Correa, principal nome da “Viola Caipira” brasileira. Louvores à Orquestra “Viola Cabocla de Campina Verde”, que tem aqui três de seus componentes, e vieram especialmente para se apresentar.

Velório do Porco

As pessoas se reúnem em uma fazenda, para a matança do capado. Violeiros, sanfoneiros, repentistas e outros, se acomodam ao redor do tacho que frita o toucinho. E os vizinhos e amigos vão chegando para ouvir as músicas caipiras, tudo acompanhado da melhor pinga de engenho produzida na região e de um bom churrasco.

Conclusão

Alguém me cumprimentou pela posse e observou: “Parabéns pela competência e coragem”. Sim, coragem de me apresentar diante de tão eminentes historiadores. Tenho muito caminho a percorrer. Nossa coragem aumenta mais ainda, porque estou ao lado de tão valiosos companheiros do IHCCV.

Aqui vai nossa especial homenagem à Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, especialmente aos Padres do Caraça e Campina Verde.

Aos queridos colegas, ex-alunos do Caraça, onde permaneci por seis anos. Aos diretores, associados e simpatizantes do IHCCV. Aos colegas da Faculdade de Direito da UFMG e professores.

Aos representantes de importantes e tradicionais famílias campina-verdenses que se fazem presentes nesta solenidade.

Com competência e muita coragem, estamos fazendo o caminho de volta percorrido pelo Caraça. E o IHCCV vem colocar um representante seu bem próximo ao Centro do Poder de Minas Gerais, neste IHGMG. Queremos um lugar ao sol. Queremos apoio para estruturar nosso Instituto. Somos Minas Gerais.

E a ideia do SEPARATISMO do Triângulo Mineiro se esvai, se pudermos manter nossas tradições, nossas expressões culturais.

Queremos pertencer a um zoneamento cultural e histórico, como existe aqui a “Estrada Real” e outros. O Triângulo já foi de São Paulo, passou para Goiás, e Minas o anexou. E estamos clamando para que, de direito e de fato, sejamos

mineiros. E, com certeza, as iniciativas que vão sendo tomadas inibirão, de vez, os argumentos do SEPARATISMO.

Estivemos, recentemente, com nosso colega de Faculdade e Associado Efetivo do IHGMG, o Secretário de Cultura Angelo Oswaldo de Araújo Santos, reivindicando e exigindo apoio para a estruturação de nosso Instituto. Pedimos também ao IHGMG o apoio indispensável para nos organizar. Queremos equidade de tratamento para Campina Verde, o mesmo que tem recebido o Caraça. Lembremo-nos bem de que salvamos o Seminário do Caraça quando ele estava em dificuldade, na Revolução Liberal e o recebemos de braços abertos por 14 anos. Agora, queremos o troco.

Finalmente, qual é minha expectativa para a História e Cultura de Campina Verde? O Instituto Histórico e Cultural de Campina Verde está criado.

Fomos apoiados pelo IHGMG, recebendo-me entre seus associados, como Associado Correspondente. O Secretário de Cultura de Minas Gerais, associado efetivo do IHGMG, meu colega da Faculdade de Direito da UFMG, está com data marcada, dia 15 de outubro próximo, para sua ida a Campina Verde, a fim de colaborar na estruturação do IHCCV. Está presente aqui praticamente toda a Diretoria do IHCCV, com total motivação. Então, não estamos brincando, sabemos o que queremos! E temos certeza de que tudo dará certo, porque “SÓ TEM FUTURO O POVO QUE CONHECE SUA HISTÓRIA!” Tenho dito.

Referências

- BARBOSA, Honorival; FRANCO, Samira Nahass. *Campina Verde e Sua História - Segundo ano primário* – Pontos organizados pela Prefeitura Municipal.
- BORGES, Benedito Antônio Miranda Tiradentes. *Campina Verde-História e Genealogia*. Araguari: Minas Editora, 1994.
- CHAVES, Camilo. *CAIAPÔNIA*. 2.ed. Belo Horizonte: (Sine Editora), 1943.
- FREITAS, José Ferreira de. *Sertão da Farinha Podre... O caminho para Goyaz e Mato Grosso*. Cuiabá: Bibliomática, 2002.
- LEITE, Mário Lara. *A Saga da Família Franco*. Araguari: Minas Editora, 2002.
- LEITE, Mário Lara. *Nos confins do Sertão da Farinha Podre - Povoamento, Conquistas e Confrontos no Oeste de Minas*. Belo Horizonte: Ministério da Cultura, 1998.
- MACEDO, Nicodemus de. *Campina Verde e a Congregação da Missão*. Uberaba: Ubergral, 1941.
- MUNIZ, Antônio Severino. *De Campo Belo a Campina Verde*. Uberlândia: Vitória, 1941.
- RODRIGUES, Maura Afonso. *Fagulhas de História do Triângulo Mineiro*. Uberaba: ABC-SAB, 1988.
- ROSA, Ernesto. *Sertão da Farinha Podre*. São Paulo: PAED, 2013.
- SARNELLIUS. *Guia Sentimental do Caraça*. Belo Horizonte: A.E.A.L.A.C., 1953.

- TEIXEIRA, Edelweis. *Prata de ontem*. Folheto. Prata, 1967 (Prefeitura Municipal).
- TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*. Uberlândia: Gráfica Editora, 1970.
- VASCONCELOS, Aurora Chaves de. *João Evangelista Rodrigues Chaves - no Centenário de seu Nascimento*. Folheto. Cuiabá, 1957.
- ZICO, José Tobias. *Caraça – Peregrinação, Cultura e Turismo*. 5.ed. Belo Horizonte: Littera Maciel, 1988.

SAUDAÇÃO À POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS
PELO TRANSCURSO DO 240º ANIVERSÁRIO DE SUA CRIAÇÃO¹⁶

Regina Almeida - Cadeira nº 95

Patrono: Antonio Olyntho dos Santos Pires

As minhas palavras são breves e não se constituem em saudação oficial aos nossos homenageados. A saudação do nosso Instituto à Polícia Militar de Minas Gerais está a cargo do orador desta manhã, o Coronel Paulo Duarte Pereira, que, além de associado efetivo desta casa, é ex-Comandante-Geral da Corporação. Ninguém, pois, melhor que ele para nos representar e expressar nossos sentimentos na homenagem que desejamos prestar à gloriosa Polícia de nosso Estado, pelo transcurso dos seus heroicos 240 anos de criação e atuação em nosso amado território.

Assim, cabe-me, aqui, falar-lhes, tão somente, como presidente da Comissão História de Minas que tem, entre suas múltiplas funções, a de promover celebrações cívicas como esta. Mas devo esclarecer que, para mim e os membros da Comissão – Aluizio Alberto da Cruz Quintão, Bruno Terra Dias, Marcos Henrique Caldeira Brant e Roque José de Oliveira Camêllo, relator *ad hoc* de nossas efemérides –, é uma grande satisfação celebrar, com os demais associados, amigos e convidados, esta efeméride de tão alto significado para a História, a Segurança, a Paz e a Ordem em nosso Estado.

À Polícia Militar de Minas Gerais, nós, os mineiros, muito devemos. Devemos-lhe tributo de admiração, gratidão e respeito pelos fatos e feitos heroicos, não só em situações de combates ou embates dos seus soldados, como muito, também, pela presença e assistência desses bravos homens e mulheres em nossas ruas, praças e instituições, no correr da vida diária.

A História registra grandes e singulares exemplos de bravura, coragem e patriotismo de praças de todas as graduações e de oficiais de todos os postos da hierarquia de nossa gloriosa Polícia Militar de Minas Gerais. Desde a base, até o posto mais alto da carreira militar, encontramos valentes praças, corajosos oficiais, briosos e dignos comandantes que muito honram a farda e dignificam a Corporação, pelas suas atitudes cidadãs, pelo cumprimento exemplar do dever, pela grandeza de suas ações, pelo heroísmo de seus atos e, muitas vezes, pelo gesto supremo de doação de suas próprias vidas.

¹⁶ Solenidade realizada em 4/6/2016.

Poderia citar aqui exemplos e mais exemplos, mas, para não me alongar, limito-me a destacar dois nomes que merecem nosso reconhecimento e especial reverência cívica. Foram eles, no passado, ocupantes do posto de alferes, posto este já não mais existente nos quadros da Corporação. Uma pena!

Cito, em primeiro lugar, o nosso herói maior, o grande mártir de nossa liberdade e independência política – o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o TIRADENTES, nosso animoso, suspiroso e esperançoso Alferes, como o qualifica Cecília Meireles, no Romanceiro da Inconfidência, quando lhe põe na mente doídos pensamentos, ao ser ele apanhado pelos soldados e levado preso no Rio de Janeiro:

“Minas da minha esperança,
Minas do meu desespero!
Agarraram-me os soldados,
Como qualquer bandoleiro.
Vim trabalhar para todos,
e abandonado me vejo.
Todos tremem. Todos fogem.
A quem dediquei meu zelo?”

(Romance XXXVII ou de Maio de 1789)

No “Romance XLIII” ou das “Conversas Indignadas”, Cecília termina dizendo:

“Esse que todos acusam,
sem amigo nem parente,
sem casa, fazenda ou lavras,
metido em sonhos de louco,
salvador que se não salva,
pode servir de resgate.
É o Alferes Tiradentes.”

O sacrifício extremo de nosso herói – a doação de sua vida pela nossa liberdade e independência política – valeu-lhe, com muita justiça, o honroso título de “Patrono da Nação Brasileira” e o não menos honroso de “Patrono da Polícia Militar de Minas Gerais”. Todos nós, cidadãos da Pátria e, particularmente, de Minas, reverenciamos-lhe a memória com a gratidão e o respeito dos nossos corações.

Minha lembrança e minha homenagem se dirigem, agora, a outro alferes que, com seu talento, enriqueceu o patrimônio histórico, artístico e cultural de Minas. Refiro-me ao Alferes de Milícias Manoel da Costa Ataíde, o maior pintor do período colonial mineiro, que transpôs o céu para o teto de cerca de 20 igrejas de Minas. Suas pinturas são representações de cenas celestiais que tanto nos enlevam o coração, quanto nos elevam o espírito e a fé. A ele, Mestre Ataíde, o nosso poeta

maior, Carlos Drummond de Andrade, dedicou um dos seus mais belos e criativos poemas e que tenho o prazer de ler para os senhores:

ATAÍDE

Carlos Drummond de Andrade

“ALFERES de milícias Manoel da Costa Athaide:
eu, paisano,
bato continência em vossa admiração.

Há dois séculos menos um dia, contados na folhinha,
batizaram-vos na Sé da Cidade Mariana,
mas isso não teria importância nenhuma
se mais tarde não houvésseis olhado ali para o teto
e reparado na pintura de Manuel Rabelo de Sousa.
O rumo fora traçado.
Pintaríeis outras tábuas de outros tetos
ou mais precisamente
romperíeis o forro para a conversação radiante com Deus.

Alferes
que em São Francisco de Assis de Vila Rica
derramais sobre nós no azul-espço
do teatro barroco do céu
o louvor cristalino coral orquestral dos serafins
à Senhora Nossa e dos Anjos;
repórter da Fuga e da Ceia,
testemunha do Poverello,
dono da luz e do verde-veronese,
inventor de cores insabidas,
a espalhar por vinte igrejas das Minas
‘uma bonita, valente e espaçosa pintura’.
Em vossa admiração bato continência.

E porque
ao sairdes de vossa casinha da Rua Nova nos fundos do
Carmo encontro-vos sempre caminhando
mano a mano com o mestre mais velho Antônio Francisco Lisboa
e porque viveis os dois em comum o ato da
imaginação e em comum o fixais em matéria, numa
cidade após outra, porque soubestes amá-lo, ao difícil

e raro Antônio Francisco, e manifestais a arte de dois
na unidade da criação,
bato continência
em vossa admiração".

SENHOR COMANDANTE-GERAL MARCO ANTÔNIO BADARÓ
BIANCHINI
SENHORES OFICIAIS E SENHORES PRAÇAS DE DIFERENTES
GRADUAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

A reverência de Carlos Drummond de Andrade ao Alferes de Milícias Manoel da Costa Ataíde, nos diz da sua (dele, Drummond) profunda admiração pela extensão, beleza e riqueza artística da obra do grande pintor mineiro.

Da mesma forma, porque reconhecemos o esforço da Polícia Militar de Minas Gerais para garantir segurança, paz e ordem ao povo mineiro; porque admiramos a coragem e a bravura dos seus soldados de todas as graduações e postos; porque merecem todos nosso respeito e agradecimento, eu lhes peço permissão para acompanhar o gesto de nosso poeta maior, nesta saudação.

Assim, eu, paisana, bato-lhes continência em respeito à extraordinária contribuição dessa gloriosa Corporação para a grandeza da História de Minas.

E vivam em nossa memória e em nossos corações os valorosos alferes: Alferes de Cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, e o Alferes de Milícias Manoel da Costa Ataíde, o Mestre Ataíde. Eles, e os demais heroicos alferes mineiros que fizeram história pelo exemplo de bravura e cidadania militar, bem como todos os senhores, militares, que hoje, aqui, representam o brio, a coragem e a honra da Polícia Militar de MG, todos, merecem nosso patriótico aplauso, com calorosas palmas. De fé, todos comigo, em homenagem a eles.

Muito obrigada.

Nota

¹ Poema escrito em 17.10.1962: hoje, 04.06.2016, são passados 253 anos, 7 meses e 14 dias do referido batismo, que se deu em 18.10.1762.

COMEMORAÇÕES DOS 241 ANOS DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS
GERAIS¹⁷

*Paulo Duarte Pereira - Cadeira nº 63
Patrono: Barão de Camargos*

Como um preâmbulo às minhas palavras nesta solenidade, quando cuida o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais de homenagear a Polícia Militar de Minas Gerais, pelas comemorações dos 241 anos de sua existência, proponho reviver os registros deste sodalício que, cumprindo com os seus objetivos cívicos, se irmanou, mais ainda, à corporação de Tiradentes.

Reporto-me à conclusão do parecer da Comissão Especial do Instituto que reviu o dia da criação da Polícia Militar de Minas Gerais, transcrito na sua revista - (fls.939, vol. XXII, tomo II) – “in verbis”:

1- “A Origem mais antiga da corporação” ‘Polícia Militar de Minas Gerais’ está no dia 9 de junho de 1775.

Essa corporação criada em 1775 jamais foi extinta.

Com a Independência, passou ao comando do Governador de Província.

Opinamos, em conclusão final, por que a data a ser considerada de criação da Polícia Militar de Minas Gerais e seu aniversário seja o dia 9 de junho.

Tal data e tal origem são muito honrosas para a Polícia Militar de Minas Gerais, porque desde a origem ali assentou praça o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, mineiro de São João del-Rei, herói da primeira tentativa de libertação da nossa Pátria, Protomártir da Independência, Patrono da Nação Brasileira e Patrono das Polícias Militares do Brasil.

Com essas considerações,

Subscrevemo-nos,

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 1992

Os Membros da Comissão Especial do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais:

(a) José Geraldo de Faria- Presidente da Comissão

(a)Prof. Herbert Sardinha Pinto – Secretário

¹⁷ Solenidade realizada em 4/6/2016.

(a)Prof. Saul Alves Martins

(a)Prof. Geraldo Tito Silveira

(a) Major PM Anatólio Alves de Assis

(a)Prof. Márcio José da Cunha Jardim – Relator”

Com fulcro neste parecer, encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar, editou o governo do Estado o decreto de nº 33.438, em 20 de março de 1992, oficializando-se a data da instalação do Regimento da Cavalaria Regular em nosso território, aos 9 de junho de 1775, como a data da criação da Polícia Militar.

Destaca-se do minudente e trabalhoso acervo desta casa de João Pinheiro, o desvelo com que se houve aquela douta comissão especial. Uma obra-prima, decantada por um de seus componentes, o professor e historiador deste Instituto, Dr. Márcio José da Cunha Jardim, quando das comemorações dos 222 anos da corporação. (fls. 872 da revista do Instituto – vol. XXII tomo II)

Do seu discurso, proferido naquelas comemorações, peço vênica para transcrever esclarecedor texto:

“Em síntese, o que continha o parecer é o que se segue:

1º) não houve solução de continuidade entre a corporação militar existente em Minas Gerais desde o século XVII e a atual Polícia Militar.

2º) se não houve essa interrupção, a origem da Polícia Militar deveria ser buscada na mais remota corporação que reunisse as mesmas características da atual, isto é: a) órgão autônomo, do governo de Minas Gerais; b) comandante sendo o governador e comandante de fato um dos oficiais de maior patente; c) não ter sido criada a partir de desmembramento de outra corporação; d) efetivo da tropa e oficialidade constituídos na maior parte por mineiros;

3º) a mais antiga corporação que reunia essas condições era o Regimento de Cavalaria Regular, criado e instalado em 9 de junho de 1775 em Vila Rica, pelo Governador Dom Antônio de Noronha;”

O Regimento instalou seu quartel em Cachoeira do Campo, onde hoje funciona o Colégio Dom Bosco e tinha por efetivo oito companhias de Dragões compostas de 476 praças, quase todos mineiros. Os oficiais se dividiam entre brasileiros e reinóis, num total de 46, assim distribuídos:

1 (um) Ten.-Coronel, 1 (um) sargento-mor, 1 (um) ajudante, 1 (um) quartel-mestre, 1 (um) picador, 1 (um) capelão, 1 (um) cirurgião-mor, 7 (sete) capitães, 10 (dez) tenentes, 8 (oito) alferes, 9 (nove) furriéis e 5 porta-estandartes.

Orgulha-se a nossa Corporação por ter em sua formação inicial a figura do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o maior herói da nossa Pátria, o Patrono das Polícias Militares do Brasil.

Outra figura, no meu entender, mereceria maior realce na história, mormente entre os milicianos de Tiradentes. Falo do Ten. Cel. Francisco de Paula Freire de Andrade. Foi ele, em sua instalação, o primeiro Comandante do Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, cujo posto correspondia à segunda maior autoridade da Capitania e, indiscutivelmente, um dos líderes da Inconfidência Mineira. Ouso, nesta oportunidade, nominá-lo como o primeiro Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, cuja figura deveria encimar a galeria dos oficiais que tiveram a honra de comandá-la.

Agradeço, sensibilizado, a honrosa missão a mim conferida pelo ilustrado Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o Dr. Wagner Colombaroli, de falar, em nome de seus cultos associados, nesta cerimônia revestida de tamanha importância.

Presta a Casa de João Pinheiro justa homenagem à Polícia Militar de Minas Gerais que comemora, aos 9 de junho deste exercício, 241 anos de plena atividade em prol da segurança e da tranquilidade do povo das alterosas.

Concedeu-me o Ilustre Presidente esta honraria, menos pelo meu conhecimento histórico, menos pela minha cultura, pois, estes adjetivos se prestariam mais a outros consócios, que deveriam ter a primazia de ser os escolhidos. O fez, o Dr. Colombaroli, pelo seu nobre coração ensejoso de homenagear um velho comandante que, eventualmente, tem assento nesta vetusta Casa de João Pinheiro.

É muito fácil enaltecer, em prosa e versos, as qualidades, as virtudes da Polícia Militar de Minas, pela sua transparência diante olhares, às vezes críticos, de todas as camadas da sociedade mineira. Teríamos uma longa história a contar. Contudo, estamos hoje em uma assembleia, para comemorar a data de sua criação.

Dentre tantos atributos de relevância que qualificam a Polícia Militar mineira, pela inovação inteligente, escolhi um que se me apresenta de raríssima importância: - *O critério de seleção adotado para a formação de seus quadros, em especial, quando se refere à formação daqueles que irão exercer atividades de comando.*

Sabe-se que a falta de critério na escolha dos dirigentes de uma sociedade contamina a própria sociedade, conforme os vícios de suas origens. As instituições refletem o conteúdo que lhes impõe o caráter daqueles que a dirigem.

Ao abordar este tema, não há como omitir o meu sentimento de brasilidade. Aflora-me a preocupação com o desenrolar dos acontecimentos que enodoam a nossa história.

Desnecessários conhecimentos específicos para descortinar o que vem patrocinando o declínio das organizações político-administrativas do Estado.

Basta olhar, com olhos de simples cidadãos ou cidadãs, que iremos vislumbrar a carência de lideranças honradas, a carência do respeito aos básicos princípios da ética e da moral.

A desavergonhada corrupção que, despreocupadamente, se lastra entre nossos dirigentes, destrói a nação pelos seus alicerces.

Haveremos de encontrar uma luz que ilumine a consciência nacional e lhe aprimore a opção de escolha.

Haveremos de corrigir o estado atual de coisas ou movimentos clandestinos surgirão sob o comando de mentes subvertidas.

Ressalva se faz ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, às Forças Armadas, esteios democráticos dos direitos pátrios. Ressalva se faz à nossa Polícia Militar que, neste contexto, como instituição do Estado, não se imiscui em questões de desgoverno. É uma instituição incorruptível, estruturada em base sólida, organizada, disciplinada e hierarquizada.

Seus comandantes e comandados orgulham-se de pertencer aos seus quadros. Ufanam-se da sua história, dos feitos gloriosos, do respeito aos seus ancestrais. Cultuam aqueles que forjaram a sua estrutura, sempre voltada para a segurança de seus concidadãos, para o bem comum.

Tomam Tiradentes como o exemplo estoico do amor a pátria, da liberdade e do domínio sobre as fraquezas humanas.

Senhores,

“Não há consolo mais refinado na velhice do que a sensação de ter concentrado toda a força de nossa juventude em obras que jamais envelhecerão.”

Schopenhauer (1851)

À Polícia Militar de Minas Gerais não lhe pesam os 241 anos de existência, pelo aperfeiçoamento ininterrupto de sua organização funcional. Não se descarta dos avanços da tecnologia, o que a mantém em eterna juventude. Nestes termos, aprimorou o critério para a composição de seus efetivos, através de inovadora legislação, que exige, além da higidez física e mental, formação acadêmica, a todos os que almejam vestir a sua honrada farda. Aos candidatos ao curso de formação de oficiais, àqueles que se prepararam para o exercício de liderança e de comandos, exige-se que sejam bacharéis em Ciências Jurídicas.

As atividades da Polícia Militar são planejadas no intuito de servir, de estar ao lado daqueles que necessitam da sua proteção. Apoia-se mais em técnicas preventivas, não se descurando, contudo, da aptidão própria para as ações repressivas inevitáveis.

O Exmo Sr. Cel PM Marco Antônio Bianchini, atual Comandante-Geral, traz consigo o perfil dos grandes chefes, dos grandes líderes. Sob seus ombros recai a responsabilidade sobre um efetivo acima de 42.000 homens e mulheres. Efetivo dos grandes exércitos.

Cabe-lhe, ainda, a Presidência do Conselho de Comandantes-Gerais de todas as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, atividade que exerce com extrema competência.

A V.Exa. Sr. Comandante Bianchini, os nossos mais efusivos cumprimentos.

Prezados consócios do IHGMG,

É justa a homenagem que ora prestamos à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. É justo que nesta data maior a cumprimentemos por tudo aquilo que ela representa para o povo de Minas.

É justo que nós desta casa de cultura, com a nossa maturidade, exaltados pelos padrões de conduta, à similitude dos padrões da homenageada, a ela nos alinhemos, almejando que dê continuidade à sua trajetória de glórias.

AGRADECIMENTO AO IHGMG PELA HOMENAGEM À POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS¹⁸

Coronel PM Marco Antônio Badaró Bianchini
Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais

É com muita honra e alegria que nos fazemos presentes nesta Casa centenária para a sessão solene em homenagem à Polícia Militar de Minas Gerais, que completa, em 2016, 241 anos de existência. Início, portanto, agradecendo ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais por tão prestigiosa distinção.

A história da Polícia Militar mineira se confunde com a história do estado de Minas Gerais. A Polícia Militar teve origem no Regimento Regular de Cavalaria de Minas, criado em 9 de junho de 1775, no distrito de Cachoeira do Campo, município de Ouro Preto, então com o objetivo de guardar as minas de ouro descobertas na região de Vila Rica e Mariana. Justamente em Ouro Preto, surgiu um dos maiores movimentos libertários da história deste país – a “Inconfidência Mineira”, liderada por Joaquim José da Silva Xavier, o Alferes Tiradentes, patrono da Polícia Militar de Minas Gerais e então membro do 1º Regimento Regular de Cavalaria.

Desde sua criação, a Polícia Militar de Minas Gerais atuou com protagonismo nos principais movimentos históricos brasileiros, com destaque para a Guerra do Paraguai, o movimento Tenentista de 1924 e a Revolução Constitucionalista de 1932.

Da proclamação da República, em 1889, até a década de 1940, a Força Pública mineira era aquartelada e funcionava como reserva do Exército. Em 22 de julho de 1955, foi criada em Belo Horizonte a Companhia de Policiamento Ostensivo. A partir desse marco histórico, a Polícia Militar passou a atuar nas ruas da Capital, promovendo a segurança pública, situação que se estendeu para as

¹⁸ Solenidade realizada em 4/6/2016.

idades do interior do estado e que hoje constitui a realidade operacional da nossa Instituição.

Ancorada em sólidos pilares, na hierarquia, na disciplina e no culto aos valores ético-morais, a Polícia Militar de Minas Gerais é uma organização policial moderna, prestadora de um serviço imprescindível para a sociedade; defensora da cidadania e do Estado Democrático de Direito. Estamos presentes nos 853 municípios mineiros, com um atendimento diuturno e permanente que abarca um portfólio de serviços amplo e cada vez mais adequado às necessidades da população do estado, considerada em toda a sua complexidade e heterogeneidade.

Historicamente, temos investido na formação técnica e intelectual de nossos policiais, primando por uma educação de polícia militar que privilegie a ética, a formação humanística, a capacitação técnica e a conformação dos conteúdos às mudanças sociais e à prospecção de cenários.

O efetivo da Polícia Militar, que hoje é da ordem de 45 mil homens e mulheres, atua no campo, na cidade, na água, no ar, nas ruas e nas estradas, prevenindo e reprimindo o crime de forma qualificada, defendendo o meio ambiente, resgatando reféns, desarmando bombas, promovendo a segurança em estádios, desenvolvendo, entre outras ações, o controle de distúrbios civis, a prevenção à violência doméstica, além de um reconhecido trabalho educativo nas escolas voltado para a prevenção ao uso de drogas.

A Polícia Militar de Minas Gerais é a mais antiga instituição militar de segurança pública do Brasil. Por aqui passaram homens de grande valor, talento e desenvoltura, como Juscelino Kubitschek, João Guimarães Rosa e o nobilíssimo Juiz Coronel Paulo Duarte Pereira, membro deste silogeu, que elevaram o nome de Minas e da Gloriosa Corporação de Tiradentes.

A homenagem que a Polícia Militar recebe nesta manhã, com a honrosa Medalha Israel Pinheiro, batizada com o nome de um dos mais atuantes e expressivos homens públicos do nosso país, muito nos orgulha, porquanto constitui o reconhecimento da sociedade ao trabalho realizado pelos policiais militares de cada canto deste estado e por aqueles que nos precederam e ajudaram a construir a Polícia Militar destes dias.

Por esse gesto de amizade e consideração, em nome da Polícia Militar, ratifico agradecimentos ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais,

conceituada casa de saberes, que reúne intelectuais de todos os campos para fomentar conhecimento e promover o necessário resgate da nossa história.

Por fim, fazemos 241 anos conscientes de que há um longo caminho a percorrer na busca pela sociedade ideal, livre do crime, da violência e da insegurança, resultado que só pode ser alcançado mediante mobilização de todos os segmentos da sociedade.

Ao mesmo tempo, completamos quase dois séculos e meio consolidando nosso papel na sociedade como garantidores do estado democrático de direito, defensores da lei e da ordem e, sobretudo, agentes públicos investidos da autoridade estatal para servir. Essa é a nossa grande razão de ser.

Muito obrigado!

2.2 – PALESTRAS

O INCONFIDENTE JOÃO RODRIGUES DE MACEDO

Marcos Paulo de Souza Miranda - Cadeira 93
Patrono: Orville Derby

SUMÁRIO: 1. INTRODUÇÃO. 2. ORIGENS E FAMÍLIA. 3. COMERCIANTE E CONTRATADOR. PROPRIEDADES. 5. RELIGIOSIDADE. 6. GENEROSIDADE. 7. ENVOLVIMENTO COM A INCONFIDÊNCIA. 8. MORTE E SEPULTAMENTO. 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS. 10. REFERÊNCIAS.

PALAVRAS-CHAVE: JOÃO RODRIGUES DE MACEDO. BIOGRAFIA. INCONFIDÊNCIA MINEIRA. ENVOLVIMENTO. NOVAS DESCOBERTAS.

1. Introdução

Um dos personagens mais sedutores e enigmáticos do movimento sedicioso denominado Inconfidência Mineira, embora não tenha sido condenado como insurrecto, foi o contratador João Rodrigues de Macedo, construtor e proprietário da magnífica Casa dos Contos em Ouro Preto, joia da arquitetura colonial brasileira, onde se hospedaram muitos dos envolvidos com o planejado levante.

Sobre Macedo, registrou Tarquínio José Barbosa de Oliveira, um dos maiores pesquisadores do assunto: *Sabemos ainda pouco da biografia de João Rodrigues de Macedo. Paradigma de um sistema financeiro, a pesquisa apenas se inicia, retirando-o da poeira dos arquivos. É evidentemente um gigante, protótipo de virtudes que dignificam o homem em qualquer regime...*

Nos tempos atuais, quando o acesso a documentos históricos se amplia em razão da tecnologia e fortalecimento dos arquivos públicos no Brasil e no exterior, e as pesquisas sobre a Inconfidência Mineira ganham olhares mais aprofundados, com base em fontes não diretamente relacionadas às limitadas informações constantes dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira e às suas – não raras vezes equivocadas – anotações, pareceu-nos importante registrar novas descobertas a respeito da biografia de João Rodrigues de Macedo, incluindo o esclarecimento sobre o local exato de seu nascimento (que equivocadamente a historiografia

apontava como sendo Coimbra) e de sua morte (que equivocadamente as notas dos Autos de Devassa apontavam como sendo Arraial do Turvo, atual Andrelândia-MG).

Também procuraremos evidenciar as principais características do perfil biográfico de João Rodrigues de Macedo e seu possível relacionamento com o movimento inconfidente.

2. Origens e Família

João Rodrigues de Macedo, filho de Bento Rodrigues de Macedo e de Teresa Rodrigues do Vale, nasceu em 4 de março de 1739 na localidade de São Tirço, da Freguesia de São Martinho do Campo, Póvoa de Lanhoso, Braga, Portugal, sendo batizado no dia 8 do mesmo mês, tendo por padrinhos Diogo Rodrigues e Luiza, filha de Domingos Lopes. A cerimônia foi oficiada pelo Vigário Sebastião de Faria.

Em 1757 ainda se encontra em Portugal, pois em 15 de julho daquele ano ingressou na Ordem Terceira do Carmo, na qual teria ocupado o importante cargo de Mesário, como se depreende de sua patente apresentada posteriormente em Vila Rica.

Tinha pelo menos três irmãos: Bento Rodrigues de Macedo, Padre Custódio e José Rodrigues de Macedo.

Na década de 1760, Macedo transferiu-se para o Brasil, estabelecendo-se primeiramente no Rio de Janeiro.

3. Comerciante e Contratador

No Rio de Janeiro, João Rodrigues de Macedo estabeleceu-se como comerciante (possivelmente como sócio do primo Domingos José Gomes, falecido em 1780) e articulou uma importante rede de relacionamentos com outros mercadores da cidade, entre os quais destacam-se Antônio Ribeiro de Avelar e Antônio Gonçalves Ledo, figuras vinculadas à ordem maçônica, sendo o último, pai de Joaquim Gonçalves Ledo, estudante em Coimbra, Venerável Mestre da Loja Maçônica Comércio e Artes, no Rio de Janeiro, revolucionário, iluminista e um dos patriarcas da Independência do Brasil.

Em Portugal, o irmão mais velho, Bento Rodrigues de Macedo, nascido em 1734, residente em Coimbra, era o elo com os comerciantes europeus, além de administrador dos interesses de João Rodrigues na Corte.

O poderio econômico e a ampla rede de relacionamentos de Macedo podem ser bem evidenciados nas seguintes palavras de Fonseca:

Ao examinar a documentação de João Rodrigues é possível visualizar a existência e o funcionamento de uma rede de influências; homens de negócios que tinham grande participação nas tomadas de decisão e principalmente na execução das diretrizes

administrativas dos negócios e dos contratos de João Rodrigues de Macedo. Foi justamente a construção deste “círculo administrativo” que permitiu que o contratador atuasse tanto e por tanto tempo. O círculo de influências do contratador tornava-se também um círculo social, e seria essa sociabilidade que acabaria aproximando de João Rodrigues as elites intelectuais mineiras. Aqui percebemos a importância de João Rodrigues de Macedo e o valor da construção de sua biografia: longe de ser um homem ordinário, Macedo exerceu influência sobre os mais diversos grupos sociais, alcançando uma liberdade de atuação comparável a poucos homens de sua época, grupo que incluiu outros contratadores mineiros de tributos. Além desses dois, havia aqueles que cuidavam da administração do contrato in loco, fiscalizando as cobranças em Minas Gerais, nas comarcas da capitania. Na vila do Tijuco (no rico Distrito Diamantino, destino de grande parte das cargas vindas do Rio de Janeiro), estava João Carneiro da Silva, que também administrava a maior loja de gêneros de Macedo. Em São João Del Rei, responsável pelo registro do Caminho Velho da Mantiqueira (que levava à capitania de São Paulo e ao porto de Paraty), Brás Álvares Antunes, e no registro de Matias Barbosa, no Caminho Novo (estrada que levava à capitania do Rio de Janeiro, a mais importante de Minas Gerais), outro primo de Macedo, João Manuel Gomes de Araújo. No mesmo registro, Domingos José Gomes seria o responsável nos primeiros tempos do contrato. Em Paracatu, Manuel José de Oliveira Guimarães é quase um administrador emancipado da comarca de Sabará, controlando diversos registros; o mesmo ocorre na região de Sete Lagoas, onde Manuel Barbosa de Oliveira fiscaliza, principalmente, a passagem de gado pelo médio São Francisco. Havia ainda outros que faziam parte da estrutura de poder de Macedo homens proeminentes que sustentavam e recebiam sustentação econômica e política do contratador, como José Álvares Maciel, capitão-mor de Vila Rica. Havia também o maior fazendeiro de Minas e co-patrocinador da fiança do contrato de João Rodrigues, José Aires Gomes, na Borda do Campo; Manuel Rodrigues da Costa, no Caminho Velho, que levava à Paraty e São Paulo através do Registro da Mantiqueira; Manuel do Vale Amado, no Caminho Novo; José João Herédia, no Morro do Pilar, e, em São Paulo, Antônio Fernandes do Vale e José Vaz de Carvalho, além de diversos outros.

A rede de colaboradores de João Rodrigues serviria também para viabilizar outros negócios do contratador. Além da arrecadação de

tributos, Macedo era proprietário de diversas lojas varejistas. Seu representante no Rio de Janeiro, Domingos José Gomes, tratava da compra dos gêneros – entre eles sal e açúcar, produtos de grande valor – que seriam remetidos às Minas e distribuídos para revenda nas lojas que o contratador possuía em diversas vilas.

João Rodrigues de Macedo deslocou-se para Vila Rica por volta de 1775 e arrematou o contrato das Entradas para os triênios de 1776 a 1778 e de 1779 a 1781, para a capitania de Minas Gerais, por 766:726\$612 réis; e para as capitanias de Mato Grosso, Goiás e São Paulo, por 189:044\$918 réis, totalizando 944 contos. Além desse contrato, arrematou também o de Dízimos, por 395:378\$957 réis, para o período de 1777 a 1783.

Montou uma sólida estrutura de cobrança de impostos e tornou-se, entre as décadas de setenta e noventa do século XVIII, a figura principal de uma rede de transações comerciais que movimentou centenas de contos de réis até quase a virada do século XIX, quando ainda promovia cobranças de dívidas antigas.

4. Propriedades

Em Ouro Preto, João Rodrigues de Macedo era proprietário da Chácara do Passa Dez (na saída da cidade em direção a Cachoeira do Campo) e também do sítio da Ponte dos Taboões, situado entre Casa Branca (Glaura) e Cachoeira do Campo, obtido por sesmaria de 17 de outubro de 1798. Tratava-se de propriedade estrategicamente situada em direção ao Caminho do Sabarabuçu (Sabará), sede da importante Comarca de mesmo nome, que, em direção ao norte, mantinha ligação com o movimentado Caminho dos Diamantes e o sertão da Bahia, uma das principais rotas comerciais da Capitania.

Sobre a chácara do Passa Dez, registra Tarquínio que: *Aquela morada senhorial, longe do bulício urbano, já a possuía desde os primeiros anos do contrato. Nela terá vivido durante os quase três anos da construção da que viria a ser mais tarde a Casa dos Contos.* Ali repousam, em lamentável situação de conservação, infelizmente, as ruínas da antiga casa de João Rodrigues, incluindo um chafariz que foi quase todo destruído. Na área foi implantado o antigo Jardim Botânico de Vila Rica, em 1825, quando João Rodrigues já havia perdido a propriedade para o Fisco.

No Arraial de Cachoeira do Campo, Macedo era proprietário de uma estalagem e várias casas.

A Casa dos Contos, possivelmente projetada pelo Mestre José Pereira Arouca, construída entre 1782 e 1784, era um verdadeiro palacete colonial, considerada como a mais rica residência de Vila Rica do século XVIII, sendo avaliada no ano de 1803 em 40 contos de réis.

Era ali, no belo e suntuoso monumento do barroco mineiro, que o contratador realizava rotineiramente festas e saraus que reuniam a elite intelectual da Capitania, numa demonstração pública de abastança e poder.

Ali também recebia e hospedava seus amigos mais próximos, com quem gostava de jogar cartas e gamão.

Foram seus hóspedes na majestosa residência, entre outros: Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José Aires Gomes, Luiz Vieira da Silva, Nicolau George Gwerk, Alvarenga Peixoto, Luis Beltrão de Gouveia e Padre José da Silva e Oliveira Rolim, todos envolvidos com o movimento inconfidente, o que revela que João Rodrigues deveria saber, e bem, de toda a trama da conjura.

5. Religiosidade

A família de João Rodrigues de Macedo tinha a religiosidade como uma de suas marcas características. O irmão mais velho, Bento, era Familiar do Santo Ofício, e o mais novo, Custódio, era padre.

Em Vila Rica, Macedo era Irmão da poderosa e influente Ordem Terceira do Carmo, na qual ingressou em 7 de abril de 1781, sendo eleito seu Prior em 5 de julho de 1789, no auge da repressão ao movimento inconfidente. Também foram integrantes da afamada Ordem, Joaquim José da Silva Xavier, Joaquim Silvério dos Reis e Francisco Paula Freire de Andrade, todos envolvidos com a Inconfidência, o que abre perspectivas para uma análise mais aprofundada sobre a possível participação de Irmandades e Confrarias nos rumos da Inconfidência.

Foi também membro da Irmandade de Santo Antônio da Paróquia do Pilar de Ouro Preto.

Fornecia os serviços de seus escravos para construções religiosas e, não raras vezes, isentava de impostos mercadorias doadas à Igreja.

Ao receber uma menina enjeitada à porta de sua casa em 1793, João Rodrigues de Macedo não apenas a acolheu, mas batizou-a com o nome de Felipa e fez questão de ser o seu padrinho. Pequenos rasgos do caráter de uma pessoa que, ao que tudo indica, tinha grande coração e carisma.

6. Generosidade

Generosidade era um dos traços característicos da personalidade de João Rodrigues de Macedo.

Financiou os estudos de inúmeros jovens mineiros em Portugal, que se dirigiam à Universidade de Coimbra, preocupando-se em pagar seus estudos e gastos de subsistência durante todo o período de formação, recomendando-os à proteção de seu irmão Bento Rodrigues de Macedo, que lá representava seus interesses.

Receberam a proteção do mecenas de Vila Rica, entre outros, os estudantes de Medicina Luiz José Godoi Torres, Francisco Manoel Souza Alvim, João Evangelista Faria Lobato; e os de Direito Antônio Rodrigues Ferreira das Chagas,

João Luiz Saião, Vicente Jorge Dias Cabral e Lucas Antônio Monteiro de Barros, este último com comprovada participação na Inconfidência Mineira. Não se descarta a possibilidade do interesse de Macedo no sentido de que tais jovens pudessem beber das ideias iluministas que então eram fermentadas na Universidade de Coimbra, defendidas sobretudo pelo líder e professor Domingos Vandelli, para que pudessem posteriormente transpô-las, multiplicá-las e colocá-las em prática no Brasil

Mas não somente no campo dos ideais residia a atuação de Macedo.

Com a prisão, degredo e posterior morte de Inácio José de Alvarenga Peixoto, ele acatou o pedido da viúva, Bárbara Heliodora, tornando-se sócio dela nos negócios da Fazenda em São Gonçalo do Sapucaí e amparando os filhos do desafortunado inconfidente.

Durante o período de prisão dos réus conjurados no Rio de Janeiro, Macedo providenciou que seus amigos comerciantes estivessem atentos às necessidades dos rebeldes e que lhes prestassem todo o apoio necessário.

Os bens de Tiradentes existentes em Vila Rica foram arrematados pelo velho amigo, ex-contratador.

João Rodrigues de Macedo também procurou ajudar seu guarda-livros, Vicente Vieira da Mota, intercedendo por ele junto ao Desembargador José Caetano César Manitti, conquanto não tenha logrado a sua absolvição.

7. Envolvimento com a Inconfidência

Macedo tinha amplas e próximas relações com os principais envolvidos no movimento da Inconfidência Mineira. Era credor e compadre do Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Inácio José de Alvarenga Peixoto; o principal cliente do advogado Cláudio Manuel da Costa; amigo de Tomás Antônio Gonzaga; patrão de Vicente Vieira da Mota, seu erudito guarda-livros; vizinho de Domingos de Abreu Vieira; amigo e anfitrião do Cônego Luís Vieira, entre outros.

O Alferes Tiradentes lhe prestava serviços rotineiros, muitas vezes como comandante dos regimentos de Sete Lagoas e do Caminho Novo, locais estratégicos para a cobrança dos tributos cuja arrecadação havia sido contratada por Macedo.

O Contratador demonstra depositar especial confiança no Alferes quando, em 22 de agosto de 1780, de Vila Rica, escreve a Tiradentes, que então era Comandante do Registro de Sete Lagoas, um dos mais importantes da Capitania:

“Foi-me muito estimável a carta que de Vm. recebi a 4 do corrente, e pela notícia que me deu Vicente Vieira da Mota. Fico a Vm. muito e muito agradecido a tantos benefícios quantos mostra o seu zelo e atividade em benefício de meu contrato, e estou certo continue Vm. a me favorecer, evitando tudo quanto me for de prejuízo, assim como cobrar os créditos que lhe entregou o dito Vicente Vieira”

...

“Espero que necessidades que tenha de soldados para esse Registro e mudanças de guardas, promete-se prontamente fazer; porém se Vm. For à nova picada, avise-me, para eu na ocasião desta excursão saber que Vm. Não se acha aí, de quem só me fio.”

Os relacionamentos de Macedo e o fato de ser devedor de altas somas à Coroa Portuguesa, evidenciam que ele reunia todos os requisitos para ser um dos maiores interessados no sucesso do movimento inconfidente, justificando sua participação, necessariamente discreta, mas perceptível, na trama e nos rumos da movimentação rebelde.

Não por outra razão que o Desembargador José Pedro Coelho Torres, um dos responsáveis pela Devassa instaurada no Rio de Janeiro, deixou consignado a respeito de João Rodrigues: *eu não deixo de presumir que ele sabia, e talvez patrocinava o projeto; é filho do Reino, e muito bem conceituado e benquisto; mas deve grandes somas à Fazenda Real, de contratos de entradas; sabendo que o Alvarenga era muito gastador e caloteiro, que nada pagava, estava-lhe assistindo com dinheiros, que já passavam de quarenta mil cruzados.*

O famoso Intendente do Ouro, José Caetano César Manitti, que servira de escrivão no processo contra os inconfidentes, iniciado em 1789 e concluído três anos depois, alguns dias antes de retirar-se para Portugal, conseguiu do ex-contratador um empréstimo de um conto de réis, alegando necessidades para as despesas de viagem.

É possível que o suposto empréstimo tenha sido, em verdade, o pagamento pela proteção dada no curso da devassa pelo escrivão a Macedo, que também teria repassado dinheiro ao Visconde de Barbacena, Governador da Capitania de Minas Gerais.

Segundo Kenneth Maxwell:

Além disso, no início de maio, entre os dias dez e doze, Barbacena chegou a um acordo com João Rodrigues de Macedo. O contador deste, Vicente Vieira da Mota, visitou o governador em Cachoeira do Campo e os dois discutiram negócios da casa de Rodrigues de Macedo, “e esta prática, que tivera como dito Governador de Minas foi feita por ocasião de ter o mesmo Governador mandado chamar a ele respondente ao dito Arraial da Cachoeira, aonde lhe fez mais várias perguntas a respeito dos negócios da casa de João Rodrigues de Macedo” “E recomendara o dito governador... que nada dissesse do que tinha passado com ele”. A natureza dos “negócios” debatidos é obscura, mas o resultado é claro: Macedo recebeu total proteção contra qualquer interrogatório, ou investigação, ou

implicação na inconfidência. O que deu ele em troca só pode ser suspeitado, mas há prova evidente de que Barbacena, em certo momento, manteve certos entendimentos financeiros com o contratante”.

Em carta datada de Vila Rica, 24 de fevereiro de 1800, Basílio de Brito Malheiro do Lago, que havia sido empregado dos contratos de João Rodrigues de Macedo, ao cobrar do ex-patrão a importância de 5.000 cruzados, afirma que Macedo fazia gastos para sustentar os filhos de seus companheiros inconfidentes que foram sentenciados à força, afirmando que bem sabia o porquê de o banqueiro ter escapado ao cadafalso.

Os Autos de Devassa deixam transparecer que boa parte da Capitania de Minas Gerais sabia e apoiava o movimento inconfidente. Seria impossível prender e punir a todos, o que levou as autoridades lusitanas a fazerem escolhas, selecionando os alvos do processo.

Macedo não foi envolvido como réu do crime de Lesa Majestade aparentemente por mais de uma razão, as quais aventamos:

- a) Como devedor de altas somas à Coroa, sua prisão implicaria em perdas financeiras enormes. Era preferível deixá-lo cobrando seus devedores e fazendo os repasses à Fazenda Real do que colocá-lo em um calabouço;
- b) A inocência e proteção a Macedo interessavam financeiramente a várias autoridades incumbidas da apuração levada a efeito nas Devassas. A corrupção presumida do Visconde de Barbacena e comprovada do Escrivão Manitti, são circunstâncias que evidenciam uma séria – e nada inovadora – situação de parcialidade no sistema de administração pública de Portugal Colonial.
- c) O carisma, a respeitabilidade, a projeção social, a ascendência econômica e a sua poderosa e extensa rede de relacionamentos no Brasil e na Europa, seriam capazes de criar sérias dificuldades para a Corte debelar o movimento rebelde, caso Macedo fosse envolvido como réu da Devassa.

Enfim, não era oportuna nem tampouco conveniente a responsabilização de João Rodrigues de Macedo.

8. Morte e sepultamento

Após ter perdido a maior parte de seu patrimônio em razão das dívidas com a Coroa Portuguesa, tendo seus bens confiscados em 1803, João Rodrigues de Macedo mudou-se para o Sul de Minas Gerais, passando a morar, em companhia de sua comadre e sócia Bárbara Eliodora Guilhermina da Silveira, viúva de Alvarenga

Peixoto, na Fazenda Boa Vista, em São Gonçalo do Sapucaí, localidade à época pertencente à Vila de Campanha da Princesa.

Foi em São Gonçalo que João Rodrigues de Macedo faleceu, após receber todos os Sacramentos, em 6 de outubro de 1807, deixando como testamentários: Doutor João de Araújo de Oliveira e seus sobrinhos Antônio José Fernandes de Macedo, o Capitão Jerônimo Fernandes de Macedo e Antônio Joaquim Rodrigues de Macedo, filhos de José Rodrigues de Macedo.

Ao tomar conhecimento da morte de Macedo, o comandante do destacamento de Vila de Campanha da Princesa, José da Silva Brandão, mandou uma patrulha para resguardar os bens do falecido e permitir que a Justiça definisse o destino dos mesmos, pois ainda havia dívidas a saldar.

João Rodrigues foi sepultado, envolto em hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo, dentro da Capela de São Gonçalo do Sapucaí, em 7 de outubro de 1807, “do arco para cima”, sendo acompanhado por cortejo, pelo Reverendo Pároco e por nove sacerdotes.

9. Considerações finais

Discreto, inteligente, astuto, generoso e carismático; detentor de muito poder e dinheiro, João Rodrigues de Macedo reunia todos os requisitos sociais, religiosos, políticos e econômicos para ser um dos maiores da República projetada pelos inconfidentes.

É possível que todos esses predicados tenham constituído, em boa parte, o motivo para que ele não fosse envolvido na Devassa.

João Rodrigues de Macedo foi, possivelmente, um dos principais partícipes da trama inconfidente.

A dimensão do alcance de sua participação na Inconfidência Mineira merece maiores estudos e novos olhares.

10. Referências:

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM). Câmara dos Deputados e Governo do Estado de Minas Gerais. Brasília – Belo Horizonte, 1976 a 2001. 11 vol.

FERRAZ, Eugênio. *A Casa dos Contos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: C/Arte. 2004.

FONSECA, Paulo Miguel. *O contratador João Rodrigues de Macedo: ações e transações através da prática epistolar no século XVIII*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2008. Vol. 125. p. 29-55.

_____. *João Rodrigues de Macedo: o contratador e sua espiral de poder no setecentos mineiro*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira*. Uma síntese factual. Rio de Janeiro: Bibliex. 1989.

LAPA, Manoel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da devassa*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2009.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Um Banqueiro na Inconfidência*. Ouro Preto: ESAF – CECO, 1981.

_____. *A Casa dos Contos*. Uma experiência de Arquivologia. Ouro Preto: ESAF – CECO, 1981.

NEVES, Maria Agripina e COTTA, Augusta de Castro. *Do Monte Carmelo a Vila Rica*. Ouro Preto: 2011.

SANTOS, Márcio Vicente Silveira. *Tiradentes em Sete Lagoas*. Sete Lagoas: Kosmos. 2010.

VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites mineiras setecentistas*. Conjugação de dois mundos. Lisboa. Edições Colibri. 2004.

VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Tiradentes: A Inconfidência diante da História*. Belo Horizonte: 2º Clichê, 1993.

Notas

1. *Um banqueiro na Inconfidência*. ESAF. CECO. Ouro Preto. 1981
2. NEVES, Maria Agripina e COTTA, Augusta de Castro. *Do Monte Carmelo a Vila Rica*. p. 222.
3. FONSECA, Paulo Miguel. *João Rodrigues de Macedo: o contratador e sua espiral de poder no setecentos mineiro*.
4. APM, SC 285, p. 106v.
5. *Um Banqueiro na Inconfidência*. p. 16
6. CMOP CX. 65 DOC. 40.
7. SANTOS, Márcio Vicente Silveira. p. 92-93.
8. ADIM 7, 55.
9. *A Devassa da Devassa*, p. 240.
10. ADIM, 9, 340.
11. José da Silva Brandão. Ofício relativo ao falecimento de João Rodrigues de Macedo e aos procedimentos referentes ao seu espólio. Vila da Campanha da Princesa, 07/10/1807. BN-Mss I-32,09,025.

EM SANTA LUZIA NA CELEBRAÇÃO DA REVOLTA DE 1842¹⁹
(aspectos jurídico-políticos)

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiúza - Cadeira nº 81
Patrono: João Bráulio Moinhos de Viena

Ao receber a comunicação de minha escolha para orador oficial desta importante solenidade, feita pelo Magistrado Marcos Henrique Caldeira Brant, que carrega nobremente, em seu sobrenome, a própria História do Brasil, fui tomado pela surpresa, que se transformou logo em honra e alegria, sentimentos que bem se combinam.

Explico: Primeiro, porque tenho grande simpatia e admiração por esta vetusta Santa Luzia do Rio das Velhas, terra de distinta importância histórica nas Minas Gerais e berço ou morada de ilustres e admirados homens e mulheres do passado e do presente; e também pelo respeito que nutro pelo Exército Brasileiro, a que servi, por breve período, na Infantaria do CPOR de Belo Horizonte.

Em segundo lugar, porque o episódio heroico aqui acontecido nos idos de agosto de 1842, ora celebrado, sempre me causou admiração e, como professor de Teoria do Estado, uma curiosidade acadêmica.

Por essa razão, peço licença aos ouvintes, para cuidar aqui mais dos termos jurídico-políticos que estão envolvidos nesse acontecimento tão significativo para a História da Democracia no Brasil.

Não vou dedicar-me agora ao relato da batalha nem às biografias de Teófilo Ottoni e do Duque de Caxias, sem embargo do respeito e da admiração que guardo para com esses dois vultos (vultos concretos!) de nossa História.

Os termos jurídico-políticos que colorem e temperam o combate do século XIX e, que, principalmente em discursos inflamados, são tratados como expressões sinônimas, não o são. Refiro-me a: Nação, Estado e Governo.

Na bela cerimônia desta manhã, é bom a gente meditar sobre esses três conceitos, que, sem dúvida, se entrelaçam, mas que têm, no Direito Público e na

¹⁹ Oração oficial na celebração do 173º aniversário da Revolução de 1842 (Santa Luzia, 20/8/2015).

Ciência Política, significados bem precisos. São três entidades que, na ordem natural e legítima, podem e devem ser sequência e consequência uma da outra.

Sem querer dar aula de Teoria do Estado (a disciplina mais importante do Curso Jurídico...), mas já o fazendo, em homenagem e respeito aos que me ouvem, vamos ver o que penso sobre as três palavras, para chegarmos a um entendimento do sucedido neste rincão mineiro há 173 anos.

Vamos, juntos, então, às respectivas definições jurídicas (não poéticas, nem românticas e nem mesmo somente políticas):

- Nação é alma, é a consciência coletiva (nem sempre unânime, mas uníssona), é o “plebiscito de todos os dias” (Renan). Nação é “um Estado em potência” (Miguel Reale, o pai). Nação é espírito que alenta um povo e dá força e sustentação ao Estado.

Assim, o correto é que a cada uma nação, corresponda um só Estado. Os exemplos da Alemanha e do Vietnã mostram que, separados à força, se uniram graças ao espírito nacional germânico e vietnamita, respectivamente. A Espanha se viu obrigada em 1978, a declarar, em sua democrática Constituição, ser um Estado Plurinacional, para tentar manter unidos no Reino a Catalunha e o País Basco. A Bélgica tornou-se, em 1992, a primeira Monarquia Federal do mundo para pacificar flamengos e valões que têm, respectivamente, divergências nacionais. O espírito de Nação da Ucrânia faz com que esse país não se deixe incorporar pela Rússia. São espíritos nacionais bem diversos. A União Europeia para se manter unida, respeitando o espírito nacional de cada um dos Estados que a compõem, adotou a Confederação, forma de Estado Composto que permite a secessão ou separação pacífica de cada uma de suas unidades.

- Já Estado, segundo Oreste Ranelletti, que tem, na minha opinião, a melhor definição dessa entidade, “é um povo fixado num território e organizado sob um poder de governo, supremo e originário, para realizar, com ação unitária (não necessariamente unânime mas uníssona) os seus próprios fins coletivos”. O Estado, como unidade política, tem personalidade jurídica internacional, tem verdadeira soberania no mundo. O Estado somente se firma legitimamente quando a Nação toma corpo, se institucionaliza, organizando o poder de seu povo por meio de um documento magno, que é a Constituição.

- O Governo, por sua vez, não é sinônimo de Estado e nem mesmo de poder. O poder é uma função de soberania nacional, entendida esta como sua força geradora e mantenedora.

O Governo é uma delegação da soberania nacional. Delegação que se faz por meio de escolha, direta ou indireta, pelo povo, parcela politicamente ativa da população. O Governo, pois, será o agente público do Poder (que administrará, legislará e julgará. Quanto ao judiciário, a nomeação se faz por concurso público, segundo as leis próprias elaboradas pelo Legislativo e sancionadas pelo Executivo),

conforme as competências institucionais (e não pessoais!) que lhe são conferidas pelas linhas mestras da Carta Magna.

Com base nessa sincera tentativa de bem conceituar Nação, Estado e Governo, podemos chegar a um entendimento melhor (como cheguei) do evento ocorrido aqui neste solo consagrado, em agosto de 1842, com desfecho no dia 20 daquele mês e ano.

É preciso ainda, antes, recordarmos que o Brasil, de 1824 a 1889, adotava a Monarquia Constitucional como forma de governo e era um Estado Unitário, com suas províncias não dotadas de autonomia política.

O Poder (com seus três grandes órgãos) era centralizado na Capital da Corte, com pequena desconcentração administrativa nas províncias e alguma autonomia política nas suas embrionárias câmaras municipais, já eleitas mesmo que por voto censitário. Daí, pela falta de autonomia provincial, como escreve o saudoso mestre Washington Albino (*As lições das Vilas e Cidades de Minas Gerais*, 1977),

“As cidades mineiras oferecem-nos, então, um exemplo decisivo de seu comportamento como entidades perfeitamente seguras de sua autonomia e de sua posição ante problemas nacionais”.

Quais motivos, então, explicam que a homenagem do “20 de Agosto” seja prestada aos dois lados da brava contenda? Vencedor e vencido. Caxias e Teófilo Ottoni despontam de um lado e doutro. O Exército Nacional e o Contingente Luzia. A grande coluna legalista e a brava milícia insurgente. Por que tal homenagem dupla?

Chegamos aí à conclusão de que a grande vitória foi do espírito nacional, que inspirava os rebeldes e que sustentava os soldados. Liberais de um lado e conservadores do outro.

Como sabemos, o liberalismo é “um conjunto de ideais tendentes a assegurar a isonomia plena e o pleno desfrute das liberdades individuais em face do Estado” (*Dicionário Jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas*). E o conservadorismo é o pensamento “do indivíduo que é favorável e defensor da situação política vigente, infenso às reformas aconselhadas pela evolução social” (*idem*).

José Antônio Marinho, o Cônego Marinho, que foi combatente e “correspondente de guerra”, escreveu em seu notável livro “*História da Revolução de 1842*” (publicado em 1ª edição em 1844), com precisa síntese, como testemunha ocular:

“Cada encontro das forças da legalidade com os insurgentes, qualquer que fosse o partido vencedor, era sempre a Causa da Monarquia a que recolhia o último e mais brilhante triunfo; que em um e outro exército era a bandeira de D. Pedro II entrelaçada com a Constituição do Estado, a que conduzia os soldados ao combate, e a que lhes infundia os bríos e a coragem.”

Outro não é o pensamento do grande historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torres, em sua notável “História de Minas Gerais” (Edição de 2003):

“A rigor, devemos considerar o movimento que tornaria o nome de Santa Luzia como símbolo perene do liberalismo radical como um protesto e, nunca, como uma tentativa de mudança de situação. Ou, melhor, queriam seus líderes mostrar, com armas na mão, à consciência nacional encarnada na pessoa do jovem Imperador, a repulsa dos mineiros à política saquarema.”¹

Tal antagonismo resultou de reformas realizadas pelo Gabinete Ministerial de D. Pedro II na época, tais como a temível Lei do Conselho de Estado e a desastrosa Lei de Reforma Judiciária, ambas de caráter ostensivamente conservador. Somou-se a isso, como parcela provocadora, a dissolução da Câmara dos Deputados, em maio de 1842, a pedido dos conservadores.

Resumindo a minha fala, entendo poder afirmar que a Revolta de Santa Luzia, com seus determinados combatentes, não maculou a Nação; não tinha qualquer caráter separatista; não tentou desestruturar o Estado Unitário; respeitou a Constituição de 1824 e a Monarquia, e a própria pessoa do Imperador.

Sim, com o pensamento e as armas (como era o costume da época) o movimento liberal se opôs ao Governo do momento, representado pelo Gabinete Conservador.

Teófilo Ottoni, com seu espírito democrático, sua inteligência fulgurante, jovem de 27 anos, e sua liderança, não desmereceu a Nação, respeitou a Monarquia Constitucional. Juntamente com seus partidários liberais lutou contra o Governo que se mostrava totalitário.

Luís Alves de Lima e Silva (então Barão de Caxias), com seus 38 anos à época, por seu lado, cumprindo o seu dever e usando a sua incomparável estratégia, sua firme disciplina, seu gênio militar e seu espírito pacificador, conseguiu duramente a vitória, também em nome da valorosa Nação e do grande Estado Monárquico, sob ordens do Governo vigente.

Não aconteceu aqui uma Guerra de Secessão, como a tentativa sulista dos norte-americanos no mesmo século XIX. E não foi também o que ocorreu na antiga Província Cisplatina, hoje Uruguai, em 1824. Os uruguaios, com seu pequeno

Exército e com espírito nacional diferente dos brasileiros, venceram as tropas poderosas de D. Pedro I e se separaram do Brasil.

O embate aqui sucedido não tinha como lema a separação, como aconteceu na Guerra dos Farrapos e na Confederação do Equador. Tinham ambas o objetivo de desligamento do Brasil e foram pacificadas por Caxias.

Aqui foram adversários e não inimigos, Caxias e Teófilo Ottoni.

Em 1844, os líderes rebeldes foram anistiados pelo Imperador e seu novo Gabinete.

Assim, concluo que, sempre e principalmente no momento crítico que vivemos (ou sobrevivemos envergonhados) neste querido e machucado Brasil, devemos ter em mente a diferença entre essas três entidades: Nação, Estado e Governo. Leais e esperançosos quanto à Nação e ao Estado, sim. Com relação ao Governo, podemos querê-lo o mais reto e operoso possível.

Termino, reverenciando os brasileiros que se enfrentaram lealmente neste Recanto dos Bravos!

Muito obrigado!

Nota

1. “Saquarema” era o apelido pejorativo que os liberais davam aos conservadores (ver Aurélio).

INCONFIDENTE CLÁUDIO MANOEL DA COSTA:
JURISTA, POETA E EMPREENDEDOR

*Roque Camêllo - Cadeira nº 66
Patrono: Princesa Isabel*

Uma lembrança antes do tema

Criança, na garupa do pai ou de algum irmão mais velho, quantas vezes tomei o rumo de duas fazendas da família, Campo Alegre e Ouro Fino, ambas na divisa dos municípios de Mariana e Piranga. Havia três caminhos saindo da simpática vila de Passagem de Mariana, seguindo o morro da Cartuxa ou pelo distrito de Sumidouro, hoje denominado Padre Viegas. Algumas léguas eram consumidas quando já se descia a encosta do Itacolomi. Eram estradas de chão batido, íngremes e perigosas. Uma delas, décadas depois, via distrito de Padre Viegas e Maynard até a Vargem, como gestor municipal, mandei pavimentar.

Uma paisagem de tirar o fôlego, não para aquela criança que não o percebia, mas, certamente, aos adultos. Parava-se para descanso e dar água aos animais. Os adultos comentavam entre si algo que absolutamente não era entendido por ouvidos infantis. “Por aqui nasceu um grande homem”. Para mim, tudo era enorme, as montanhas, a floresta, o barulho das águas, as pessoas, sem falar a imensidão do Pico do Itacolomi parecendo furar as nuvens.

Se havia, por aquelas paragens, um grande homem ou se houvera, para a criança do momento talvez fosse, no tenro imaginário, um gigante. Mais tarde, pude sabê-lo, de fato um gigante para a História Nacional: Cláudio Manoel da Costa.

Não sendo historiador de formação acadêmica, mineiro nasci e cresci numa atmosfera histórica. A vida me ofereceu um banco escolar permanente da História. Tornei-me, por origem, um estudioso de nossas raízes a cujo serviço me coloco como a um dever e de que me sinto orgulhoso. A propósito, me vem à memória a figura extraordinária do grande intelectual e religioso Dom Silvério Gomes Pimenta. Não me faço comparar a esse ímpar. Jamais o faria. Apenas, em sua homenagem, relembro os mesmos bancos escolares do Seminário de Mariana por ele

frequentados e por onde também passei. Chamado a se pronunciar no Concílio Plenário de 1899 no Vaticano, foi Dom Silvério arguido por um cardeal sobre de qual Universidade viera. Com sua peculiar humildade, respondeu que se formara numa “Universidade entre montanhas, Minas Gerais”.

Assim é o mineiro, um ser histórico que constrói e, não raras vezes, sofre a História. São tantos os exemplos deixados. Minas Gerais não é apenas uma porção geográfica de um país continental. É, antes de tudo, um sentimento.

Sítio da Vargem, 4 de junho de 1729

Cláudio Manoel da Costa viveu pouco se tomarmos como referência os atuais parâmetros. Foram sessenta anos iniciados em 4 de junho de 1729, sendo sua mãe Thereza Ribeiro e pai João Gonçalves da Costa. Seu batismo foi celebrado, em 29 de junho de 1729, na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Sítio da Vargem do Itacolomi, pelo padre Manuel da Silva Lemos. Foram seus padrinhos João Fernandes de Oliveira, o primeiro contratador dos diamantes do Tejuco, e Ana Ribeiro da Luz, mulher de Vitorino de Barros, estes vizinhos de propriedades. A elegante Capela ainda lá existe, aliás, bem conservada pela comunidade local compondo um cenário simples e bucólico.

A casa em que Cláudio nasceu, infelizmente, por volta de 1939, foi demolida. Os novos proprietários talvez não soubessem do seu significado para a História de Minas e do Brasil. O cenário em que Cláudio veio ao mundo é quase o mesmo, com muito silêncio, densa arborização, águas límpidas do Gualaxo do Sul, pássaros celebrando a terra. Uma comunidade quilombola ainda resiste. A criança de 4 de junho de 1729 ganhou glória e martírio. Além de sua rica produção literária, decantada por críticos nacionais e estrangeiros, de suas famosas Cartas Chilenas, não se pode esquecer aquele poema em que coloca sua alma descrevendo o berço natal:

“Destes penhascos fez a natureza
O berço em que nasci; ó quem cuidara
Que entre penhas tão duras se criara
Uma alma terna, um peito sem dureza!

Amor que vence os tigres por empresa,
Tomou logo render-me; ele declara
Contra o meu coração, guerra tão rara,

Que não me foi bastante a fortaleza.
Por mais que eu mesmo conhecesse o dano,
A que dava ocasião minha brandura,
Nunca pude fugir ao cego engano.

Vós que ostentais a condição mais dura
Temei penhas! Temei! Que amor tirano
Onde há mais resistência mais se apura.”

Um fenômeno sociocultural gerando riqueza

No século XVIII, instalaram-se as primeiras vilas mineiras, evento de grande relevância para a história jurídica e política brasileira. No território da mais antiga delas, hoje cidade de Mariana, nasceu o advogado Cláudio Manoel da Costa, em 5 de junho de 1729. Minas Gerais, o Estado que não teve infância, se apresentou no calendário nacional quase dois séculos após o descobrimento do Brasil. Esta porção territorial veio se mapear adulta a partir das forças e sonhos advindos de terras paulistas, baianas e de outras plagas. Antes, havia apenas o país do Oceano Atlântico. Muitas léguas distanciavam aquelas montanhas e vales das águas salgadas singradas pelos portugueses até que, quase ao findar do século 17, a notícia da existência de metais preciosos arrastasse, em sua direção, o eixo econômico vigente no litoral.

Como é comum em situações semelhantes, fluxos migratórios, numa escala impensável e em brevíssimo tempo, ocuparam o território, na atualidade o Quadrilátero Ferrífero. Assim, o êxito que se lastreara na economia açucareira, do pau-brasil e de outros produtos, tomou outro rumo e provocou um fenômeno social e econômico mais típico e importante do período colonial. Culturas heterogêneas se acomodaram com os embates de grupos étnicos acentuadamente diversos. Formou-se um universo social de natureza complexa e pluralista que se movimentava numa direção surpreendentemente nativista e democrática. Havia algo imponderável permeando aquela composição humana, capaz de nutrir em todos o que é intrínseco ao indivíduo: o desejo de ser livre.

Se, por um lado, o coletivo gera conflitos, por outro produz interesses comuns, não importando o agente catalisador. Um Brasil que ainda não modelara seu rosto, passaria a fazê-lo a partir das montanhas, vales e rios onde se esconderam, por milhões de anos, o ouro e outras preciosidades universalmente cobiçados. O

passar do tempo provaria esta verdade. Germinava, ali, a semente da liberdade a se transformar na árvore coletiva da independência. É fato que as pessoas, pela força necessária da reciprocidade ou por uma osmose humana, física e espiritual, constroem desideratos comuns.

Um sentimento nativista: Emboabas

Esta visão preliminar nos abre a cortina de um tempo em que o direito da força se sobrepõe à força do direito. As Minas, em suas primeiras décadas, eram um palco da coragem e da volúpia. Os bandeirantes, sedentos do ouro, não se mostravam, em geral, afeitos ao trabalho das minas e das jazidas a que tinham direito explicitado na Carta Régia de 18 de março de 1694. Em grande parte abandonadas, vinham sendo apropriadas por forasteiros, apelidados de emboabas, que dispunham de africanos já experientes em mineração. Formou-se, assim, outro contingente enriquecido pelo ouro que, cada vez mais, ocupava o espaço dos legítimos titulares, os bandeirantes.

Como a força se sobrepunha à titularidade jurídica, deu-se a “Guerra dos Emboabas”, sendo estes vencedores. No caso, o agente catalisador era a contraposição ao acúmulo de funções do Provedor e Administrador das Minas, Borba Gato, exercendo este um poder despótico, extorquindo e humilhando. Por isso, se levantaram os indesejáveis, ditos forasteiros, sob a liderança de Manoel Nunes Viana e tomaram o poder. Embora não contrário à Coroa, nascia um governo bafejado de legitimidade porque oriundo da base popular.

Esses episódios sacramentam, na primeira década do século 18, em Minas, o conceito que Hegel, tempos após, consagraria como “o progresso da consciência da liberdade”. A primeira Guerra Civil das Américas, finda em 1709, inaugura o sentido coletivo de independência. Foi um ano marcante para a História porque se experimentou, pela vez primeira, um traço da identidade nacional.

O Estadista Antônio de Albuquerque: primeiras vilas

Ante a nova realidade, Lisboa vislumbra uma solução para atender seus interesses e trazer a paz para o território. Designou para a árdua missão Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Tornou-se ele o novo Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro com a obrigação de se fixar no arraial do Ribeirão do Carmo. Cumprida a tarefa, a imediata decisão do Governador foi instituir, em 1711,

as vilas, sendo a primeira a Leal Vila de N. Senhora do Carmo, declarada capital da Capitania. A terra de ninguém e dos conflitos passou a ter um governo metropolitano, reconhecido pelo povo que se fazia representar pelos “homens bons”, os vereadores eleitos em 4 de julho do mesmo ano. Num país vocacionado para a democracia, que, não obstante, já experimentou, até recentemente, momentos lúgubres e tenebrosos, aquela urna, que recolheu os votos da primeira eleição, peça ainda existente em um dos museus de Mariana, é, sem dúvida, um sacrário de exemplo, merecedor de todas as vênias. É a pia batismal da democracia.

Nasce Cláudio Manoel da Costa

Menos de duas décadas após a instalação das Vilas, nasce em Mariana, no sítio da Vargem do Itacolomi, o futuro advogado Cláudio Manoel da Costa. Vindo ao mundo, não conhecera “a terra de ninguém” porque já se vivia sob a égide da lei e da representação política. No entanto, o episódio da Guerra dos Emboabas o marcaria por tê-lo vivido sua mãe, Tereza, nascida e residente no arraial de Guarapiranga, atual Piranga, centro dos bandeirantes, que fora alvo de ataque dos forasteiros. O pai, João Gonçalves da Costa, português e, portanto, emboaba, se fixou no sítio da Vargem no território da Vila do Carmo que, junto da vizinha Vila Rica, se constituía no mais significativo e importante centro urbano e aurífero da Capitania. Por suas terras, passava o Rio Gualaxo do Sul, rico em ouro. Embora de família modesta em Portugal, consegue amealhar um razoável patrimônio, suficiente para dar aos filhos certo grau de instrução, inclusive mantendo-os em Coimbra, oportunidade de que Cláudio usufruiu.

Formação e funções públicas

Após preparar-se no Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, foi admitido, em 1º de outubro de 1749, na Universidade de Coimbra, cursando Cânones, pois, pensava em ordenar-se sacerdote, desejo não realizado. Voltando a Minas, em 1754 é nomeado almotacé junto à Câmara de Mariana. Sua carreira pública prossegue, em 1758, com a posse como terceiro vereador da Câmara de Vila Rica, época em que o Senado o incumbe de confeccionar a carta topográfica da Vila. Cláudio Manoel não se casou formalmente, mas manteve, desde 1759, uma relação permanente com Francisca Arcângela de Souza com a qual teve cinco filhos.

Foi procurador da Coroa e da Fazenda no governo de José Antônio Freire de Andrade, em 1760, além de ter sido secretário de Minas neste e no governo de Gomes Freire. Exerceu a função de juiz ordinário na Câmara de Vila Rica em 1762, juiz mais moço (1781) e juiz mais velho (1786). Sua vida é um rosário de títulos e funções públicas de alta relevância, chegando a juiz das demarcações de sesmarias. O rei lhe concedeu pátria comum e o Hábito de Cristo, premiando-o pelos relevantes serviços prestados ao Reino.

Respeitado por todos

Era, de fato, um cidadão respeitado na Capitania e fora, sendo sua capacidade reverenciada por todos, como escreveu o provedor da Fazenda em 1766, João Caetano Soares Barreto, não só na literatura, mas também nos estudos de direito. “Creio, afirma o provedor, que nesta capitania não há quem o exceda”. Como advogado, registra a historiadora Laura de Mello e Souza reproduzindo o citado provedor, “só aceitava causas justas, consoantes às leis do Reino, rejeitando todas as que só se poderiam defender com sutileza e artimanhas”. Cláudio foi um dos profissionais do Direito mais requisitados, nas Câmaras de Mariana e Vila Rica, havendo, ainda hoje, registro de sua atuação em dezenas de processos. Sua formação jesuíta e escolástica é patenteada no elenco de livros de sua biblioteca, uma das três maiores existentes, à época, em Mariana e Vila Rica. Sua geração de bacharéis é anterior à Lei da Boa Razão, de 1769. Não obstante, segundo a citada Laura de Mello, “sua invocação do costume remete ao uso que a Lei da Boa Razão fazia do direito natural quando alegava que, na falta de lei específica, a razão natural servia de direito subsidiário”.

O empreendedor

Cláudio foi um realizador ou empreendedor tal como se aplica atualmente o termo na economia. Dividindo-se entre o intelectual da Literatura e do Direito e homem de governo, soube consolidar essas múltiplas atividades e ampliar, em larga escala, o patrimônio oriundo do pai. A década de 1760 foi-lhe afortunada, tanto que pôde recolher, em 1764, à Real Casa de Fundição 40\$000 réis em barras de ouro. Antes, para instruir seu pedido do Hábito de Cristo, havia levado à Casa de Fundição 120 quilos de ouro para demonstrar seu nivelamento aos defensores do Reino, condição sine qua non para obter o título.

Além de ter sido procurador da Ordem Terceira de São Francisco, advogava para os contratadores. Tais funções lhe rendiam ótimos honorários. Com tanta renda, proveniente de sua profissão e da atividade mineradora, tornou-se credor de extraordinária clientela de cujo rol fazia parte o Visconde de Barbacena, conforme afirmou, em palestra recente na Academia Mineira de Letras, o Cônsul Geral de Portugal em Minas Gerais Dr. André de Mello Bandeira. Barbacena governou Minas ao tempo da Inconfidência.

O inquestionável assassinato de Cláudio

Feitas essas considerações desde a descoberta, a instalação das primeiras Vilas, o estabelecimento do estado de direito, o nascimento e a vida de Cláudio Manoel, é de se perguntar onde se incluirá o tema do seu assassinato. Figura respeitada e reverenciada no século 18, natural seria fosse procurado para integrar o grupo discordante dos métodos abusivos na cobrança dos tributos, em um momento em que as minas se esgotavam visivelmente. Todavia, a questão não se restringia à tributação. Nos anos 70 e 80 do século 18, formava-se uma elite cultural na região aurífera com aqueles egressos do Seminário de Mariana, criado, em 1750, pelo primeiro Bispo Dom Frei Manoel da Cruz, e com diversos jovens mandados por suas famílias a estudarem na Europa, principalmente em Coimbra, Lisboa, Bordeaux, Montpellier, Edimburgo. Portavam ideias novas e muitas informações sobre a realidade política que, a passos largos, ia-se desenhando no Velho Continente e na América do Norte. Intelectual, Cláudio se sentia feliz em ter em sua companhia jovens bacharéis como Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga. Ajuntaram-se ao grupo o Cônego da Sé de Mariana Luís Vieira da Silva, o padre Carlos Correia de Toledo, os doutores José Pereira Ribeiro e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e o intendente do ouro Francisco Gregório Pires Bandeira e muitos outros. Mais tarde e já às portas da Conjuração, figuram nomes tidos como importantes no movimento, como José Álvares Maciel e José Joaquim da Maia do qual se registra o episódio do encontro com o embaixador norte-americano Thomas Jefferson. Este representava seu país junto à França e, a ele, Maia recorrera para apoio ao projeto da independência brasileira. O certo é que, embora nem todos citados, este contingente estava inoculado do desejo de uma pátria livre. Eram pessoas que liam Voltaire, Montesquieu, Raynal e já conheciam as novas leis vigentes nos Estados Unidos uma vez libertos da Grã-Bretanha.

Assim, havia outros ingredientes motivadores da sedição, não apenas o tributário. O presente texto não tem por pauta a Inconfidência Mineira, matéria por demais conhecida e lavrada em compêndios, teses e artigos ao longo de mais de dois séculos. Fracassado o movimento, foram presos os conjurados. Um morreu antes de ser sentenciado, com evidências irrefutáveis de assassinato, o mais velho e ilustrado de todos, Cláudio Manoel da Costa. Porque conveniente, a História oficial deu-lhe o fim por suicídio, algo incoerente com a verdade dos fatos, hoje fruto de muitos e aprofundados estudos. Dentre tantos historiadores, severos pesquisadores como Tarquínio José Barbosa de Oliveira e Ivo Porto de Menezes, vê-se uma convergência pelo assassinato. Começa-se pelo desmerecimento ao que Cláudio Manoel depôs, tão logo preso em 25 de junho de 1789. O desembargador Coelho Torres, magistrado coordenador da devassa no Rio de Janeiro, que, contrariando o desejo do Visconde de Barbacena, foi enviado a Vila Rica, deixou expresso que os depoimentos de Cláudio Manoel ficaram ilegítimos pela ausência de tabelião ou testemunhas na forma da lei e de juramento. Percebe-se, no contexto, existir acentuada disputa entre o vice-rei e o Governador Barbacena pelos rumos das devassas, havendo, segundo Laura de Mello e Souza, “interesses importantes em jogo, sendo melhor que o poeta linguarudo se calasse de vez”. Há indagações que se respondem por si próprias. Por que o aprisionaram em Vila Rica e não o conduziram para o Rio de Janeiro como os demais? Barbacena o queria por perto para controlar-lhe a fala perigosa quanto a seu governo e à sua simpatia pelo movimento?

Um fato a ser mais pesquisado

Alguns historiadores afirmam, matéria a merecer maior aprofundamento, que, logo após a prisão de Cláudio, seu sítio do Fundão na Vargem foi invadido, os filhos, genro e escravos mortos e sepultados sob o assoalho, e furtados todos os bens com destaque para suas barras de ouro. Teria sido apenas um assalto ou algo sob encomenda de algum interessado? Sem proferir qualquer julgamento, não se pode desprezar que Barbacena é o mesmo que Cláudio tinha no rol de seus devedores e que interceptara uma valiosa peça, um cacho de bananas em ouro maciço, enviado por Hipólita Jacinta Teixeira de Mello a D. Maria I, pedindo clemência a favor de si e de seu marido, o inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Ainda o assassinato: conclusões importantes

Porto de Menezes, analisando os termos da perícia feita no cadáver de Cláudio Manoel, destrói a possibilidade de suicídio com algumas arguições. “Aguentariam as ligas de meia o peso do corpo de um sexagenário? Ficaria o joelho “firme” após sua morte? Como os peritos fizeram constar que “a morte do referido Doutor Cláudio Manoel da Costa só foi procedida daquele mesmo laço e sufocação enforcando-se voluntariamente por suas mãos”, Porto de Menezes pergunta por que a palavra só? Haveria então outra hipótese que não o suicídio? Poderia alguém enforcar-se sem ser “voluntariamente por suas mãos”? Além do mais o cubículo sob a escada em que ficara preso, não tinha altura suficiente para alguém de estatura sabidamente alta fazer o corpo pender em enforcamento.

O historiador Porto de Menezes liquidou qualquer dúvida, deixando clara a tese do assassinato, quando compulsou o livro de assentos dos Irmãos da Irmandade de São Miguel e Almas, aberto em 1741, na Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Às fls. 23, consta a inscrição de Cláudio na Irmandade e, à margem do assentamento, “sufragado com 30 Missas e pago tudo a fazenda real ao Tesoureiro Faustino Vieira de Souza”. Já no livro da Irmandade de Santo Antônio, aberto em 1765, à fl. 83, verso, constam também os sufrágios por sua alma. Alguns acadêmicos e eu, em reuniões na Academia Marianense de Letras, ouvimos de Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana, que o Inconfidente marianense, o único nascido na região, fora assassinado. Tais fatos nenhum valor probandi teriam não fosse o que se segue.

Ao suicida eram negados os sufrágios bem como a sepultura eclesiástica. Nisto, a Igreja Católica Apostólica Romana era rígida desde o Concilium Bracarense, em 553, o que veio a ser confirmado em 1140 com o Decretum Gratiani e, muito depois, no Concílio Geral de Florença. À época da morte de Cláudio Manoel da Costa, ainda estavam em vigor esses dispositivos, embora anteriores ao Código do Direito Canônico, o que é confirmado pelo canonista, sacerdote e advogado José de Assis Carvalho, segundo o próprio Porto de Menezes. Por sua vez, outro canonista, o então arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, em palestra na Academia Marianense de Letras, em 14 de julho de 1978, por ocasião da posse do Dr. Tarquínio José Barbosa de Oliveira, defendeu a tese do assassinato de Cláudio Manoel, baseando-se no registro dos sufrágios nos livros das duas Irmandades de Vila Rica.

A celebração dos sufrágios é a prova incontestada de que Cláudio Manoel da Costa fora assassinado. Além do mais, há o reconhecimento oficial pelo poder civil quando se vê documentado que a Fazenda Real arcou com as despesas dos ditos sufrágios. Por que então manter sombreada esta verdade? É oportuno, aliás, um dever de todos os brasileiros e, em especial, dos profissionais do Direito, levantarmos esta cortina rota deixando que a luz da História brilhe sobre a memória de quem foi instrumento da Justiça e ícone da Literatura Brasileira.

3ª SEÇÃO: EFEMÉRIDES DA CASA

EM 2016

30/01/2016 – Sessão de homenagem aos associados falecidos em 2015: Dr. Accácio Paulino de Paiva – 23/01/2015, discurso do associado Dr. Jorge Lasmar; Profa. Maria Conceição Antunes Parreiras Abritta – 29/04/2015, discurso do associado Dr. Luiz Carlos Abritta; Dr. José Antônio dos Reis – 07/08/2015, discurso do associado Prof. Raimundo Nonato Fernandes; Dr. Christobaldo Motta de Almeida – 26/11/15, discurso do associado Dr. Jairo Carvalhais Câmara.

13/02/2016 – Posse do novo associado efetivo Stanley Savoretti de Souza. Saudação pelo associado efetivo Dr. Walter Gonçalves Taveira.

27/02/2016 – Palestra do associado efetivo Prof. Zanoni Eustáquio Roque Neves sobre o tema “Vapor Benjamim Guimarães, patrimônio dos ribeirinhos do São Francisco (para além da função turística).”

12/03/2016 – Posse do novo associado efetivo Sr. Fábio Americano. Saudação pelo associado efetivo Dr. Wagner Colombarolli.

19/03/2016 – Posse do novo associado efetivo Eng. Márcio Antônio Pereira. Saudação pelo associado efetivo Dr. Wagner Colombarolli.

02/04/2016 – Posse da nova associada efetiva Profa. Maria Efigênia Lage de Resende. Saudação pelo associado efetivo Dr. Rogério de Vasconcelos Faria Tavares.

09/04/2016 – Ciclo de Palestras sobre a Inconfidência Mineira. Promoção da Comissão História de Minas. Coordenação do associado efetivo Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda. Palestra da associada efetiva Profa. Maria de Lourdes Costa Dias Reis sobre o tema “A Inconfidência Mineira no Vale do Jequitinhonha”. Palestra do associado efetivo Dr. Carlos Alberto da Silveira Isoldi Filho sobre o tema “A Genealogia dos Inconfidentes”.

16/04/2016 – Continuação do Ciclo de Palestras sobre a Inconfidência Mineira. Promoção da Comissão História de Minas. Coordenação do associado efetivo Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda. Palestra da Profa. Márcia Maria Duarte dos Santos sobre o tema “A Geografia da Inconfidência Mineira”. Palestra do associado efetivo Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda sobre o tema “Descobertas Históricas sobre João Rodrigues de Macedo”.

30/04/2016 – Palestra da associada efetiva Profa. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra sobre o tema “Documentos Históricos, Manuscritos e Obras Raras do IHGMG”.

07/05/2016 – Posse do novo associado efetivo Dr. Paulo Ramiz Lasmar. Saudação pelo associado efetivo Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar.

14/05/2016 – Posse do novo associado efetivo Jorn. Adalberto Andrade Mateus. Saudação pela associada efetiva Profa. Regina Almeida.

21/05/2016 – Posse do novo associado correspondente Dr. Alberto Leonel de Manna. Saudação pelo associado efetivo Dr. Aluizio Alberto da Cruz Quintão.

04/06/2016 – Homenagem aos 241 anos da Polícia Militar de Minas Gerais. Promoção da Comissão História de Minas. Coordenação do Cel PM Paulo Duarte Pereira, titular da cadeira nº63, patrono Barão de Camargos, cabendo ao Coordenador a saudação àquela instituição militar.

11/06/2016 – Posse do novo associado efetivo Dr. Ricardo Salgado Guimarães. Saudação pelo associado efetivo Dr. Josemar Otaviano de Alvarenga.

18/06/2016 – Homenagem aos 270 anos da Arquidiocese de Mariana. Promoção da Comissão História de Minas. Saudação por Dom Walmor de Oliveira Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte. 25/06/2016 – Reunião ordinária especial para relatório sobre os trabalhos das Comissões Culturais Permanentes e Especiais Administrativas – Coordenação do associado efetivo Dr. Luiz Carlos Abritta.

04/07/2016 – História de Minas em Poesia – Promoção da Comissão História de Minas. Coordenação da Profa. Regina Almeida e da associada honorária Emilce Maria Diniz.

16/07/2016 – Posse do novo associado efetivo Dr. Iácones Batista Vargas. Saudação pela associada efetiva Profa. Regina Almeida.

23/07/2016 – Posse do novo associado honorário Dr. Luiz Cláudio Aguiar. Saudação pelo associado efetivo Dr. Rogério de Vasconcelos Faria Tavares.

30/07/2016 – Palestra do associado efetivo Dr. José Francisco de Paula Sobrinho sobre o tema “A picada de Goiás”.

06/08/2016 – Posse da nova associada efetiva Profa. Maria Inês de Moraes Marreco. Saudação pela associada efetiva Profa. Regina Almeida.

15/08/2016 – 109º Aniversário do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Posse da nova diretoria 2016-2018. Lançamento do vol. 41 da Revista do IHGMG.

4ª SEÇÃO: DOCUMENTOS BÁSICOS DO IHGMG

1. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

- CRIAÇÃO:

- Ata de fundação, 16 de junho de 1907
- Ata de instalação, 15 de agosto de 1907
- Registrado como Associação Cultural sob o nº 557, de 5/10/1944, no Cartório do Ofício de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Comarca de Belo Horizonte.
- Cadastrado no Ministério da Fazenda como Pessoa Jurídica de Direito Privado (CNPJ: 17.505.769/0001-64).

2. AQUISIÇÃO DO IMÓVEL:

- Lei No. 4.082, de 07/02/1966 – Autorizando o governo estadual a fazer doação de área para a sede do IHGMG e depois regulamentada por decreto governamental.
- Escritura de doação lavrada pelo Cartório Felício dos Santos em 03/04/1967, L. 72-B., folha 129v. a 132.
- Inscrição no Cartório Registro de Imóveis do 7º Ofício, sob o nº 2.576, folhas 220/221, do livro 3-B.
- Sede “Casa de João Pinheiro” – parte de sobreloja do bloco B do Condomínio do Edifício JK. Convenção condominial por escritura lavrada no Cartório do tabelião Everardo Vieira, folhas 162 v. a 172 v., do livro 164-B. Registrada no Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício – Francisco Casimiro Martins Ferraz – no Livro de Registro No. 8-A-Esp., página 217, em 14/04/72.

3. ESTATUTO VIGENTE

Aprovado pela Assembleia Geral em 1º/04/2006, e averbado sob o nº 42, no registro 56.363, livro A do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Comarca de Belo Horizonte.

4. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:

4.1 FEDERAL:

LEI Nº 875, DE 19 DE OUTUBRO DE 1949

Considera de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que a CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É considerado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1949; 128º da Independência e 61º da República.

EURICO G. DUTRA

Adroaldo Mesquita da Costa

4.2 ESTADUAL:

LEI 21, DE 30 DE OUTUBRO DE 1947

Declara de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - É declarado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, fundado nesta Capital a 16 de junho de 1907.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 30 de outubro de 1947.

MILTON SOARES CAMPOS

Pedro Aleixo

4.3 MUNICIPAL:

LEI Nº 2025, de 15 de dezembro de 1971

Declara de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

O Povo do Município de Belo Horizonte, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, com sede nesta Capital.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1971.

OSWALDO PIERUCCETTI

Prefeito de Belo Horizonte

5. RECONHECIMENTO COMO ÓRGÃO CONSULTIVO NO ESTADO

Lei nº 21.131, de 8 de JANEIRO de 2014.

Faculta aos órgãos e entidades da administração pública estadual consultar o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG – e dispõe sobre o acesso dos associados desse instituto aos órgãos e entidades que menciona.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG -, cognominado Casa de João Pinheiro, poderá ser consultado em caráter opinativo pelos órgãos e entidades da administração pública estadual sobre assuntos de história, geografia e ciências auxiliares e complementares que se referirem a Minas Gerais.

Art. 2º O associado do IHGMG, desde que devidamente identificado, terá livre acesso aos órgãos e entidades da administração pública estadual e estará autorizado a realizar consultas e pesquisas nesses órgãos e entidades, na forma de seus regulamentos internos e da legislação federal e estadual sobre acesso à informação.

Parágrafo único. A prerrogativa do associado do IHGMG a que se refere o caput será observada também pelos órgãos e entidades públicas ou privados conveniados com o Estado ou subsidiados por ele para o desenvolvimento de atividades nas áreas referidas no caput do artigo 1º.

Art. 3º O disposto nesta Lei não acarretará despesas para o Estado de Minas Gerais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 8 de janeiro de 2014, 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.

Antonio Augusto Junho Anastasia

Danilo de Castro

Maria Coeli Simões Pires

Renata Maria Paes de Vilhena

6. INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE RECEITA FAZENDÁRIA:

- Fazenda Nacional – CNPJ No. 17.505.796/0001-64

- Fazenda Municipal – No. 0184607001-2

7. HONRARIAS RECEBIDAS PELO IHGMG:

26/10/2013 – Medalha Comemorativa dos 70 anos do Manifesto dos Mineiros.

29/11/2014 – Comenda dos Emboabas, durante sessão solene em homenagem aos 300 anos de Vila Nova da Rainha de Caeté.

08/12/2014 – Medalha Comemorativa dos 300 Anos do Mosteiro de Nossa da Conceição de Macaúbas.

12/10/2014 – Placa de agradecimento da Escola de Minas pela participação nas festividades do seu aniversário de fundação.

11/09/2015 – Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos.

12/10/2015 – Placa de agradecimento da Escola de Minas pela participação nas festividades do seu aniversário de fundação.

14/11/2015 – Medalha Comemorativa dos 300 anos da Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui.

8. ATOS ADMINISTRATIVOS:

(Continuação do registro feito no volume 40 da revista)

DE 2016

ATO N. 01, de 00-02-2016 – Designa membros da Comissão da Revista e do respectivo Conselho Consultivo.

ATO N. 02, de 29-02-2016 – Designa o associado efetivo DR. JOSÉ FRANCISCO DE PAULA SOBRINHO para realizar, no prazo de 4 meses, nos arquivos do IHGMG, o levantamento do Acervo Iconográfico, Medalhístico e Biográfico e da relação de medalhas, diplomas, quadros e imagens, figuras, mapas e dados biográficos.

ATO N. 03, de 31-05-2016 – Constitui e designa membros da Comissão Eleitoral para o pleito marcado para o dia 15/06/2016.

5ª SEÇÃO: RESENHA

REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1842: QUINTA EDIÇÃO DA OBRA DO CÔNEGO MARINHO

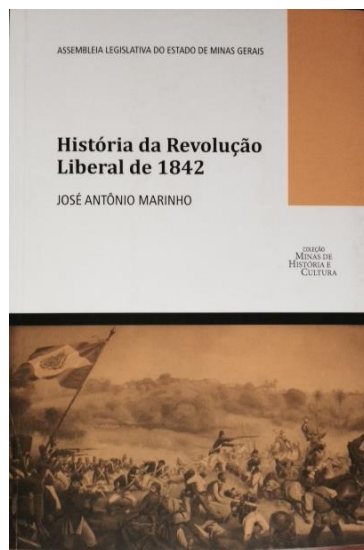
Aluizio Alberto da Cruz Quintão - Cadeira 73
Patrono: José de Resende Costa, Inconfidente

Excelente iniciativa teve a Assembleia Legislativa de Minas Gerais de reeditar o livro do Cônego José Antônio Marinho, em 2015 e sob o título *História da Revolução Liberal de 1842*, inaugurando a Coleção Minas de História e Cultura, dentro do seu programa editorial de contribuir para a compreensão do desenvolvimento político e social do Estado e do País.

Trata-se da quinta edição da obra, com simpático visual de capa e conteúdo, adequada atualização ortográfica e fidelidade à narrativa histórica. Foi tomada por base a segunda edição de 1939 em Conselheiro Lafaiete, que, como a primeira de 1844 no Rio de Janeiro, teve o título original de *História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na Província de Minas Gerais*.

As outras publicações ocorreram em 1844 (1ª); em 1977 em Belo Horizonte pela Livraria Itatiaia e a Universidade Federal de São Paulo (3ª.) e em 1978 em Brasília pelo Senado Federal e a Universidade Nacional de Brasília (4ª.).

O Cônego Marinho era natural de Brejo Salgado, atual distrito de Januária, em uma pacata família de lavradores. Cursava o seminário de Olinda em 1824, quando se tornou alferes da Confederação do Equador. Depois voltou a Minas e concluiu os estudos no então seminário do Caraça, onde foi professor, tendo-se ordenado sacerdote em Mariana. Foi ainda jornalista, juiz de paz, vereador,



deputado da assembleia provincial mineira, diretor-geral dos índios e pároco no Rio de Janeiro, onde fundou colégio e faleceu em 1853.

Ao tornar a pegar em armas soldado da Revolução Liberal de 1842, anotou em minúcias o movimento revoltoso e a situação política do país. Antes de ser anistiado pelo Imperador com os demais revoltosos, refugiara-se em uma fazenda em Queluz, atual Conselheiro Lafaiete, onde escreveu sua obra.

Testemunha vibrante e ativa no Partido Liberal, o Cônego José Antônio Marinho soube retratar a revolução de meados do século XIX, tanto em São Paulo como em Minas Gerais, e o fez, com espírito analítico de historiador e riqueza de informações e documentos. Como destacou nas primeiras páginas, fez cuidadoso *lance de olhos sobre o estado do País, desde a época da independência até aquele ano*, período antevisto por ele como *uma das épocas notáveis do Brasil*, razão por que, *com escrupulosa exatidão*, quis *levá-lo ao conhecimento da posteridade*.

Continua merecendo atenta leitura tão importante e raro registro histórico.

6ª SESSÃO: ASSOCIADOS EFETIVOS

ASSOCIADOS EFETIVOS - AGOSTO 2016

CAD	PATRONO	TÍTULO	ASSOCIADO
1	João Pinheiro da Silva	3º e 4º Governador Republicano Provisório, 9º Presidente eleito do Estado de Minas Gerais, 1º Presidente do IHGMG	Antonio Augusto Junho Anastasia
2	Antônio Augusto de Lima	Jurista, Político	Jacson Rafael Campomizzi
3	Israel Pinheiro da Silva	6º Governador de MG, Engenheiro	Lúcio Urbano Silva Martins
4	Nelson Coelho de Senna	Professor, Político, Escritor	Stanley Savoretti de Souza
5	Francisco Mendes Pimentel	Professor, Político	Maria Efigênia Lage de Resende
6	Arthur da Silva Bernardes	14º Presidente do Estado de MG, 13º Presidente da República	Marta Verônica Vasconcelos Leite
7	Aurélio Pires	1º Presidente de MG, Professor, Jornalista	Raymundo Nonato Fernandes
8	José da Silva Lisboa	Visconde de Cairu, Professor, Político	Antônio Pedro Nolasco
9	Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcelos	Jornalista, Político, Historiador	Luiz Antônio Pinheiro
10	Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	Deputado, 8º Prefeito de BH, 18º Presidente do Estado de MG	Maria Ribeiro Pires
11	Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos	Magistrado, Político, Historiador	José Francisco de Paula Sobrinho
12	Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo	Barão, Político, Escritor, Professor, Cartógrafo	Fernando José Armando Ribeiro
13	José de Santa Rita Durão	Frei, Orador, Poeta	Paulo Roberto Gomes Leite
14	Cláudio Manoel da Costa	Inconfidente, Advogado, Minerador, Poeta	Maria Natalina Jardim
15	Inácio José de Alvarenga Peixoto	Inconfidente, Advogado, Poeta	Josemar Otaviano de Alvarenga
16	Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira	Poetisa, Ativista Política, Mineradora	

Revista 41 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

17	Peter Wilhelm Lund	Pai da Paleontologia e Arqueologia no Brasil	Maria Inês de Moraes Marreco
18	José Pedro Xavier da Veiga	Jornalista, Historiador, Político	Oiliam José
19	Dom Silvério Gomes Pimenta	Arcebispo, Professor, Poeta, Biógrafo, Membro da Academia Brasileira de Letras	Osvaldo Oliveira Araújo Firmo
20	João Pandiá Calógeras	Engenheiro, Geólogo, Político, Ministro da Guerra, Agricultura/Comércio/Indústria	Jorge Mascarenhas Lasmar
21	Bernardo Joaquim da Silva Guimarães	Romancista, Poeta	Ronaldo Vieira de Aguiar
22	Afonso Henrique da Costa Guimarães	Alphonsus de Guimaraens (nome literário), Escritor neorromântico e simbolista	Antônio Marcos Nohmi
23	Augusto de Lima Júnior	Advogado, Jornalista, Poeta, Magistrado, Historiador	Walter Gonçalves Taveira
24	Júlio César Pinto Coelho	Coronel Fundador do IHGMG	Luiz Ricardo Gomes Aranha
25	Joaquim Felício dos Santos	Professor, Jurista, Jornalista, Historiador, Político	Floriano de Lima Nascimento
26	Polycarpo Rodrigues Viotti	Médico, Político	Paulo Roberto Paranhos da Silva
27	Pedro Victor Renault	Professor, Médico, Indigenista	Gilda de Castro Rodrigues
28	Rodolpho Jacob	Advogado, Professor, Historiador	Aristóteles Dutra de Araújo Atheniense
29	Cláudio Bernhaus Araújo de Lima	Médico, Professor	Carlos Perktold
30	Afonso Arinos de Melo Franco	Advogado, Professor	Zanoni Eustáquio Roque Neves
31	Lúcio José dos Santos	Engenheiro, Professor, Historiador	Eurípedes Santos Zumpano
32	Caetano de Azeredo Coutinho	Professor	Célia do Nascimento Coutinho
33	Bernardo Pereira de Vasconcellos	Político, Ministro da Justiça do Império	Adalberto Andrade Mateus
34	Cristiano Benedicto Ottoni	Engenheiro, Professor, Político	Bruno Terra Dias

Revista 41 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

35	Ayres da Matta Machado Filho	Filólogo, Professor, Escritor	Maria de Lourdes Costa Dias Reis
36	Pedro Augusto Carneiro Lessa	Professor, Ministro do Supremo Tribunal Federal	
37	Afonso Augusto Moreira Penna	Advogado, Ministro e Conselheiro do Império, 4º Presidente do Estado de Minas Gerais	Jairo Carvalhais Câmara
38	Martinho Álvares da Silva Campos	Médico, Político, Conselheiro do Império	Deusdedit Pinto Ribeiro de Campos
39	Afonso Celso de Assis Figueiredo	Advogado, Político, Professor, Visconde de Ouro Preto	Bráulio Carsalade Villela
40	Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior	Professor, Poeta, Historiador, Político, Conde Romano, Presidente do IHGB	Joaquim Cabral Netto
41	Antônio Augusto de Mello Cançado	Escritor, Jornalista, Professor	Marcos Wellington de Castro Tito
42	José Joaquim Rocha	Advogado, Político, Conselheiro do Império	Ozório José Araújo do Couto
43	Teófilo Benedito Ottoni	Jornalista, Político, Indigenista, Líder da Revolução Liberal	Daniel Antunes Júnior
44	José Vieira Couto Magalhães	Advogado, Militar, Escritor, Presidente do Estado do Mato Grosso	José Carlos Serufo
45	Evaristo Ferreira da Veiga e Barros	Poeta, Jornalista, Político, Livreiro	Ângelo Oswaldo de Araújo Santos
46	José Antônio Marinho	Cônego, Político, Escritor	Plínio Salgado
47	João Camillo de Oliveira Torres	Professor, Historiador, Jornalista	Eugênio Ferraz
48	José Cesário de Faria Alvim Filho	Advogado, Jornalista, Político, 2º Governador Republicano e 2º Presidente de Minas Gerais	Luiz Carlos Biasutti
49	José Bento Ferreira de Melo	Cônego, Jornalista, Deputado, Senador	Fernando Antonio Xavier Brandão
50	Manuel Ferreira da Câmara de Bethencourt Aguiar e Sá	Cientista, Desembargador, Intendente das Minas Gerais e do Distrito de Diamantina	José Renato de Castro César
51	Milton Soares Campos	Professor, Advogado, 1º Governador após Estado Novo	Wagner Augusto Portugal
52	Virgílio Alvim de Melo Franco	Senador, Jornalista	Norman José Andrade Giugni

Revista 41 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

53	Joaquim Cândido Costa Senna	Professor, Cientista, Político, Literato	Wagner Colombarolli
54	Raymundo Otávio da Trindade	Cônego, Pesquisador, Historiador	Geraldo Barroso de Carvalho
55	Lafayette Rodrigues Pereira	Jurista, Jornalista, Diplomata, Político, Escritor	Wolmar Olympio Nogueira Borges
56	Júlio Bueno Brandão	Presidente de Minas, Político	
57	Honório Hermeto Carneiro Leão	Marquês do Paraná, Político, Magistrado, Presidente Interino do RJ e MG	José Anchieta da Silva
58	João Severiano Maciel da Costa	Marquês de Queluz, Magistrado, Político, Conselheiro do 1º Império	Ricardo Salgado Guimarães
59	Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta	Marquês de Barbacena, Militar, Diplomata, Político	Marcos Henrique Caldeira Brant
60	José Teixeira da Fonseca Vasconcellos	Visconde de Caeté, Político, Desembargador	Doorgal Gustavo Borges de Andrada
61	Antônio Paulino Limpo de Abreu	Visconde de Abaeté, Magistrado, Diplomata, Político	Mário de Lima Guerra
62	Carlos Peixoto de Melo Filho	Político, Militar	Francisco Fausto de Albuquerque
63	Manoel Teixeira de Souza	Barão de Camargos, Senador	Paulo Duarte Pereira
64	Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon	1º Imperador do Brasil, 4º Rei de Portugal e Algarves	Tasso Batalha Barroca
65	Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon	2º Imperador do Brasil, Intelectual	Gilberto Madeira Peixoto

Revista 41 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

66	Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon d'Orleans	Princesa, Regente do Império do Brasil, Abolicionista, Denominada A Redentora	Roque José de Oliveira Camêllo
67	Belchior Pinheiro Oliveira	Sacerdote, Político	Carlos Alberto Carvalhaes
68	Alberto Santos Dumont	Aeronauta, Esportista, Inventor, Pai da Aviação,	José de Assis
69	João Capistrano Honório de Abreu	Historiador, Etnógrafo, Línguista	Ismaíla de Moura Nunes
70	João da Matta Machado	Médico, Político, Conselheiro do Império	Helene Maria Paulini
71	José Joaquim Viegas de Menezes	Sacerdote, Jornalista	Rogério de V. Faria Tavares
72	Joaquim José da Silva Xavier	Dentista, Militar, Inconfidente, Patrono da Nação	Adalberto Guimarães Menezes
73	José de Resende Costa	Inconfidente, Militar	Aluizio Alberto da Cruz Quintão
74	Manoel Rodrigues da Costa	Sacerdote, Político	Jairo José Drummond Câmara
75	Dom Joaquim Silvério de Souza	Arcebispo, Fundador da Academia Mineira de Letras, Conde Romano	Ismar Dias de Matos
76	José da Silva e Oliveira Rolim	Sacerdote, Inconfidente	Paulo de Lima
77	José Álvares Maciel	Engenheiro, Inconfidente	Renato Passos
78	Manoel da Costa Athaide	Militar, Pintor, Decorador	Ângela Gutierrez
79	Antônio Francisco Lisboa	Escultor, Entalhador, Arquiteto	Gladston Gomes Mamede da Silva
80	Arthur Álvares de Alcântara Campos	Vereador, Farmacêutico, Escritor	Márcio José da Cunha Jardim
81	João Bráulio Moinhos de Vilhena	Promotor de Justiça, Juiz, Desembargador	Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza
82	Levindo Coelho	Médico, Prefeito, Senador	Luiz Carlos Abritta
83	Henrique Guilherme Fernando Halfeld	Engenheiro Militar, Fundador da Cidade de Juiz de Fora	Márcio Antônio Pereira
84	Cândido Mariano da Silva Rondon	Marechal, Engenheiro, Indigenista	Manoel Magno Lisboa

Revista 41 do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

85	Álvaro Astolfo da Silveira	Engenheiro, Geólogo, Escritor	
86	Daniel Serapião de Carvalho	Ministro da Agricultura, Advogado, Político	Fábio Americano
87	Basílio de Magalhães	Engenheiro, Historiador, Escritor, Professor	Carlos Alberto da Silveira Isoldi Fº.
88	Romualdo José Monteiro de Barros	Barão de Paraopeba, Político, Presidente da Província	Antônio Carlos de Albuquerque
89	Francisco Luís da Silva Campos	Advogado, Professor, Jurista, Político	Sônia Diniz Viana
90	Francisco Adolfo de Varnhagen	Visconde de Porto Seguro, Militar, Historiador	Antônio Zumpano Pereira Santos
91	Francisco Diogo Pereira Vasconcellos	Magistrado, Político	Maria Cândida Costa T. de Seabra
92	Teodoro Fernandes Sampaio	Engenheiro, Geógrafo, Historiador	Tarcísio José Martins
93	Orville Adalbert Derby	Geólogo, Geógrafo	Marcos Paulo de Souza Miranda
94	Wilhelm Ludwig von Eschwege	Barão de Eschwege, Geólogo, Geógrafo, Arquiteto, Escritor	Márcia Maria Duarte dos Santos
95	Antônio Olyntho dos Santos Pires	Advogado, Professor, 1º Presidente Republicano da Província de Minas	Regina Almeida
96	Sebastião de Affonseca e Silva	Farmacêutico, Professor	Iácones Batista Vargas
97	Affonso D'Escrag-nolle de Taunay	Engenheiro, Professor, Historiador	Geraldo Dirceu de Oliveira
98	Aníbal Pinto Mattos	Escritor, Historiador, Professor	Elizabeth Fernandes Rennó
99	Abílio Velho Barreto	Escritor, Poeta, Jornalista, Historiador	Ildefonso Silveira de Carvalho
100	Hildebrando Pontes	Professor, Escritor	Paulo Ramiz Lasmar

Imprensa em 2016 nas oficinas da
IMPrensa OFICIAL DE MINAS GERAIS

(AQUI A LOGOMARCA)

Av. Augusto de Lima, 270 – Centro – BH – Fone: (31) 3237-3400
www.imprensaoficial.mg.gov.br

Revisão de texto, projeto gráfico e diagramação de responsabilidade do encomendante